

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

1935: A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA.

DIORGE ALCENO KONRAD

Mestrando

Dr. Sandra Maria Lubisco Brancato
Orientadora

Porto Alegre, janeiro de 1994

he ii.hm4.op

Dedico a:

Glaucia, minha esposa, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo acompanhamento nesta jornada, por tudo. Como ninguém você fez parte desta dissertação.

Adelmo e Eneida, meus pais, pelo apoio na escolha desta árdua profissão, apesar das dificuldades.

Darléia, minha irmã, por ser a caçula de nós todos.

Diomar, meu irmão e futuro historiador, pela digitação deste trabalho.

Sandra Brancato, minha orientadora, pela dedicação e profissionalismo com que se envolveu e apostou na finalização da pesquisa.

Gabriel, Carolina, Ângelo, Denise, Paulo Roberto, Desirée, Roberto, Daisy, Grace, Ignês e Idalino, por fazerem parte de todos os momentos.

.pa

MEUS AGRADECIMENTOS

A Elóy Martins, pela paciência de me ouvir na longa entrevista e por ser um dos aliancistas ainda vivos.

Ao corpo docente do mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na figura dos verdadeiros mestres que souberam orientar e trazer novos conhecimentos, aceitando as diferentes visões do mundo.

Às funcionárias da Secretaria da pós-graduação, Carla e Rosana, pelo tempo dispensado na difícil tarefa administrativa de fazer as coisas funcionar.

A revisora Maria Elizete, por transformar amontoados de palavras num texto possível de leitura.

A CAPES pelo auxílio financeiro, na figura de milhões de brasileiros, pagadores de impostos, mas que não têm acesso à Universidade. .he iv

KONRAD, Diorge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul.** Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1994, 411 fls.

RESUMO

Neste trabalho, pretende-se focar a atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada em 1935, no Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul. O objetivo é entender a ANL dentro das contraditórias relações econômicas e políticas da época, destacando a estruturação do Movimento crescente e o seu subsequente fechamento, tendo em vista os avanços e limites estabelecidos pelos setores conservadores, pelo Governo Estadual, pelos partidos políticos tradicionais, pela Igreja Católica, pelos Integralistas e pela Imprensa.

Para tanto, parte-se de uma pesquisa bibliográfica, investigando-se também as relações dos aliancistas com o Partido Comunista do Brasil (PCB) e com o movimento tenentista.

KONRAD, Diorge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul.** Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1994, 411 fls.

ABSTRACT

In this work, it's intended to focalize of the Liberating National Alliance (LNA) that it's created in 1935, in Brazil and in Rio Grande do Sul principally. The main objective is to understand its economics and politics relations in the contradictory context in that moment. It's pointed out the increasing and the structure of the Movement and its consequent final, according to the advances and limits established by the Party politics, by the Church by the opposition and by the Press(newspaper and periodicals collectively).

By the way, it's searched bibliographies. Through the analysis, it's observed to the Alliance's relations with the communism Party from Brazil and the Lientenant Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB - Ação Integralista Brasileira
ANL - Aliança Nacional Libertadora
ASB - Ação Social Brasileira
ABRS - Ação Brasileira de Renovação Social
COPA - Círculo Operário Porto-Alegrense
CP - Correio do Povo
CSUB - Confederação Sindical Unitária do Brasil
DEP - Diretório Estadual Provisório
DMP - Diretório Municipal Provisório
DN - Diário de Notícias
DNP - Diretório Nacional Provisório
DO - Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul
FORGS - Federação Operária do Rio Grande do Sul
FU - Frente Única
FUG - Frente Única Gaúcha
GPNR - Governo Popular Nacional Revolucionário
IC - Internacional Comunista
JM - Jornal da Manhã
LEP - Liga Eleitoral Proletária

LSN - Lei de Segurança Nacional
 PC - Partido Comunista
 PCB - Partido Comunista do Brasil
 PL - Partido Libertador
 PRL - Partido Republicano Liberal
 PRR - Partido Republicano Rio-Grandense
 PSB - Partido Socialista Brasileiro
 PSD - Partido da Social Democracia
 PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
 SBIC - Sessão Brasileira da Internacional Comunista
 SC-AGV - Solar dos Câmara - Arquivo Getúlio Vargas
 UFB - União Feminina do Brasil

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1

DIREÇÕES DOS NÚCLEOS ALIANCISTAS E PROFISSÕES DE SEUS
 MEMBROS 343

ANEXO 2

A PEDIDOS - A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE
 DO SUL (CORREIO DO POVO, 16 DE JUNHO DE 1935: 15) 342

ANEXO 3

A PEDIDOS - FALSOS NACIONALISMOS
 (CORREIO DO POVO, 18 DE JUNHO DE 1935: 09) 344

ANEXO 4

SECÇÃO LIVRE - ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - PROGRAMMA DE
 REALIZAÇÕES CONCRETAS (CORREIO DO POVO, 22 DE JUNHO DE
 1935: 13) 346

ANEXO 5

A PEDIDOS - PÃO, TERRA E LIBERDADE!
 (CORREIO DE POVO, 23 DE JUNHO DE 1935: 10) 348

ANEXO 6

SECÇÃO LIVRE - A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA EXPÕE AO
 POVO, MAIS UMA VEZ, OS PONTOS BÁSICOS DE SEU PROGRAMMA
 (CORREIO DO POVO, 23 DE JUNHO DE 1935: 19) 350

ANEXO 7	
A PEDIDOS - A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA E A RELIGIÃO (CORREIO DO POVO, 30 DE JUMHO DE 1935: 20)	352
ANEXO 8	
ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - CONVITE (CORREIO DO POVO, 05 DE JULHO DE 1935: 01) ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - INSTALLAÇÃO PÚBLICA (HÉLGIO TRINDADE, 1980: 230)	354
ANEXO 9	
FOI INSTALLADA OFICIALMENTE, NESTE ESTADO, A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (CORREIO DO POVO, 06 DE JULHO DE 1935:05)	356
ANEXO 10	
ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - UMA CARTA DE DYONÉLIO MACHADO (CORREIO DO POVO, 09 DE JULHO DE 1935: 05)	358
ANEXO 11	
A PEDIDOS - SOVIETS NO BRASIL! CORREIO DO POVO, 09 DE JULHO DE 1935: 07)	360
ANEXO 12	
A PEDIDOS - AOS ALLIANCISTAS DO RIO GRANDE DO SUL (CORREIO DO POVO, 14 DE JULHO DE 1935: 09)	362
ANEXO 13	
A POLÍCIA FECHOU A SEDE DA ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA CORREIO DO POVO, 14 DE JULHO DE 1935: 12)	364
ANEXO 14	
O FECHAMENTO DA ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (CORREIO DO POVO, 16 DE JULHO DE 1935: 09)	366
ANEXO 15	
O FALLECIMENTO DO DR. APPARÍCIO CÓRA DE ALMEIDA (CORREIO DO POVO, 15 DE OUTUBRO DE 1935: 05)	368
ANEXO 16	
EM MEMÓRIA DO DR. APPARÍCIO CÓRA DE ALMEIDA (CORREIO DO POVO, 17 DE OUTUBRO DE 1935: 11)	370
ANEXO 17	
A PEDIDOS - OS ADHERENTES E SYMPATHIZANTES DA ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA DEVEM VOTAR NA LIGA ELEITORAL PROLETÁRIA, ASSIM ACONSELHA O DR. DYONÉLIO MACHADO (CORREIO DO POVO, 14 DE NOVEMBRO DE 1935: 05)	372

ANEXO 18	
AO POVO DO RIO GRANDE DO SUL	
(HÉLGIO TRINDADE, 1980: 231)	374

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ABREVIATURAS	vi
LISTA DE ANEXOS	viii
INTRODUÇÃO	1
1 - ANL: O EMPÍRICO E O TEÓRICO	9
1.1 - Crise das Ciências e Papel do Historiador	10
1.2 - História como Ciência	17
1.3 - O Tempo e a Sucessão Histórica	27
1.4 - Totalidade e Leis da História	32
1.5 - Novos Paradigmas ou “Velhas Roupas” em Novo Contexto? ..	41
1.6 - A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul: A Partir de que Paradigma?	55
2 - TODO O PODER À ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA?	63
2.1 - A Conjuntura	64
2.1.1 - Nível internacional	65
2.1.2 - Nível nacional: economia, sociedade e política	66
2.2 - Aliança Nacional Libertadora: Ascensão, Legalidade, Fechamento e Rebelião Armada	78
2.2.1 - O surgimento da Aliança Nacional Libertadora	79
2.2.2 - Lançamento da Aliança Nacional Libertadora: manifestos-programa e crescimento	84
2.2.3 - Organização e composição social e política da ANL ..	94
2.2.4 - Oposição à ANL	101
2.2.5 - O Manifesto de 5 de julho	105
2.2.6 - O fechamento e a ilegalidade da ANL: o caminho para novembro	110

2.3 - Tenentismo e ANL	117
2.4 - Luiz Carlos Prestes e a ANL	124
2.5 - O PCB e a ANL	128
2.6 - A Internacional Comunista (Komintern) e a ANL	135
 3 - A QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA COMO CASO DE POLÍCIA: A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL	 145
3.1 - Fatores Econômico, Social e Político no Rio Grande do Sul: Década de 1930	148
3.1.1 - Os aspectos econômicos	149
3.1.2 - Aspectos políticos	161
3.1.3 - Aspectos sociais	168
3.2 - A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul ..	176
3.2.1 - Origem, organização e crescimento da ANL no Rio Grande do Sul	178
3.2.2 - Programa e ideologia: questões nacionais e relação com o quadro político gaúcho	197
3.2.3 - 5 de julho: instalação oficial no Rio Grande do Sul	211
3.2.4 - O fechamento e a ilegalidade da ANL no Rio Grande do Sul	223
3.2.5 - PCB e Tenentismo na ANL do Rio Grande do Sul	235
3.2.5.1 - O PCB do Rio Grande do Sul e a ANL	237
3.2.5.2 - O tenentismo rio-grandense e a ANL	242
3.2.6 - Composição social e principais lideranças da ANL no Rio Grande do Sul	247
 4 - A OPOSIÇÃO À ANL NO RS	 261
4.1 - A ANL e as Elites Gaúchas na Câmara Federal	263
4.2 - A ANL e a Assembléia Legislativa do RS	271
4.3 - A ANL e as Posições do Governo Estadual	276
4.4 - A ANL e a Igreja Católica	284
4.4.1 - Os círculos operários	285
4.4.2 - A Ação Social Brasileira (ASB)	290
4.5 - A ANL e o Integralismo	300
4.6 - A ANL e a Imprensa Gaúcha	313
 CONCLUSÃO	 326
 ANEXOS	 342
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 387

INTRODUÇÃO

Muitas são as mãos que tocam a roda da história. Luminosas, porém, apenas àquelas que a empurram para a frente (Valério Rocha).

Na década de 30 a “roda quadrada” da revolução burguesa avança no Brasil. Porém, junto à carreta, encontram-se os vícios e resquícios de uma República autoritária, patriarcal, excludente e dependente. O País chega a uma encruzilhada, despontando duas alternativas: seguir pelo caminho anterior onde a sociedade civil enfrenta um processo de decisão política cujos movimentos sociais são tratados como caso de polícia ou tomar outro rumo que incorpore os diversos segmentos sociais, estabelecendo a democracia burguesa.

Em meio à encruzilhada, em 1935, surge a Aliança Nacional Libertadora (ANL) sem a pretensão de construir uma nova estrada, mas para reformar a já existente. O programa aliancista traz em seu bojo propostas de mudanças que não fogem dos limites do capitalismo. Porém, para as elites tradicionais, para as oligarquias, baseadas no latifúndio, e para a burguesia oriunda daquelas e atreladas ao imperialismo, qualquer reforma mais profunda soa como uma revolução. As classes dominantes preferem manter o percurso anterior ainda sob o seu controle. A reação é intensa. A ANL é vista como uma grande pedra no velho caminho que precisa ser implodida, ou seja debelar o movimento significa manter os privilégios anteriores. O material utilizado é a ação anti-comunista vinculada à Aliança e a Moscou. Apesar da ANL ser perigosa, há muitas fraquezas internas que facilitam o trabalho dos setores conservadores.

A partir desse panorama da formação social brasileira, é que se pretende desenvolver esta pesquisa. Ao ingressar no curso de pós-graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica, o projeto inicial compreendia os movimentos políticos e sociais no Brasil dos anos 60. Questões circunstanciais acabaram por fazer escolher o estudo da ANL no Rio Grande do Sul. Sabe-se que há muita produção historiográfica sobre a ANL, no Brasil. Porém, interessava entendê-la no Rio Grande do Sul. Inicia-se a pesquisa supondo que se trata de um tema inédito. No meio do caminho depara-se com um estudo sobre a Aliança no Rio Grande do Sul cuja autoria é de Ruy Duarte servindo como trabalho de conclusão de bacharelado em história. A partir do trabalho de Duarte, no entanto, conquistava-se mais garantias de viabilidade do projeto a ser desenvolvido.

O estudo parte para a solução de um problema central, ou seja, como em meio a um processo de contradições estruturais que afetam o Brasil em geral, e o Rio Grande do Sul em particular, surge a ANL, tendo em vista os fatores sociais e políticos que levaram à ascensão e, conseqüentemente ao declínio do movimento.

Assim, vai-se para a solução do problema levantado, formulando-se hipóteses, a princípio de comprovação empírica. A primeira delas é de que a ANL representa dentro dos limites, no Rio Grande do Sul, um importante momento político do movimento popular organizado na década de 1930; a segunda, é que a ação do Estado, de organizações da sociedade civil e de setores das classes dominantes, através de diversas formas de repressão e campanhas anti-aliancistas são fatores básicos para que a ANL fosse desestruturada. Por último, conta-se com a existência de fatores internos que resultam no impedimento de maior ligação aliancista com a maioria da população rio-grandense, principalmente camponesa, bem como os limites de organização e entendimento da realidade contribuindo para a dissolução da ANL no Rio Grande do Sul.

A busca da comprovação das hipóteses se deram através do auxílio de categorias teóricas que não estão desvinculadas do conteúdo e da observação sistemática das experiências, criando-se um todo cognoscível da realidade estudada. Segue-se a orientação de **Ciro Cardoso, em Uma Introdução a**

História, quando se propõe que os dados empíricos coletados devem ser criticados e interpretados à luz do modelo teórico adotado. No caso, vale-se da orientação materialista e dialética totalizante. Além disso, procura-se seguir a linha cardoseana a partir do raciocínio de que as hipóteses comprováveis tem uma suficiente generalização, apesar das particularidades rio-grandenses, haja vista que a ANL tem um caráter de organização nacional e uma característica de luta anti-fascista mundial no período. Desta forma, as hipóteses, além, de serem comprováveis como forma de constatação empírica, também são de conteúdo teórico, representando uma síntese entre o objeto estudado e a teoria e os métodos aplicados na pesquisa para seu entendimento (CARDOSO, 1988: 66-67).

Assim, o objetivo geral do trabalho é determinar a participação da ANL na conjuntura política, social e econômica do Rio Grande do Sul de 1935, tendo em vista sua ascensão e seu declínio, a especificidade da atuação no estado e a ligação com o movimento em nível nacional, bem como as vicissitudes ideológicas e os problemas orgânicos e programáticos. Dentro disso, os objetivos específicos remetem-se à descrição e análise da ANL no Rio Grande do Sul, interpretando sua concepção e estratégia no contexto sul-riograndense, procurando-se compreender os porquês dos limites de atuação da Aliança, frente aos seus problemas internos e a ação dos opositores do movimento.

A presente dissertação apresenta uma justificativa e uma relevância em decorrência do ineditismo de um estudo sistemático da ANL no Rio Grande do Sul, englobando os aspectos totalizantes e abrangentes do estado em 1935. Os trabalhos desenvolvidos até o presente momento em forma de artigos ou monografias, apresentam estudos superficiais, cuja prioridade é abordar o tema de forma isolada ou no interior de outros estudos. O único trabalho específico sobre o movimento aliancista, **Considerações sobre a ANL no Rio Grande do Sul**, de Ruy Duarte, apenas realiza uma descrição factual e descontextualizada das diferentes estruturas sócio-econômicas do Brasil e do Rio Grande do Sul de 1930, incorrendo em erros que não explicam o real sentido do movimento no período em questão.

O estudo tem por base fontes secundárias calcadas em uma expressiva bibliografia sobre o assunto, além de periódicos da época que apresentam rico material veiculado na imprensa sob forma de “a pedidos” em defesa e contra a ANL, acrescidos de matérias e editoriais que demonstram a organização e fechamento da Aliança, além das diferentes frentes de oposição ao movimento. De forma complementar, mas não menos importante, resgatam-se alguns documentos existentes no período e uma entrevista com Elóy Martins, um dos dirigentes do núcleo aliancista, ainda vivo, no sentido de apresentar a mediação e a representação de fatores que contribuíram direta ou indiretamente na construção da ANL.

O método dialético de interpretação histórica na análise das fontes permite o enfrentamento das questões levantadas com o objetivo de compreender a totalidade do período, ao mesmo tempo em que se busca revelar as contradições que permearam a ANL no Brasil e no Rio Grande do Sul. Parte-se do princípio de que a história é dialética em si mesma e o papel do historiador é desvendar esse processo, pois a historicidade do objeto só pode ser captada no interior dos antagonismos produzidos pela base material da realidade social estudada, sem cair nos extremos do empírico ou do teorismo, reificando uma ou outra verdade histórica.

O trabalho visa situar a conjuntura do Rio Grande do Sul de 1935, captando a movimentação das classes sociais e seus suportes ideológicos, a atuação do Estado e os instrumentos de reprodução social, relacionando-os, ao mesmo tempo, com a formação sócio-econômica brasileira, a qual teve a sua reprodução de forma específica no estado sul-rio-grandense. É dessa forma que se pode situar a ação das classes, das frações de classe e dos indivíduos na história política do período.

Assim, em vistas das hipóteses apresentadas, o trabalho estruturou-se em quatro capítulos: o primeiro estabelece uma discussão sobre as diferentes visões na teoria da história contemporânea para que se elucide a perspectiva teórica que acompanha a pesquisa efetuada;

O segundo capítulo mostra a atividade da ANL no Brasil levando-se em conta a conjuntura da época, o surgimento, o crescimento, a organização, a composição social da ANL, a oposição ao movimento, o fechamento das sedes da Aliança e a relação da ANL com o tenentismo, com Luiz Carlos Prestes, com o PCB e com a Internacional Comunista;

O terceiro capítulo é similar ao segundo, porém avança no sentido de mostrar a atuação da ANL especificamente no Rio Grande do Sul. Aqui estuda-se a conjuntura econômica, política e social; a origem, a organização e o crescimento da Aliança; o programa e a ideologia aliancista; a instalação oficial no estado e o fechamento da ANL; a relação com o tenentismo e o PCB e a composição social, bem como a atuação dos principais líderes aliancistas;

No quarto e último capítulo trata-se da oposição à ANL no Rio Grande do Sul, apresentando as atividades contrárias à Aliança dos deputados rio-grandenses na Câmara Federal, dos parlamentares na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, do Governo Estadual, da Igreja Católica através dos Círculos Operários e da Ação Social Brasileira (ASB), dos integralistas e da imprensa;

Por fim, após essas quatro etapas, chega-se ao momento final, dedicado às conclusões derivadas da análise e de suas relações com o contexto sócio-econômico-político brasileiro e, especificamente, rio-grandense.

1 - ANL: O EMPÍRICO E O TEÓRICO

Não existe essa de visitar o passado como homenagem a um tempo melhor. Visitamo-lo para nos reconhecer e para reconhecer valores que dão alento ao presente e que pode dar-nos as chaves para mudá-lo (Eduardo Galeano).

A princípio pode parecer paradoxal, num momento de crise generalizada, tanto das sociedades como das teorias e das ciências, iniciar a primeira parte de um trabalho com a questão teórica. Muitos diriam: “Basta de tanta teoria!” “De que ela nos serve?” Outros argumentariam: “a teoria está implícita na própria narrativa da dissertação, não havendo necessidade de introdução teórica.”

Propõe-se aqui, repensar o suporte teórico a partir de questionamentos contemporâneos. Toda crise na história, seja teórica ou real, sempre foi e só pode ser solucionada a partir de seu enfrentamento.

.h1 #

1.1 - Crise das Ciências e Papel do Historiador

A revolução (...) tem que deixar os mortos enterrar os seus mortos para chegar no seu próprio conteúdo (Karl Marx).

Jacques Le Goff, ao prefaciara segunda edição de **A História Nova**, coloca que um dos fenômenos que repercute na **Nova História** é uma incontestável crise das ciências sociais e até da própria noção de social. Esta crise teria desdobramento na noção de progresso, na precipitada e proclamada “morte das ideologias” e na crise do marxismo. Assim, reconhece que uma concepção de história total

ou global tem um aspecto ideológico que sofreu o contragolpe da crítica das ideologias (LE GOFF, 1993: 03).

O reconhecimento da crise, ao menos teórica, é quase uma unanimidade entre os historiadores. No momento, critica-se a “razão ocidental” e os herdeiros do positivismo, do historicismo e do marxismo. Proclama-se a morte do homem, o fim da história e a impossibilidade de conhecimento das realidades a partir de uma perspectiva científica.

Quer-se, aqui interpretar tais questões, teorizando-as a partir do reconhecimento e entendimento da crise. A crise teórica é o reflexo de uma crise mais profunda das sociedades, mais precisamente dos mundos capitalista e socialista. Diz-se que em épocas de fragmentação do conhecimento, não há mais sentido em se preocupar com a história dos movimentos sociais ou políticos a partir de um horizonte mais amplo. Assim, pretende-se responder às questões mostrando que estudar a Aliança Nacional Libertadora (ANL), enquanto movimento político e social, ainda tem razão, buscando na discussão teórica, o complemento de constatações empíricas.

Perry Anderson, ao se referir a crise do marxismo, retorna ao ano de 1968 a fim de constatar a ruptura entre os movimentos populares e o marxismo universitário, quando este teria se voltado aos estudos filosóficos e estéticos, relegando questões econômicas ou de estratégia revolucionária (CARDOSO, 1988: 102).

O ano de 1968 representa efetivamente um momento de ruptura entre os movimentos sociais e a teorização sobre os mesmos. Isso refletiu quando iniciou-se na proposta de micro-histórias e na fragmentação dos objetos, para se chegar à atualidade na negação das teorias e das ciências através do “irracionalismo” e da “pós-modernidade”. Pareceria então estranho resgatar-se um movimento político e social, aliando a uma perspectiva teórica? Entende-se que não, visto que a crise só pode ser solucionada com o seu enfrentamento. A crise das sociedades e a crise das ciências sociais, em particular da história enquanto ciência, pode ser redimensionada, resgatando-se a teorização de um objeto específico.

O resgate de paradigmas, tradicional para alguns, poderia significar reforçar a própria crise em momentos de “revoluções frustradas” ou num momento de “revoluções tranquilas”, conforme Frédéric Gaussen, citando Carl Rogers (1989: 11), como sendo fruto de uma razão modernizadora ocidental, ou “levar o próprio pensamento histórico a ser rechaçado como fator de orientação cultural na vida prática” (RÜSEN, 1989: 309). Ao contrário, devem-se examinar instrumentos utilizados até agora, com o fundamento de realizar uma auto-crítica necessária e avançar dentro do próprio paradigma contribuindo para o aperfeiçoamento da história como ciência.

Kujawski diz que “passamos por uma crise dos fundamentos da ciência”, cujo fenômeno é, por sua vez, interno à estrutura e ao desenvolvimento dessas ciências, não tendo relação com a autoridade da ciência ou da sua fecundidade. O autor argumenta que o que está abalado é o seu prestígio tanto social como epistemológico, pois ela é vista não mais como a chave do universo (KUJAWSKI, 1988: 121). Entende-se que o fenômeno vai além; ele é decorrente da crise das sociedades anteriormente citadas, refletindo nas diferentes visões de mundo, nas ideologias e, conseqüentemente, nas ciências.

A partir da proposta deste trabalho, não se pretende discutir enfaticamente a crise das sociedades contemporâneas, contudo, se não se ponderar sobre a crise das ciências sociais, em especial da ciência histórica com seus paradigmas totalizantes, não se terá uma visão sobre os novos fenômenos sociais. No caso, com maior relevância a crise do marxismo, cuja generalização indevida teria formulado compreensões “racionalistas” e “deterministas” sobre o processo histórico, como explica João Evangelista. O autor argumenta que a crise do marxismo é identificada pela sua defasagem entre as teses constitutivas e a realidade social efetiva, quando a perspectiva de revolução do proletariado teria sido substituída, já nos anos 60, pelo aparecimento de novos movimentos sociais (estudantil, feminista,

homossexual, ecológico, pacifista, etc.), deslocando, para outro plano, o movimento operário na luta por transformações sociais (EVANGELISTA, 1992: 14 a 16).

Assim, num período de transição para “novos paradigmas”, em termos de teoria social, o materialismo histórico teria se esgotado historicamente como teoria de explicação das sociedades. Para Evangelista, a crise tem dois desdobramentos:

(...) a “crise do marxismo” desdobra-se, assim em crise política e teórica. É crise política porque é acompanhada da “crise da teoria da revolução proletária”, na medida em que são postas em xeque as anteriores certezas (...) de um socialismo concebido como a realização de uma missão histórica, ditada como tarefa(...) a ser cumprida pelo proletariado, o ‘sujeito revolucionário’. E, também, é crise teórica, com conseqüências na amplificação da crise política, porque a dinâmica da realidade social tornou-se impermeável a suas categorias explicativas (1992: 17).

Fernand Braudel diz que a história é a soma de todas as histórias possíveis e, que o único erro é escolher uma dessas histórias, pois tal erro se caracterizaria como historicizante (1974: 75). Entende-se que a partir de uma constatação - a existência da crise - o erro maior é propor sair dela pelo caminho da compreensão eclética sobre a teoria da história ou, por outro lado, quer-se uma história “eventual” como propõe Fukuyama, quando alega que alguns se irritam, no momento em que não se emprega a definição convencional de história como uma sequência aleatória de acontecimentos ([s. d.): 09).

Para tanto, busca-se um conhecimento histórico, tendo como finalidade “proporcionar o desenvolvimento das forças transformadoras da história, ajudando-as a se tornarem mais conscientes de si mesmas, como salienta Vavy Pacheco Borges (1987: 53). Sob este ângulo ter-se-á uma oposição tanto à concepção de que tudo é história, como aquela que quer uma história factual, ambas desvinculadas de uma visão transformadora da sociedade. Na visão da autora, conforme se constata na afirmação:

A história (...) não é só levantamento de dados ou fatos; ela os relaciona entre si, ela interpreta seu sentido. A história, como toda forma de conhecimento, procura explicar uma relação desconhecida. Nessa explicação teremos duas ordens de elementos: os fatos e sua interpretação. Esses dois elementos estão presentes, inseparavelmente ligados, num trabalho de história (1987: 62).

A partir dos dados sobre a Aliança Nacional Libertadora, no Rio Grande do Sul, pretende-se dar uma interpretação, com o fundamento de resgatar a história daquele movimento numa perspectiva totalizante. Tal proposta não se deve a um saudosismo ou por buscar no passado um futuro perdido, mas, ao contrário, dentro de uma ótica entendida também por Carr, que o historiador é um ser humano individual, mas também um fenômeno social, produto e ao mesmo tempo porta-voz consciente ou inconsciente da sociedade a qual pertence. A partir dessa situação é que o autor aborda os fatos do passado histórico (CARR, 1987: 34). O interesse por determinado objeto não é um interesse neo-kantiano, mas uma tomada de posição frente a um objeto que, dentro do processo histórico da formação social brasileira e gaúcha, resgata, concretamente, uma das chaves para mudar o presente.

Usando a metáfora de Marx, “a tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo”, quer-se afirmar que reestudar um movimento social e político, a Aliança Nacional Libertadora, numa época de crise revolucionária, não significa buscar auxílio nos espíritos do passado, tomando emprestado seus nomes, as suas palavras de ordem, a sua roupagem, para com este disfarce de velhice vulnerável, representar nova cena na história (MARX, 1982: 417). Isso não significa repetir o passado, mas entendê-lo, ver seus acertos e limites, atingir seu centro de gravidade, sem dogmatismos ou presentismos, para que, no futuro, não aconteçam farsas ou tragédias desses mesmos movimentos.

A autonomia relativa do trabalho historiográfico possibilita que se entenda a história, a partir de postulados teóricos. Sabe-se que não basta a vinculação da obra numa corrente historiográfica, pois o simples enquadramento em nada esclarece o objeto. Porém, a falta dele exprime menos ainda. É nesse sentido que dar-se-á a relação da história com as outras ciências. Não se deve renunciar, a priori, a contribuição destas últimas, mas se preocupar com a advertência feita por Guy Bois, quando afirma que acolhê-las cegamente pode diluir a história em outras disciplinas, levando ao abandono de seus métodos próprios. O caminho para o aperfeiçoamento da história é manter a autonomia da mesma como ciência, separando e unindo fatos, desde que não se direcione ao ecletismo (IN: LE GOFF, 1993: 256).

Tal aperfeiçoamento pode ser processado mediante uma elaboração teórica diferente das ciências empírico-formais de tendência positivista-mecanicista comteana, isto é, a diferença das ciências humanas para as empírico-formais é que aquelas trazem um dado novo que é exatamente a interpretação, de onde dar-se-á a formação dos diferentes paradigmas (PEREIRA, 1982: 59).

1.2 - História como Ciência

As condições de estabelecimento da cientificidade não estão restritas a uma mera questão de método, elas são dependentes do caráter classista da investigação (Paulo Silveira).

Marc Bloch questiona, a máxima de que a história é a ciência do passado com o argumento de que o passado como tal, enquanto objeto de pesquisa, é uma idéia absurda, ou seja, a partir disso que a história é a ciência dos homens no tempo (BLOCH, [s.d.]: 25 a 29).

A partir de Bloch, um dos fundadores da “Escola de Annales” até Paul Veyne, muita coisa se produziu na historiografia, sendo que a própria perspectiva da história como ciência mudou. Observe-se:

Não é suficiente afirmar mais uma vez que a história fala do “que não se verá duas vezes”; não se trata tampouco de pretender que ela é subjetividade, perspectivas, que interrogamos, o progresso a partir dos nossos valores, que os factos históricos não são coisas, que o homem se compreende e não se explica, que dele não pode haver ciência (...) a história não é essa ciência e nunca a será; se ela souber ser ousada tem possibilidades de renovação indefinida, mas numa outra direção (VEYNE, 1971: 09).

A passagem de Veyne é uma das negativas mais contemporâneas de considerar a história como ciência.

A história, por sua vez, por ser ciência social, é que tem possibilidades de renovação, através de um método adequado, desaparecendo as verdades definitivas da historiografia. Assim, ter-se-á sempre uma ciência em evolução (CARDOSO e BRIGNOLI, 1938: 39). Tal renovação só não se dará pela via dogmática do positivismo ou de um marxismo mecanicista e doutrinário. A história é ciência em construção, mas:

O que está em jogo é de importância, pois se trata da própria existência da história, da sua capacidade de evitar a dupla tentação suicida, primeiro, a da fuga diante da diluição entre as outras ciências sociais e segundo, a do recuo à velha história positivista do século XIX. A condição de inquietude só pode provir da superação do empirismo e do rearmamento científico. A história permanece uma ciência em construção, à imagem da nossa sociedade, da qual é indissociável. Também continua o combate pela história.(DOSSE, 1992: 16-17).

A imagem da sociedade não é absoluta, mas, sim, relativa. A história como ciência tem uma autonomia relativa devido a especificidade da ciência enquanto prática na busca da objetividade e da verdade (LÖWY, 1985: 33). A história como ciência não apresenta autonomia absoluta devido a sua vinculação aos diferentes interesses das classes sociais. Nesse caso, torna-se impossível separar a ciência da política, como propunha Max Weber. Como toda compreensão de uma realidade social, ligada a uma ideologia ou visão de mundo, a história não se apresenta como pura de um lado e ideológica do outro. Existem diferentes pontos de vista científicos que estão vinculados a diferentes pontos de vista de classe (LÖWY, 1986: 104).

É por isso que o proletariado, diferentemente da burguesia que alcançou o poder sem uma clara compreensão do processo histórico, necessita de ter um conhecimento objetivo e subjetivo da realidade, tanto sob o aspecto estrutural como conjuntural, derivando daí, a prática revolucionária conseqüente. Na falta desse conhecimento da realidade, os aliancistas da Aliança Nacional Libertadora foram mais facilmente derrotados. Porém, esse conhecimento tem sempre o limite da ciência:

A atitude contrária, que proclama a infalibilidade a priori de toda ciência situada na perspectiva proletária, e o erro absoluto e necessário de toda pesquisa fundamentada sobre um outro ponto de vista é, na realidade, dogmática, porque ignora a autônoma relativa de produção científica com relação às classes sociais (LÖWY, 1985: 34).

A teoria de Lênin que “numa sociedade fundamentada na luta de classes não pode haver ciência social imparcial”, parece que continua extraordinariamente atual. A ciência não é, em hipótese alguma, governada pela vontade do conhecimento, como queria Althusser, pois não é independente, apesar da autonomia das relações sociais. Mesmo que deixe irritado muitos historiadores, o conhecimento histórico não tem caráter apenas de mediação, nem é retomada de experiências passadas no presente, visto que deriva dos interesses de classe em determinado período, com o objetivo de intervenção no processo histórico em desenvolvimento.

Não basta estabelecer critérios e parâmetros de compreensão da sociedade, a visão de mundo, sempre existe mesmo que não se queira, não é dirigida apenas para compreender o passado, mas para manter ou transformar o presente. A visão de mundo leva àquilo que não se via antes, mesmo que estivesse presente, tendo uma função para os historiador, no momento em que ele parte para o “oceano” do passado e, onde, quanto melhor for essa visão de mundo mais dados novos poderá fornecer (HELLER, 1993, 175).

Ora, as visões de mundo colocam o problema da objetividade científica da história de forma diferente do que nas ciências da natureza, não devendo servir apenas de contemplação sobre o passado para melhor entender o presente. Tal visão interfere na construção científica da história a partir da perspectiva atual e não apenas para retornar ao passado. Não basta compreender o mundo com fazem os filósofos, importa é transformá-lo, como afirma Marx, nas **Teses sobre Feuerbach**.

Em termos teórico-metodológicos, isso significa romper com o historicismo a partir do raciocínio estrutural, transpor as “filosofias da história” e utilizar a abstração como instrumento científico, oriundo da constante e infinita submissão diante da prova dos fatos reais e concretos. Isso só pode ser realizado com o resgate da teoria que, quanto melhor se apresentar, mais evocativa se torna, despertando interesses e sentimentos que envolvem o evento histórico, tornando-nos pessoas inteiras, circundadas na totalidade da história (HELLER, 1993: 175).

Dessa forma, surgirá o conhecimento, tendo a práxis como fundamento. Como afirma Adolfo Sánchez Vázquez, “o conhecimento é o conhecimento de um mundo criado pelo homem, isto é, inexistente fora da história, da sociedade ...” (1986: 152). Assim, o conhecimento sempre está em

processo de desenvolvimento, cujo grau de aperfeiçoamento da ciência alargam ou restringem as verdades. Se assim não fosse, não se poderia retomar objetos de estudo indefinidamente. Repensar a Aliança Nacional Libertadora no Brasil e no Rio Grande do Sul não teria razão de ser, pois já se teria esgotado o conhecimento sobre o movimento com as obras já existentes. Ciro Cardoso diz que o conhecimento é o ser real da coisa exterior na fase de seu processo de formação na atividade do sujeito, como imagem interior (1988: 05). Isso quer dizer que sem o conhecimento a ação prática torna-se inócua, bem como o paradigma oposto também converge à esterilidade.

No início do século XX, coincidentemente viveu-se uma crise das ciências, em especial do marxismo, tal como agora. Lênin escreveu **Materialismo e Empiocrítico**, respondendo àqueles teóricos que buscavam demonstrar a impossibilidade de se chegar a um conhecimento da realidade objetiva através de uma perspectiva científica. Questionavam-se as leis da história e a possibilidade de cognoscibilidade teórica das sociedades e da natureza. Sob outra forma, mas com conteúdo idêntico, chega-se ao final deste século com o mesmo questionamento através do “irracionalismo” da “pós-modernidade”. Naquela época, procurava-se reduzir a ciência a fim de se obter um papel de simples análise das sensações; hoje, procura-se fazer crer que realidade e mito não são tão distantes entre si. Entretanto, a realidade das sociedades como qualquer realidade é infinita. A passagem a seguir, esclarece as razões que levam ao resgate da história como ciência:

Toda ciência implica uma escolha, e nas ciências históricas essa escolha não é um produto do acaso, mas está em relação orgânica com uma certa perspectiva global. As visões de mundo das classes sociais condicionam, pois, não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação das fontes, a formulação das teorias, mas a escolha mesmo do objeto de estudo, a definição do que é essencial e do que é acessório, as questões que colocamos à realidade, numa palavra, a problemática da pesquisa (LÖWY, 1985: 15).

Os princípios dogmáticos na história e o pensamento de que a ciência tem objetivos estanques levam a uma posição metafísica sobre a realidade social. Em o **Anti-Dühring**, de Engels, constata-se que o pensamento não tira de si mesmo as forças do mundo exterior, mas, sim, do próprio mundo exterior cujos princípios não são pontos de partida na pesquisa, porém, seus resultados finais (apud CARDOSO, 1988: 03).

O processo de investigação não cabe em esquemas prévios, segundo as autoras Vieira, Peixoto e Khoury (1989: 09). Essa é a perspectiva em ciência que se quer retomar e a que se propõe, sem cair no empirismo, muito menos no teorismo, mas, sim, sugerir uma relação dialética entre as duas esferas da realidade, consubstanciadas na relação entre teoria e prática. Tal proposta, de modo algum terá um caráter hermenêutico, como sugere Paul Ricoeur, mas a partir de um modelo teórico de cunho analítico, evitando o perigo de perder a condição de obra científica. Ultrapassa-se, assim, o positivismo e a hermenêutica, como entende Habermas, numa superação dialética e totalizante (RÜDIGER, 1991: 166 a 170).

Todavia, pretende-se aprofundar o desdobramento da superação da análise que se dá, por sua vez, em outra relação dialética, que é entre teoria e prática. Vázques argumenta que a atividade teórica em seu conjunto - como ideologia e ciência -, considerada também ao longo de seu desenvolvimento histórico, só existe por e em relação com a prática, pois ela tem, aqui, “seu fundamento, suas finalidades e seu critério de verdade”. Sempre tendo-se o horizonte de autonomia relativa da ciência, o autor considera que a teoria não se limita a ir a reboque da prática, mas em maior ou menor grau, se antecipa à própria prática (VÁSQUEZ, 1986: 202 e 238).

Ciro Cardoso e Hector Brignoli vão além, quando consideram que “a exposição teórica abstrata só pode receber sua confirmação, seus argumentos, seus exemplos através da referência constante a sociedades concretas, historicamente situadas no tempo e no espaço” (1983: 446).

Marx, na segunda tese sobre **Feuerbach**, diz que colocar fora da prática a questão de saber se o pensamento humano pertence a verdade objetiva é pura escolástica. Michael Löwy argumenta que Rosa Luxemburgo ultrapassou o dilema fixo e metafísico entre o moralismo abstrato de Bernstein e o economicismo mecânico de Kautski, através da compreensão pela teoria da práxis como unidade dialética do objetivo e do subjetivo, das condições econômicas e da vontade consciente, como mediação pela qual a classe em si se torna para si (LÖWY, 85: 102-3). Ciro Cardoso reconhece, por sua vez, que as derrotas políticas na união entre teoria e prática revolucionárias são causas estruturais da crise do marxismo (1988: 103).

A partir das considerações, pode-se afirmar que o problema poderá ter solução, como a crise das ciências sociais e do marxismo, se se entender que teorizar é sempre fazer o exercício do retorno à prática, cuja teoria nega ou confirma. O rompimento metodológico que a tradição clássica não fez, possibilita repensar sobre os erros cometidos, as revoluções e os movimentos frustrados e a própria crise teórica atual. Isso significa não cair no empirismo (preponderância da pesquisa sobre a teoria), nem no dogmatismo (teoria pronta e acabada), mas realizando uma análise e uma crítica do objeto de pesquisa, numa perfeita síntese dialética entre teoria e objeto. É por isso que a ruptura entre os fatos e as teorias não podem ser sinais de progresso, ao contrário do que quer Paul Feyerabend (apud COELHO, 1986: 107), mas é um grande retrocesso a paradigmas tradicionais do século XIX. Relacionar fato e teoria e vice-versa, significa não apenas relatar uma sequência de acontecimentos, mas, a partir de um processo histórico real, abstrair questões que não aparecem nos fatos em si.

Também far-se-ão considerações sobre o caráter das narrativas para a historiografia e a ciência. A seguinte passagem de Peter Burke, enfoca o caráter narrativo da história:

Ricoeur prossegue declarando que toda a história escrita, incluindo a chamada história estrutural associada a Braudel, necessariamente assume algum tipo de forma narrativa. De um modo similar, Jean-François Lyotard descreveu algumas interpretações da história, especialmente aquela dos marxistas, como “grandes narrativas”. O problema de tais caracterizações (...) diluem o conceito de narrativa, até que ela corra o risco de se tornar indistinguível da descrição e da análise (1992: 328).

Percebe-se, que para o autor, narrativa não é descrição pura, nem análise unicamente. Retomando o texto acima, na relação teoria-prática, o resultado dessa abordagem só pode ser expressa também numa relação dialética entre descrição e análise, empírico e teórico. O reconhecimento de várias interpretações possíveis de narrativa histórica, proposta por Burke, não colocando o monopólio da verdade sob a ótica dessa ou daquela perspectiva teórica não pode ser absolutizada, pois, pode-se avançar para um relativismo despótico da teoria, inclinando para o ecletismo e perdendo, enfim, a relação entre ciência e ideologia.

No pensamento de White-Hayden, os possíveis modelos de representação ou conceptualização histórica não dependem da natureza dos dados, nem das teorias que se invoca, mas da consistência, da coerência e do poder iluminador de suas perspectivas e visões do campo histórico, sendo que, por isso, não podem ser “refutadas” ou ter suas generalizações “desconfirmadas (1992: 19). A partir desse posicionamento, ressalta-se o papel importante das visões do campo histórico para se conquistar uma conceptualização através da narrativa histórica, porém, o autor equivoca-se ao concluir que tais “visões” não podem ser desconfirmadas. Ora, a confirmação e a refutação de uma teoria, apenas em termos teóricos, também é uma questão escolástica. Entretanto, tal negação é perfeitamente possível quando se fez, anteriormente, a relação teoria-prática. Se não se fizesse tal referência, perder-se-ia a síntese dialética entre a pesquisa e a teoria, reificando ou separando uma da outra.

1.3 - O Tempo e a Sucessão Histórica

O tempo é a permanência da realidade social. E a história como processo criador do humano (Ciro Flamarion Cardoso).

Se Marc Bloch argumenta que a história é a ciência dos homens no tempo, ainda se tem pouco. Tal concepção não resgata a amplitude que pode ter o conceito de história enquanto ciência, podendo, no entanto, diluí-la em outras ciências sociais. Acrescenta-se que história é a ciência dos processos sociais concretos através das relações das classes sociais em cada período estrutural pela qual passam os homens.

Uma das mais abrangentes concepções do que seja o tempo histórico, origina-se de Agnes Heller, levando a outras discussões:

O tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos. O tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais. Todo acontecimento é irreversível do mesmo modo, por isso, é absurdo dizer que nas várias épocas históricas, o tempo decorre em alguns casos “lentamente” e outros “com maior rapidez”. O que se altera não é o tempo, mas o ritmo de alteração das estruturas sociais. Mas esse ritmo é diferente nas esferas heterogêneas. É esse o fundamento da desigualdade, que constitui uma categoria central da concepção marxista da história (1989: 03).

Tal opinião é também expressa por Althusser, argumentando que o conceito de história precisa ser construído, pois ele não se confunde com o conceito empírico ou vivido do tempo (apud RÜDIGER, 1991: 126). É a partir dessa compreensão que se conclui que o tempo das ciências sociais, em geral, e da história em particular é diferente do tempo das ciências naturais, pois aquele se concretiza como permanência ou mudança da realidade social.

Ciro Cardoso considera que Fernand Braudel, em alguns textos, vê o tempo como algo externo que se impõe aos homens (1988: 26). Ainda, a partir do pensamento de Sergio Bagú, considera que há três dimensões do tempo onde aparecem os processos sociais; alguns muito recentes e outros iniciados há muitos decênios ou séculos; alguns aparecem em totalidades de superfície reduzida, outros em lugares distantes entre si, resultando em temporalidades diferenciais no espaço, e, alguns têm ritmo lento de desenvolvimento e outros vertiginosos (Idem: 30-1). Percebe-se que a noção de tempo em suas várias relações, situa-se e diferencia-se nos vários espaços. Contudo, a questão fundamental do tempo é a sua diversidade em relação às diferentes estruturas econômico-sociais.

Fernand Braudel concebe o tempo longo (ou de longuíssima duração) ultrapassando diferentes tipos de sociedades. Essa perspectiva relativiza e escamoteia a sucessão histórica. Estruturas que pouco ou nada mudam são sinônimos de uma visão onde a mudança/revolução desaparece, indicando apenas uma sucessão cronológica ou cultural do tempo histórico. Decorrente dessa concepção, Braudel vê as conjunturas apenas em termos de anos e não relacionadas às estruturas. A relação da conjuntura com a estrutura é que diferencia Marx de Comte quando se discute o tempo histórico e a sucessão, como nos esclarece Arno Wehling.

O entendimento processual do tempo histórico tem a ver também com a relação entre o historiador e o objeto de estudo. Carr argumenta que o “processo histórico de interação entre o historiador e seus fatos” denominado de diálogo entre o presente e o passado, não é uma relação entre indivíduos abstratos e isolados, mas “entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem” (1987: 49). Sabe-se que o entendimento do passado depende da clara compreensão das estruturas do presente, que são mais complexas que aquelas. Nessa relação dialética entre presente e passado, este torna-se importante ao se resgatar seu conteúdo emancipador, ao mesmo tempo que se salva a memória histórica, retirando, do esquecimento, potências liberadoras que ainda não se realizaram (NEGT, 1980: 12), porém sempre tendo em mente que aquilo já realizado é imutável. Perry Anderson adverte que o passado não pode ser alterado mediante qualquer prática presente, mas sim, que “seus eventos são sempre

reinterpretados e suas épocas redescobertas por gerações posteriores”. pois “em qualquer abordagem materialista séria” o passado não pode ser modificado (1986: 152).

Complementando os posicionamentos, Michael Löwy diz que “os problemas sociais são o palco de objetivos antagônicos das diferentes classes e grupos sociais”, assim “cada classe considera e interpreta o passado e o presente, as relações de produção e as instituições políticas, os conflitos sócio-econômicos e as crises culturais em função de sua experiência, de sua vivência, de sua situação social (1987: 152).

O autor considera, também, que através de um encontro romântico com o passado, mesmo idealizado, ter-se-á uma concepção evolucionista do processo histórico. Nesse aspecto, o autor retoma Lênin que considera uma diferença fundamental entre a concepção dialética de desenvolvimento e a concepção evolucionista vulgar: esta vê o desenvolvimento como diminuição e aumento, como repetição; aquela, como unidade dos contrários, ou seja, revela a chave para entender a ruptura na sucessão (LÖWY, 1985: 134). Acrescenta-se que não é só entendendo as rupturas que se compreende a infinitude da história.

As permanências e as mudanças só poderão ser detectadas na perspectiva da longa duração que, segundo Le Goff, é a mais fecunda possibilidade de se entender tais mudanças (1983: 45). Porém, visto no âmbito do modo de produção, sendo aqui como uma totalidade histórica, resumida em torno de uma estrutura sócio-econômica e superestrutural como por exemplo o modo de produção capitalista ou a formação econômico-social brasileira. Secundada pela estrutura, tem-se a conjuntura, que não deve ser vista apenas em anos, como querem vários Analistas, mas, sim, relacionada com a cultura, ou a política, ou o econômico ou, ainda, o ideológico. O tempo curto, difundido pelos positivistas, é o fato ou a sucessão dos fatos, que não pode ser desconsiderado na análise.

A ligação entre os diversos níveis do tempo será fator decisivo para se estudar os aliancistas, no Rio Grande do Sul, entendendo que, numa determinada conjuntura política, vários fatos ocorreram, interligados pela situação estrutural, ou seja, um movimento político (ANL) no interior de uma formação econômico-social capitalista, numa relação dialética e contraditória entre fatos políticos, conjuntura política e estrutura sócio-econômica, a partir da situação e do ponto de vista do movimento popular. O estudo da Aliança Nacional Libertadora, no Rio Grande do Sul, é basicamente uma análise de conjuntura, onde se estuda o poder e a oposição, sendo este um dos caminhos propostos por Herbert de Souza(1991: 15-16).

1.4 - Totalidade e Leis da História

A totalidade concreta não é um método para captar e escavar todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade: é a teoria da realidade como totalidade concreta (Karel Kosik).

Um dos conceitos mais negados, na atual crise da ciência histórica, é o conceito de totalidade ou a visão totalizante de mundo. Muitos críticos asseguram que é impossível se conseguir uma análise em que apareçam todos os aspectos de um objeto pesquisado. Eles argumentam que buscar a totalidade na história é uma metafísica e, por isso, deve-se voltar ao cotidiano e ao particular.

Mas qual é o significado da categoria totalidade? O que é entender a história de forma totalizante? Ao se totalizar nega-se o indivíduo e o particular? Determinada utilização do marxismo criou condições e argumentos para que seus críticos, a partir da totalidade, o chamassem de totalitário, pois pouco se abordou a relação entre indivíduo e sociedade, geral ou particular. Karel Kosik defende uma definição simples e objetiva a respeito de uma perspectiva totalizante:

Existe uma diferença fundamental entre a opinião dos que consideram a realidade como totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação, e a posição dos que afirmam que o conhecimento humano pode atingir a “totalidade” dos aspectos e dos fatores, isto é, das coisas, das relações e dos processos da realidade. No segundo caso, a realidade é entendida como o conjunto de todos os fatos. Como o conhecimento não pode jamais, por princípio, abranger os fatos - pois sempre é possível acrescentar todos factos e aspectos ulteriores - a tese da concreticidade ou da totalidade é considerada uma mística. Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido (1989: 35).

A citação explica que a dialética da totalidade não é um método que busca conhecer todos os aspectos da realidade. Tal ponto de vista nada tem a ver com a totalidade holística, organicista ou neo-romântica que agrupa o todo antes das partes e efetua mitologização do todo (Idem: 49). Totalidade é um entendimento da realidade social como um todo orgânico onde se entende um elemento sem perder a sua relação com o conjunto (LÖWY, 1986: 16).

François Dosse explica que a maioria dos historiadores dos Annales, hoje Nova História, renunciam a uma história global em nome dos riscos totalitários, mas que, alguns preservam a dimensão totalizante e globalizante, retomando-se a dimensão do homem. O fracionamento, diz o autor, em temporalidades múltiplas e sem inter-relações, explode as temporalidades em economia, política, e ideologia e leva o historiador a romper com a dialética entre uma estrutura lógica abstrata e o real, num movimento que deve ir da estrutura à conjuntura e inversamente para recuperar uma trama inteligível. Dosse enfatiza que a fragmentação do campo do real duplica-se com pretensões à globalidade, sob o ponto de vista de certos historiadores, decompondo a prática em dois tempos: o da explosão e depois da integração e justaposição dos elementos fragmentados em um totalidade fictícia trilhando um percurso neopositivista de uma ilusão totalizante, esquecendo um nível essencial que é o da análise estrutural, sem a qual não pode existir história total (1992: 257).

Por isso nem toda forma de História Nova é uma tentativa de história total, com quer Jacques le Goff. Lênin, já via na categoria totalidade, como conjunto dos momentos da realidade, a essência do conhecimento dialético cujo processo histórico a estrutura da totalidade será sempre uma estrutura histórica (Rosa Luxemburgo). Precisamente, aqui, é que o materialismo histórico vai se diferenciar de outras concepções históricas de mundo.

No entanto, cabe considerar a advertência de Ciro Cardoso, ao retomar Engels, do **Anti Düring**, alegando que uma ciência completa será aquela que faz a conexão entre as partes e o todo sem a esgotar num ato único do conhecimento. Para o autor, a contradição entre o todo e a inesgotabilidade do conhecimento só se resolve na evolução infinita e no desenvolvimento das gerações humanas (CARDOSO, 1988:06).

No momento em que se propõe verificar a ANL, no Rio Grande do Sul, a partir de uma perspectiva totalizante, deve ficar claro, também, que esta é uma das possibilidades de abranger a totalidade daquele objeto. Além desta proposta, verificar-se-á também questões políticas vividas na sociedade dos anos 30, relacionando-as à economia, à história e às contradições. De forma mais abrangente ainda, pode-se entender o Brasil a partir de um quadro mundial, o que exigiria um nível de totalização maior, devendo-se ter uma visão do mundo capitalista e socialista da época (KONDER, 1987: 38). Tal referência é pertinente mas não como ponto de partida e central da análise; interessa mais conhecer o movimento político que foi a ANL num processo de contradições sócio-econômicas do Brasil na década de 30 em geral e, 1935, em particular. Carr disse que não faz sentido falar que a generalização é alheia à história, pois esta prospera com aquela. O problema que se incorre é a generalização de forma abstrata sem relacionar com a sociedade em geral (1987: 58).

Na mesma consideração Carr refere-se ao particular e ao geral, afirmando que o historiador não pode separá-los ou dar preferência a um sobre o outro, do mesmo modo como não pode separar o fato da interpretação (Idem: 58). Já Mazzeo entende que o particular, enquanto concretude, encerra as grandes tendências do geral, pois ali residem as reais mediações com a universalidade (1988: 19). Na verdade, quanto mais se aproxima do concreto, mais as leis gerais se redefinem em relações cada vez mais complexas. Theotônio dos Santos explica que representar o concreto sem estas determinações não é ainda trabalho científico, mas observação sistemática. Para ele, a ciência só começa quando a descrição se torna determinação, torna-se “concretude determinada” ou “universal-concreto” (1982: 29). Esse caminho também é proposto por Montenegro quando afirma:

(...)ao longo do caminho, estaremos percorrendo representações de caráter universal(...) porém, encontra-se em um movimento e em relação permanente com determinações específicas; onde a própria razão de ser se define por algo particular e próprio dos aspectos específicos da formação social sem, no entanto, perder seu elo, sua relação com planos gerais/universais (1992: 09-10).

É na relação universal e particular que surgirá a noção de leis da história, extremamente questionada pelos adeptos da “pós-modernidade” ou, por alguns da “Nova História”. Engels, no prefácio à terceira edição, de **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**, em 1885, precisa a grande lei de desenvolvimento da história:

Foi precisamente Marx que primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, que se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou no terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais, e que a existência destas classes, e portanto também a colisão entre elas, são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua situação econômica, pelo caráter e pelo modo da sua produção e da sua troca condicionada por estes (In: ARX, 1982: 416).

Essa compreensão de que a história ou as sociedades são regidas por leis é o grande questionamento atual contra o marxismo, pois, segundo seus críticos, seria impossível conhecê-las. Ora, Marx constantemente criticava os economistas clássicos que mitificavam leis históricas do capitalismo para fazer delas leis naturais. A mesma atitude é dos teóricos positivistas em relação a história. A citação acima sendo vista de forma ampliada é a negação das críticas que colocam tal perspectiva como determinista, economicista ou voluntarista. É a negação também de certas vulgatas marxistas, com origem na II Internacional, de caráter positivista que negam a relação contraditória entre leis e determinações da história e a ação dos homens e das classes sociais.

A crítica geral ao marxismo identifica no **Prefácio à crítica da economia política** uma visão de que a história é um processo natural cujo desenvolvimento da sociedade se igualaria ao da natureza, derivando daí a descartabilidade dos homens fazerem história. Teríamos, enfim, uma teoria evolutiva determinista, num dilema entre teologia e causalidade. Para alguns, em termos teóricos aqui, residiria o esgotamento do marxismo, aliada a outro entendimento que vê no **Manifesto Comunista** a luta de classes como fator único e decisivo da transformação histórica. Perry Anderson sustenta que a primeira refere-se a uma realidade estrutural ou interestrutural e, a segunda, às forças subjetivas em conflito e confronto pelo domínio das formas sociais e dos processos históricos (1987: 39). A preponderância do primeiro sobre o segundo, resultaria numa compreensão economicista e determinista da história e, a predominância do segundo sobre o primeiro, se caracterizaria como voluntarismo.

Uma concepção que privilegia ora uma posição, ora outra, não rompe com a concepção determinista e mecanicista, tão cara ao século XIX, tanto sob o ponto de vista epistemológico quanto ontológico, mantendo a ambigüidade entre determinação X luta de classes. Marta Harnecker ensina que uma análise incorreta da compreensão marxista da história e do papel que desempenha a luta de classes leva ao voluntarismo, ao economicismo e a espontaneísmo, onde preponderam a submissão às leis da

história e ao desenvolvimento econômico, a exemplo dos mencheviques, ou o desconhecimento das condições objetivas mínimas para uma atitude revolucionária (HARNECKER, 1982: 220). Esta perspectiva nega aquilo que Lukács aborda como relação dialética entre necessidade e liberdade, cuja práxis social seria uma síntese entre os dois. Assim, o marxismo ultrapassa a dualidade entre as práticas sociais e as determinações e leis da história, pois ambas se interrelacionam e se interdependem (apud EVANGELISTA, 1992: 36 a 43).

Dentro dessa orientação, sociedade e indivíduo são inseparáveis, numa relação necessária e complementar e não oposta, Cardoso e Brignoli percebem que o materialismo histórico não nega o papel do indivíduo na história, mas entende aquele como criatura das relações de classe, mesmo que necessariamente não tenha consciência disso (1983: 466). Entretanto, deve-se reconhecer que historicamente os marxistas se preocuparam pouco com a relação indivíduo-sociedade tanto em termos teóricos como na prática política e nas experiências socialistas. Canevacci considera que, apesar de Marx, o indivíduo é o grande excluído da esquerda, que resolveu os problemas desse objeto com a acusação de rumo “individualista” ou “pequeno-burguês”, ou seja desconsiderou-se as relações entre as estruturas e o sujeito na história (CANEVACCI, 1981: 19).

É desse problema real que os críticos atuais do marxismo partem para negá-lo como um todo, defendendo cotidianos, indivíduos e estruturas descarnados de todo social. Porém, os erros cometidos, a partir de concepções materialistas mecanicistas ou até de idealismo voluntarista, não se impedem de resgatar-se a “relação dialética entre sujeito e objeto, entre os homens e as circunstâncias, a atividade humana e as condições dadas” (LÖWY, 1985: 76).

O homem, pela sua origem e história, por suas necessidades e ações, pela sua consciência não pode ser oposto à sociedade, pois é, na realidade, sua individualidade uma parte do conjunto das relações sociais e não algo abstrato e imanente, como explica a **VI Tese sobre Feuerbach**. Leandro Konder considera, inclusive, que o indivíduo isolado normalmente não pode fazer história (1987: 76). Satisfatória e necessariamente, parte da historiografia contemporânea tem resgatado a historicidade dos indivíduos, sem resvalar para o historicismo, mas retomando as particularidades sem abandono da universalidade, enfim, sem realizar a antítese entre indivíduos e sociedade (PINSKY, 1988: 21).

Esse percurso, na presente análise, procura resgatar a alienação do papel do indivíduo e a suposta perda do sujeito que se está vivendo, como alude Frédéric Gaussen (1989: 07), na busca de infinitos sujeitos criadores conectados com o todo social.

1.5 - Novos Paradigmas ou “Velhas Roupas” em Novo Contexto?

A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo (Karl Marx).

Perry Anderson considera que a partir da década de 1920, o que ele chama de “marxismo ocidental” afastou-se cada vez mais, de análises teóricas, de questões econômicas ou políticas mais importantes, de modo de produção ou de luta de classes, para se deter nos estudos das superestruturas, tendo a cultura como alvo central de suas atenções, por um lado e, a cisão entre a teoria socialista e a prática da classe operária, por outra (ANDERSON, 1989: 109 e 126).

Paralelamente, mas de forma oposta, a partir dos anos 30, até os dias atuais, porém com um corte radical definido nos anos 60, a Escola do Annales passou de uma questionada história total para a história em migalhas da **Nova História**, como atesta François Dosse, em **A História em Migalhas**. Tais fenômenos são parte da crise geral das ciências sociais? Ou uma perspectiva que soluciona a crise da outra? É o que se quer abordar na seção deste capítulo.

Guy Bois aponta que, sob o aspecto de uma inovação técnica e de um fascínio pelas ciências humanas, desenvolve-se “um questionamento parcial ou total do marxismo, uma rejeição da história

global e das pretensões de um enfoque científico” (In: LE GOFF, 1993: 257). Esse questionamento não é novo. Desde os fundadores do positivismo, passando por Max Weber, pela Nova História até chegar aos “pós-modernos”, a concepção marxista de história tem recebido críticas. Mas nunca como hoje, essas críticas foram tão abrangentes, pois se alega que tal visão esgotou-se historicamente, principalmente em função da crise do socialismo e da queda do muro de Berlim. Mas, o que tem de novo essas “novas abordagens” e os “novos métodos”?

Não é objetivo deste trabalho, até por não ser uma pesquisa de teoria da história, esgotar esta questão com uma retomada de todos os paradigmas. Por isso, a análise será frente as questões mais contemporâneas. Ao introduzirem a edição brasileira de **Concepção Dialética da História**, de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder alegam que o marxismo sempre sofreu várias tentativas de destruição enquanto concepção unitária do mundo, tentando fragmentá-lo em partes isoladas que poderiam ser assimiladas por concepções idealistas ou especulativas da história (apud GRAMSCI, 1986: 04).

Hoje, há um clima de negação de valores antes tidos como fundamentais, de abjuração e descrença, de negação de princípios básicos do materialismo histórico. A crise de desenvolvimento do marxismo, de caráter idêntico àquela detectada por Lênin, no início do século, no artigo **Acerca de Algumas Particularidades do Desenvolvimento Histórico do Marxismo**, auxilia na formação de concepções de mundo “irracionalistas” ou fragmentárias. Em muitos casos, a rejeição do marxismo não se dá de forma aberta; em outros, busca-se demonstrar a necessidade de superação por uma “nova” teorização do social (EVANGELISTA, 1992: 12).

Segundo algumas das críticas, a generalização indevida e o determinismo, abordados anteriormente, aliada à defasagem entre a teoria e as realidades sociais, mostram a esgotabilidade do marxismo, como teoria, para entender o mundo e produzir novos conhecimentos. O surgimento de “novos” sujeitos políticos, em relação à crescente diminuição do papel social do proletariado, teria gerado a “politização do social” e o “estilhaçamento da política”, cuja estratégia de tomada de poder teria caducado em favor das lutas imediatas (Idem: 16). Evangelista vê, em Castoriadis, um dos principais críticos do marxismo, o argumento que o edifício teórico desta visão de mundo é insustentável e sua teoria de funcionamento da sociedade é falaciosa e “mística” (Ibidem: 18).

Desta forma, a totalidade, então, é substituída por “tudo é história” ou pela “desreferencialização do real” da “pós-modernidade”. Assim, a história perde o seu sentido, prevalecendo o cotidiano, quando se alega que o empirismo seria mais explorador e autocrítico; a concepção de saber é descentralizada, no momento em que este não teria mais um centro, mas estaria dissimulado em todas as esferas da sociedade.

A partir de uma crítica da razão instrumental, encaminha-se para uma crítica total sem qualquer possibilidade de entendimento racional da história, quanto mais do seu avesso dialético: o materialismo histórico. Procura-se elevar tudo a objeto de conhecimento histórico, mas de forma fragmentada. Busca-se criar um mundo de micro-objetos, sem sentido, sem hierarquia e sem razão, negando qualquer possibilidade de subjetividade racional e autoconsciente capaz de entender e explicar o mundo (ZAIDAN FILHO, 1989: 22).

Com críticas contundentes ao marxismo, leva-se de roldão as posições tradicionais do século XIX. O marxismo também é visto como uma teoria tradicional, da mesma forma que o idealismo e o positivismo. Alude-se a conservadora compreensão da teoria como pura e simples abstração, que não articula o real com o teórico através da síntese (idealismo), como a visão que não vê a especificidade da diferença entre as ciências da natureza e da história, negando a identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento, originando a proposta de neutralidade científica e as implicações político-ideológicas da teoria social, negação da teorização do social e privilégio da realidade empírica. Estas

conceituações do idealismo e do positivismo são retomadas enquanto visões de mundo (RIBEIRO, 1987: 15-6).

Tais visões, ao mesmo tempo que suas “novas” teorias, estão eivadas tanto de noções idealistas como de pressupostos positivistas. Mesmo os chamamos “irracionalistas” não fogem dessa retomada de argumentos dos século XVIII e XIX, mas com roupagem passando por nova.

Questionam-se paradigmas - aquelas realizações científicas universalmente reconhecidas que fornecem problemas e soluções para uma comunidade de praticantes de uma ciência, como definiu Thomas Kuhn (apud SANTOS, 1979: 15) - que vêem objetividade tanto na história como na ciência, considerando-as irrealistas. Cai-se assim, num relativismo cultural aplicado à escrita da história como a seus objetos (BURKE, 1982: 15).

Quando Engels introduziu **As Lutas de Classe em França**, em 1895, reconheceu que aquela obra de Marx era a primeira tentativa para explicar um fragmento da história contemporânea por meio de um método materialista a partir de determinada situação econômica dada (In: Obras Escolhidas, 1982: 189). Do estudo de um fragmento da história, ou seja, a França de 1848 a 1851, num trabalho cuja perspectiva era a totalidade da forma como se descreveu anteriormente, passou-se à fragmentação absoluta da historiografia, procurando-se negar qualquer possibilidade de totalização. Assim, os historiadores defendem a volta às narrativas, ao acontecimento, à crônica que constata e não explica, deixando de lado a teoria e os porquês da história, com predominância e retorno a uma história factual. Na verdade, temos de volta uma espécie de neopositivismo, pois

os fatos se apresentam como a face superficial do que ocorre. Eles não são a essência, deixam alguns rastros de conteúdo desde que analisados no que têm de comum, no que apresentam de geral ou universal. Os meros isolamentos de fatos, pois, por mais numerosos que sejam os fatos arrolados e por isso mais precisam que sejam as suas referências particulares (lugar, tempo, personagens), não pertencem aos domínios da história, não fazem a história (SODRÉ, 1985: 27).

Ciro Cardoso constata que atomizações da história, conforme a citação, em compartimentos estanques, impede o conhecimento de objetos de acordo com o modo de produção, revoluções contemporâneas e outros marcos históricos que protagonizam inflexões qualitativas no curso da história, têm uma evidente finalidade reacionária de desmobilização política (1988: 101-2).

Retorna-se, assim, a conceitos ultrapassados com a aparência de novos, numa tendência de acirrar o passado, onde o ecletismo é a tônica, e a coerência teórica é jogada na “lata de lixo da história”. Mesmo alguns setores da esquerda, a partir de teses defendidas por Thompson, Benjamin, Gingzburg, Vovelle e outros, utilizam argumentos fragmentários para a discussão que dizem fazer avançar.

A teoria das sociedades acaba cedendo a pressões “irracionalistas” que, na verdade, realimentam o empirismo, negando a objetividade na história e transformando o cotidiano em estruturas totalizantes ou convertendo sonhos, mentalidades, lágrimas, modas ou o poder como verdadeiras infra-estruturas. Assim, determinam o conjunto da sociedade por si mesmos. Ao se retirar o cotidiano, os indivíduos e as ideologias, da totalidade concreta, se é “politicamente correto”, teoricamente é um retrocesso ao agnosticismo do século XVIII ou à narrativa positivista, do século XIX, ignorando as totalidades e os porquês da história.

Deve-se, a partir daí, resgatar a “perigosa responsabilidade”, segundo Michel Vovelle, do historiador marxista, abordando os porquês da história (1991: 10), para ir além do como aconteceu ou do relativismo histórico (1991: 10). Lênin, em **Materialismo e Empirocriticismo**, reconhece o relativismo no marxismo, mas não reduz o conhecimento a ele, sob o perigo de se perder a verdade objetiva, caindo na obscura constatação da existência de várias verdades, onde todos os “gatos são pardos” (apud LöWY, 1985: 26).

Maria Odila Dias entende que “novas abordagens e métodos libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história micro-social do cotidiano”, os quais “diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos aos processos de acumulação de riquezas, do poder e à história político-institucional” (DIAS, 1984: 7-8).

Porém, como afirma Peter Burke, os novos paradigmas da **Nova História** têm problemas de definições, de fontes, de método e de explicações (1992: 20), cujos processos não se tratarão devido aos limites deste trabalho. Guy Bois, por outro lado, diz que a grande dificuldade dos historiadores marxistas é enriquecer sua visão com a abertura de novos campos, sem cair na fragmentação, mas permanecendo no materialismo histórico. Também, exprime que só se consegue isso se as relações sociais tornarem-se, aos seus olhos, o campo privilegiado do trabalho teórico (BOIS, In: LE GOFF, 1993: 256).

Ao estudar a ANL, no Rio Grande do Sul, não se deixará de lado o cotidiano do movimento e a oposição a ele, os fatos acontecidos, a atividade individual das lideranças, as ideologias em lugar das mentalidades ou a utilização, não exclusiva, da história oral. Porém, tratar-se-á aquele objeto ligado às relações sócio-econômicas a partir de uma visão totalizante de história, sem relativizar ou destruir o que é central e o que é periférico como quer a “Nova História”. Isso não significa ser dogmático. Pelo contrário, quer se avançar realmente dentro de uma concepção de história que, apesar dos erros cometidos em nome dela, tem muito a oferecer como forma de compreensão das diferentes realidades e do próprio mundo que vivemos. O marxismo, por seu método, é especialmente capaz de auto-criticar-se para dar conta dos seus próprios problemas e da sua crise. A irônica “ruína fecunda” dos “grandes sistemas que visavam à unidades das ciências em nome da ‘complexidade’”, proposta por Christian Descamps, com certeza, não se esgotou historicamente, até porque o “novo”, surgido até agora, fundamenta suas bases sobre o velho estilo.

O que há de novo numa história “quase imóvel” de Fernand Braudel, comparada à ciência da mudança, conforme a visão do marxismo? Entende-se que nem o uso da “roupagem dos outros” como fez a “Escola dos Annales”, para “revestir uma velha dama indigna”, recusando uma teorização da história para ganhar plasticidade e mobilidade a fim de integrar-se num maior espaço possível de pesquisa, esconderá a falta de uma perspectiva de mudança social, intrínseca na “Escola dos Annales”, na “Nova História” e na “pós-modernidade” (DOSSE, 1992: 15).

A recusa às grandes sínteses dos macro-objetos e das relações estruturais em defesa do fragmento, do fortuito, do indeterminado, do “irracional” e do micro, são centros da virada da perspectiva historiográfica nos últimos anos (PETERSEN, 1992: 4). Giovanni Levi considera a micro-história como uma prática historiográfica de variadas referências teóricas, num certo sentido até ecléticas (In: BURKE, 1992: 133).

Assim, a falta de coerência explicativa é substituída por infinitas narrativas, como uma “história vista de baixo”, desconectada de uma estrutura maior, com caráter demagógico, vista apenas com um entrecho do cotidiano, de forma oposta como observa Jim Sharpe, gerando uma fuga da discussão sobre o poder, onde se vê a política a nível local ou particular (In: BURKE, 1992: 54).

Quando Alfredo Bosi questiona se as elites brasileiras acreditam-se engolfadas na “pós-modernidade sem sequer ter vivenciado a modernidade” (1993: 361), pode-se fazer alusão a isso, questionando também se as “elites” da historiografia e da academia, num novo modismo, a exemplo do althusserianismo, dos estruturalismos e outros, não caminham para uma história “pós-moderna” sem ter entendido as bases do que hoje renegam, como no caso do materialismo histórico. Se não for isso, só resta a alternativa da opção de classe. O “novo” de hoje, a partir do fragmentário, é uma retomada do positivismo, onde se perde a relação dialética presente/passado/presente e a perspectiva globalizante em proveito das “migalhas da história” (DOSSE, 1992: 21), num maior obscurantismo do conhecimento

histórico, cujo positivismo encontra uma oportunidade de sobreviver, envergando um novo traje (BOIS, In: LE GOFF, 1993: 244).

Não basta propor estudos de casos, vistos como modelos, como quer Jacques Le Goff, considerando isso como uma ampliação do horizonte globalizante, quando na prática a fragmentação praticada pela “Nova História” é cada vez mais frequente. O idealismo de uma fraseologia geral não extingue o seu real conteúdo de negação teórica e epistemológica, em favor de um tecnicismo cientificista ou até mesmo da negação da ciência, como em Paul Veyne, realçada pela grande pobreza metodológica (CARDOSO, 1988: 93 a 110 e ZAIDAN FILHO, 1989: 17 a 26).

A recusa das totalidades surge com mais força nos teóricos do que se convencionou chamar de “pós-moderno”. Para estes, vive-se em um mundo de melancolia e alienação, de individualismo e descartabilidade, apatia política e consumismo, indiferença e negação da verdade, aliada à impossibilidade de conhecer-se qualquer realidade. (BOSI, 1993: 354-5).

Através de Lyotard, Baudrillard e outros, proclama-se a morte das grandes narrativas, pois a realidade foi transgredida pelo simulacro de si, numa visão “pós-moderna” do fim da história. Altera-se o argumento já invertido de Fukuyama e, ao mesmo tempo, anuncia-se a dificuldade de compreensão do contemporâneo. Steven Connor coloca que para os “pós-modernos” não existe um critério de valor capaz de alcançar aceitação (1992: 15), ou, conforme Baudrillard, uma destruição na relação entre a teoria e seu objeto (apud CONNOR, 1992: 15 e 56).

Caracteriza-se uma concepção “irracionalista” da história, e proclama-se a “desreferencialização do real”, onde tudo é “simulação” ou “representação simbólica” do real (este não tem mais sentido). Defende-se a “dessubstancialização do sujeito” com sua imperiosa fragmentação, cuja sociedade, por sua vez, perde o sentido. Também perde sentido a preocupação com o futuro, criando-se uma sociedade de um presente apático e corporativo.

Na verdade, a “teoria” dos “pós-modernos” não explica o contemporâneo, mas é expressão teórica da falta de perspectivas de parte da intelectualidade contemporânea, que terminam auxiliando na valorização do domínio dos mercados pelos monopólios em todas as áreas da atividade humana, tendo uma perspectiva escamoteada de abandono de qualquer projeto coletivo (RUY, 1988: 56). O reflexo de tal posição é um pensamento agnóstico e estéril que sugere a incognoscibilidade do social e a relativização de todo o conhecimento (EVANGELISTA, 1992: 31).

Tendo atrás de si o argumento de crise da modernidade, vista aqui como construção do mundo burguês que deverá ser abolida pela revolução socialista, segundo Perry Anderson (1986: 15) - consubstanciada pela crise do capitalismo e do socialismo, o surto “irracionalista” não percebe que a própria tentativa de fragmentação é produto das relações capitalistas num momento de “nova ordem internacional” (EVANGELISTA, 1992: 35-36).

Esse pessimismo cultural elitista, que só viu petrificação e massificação nas chamadas “democracias ocidentais” (ANDERSON, 1992: 09), gerou recentemente seu viés racional com a tese do “fim da história”, de Francis Fukuyama, segundo o qual, a humanidade chegou ao ponto final de sua evolução ideológica devido ao “triunfo das democracias liberais”. Fukuyama “teoriza” esta consideração, afirmando:

Tanto Hegel quanto Marx acreditavam que a evolução das sociedades humanas não era aberta, mas finalizaria quando a humanidade houvesse alcançado uma forma de sociedade que satisfizesse suas aspirações mais profundas e fundamentais. Ambos os pensadores postulavam, então, ‘um fim da história’: para Hegel, este era o Estado Liberal, para Marx, uma sociedade comunista (1992: 10).

Ora, qualquer leitor atento aos textos de Marx ou Engels responderá que para os fundadores do materialismo histórico, a história era um processo infinito e a sociedade comunista seria só o início da “verdadeira história da humanidade”. A seguinte passagem de Engels demonstra essa compreensão:

Da mesma forma que o conhecimento, também a história nunca poderá encontrar seu coroamento definitivo num estágio ideal e perfeito da humanidade; uma sociedade perfeita, um “Estado” perfeito são coisas que só podem existir na imaginação. Pelo contrário, todas as etapas históricas, que se sucedem nada mais são que outras tantas farsas transitórias no processo de desenvolvimento infinito da sociedade humana, do inferior para o superior (1980: 173).

Então, os limites, o ecletismo, as falseações, o retorno a velhas fórmulas idealistas e positivistas são os limites dessa “nova” historiografia que já nasceu dentro de uma clínica geriátrica. Porém, se o marxismo quiser enfrentá-las deve sair do economicismo, do dogmatismo e do mecanicismo, resolvendo sua própria crise e caminhando na perspectiva de que ainda não surgiu teoria do conhecimento capaz de superá-lo, pois as “novas” teorias não possuem o seu método dialético e sua visão totalizante, que o tornam superior e capaz de fazer sua própria autocrítica, ao mesmo tempo que responde aos seus supostos sucessores.

1.6 - A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul: A Partir de que Paradigma?

Nenhuma doutrina tem condições de resolver preliminarmente ou de antecipar os problemas que nascem do curso do desenvolvimento de uma sociedade (ROI A. MEDVEDEV).

Grande parte dos historiadores poderiam dizer que reestudar a Aliança Nacional Libertadora numa perspectiva totalizante seria um intento que estaria esgotado historicamente. Alguns, talvez, nem indicariam a possibilidade de compreendê-lo enquanto movimento político de expressão na sociedade. Porém, considerando a plausibilidade de tê-lo como objeto do conhecimento, em contraposição a uma concepção marxista da história, poder-se-ia analisá-la, talvez até sem utilizar tal nível de compreensão, a partir de um retorno à história política; outros se encaminhariam para um estudo micro-histórico de determinada parte do movimento, como por exemplo, a atuação do comitê dos metalúrgicos da Aliança Nacional Libertadora em Porto Alegre; os terceiros, proporiam uma história do cotidiano do movimento enquanto este esteve na legalidade; já outros, diriam que o importante seria tratar o movimento de forma regional, sem que em momento algum o relacionasse com a realidade brasileira e mundial de 1935; da mesma forma ter-se-ia aqueles que rumariam para uma “história de baixo” ou dos “excluídos da história” como propõe Michele Perrot (1988), buscando compreender apenas o lado dos derrotados; também surgiram aqueles aconselhando a realização de uma história determinada a partir de uma única estrutura da época, como uma “história social” do movimento e suas implicações econômicas que levaram à sua organização; outros poderiam resgatar um indivíduo (operário, intelectual) que participou do movimento ou fatos isolados (os enfrentamentos entre aliancistas e integralistas) para fazer uma história fragmentária da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul e, por fim, apareceriam aqueles que iriam resgatar este movimento com entrevistas de integrantes do movimento que ainda permanecem vivos, fazendo apenas história oral. Contudo, todas essas perspectivas dar-se-iam de forma a fracionar o conhecimento sobre a Aliança Nacional Libertadora.

Pelo contrário, propõe-se dentro de uma orientação totalizante, onde não trataríamos de tudo, mas de todo orgânico das diferentes estruturas, analisar os fatos, o cotidiano, o resgate oral da forma como vê Samuel, afirmando que o valor da testemunha depende do que o historiador aponta, assim como o que ele as leva, da precisão das perguntas e do conteúdo mais extenso do conhecimento e entendimento derivados, onde o relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica (Samuel, 1990: 239), a política e a ideologia do movimento, vendo-os de forma geral, sem sermos genéricos.

A retomada da Aliança Nacional Libertadora, no Rio Grande do Sul, relaciona-se a um entendimento teórico não apenas narrativo, mas conectado com a conjuntura política e a estrutura econômico-social do Brasil de 1935. Sem determinismos exclusivos do econômico, mas entendendo a autonomia relativa da superestrutura política e ideológica, porém sem dogmatismo, cuja teoria é apenas “encaixada” na realidade estudada, mas resgatando a dialética do processo histórico real. Acredita-se que assim, o materialismo histórico ainda tem muito a oferecer enquanto ciência da história. Perry Anderson explica a contribuição teórica dos estudos a partir do materialismo histórico:

O materialismo histórico continua a ser o único paradigma intelectual suficientemente capacitado para vincular o horizonte ideal (...) às contradições e movimentos práticos do presente, e à sua formação a partir de estruturas do passado, numa teoria de dinâmica determinada de todo o desenvolvimento social. Mas, como qualquer outro paradigma, ele não será substituído enquanto não houver um candidato superior para um avanço global comparável no conhecimento. Ainda não há sinais disso, e podemos estar portanto confiantes de que muito trabalho nos espera amanhã, como hoje, no marxismo (1987: 122).

A possibilidade múltipla do marxismo, após a eliminação de velhas travas com opiniões rígidas, transformadas em dogmas, sem atentar para a historicidade dos próprios conceitos, é que tem contribuído para o avanço da teoria marxista (CARDOSO e BRIGNOLI, 1983: 103). Gerd Borheim considera que o marxismo é “um pensamento profundamente aberto” e, em decorrência disso, tem que se “renovar constantemente em decorrência da evolução histórica” (1978: 82).

Por isso, como entende também Guy Bois, o materialismo histórico perderia sua substância científica se ignorasse as novas disciplinas para a ampliação de seus horizontes, mas sempre realizando estudos de determinada sociedade concreta, sem elaboração de modelos teóricos a priori, como se o conhecimento pudesse ser concebido sem o primeiro (In.: LE GOFF, 1993: 257 e 259), numa visão coerente e mutável dos processos sociais, com interesse voltado mais para as estruturas e o coletivo do que para o fato superficial e individual. Porém, sem ignorá-los, como reconhece Pierre Vilar, pois para um historiador marxista a pesquisa histórica é o estudo dos mecanismos que vinculam a dinâmica das estruturas à sucessão dos acontecimentos (apud PRESTES, 1991: 35).

Por outro lado, como explica Vavy Pacheco Borges, “escrever história não é estabelecer certezas, mas reduzir o campo das incertezas, estabelecendo um feixe de probabilidades”. Não é dizer tudo sobre uma determinada realidade, mas explicar o que nela é fundamental, sem cair no relativismo onde todas as interpretações são permitidas (BORGES, 1987: 66). Além disso, ter como norte o materialismo histórico não acrescenta nenhum conhecimento concreto, mas aponta os meios que permitem um conhecimento científico dos objetos concretos (HARNECKER, 1982: 214).

Por trás do materialismo histórico, enquanto teoria, está o seu método de investigação, a dialética marxista, o qual lida sempre com um estágio particular do processo histórico (MARCUSE, 1988: 287), ou com a transição de uma sociedade para outra. Tal método científico é um meio de que dispõe a ciência histórica para propor problemas verificáveis e para submeter à prova as soluções que forem propostas a esses problemas (CARDOSO, 1988: 64).

Esse método possibilita construir a relação causal, evitando-se dois problemas como coloca François Dosse:

A hierarquia causal a ser construída deve ser feita evitando dois perigos: o da generalização teórica abstrata desvinculada do real e o da descrição de casos singulares. O historiador deve, ao contrário, realizar um constante movimento de vaivém do factual ao quadro conceitual e do quadro conceitual ao factual. Sua síntese não é a simples colagem das diferentes partes apresentadas no plano compartimentando, mas a pesquisa de sistemas de causalidades (1992: 257-258).

Assim, não se transfere mecanicamente os procedimentos metodológicos, preservando a síntese da história, a articulação entre os diferentes níveis do real e a relação dialética entre os tempos curtos e o tempo longo estrutural. Numa análise dialética, só se entende a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul vendo a historicidade de tal objeto a partir do jogo de antagonismos produzidos no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, de onde desdobram-se as contradições que constituem as relações, os processos e as estruturas de apropriação (econômico) e dominação (políticos) (IANNI, 1985: 35), cuja abstração é a síntese da análise a partir do real.

Theotônio dos Santos sintetiza um dos aspectos fundamentais do método dialético:

A rígida diferenciação e interdependência entre os níveis de abstração é um dos principais aspectos do método dialético, que o diferencia profundamente do método analítico formal. Ao diferenciar os níveis de abstração, Marx tem por objetivo desenvolver a investigação teórica que estuda certas condições determinadas que não existam sob esta forma pura na realidade empírica, mas cuja determinação é necessária para um enfoque explicativo desta realidade. A seguir o método procura reintegrar

progressivamente os outros aspectos da realidade e aproximar-se da realidade concreta. Este momento de análise se chama processo de concreção progressiva (1982: 17-18).

Tal método, sem exclusivismos, possibilita, dentro de uma totalidade, compreender melhor a história política que será a base de estudo da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. Paulo Sérgio Pinheiro, por outro lado, opina que hoje se vive uma virada na história, quando a história do movimento operário é visto com menos triunfalismo e sem idealização do passado, como fazia certa historiografia engajada (In: ISTO É, 1985: 46).

Ernildo Stein considera que as esquerdas (hoje vivendo um momento de melancolia), procuram recolher os fragmentos de um objeto que elas próprias perderam (1992: 53) Ao se reconsiderar a história da Aliança Nacional Libertadora, sem idealizá-la, não se resgata um objeto perdido, mas sim parte-se desse objeto para reconstruí-lo, de forma diferente, tendo em vista a transformação real do presente.

A forma irada como a situação tratou a Aliança Nacional Libertadora, em 1935, é de mesmo conteúdo com que o materialismo histórico é questionado como teoria para a cognoscibilidade das contradições e da dominação, tanto das realidades passadas como das presentes . O resgate de uma história política só tem sentido enquanto história do poder em todos os aspectos, relacionado às outras estruturas do todo social. O materialismo histórico ainda é o paradigma mais avançado para compreender a Aliança Nacional Libertadora, pois os movimentos políticos-sociais ou operários, historicamente não se esgotaram. Pelo contrário, são objetos de teorizações e práticas presentes e futuras.

2 - TODO O PODER À ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA?

A realidade natural e a história são dialéticas em si mesmas (Ciro Cardoso).

No capítulo, pretende-se abordar a Aliança Nacional Libertadora, no Brasil, dos anos 30, procurando resgatar algumas das principais questões referentes àquele movimento, cuja historiografia brasileira tem aberto importantes considerações, bem como novas revelações. Pretende-se sintetizar os aspectos considerados mais relevantes, mesmo que, sobre alguns deles, ainda não se tenha elaborado conclusões consensuais.

Assim, quer-se tratar a conjuntura da época, sem que seja centro da preocupação, mas, sim analisando as questões econômicas, sociais e políticas nacionais, além de alguns tópicos internacionais. Em seguida, apresentar os principais momentos da Aliança Nacional Libertadora, e, após, relacioná-la com o Tenentismo, com Luiz Carlos Prestes, com o Partido Comunista do Brasil (PCB) e com o Komintern ou a Internacional Comunista (IC).

.h1 #

Cabe ressaltar que, por não ser a parte fundamental do trabalho, não se pretende aprofundar as questões levantadas no capítulo, mas apenas pôr em relevo o que se considera como principais elementos empíricos e teóricos sobre a Aliança Nacional Libertadora no Brasil, limitando as considerações até os primeiros momentos da ilegalidade desta Frente. A Insurreição Nacional Libertadora de novembro de 1935 não interessa como ponto central de abordagem. Entretanto, ainda nesse capítulo devem ser feitos alguns comentários sobre os antecedentes de novembro, sob o cuidado de não efetuar um corte violento referente à Aliança na legalidade e sua ação final.

2.1 - A Conjuntura

A dialética da negatividade não se resolve no processo de interpretação, mas no de transformação do real (Otávio Ianni).

Apesar da morosidade, o desenvolvimento industrial no Brasil, desde meados do Século XIX, incentivava para que o País fosse pensado a partir das transformações estruturais decorrentes daquele processo, gerando, por sua vez, elementos de dinâmica empírica que refletiam no pensamento sobre a realidade concreta. O ensejo de, já no século XX tornar o País uma potência a nível internacional, espalhava-se pelos setores que não faziam parte do seleto grupo agrário-exportador como os jovens militares e outras camadas urbanas, como profissionais liberais, professores, estudantes e mesmo parcelas do operariado emergente, os quais tornavam-se importantes expressões sociais (VIANNA, 1992: 23).

2.1.1 - Nível Internacional

Quando se chega ao ano de 1935, o Brasil já está integrado à economia internacional do capitalismo, como parte importante dos laços econômicos mundiais. Mesmo que não totalmente definida a situação, devido a atuação do imperialismo alemão no comércio da América Latina e do Brasil, o predomínio inglês cedia lugar aos interesses norte-americanos, como explica José Nilo Tavares:

A tradicional influência econômica inglesa, no País, encontrava-se, depois da Primeira Grande Guerra abalada e cedia terreno aos Estados Unidos, que se apresentavam já como o principal comprador das matérias por nós exportadas e nosso principal credor. Por outro lado, nos planos que vinham sendo traçados pela diplomacia hitlerista, em consonância com os interesses da indústria, o Brasil apresentava peculiares atrativos (1985: 39).

Nesse aspecto, e do ponto de vista internacional, o Brasil situava-se em meio a uma tensão que apresentava três características: a tênue relação entre a Alemanha e a Europa; as relações críticas entre o nazi-fascismo e o mundo capitalista e, por fim, as também áridas relações entre o nazi-fascismo e a União Soviética, no caso, devido a atuação dos Partidos Comunistas e da Terceira Internacional, nos países capitalistas (Idem:41).

Tais contradições interimperialistas se fazem sentir na realidade econômica e política do Brasil. Um dos aspectos dessa influência é o inegável aumento da participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil refletindo na vida política nacional (a criação do movimento integralista em 1932, através da Ação Integralista Brasileira - AIB - e sua expansão), expressando-se através do nacionalismo e repercutindo tanto na direita como na esquerda. O avanço de países em desenvolvimento capitalista tardio, como o Brasil, mesmo que a concorrência dos países capitalistas avançados fosse embaraço, refletem na “esperança de independência econômica”, tendo indiscutível influência “sobre a consciência de vítima da exploração internacional que se apoderaria dos setores dirigentes brasileiros” (TAVARES, 1985: 41-42).

2.1.2 - Nível nacional: economia, sociedade e política

A crise de 1929, que afetara toda a estrutura econômica mundial, refletia-se também no Brasil. A década de 1930 caracteriza-se pelo momento em que o valor da atividade agrícola começa a ser superada pelo da indústria. Essa característica é definida por Edgard Carone:

Crise, déficits na balança comercial, baixo preço do café, diminuição da renda monetária interna e encarecimento de mercadorias estrangeiras são alguns dos fatores da trágica dinâmica da época e que explicam como ao manter-se a procura interna com maior firmeza do que a externa, o setor que produzia para o mercado interno (indústria) passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se em consequência uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a predominância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação do capital (1976: 13).

A centralização econômica do Estado, efetuada pelos setores oligárquicos diferenciados e que chegam ao poder com o Movimento de 1930, faz com que o governo controle cada vez mais a produção e a comercialização na agricultura. A crise no setor é contrastada pelo setor industrial devido ao aumento do mercado interno, fazendo com que o número de indústrias cresçam, principalmente no eixo Rio-São Paulo. A proteção do governo ao desenvolvimento econômico acentua-se, por um lado, e o déficit da balança de pagamentos, por outro, fazendo com que as importações se restrinjam ao mínimo, estimulando necessariamente a industrialização. Assim, fatores externos e internos, mesmo que em momentos de crise, fazem a “roda quadrada” da revolução burguesa no Brasil prosseguir.

Entretanto, o crescimento econômico não impede o empobrecimento do País, fruto de uma antiga dependência externa, haja vista que os produtos têm pouco valor de compensação, fazendo com que se importe menos, resultando na falta de produtos essenciais. Gera-se um caos financeiro interno, tornando difícil a situação bancária e ocorrendo a quebra de vários estabelecimentos (Idem, 63). A crise impõe a utilização da política de substituição de importações, estimulando cada vez mais a produção industrial e o comércio interno, ocorrendo um pequeno crescimento econômico. A característica daquele momento econômico, frente à crise de um lado e crescimento de outro, é constatada por Nelson Werneck Sodré:

Esse crescimento vai, progressivamente, integrando na economia brasileira os recursos de força de trabalho e da terra subutilizados antes ou utilizados no setor de exportação ou no de subsistência, particularmente neste. A solução de substituição de importações, imposta pela crise, conferia estímulos ao desenvolvimento da economia brasileira, ampliava o mercado interno, subvertia as condições vigentes há décadas e gerava uma estrutura nova, em que o traço mais evidente estava na ampliação das relações capitalistas e no crescimento da sua acumulação (1986: 13-14).

Mesmo o País em crescimento, não impede que setores menos favorecidos sejam afetados, principalmente em vários pontos de concentração, atingindo áreas regionais e setores da produção e do comércio (BASTOS, 1973:45). Dialeticamente pensando se havia avanços econômicos por alguns aspectos, havia problemas e atrasos por outros, nesse caso, reproduzidos por setores que dele se beneficiavam. O Brasil vivia um momento de encruzilhada devido à permanência do autoritarismo patriarcalista e predominância do latifúndio, acarretando a falta de mudanças na estrutura agrária, afastamento do operariado de qualquer decisão política e falta de um capitalismo liberal nas ações políticas da burguesia. Isto, por sua vez, gerava um Estado ineficiente, permeado por um “nacionalismo ufanista e o desejo de auto-afirmação nacional”, mas que se chocava diretamente com uma difusa consciência de que as reformas aceitáveis não deveriam modificar as bases de sustentação dos privilégios dos próprios grupos que reclamavam mudanças (VIANNA, 1992: 24).

A ascensão da burguesia industrial não impedia que a burguesia agrária permanecesse na cena econômica, ou seja, em 1935, 70% dos trabalhadores permaneciam em zonas rurais. Por sua vez, o proletariado industrial crescia, ultrapassando a classe operária de origem européia, com elementos oriundos das zonas agrícolas onde a economia agro-exportadora também se capitalizava.

Os grupos dominantes faziam poucas concessões aos grupos subalternos da sociedade brasileira. Aplicava-se violenta repressão contra as oposições que afloravam. A política de cooptação também era ativa, devido a certas concessões econômicas e manipulação ideológica do Estado para largos setores, visto que o anti-comunismo era o argumento de conversão por excelência, sempre com a intenção de evitar maiores mudanças na correlação de forças e mantendo os dominados afastados o máximo possível da ação política.

Na década de 1930, alterava-se profundamente a estrutura da formação social e econômica brasileira, provocando mudanças políticas que estimulavam movimentos de caráter revolucionários. A urbanização crescente e a industrialização desestruturavam, em alguns aspectos, a composição agrário-exportadora. Tais alterações refletiam em todos os setores da sociedade, como explica José Nilo Tavares:

Se a curto prazo a nova estrutura social que estava sendo gerada na década de 30 não repercutia imediatamente ao nível das decisões políticas - como de fato não repercutiam - a sua emergência induziria, com certa lógica precedente, a previsões políticas otimistas, assumidas por grupos sociais e organizações políticas empenhadas na luta pela transformação da arcaica e injusta estrutura econômica, política e social brasileira. O país se modificava a olhos vistos, as reivindicações sociais, nos centros urbanos, particularmente, e em algumas áreas rurais, vinham à tona, não obstante o boicote oposto a sua publicização pelos meios de comunicação de massa ... A insatisfação dos vários estratos das classes médias urbanas, de frações e setores da burguesia rural e urbana refletiam-se no comportamento dos políticos profissionais a eles ligados, levando-os, em vários ocasiões, a opor-se com extrema violência verbal ao Governo, a ponto de serem considerados aliados pelos setores revolucionários representativos das classes subalternas, particularmente o proletariado urbano (1985: 50-51).

As contradições entre o campo e a cidade não têm desenvolvimento pleno, mesmo que apresentem conseqüências nas lutas políticas e sociais, devido a razões, tais como a complementaridade entre a burguesia agrária e urbana, aliás, histórica no caso brasileiro, a industrialização que abria

perspectivas para a produção de matérias primas e alimentos manufaturados e a medidas monetárias que favoreciam conjunturalmente os interesses de fazendeiros tradicionais e industriais que surgiam (Idem: 56). Entre os latifundiários - e a classe burguesa - e o proletariado emergente, encontrava-se uma pequena burguesia dividida e perplexa, optando ora pelo integralismo, ora por posições socialistas, comunistas ou liberais. A diminuição do poder das oligarquias permitia que a ação da pequena-burguesia se expandisse, ocasionado crescimento de sua expressão ideológica, tirando-lhe a anterior marginalização do processo político e possibilitando o surgimento de novas reivindicações e novas formas de organização política (CARONE, 1976: 85).

No entanto, a autonomia relativa dos setores médios, sejam civis ou militares, fazem com que, para sobreviver politicamente, se posicionem do lado das oligarquias ou do lado do operariado. Edgard Carone mostra que, por sua vez, a crise e o desemprego estimulam o operariado a lutar por seus direitos, levando a política proletária a um estado de completa e permanente oposição ao sistema. Por sua vez, utiliza-se da repressão política e policial para impedir a ascensão dos movimentos operários da época, como greves, passeatas, protestos (CARONE, 1976: 106-107). Assim, em 1935, tem-se uma grande quantidade de agitações, em parte decorrentes do não-cumprimento de reivindicações conquistadas e não acatadas pelos patrões.

Contudo, os conflitos existentes não significam que uma situação revolucionária estivesse madura. As significativas alterações fortalecem a burguesia ascendente, colaborando para seu fortalecimento político. Era mais uma etapa da difícil revolução burguesa que se efetuava, a qual criava uma aparente possibilidade de mudanças estruturais mais profundas. A conciliação da burguesia com as oligarquias latifundiárias, facilitava os interesses em moldar o Estado de acordo com seus propósitos, num momento de certa pausa da exploração imperialista. Assim, a burguesia encontra-se mais forte, do que logo após a crise de 1929 (SODRÉ, 1986: 14).

O Movimento de 1930, na verdade, havia representado uma solução incompleta e ambígua dos problemas da República Velha. As soluções das questões políticas, sociais e econômicas do pós-30 foram sempre parciais e dirigidas pelos grupos dominantes. Mesmo os “tenentes”, com perspectivas industrializantes, através de um nacionalismo exaltado combinado com um vago antiimperialismo, numa atuação de caráter moralista, apresentavam “propostas políticas autoritárias e desprezo pelas formas da democracia liberal” (VIANNA, 1992: 24). Aliás, boa parte dos setores sociais, naquela conjuntura, viam a democracia burguesa de forma limitada. Como explica Marly Vianna, a maioria daqueles que propunham mudanças apenas queriam regenerar o Movimento de 1930. Vejamos:

Para a maioria dos setores democráticos da sociedade, a democracia não passava pela porta das fábricas ou fazendas, restringindo-se a luta contra o nazi-fascismo e sua expressão nacional, integralismo. Além do mais, tais setores careciam de unidade com base em um projeto alternativo ao governo provisório. A maioria do bloco que fundou a Aliança Nacional Libertadora em 1935 não questionava o regime político de Vargas, desejando apenas regenerá-lo, colocar nos eixos a revolução de 30 que, segundo eles, tinha sido traída e desvirtuada. Integravam essa frente democrática os tenentes descontentes com os rumos da revolução, que irão unir-se aos comunistas, não por aceitá-los como partido, mas por fidelidade à liderança de Prestes, que identificavam com as propostas mais radicalmente nacionalistas (antiimperialistas), antilatifundiárias (entendido o latifúndio como o principal entrave à industrialização do País) e democráticas, no sentido de antiintegralistas (antifascistas) (VIANNA, 1992: 26).

Ainda em 1934, o Brasil vive momentos de agitação, em parte devido aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a ameaça de golpe por militares contrários à reconstitucionalização (mesmo após a promulgação da Carta, esses militares continuam com pretensões golpistas), além da pressão integralista e a conseqüente dinamização dos movimentos que se opunham a estes. O número de greves aumenta e o governo acena no horizonte, com o intuito de controlar a situação e a oposição, com uma lei de segurança que barrasse as pretensões da organização popular.

As simpatias do Governo pelo nazi-fascismo cresciam. Vargas já havia declarado, em certa oportunidade, que a “diretiva no governo do Rio Grande(...) se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovidas pelo fascismo, no período de renovação criadora que a Itália atravessa”(FAUSTO, BORIS, apud, VIANNA, 1992: 100).

No início de 1935, a situação política do Brasil era cada vez mais tensa, com greves, manifestações e tentativa de aprovação da “Lei Monstro”, a famigerada Lei de Segurança Nacional que tramitava no Congresso desde 1934. A oposição era grande, principalmente por setores das Forças Armadas, que ao lado de setores progressistas, foram as camadas mais radicalmente contra o projeto. Exemplo disso, foi o “Manifesto à Nação”, escrito por Roberto Sisson, que denunciava a pretensão de “amordaçar a consciência nacional”. As reuniões no Clube Militar tornavam-se cada vez mais freqüentadas por militares que apregoavam mudanças no regime de Vargas. Essa situação tornou-se mais crítica nos primeiros meses de 1935, por ocasião da discussão sobre o reajuste dos salários dos militares. Por sua vez, o movimento operário, em ascensão, com reivindicações salariais que se avolumavam, fortaleciam o movimento. Paralelo a isso, aumentava também a oposição dos aliancistas contra os integralistas alinhando-se inúmeros confrontos de rua em vários pontos do País.

A recessão, a insatisfação popular nos centros urbanos, o permanente estado de agitação no campo isolavam cada vez mais o Governo de Getúlio que pouco fazia para solucionar os problemas, a não ser utilizar-se do meio mais fácil: a repressão. Essa conjuntura é que aproximava a “esquerda e os liberais numa mesma estação” (VIANA, In.: TAVARES, 1985, 13).

O Estado era controlado por um bloco das classes dominantes, em 1935, tendo facções da burguesia agrária em decadência e industrial em ascensão, e por setores da pequena burguesia urbana, composta por políticos profissionais e burocratas civis e militares, originários da oposição à República Velha, ou que se reintegraram após 1930, mesmo que tenham participado do poder anteriormente (TAVARES, 1986: 60).

Esses grupos conservadores em essência começaram a se unir para prostrar os movimentos populares da pequena-burguesia e do operariado que ascendiam. De certa forma, as classes dominantes utilizavam-se dos aparatos do Estado para reprimir o operariado, enfrentando o “mal maior”, denominado “perigo do comunismo”, enquanto que os integralistas eram tratados com esmero. Aos primeiros, paternalismo, por um lado e, intransigência, por outro. Essa conjuntura política e o choque entre dois diferentes tipos de interesses fermentara em 1934 e aprofundara-se em 1935:

Se o integralismo tranqüiliza a burguesia, tentando por um regime de força manter o status quo, a Aliança Nacional Libertadora procura novas soluções para conflitos cada vez mais aguçados. Março e abril de 1935 marcam acontecimentos políticos fundamentais para a hegemonia burguesa. As oligarquias consolidaram suas vitórias com medidas coercitivas legais, num arrocho à anarquia “tenentista” e outras que poderão representar perigo, como o comunismo, que avulta ameaçador. A eleição de outubro de 1934 é vitória da burguesia, cuja predominância é confirmada na eleição indireta de governadores pelas assembleias estaduais (1935)(...) O Clube 3 de Outubro encerra suas atividades (1933). Mas a estas vitórias sobre o tenentismo seguem-se medidas contra seus frutos e a ameaça operária e comunista (CARONE, 1977: 115).

Por sua vez, o Estado, como regulador da força de trabalho industrial que emergia, principalmente do Nordeste para o centro-sul, através do corporativismo, tutelava a cidadania. Isso impedia ou tornava difícil “a aliança da classe operária com os trabalhadores do campo”, os quais se submetiam a um grau extremo de exploração, mantendo os privilégios do setor agrário-exportador e recompondo o bloco do poder que fora afastado por algum tempo no Movimento de 1930. O padrão de acumulação capitalista exigia uma atuação mais incisiva do Estado como propulsor da industrialização e regulação desta força de trabalho (DEL ROIO, 1990: 251-252).

As alianças, débeis pelo tipo de revolução burguesa que se desenvolvia no Brasil, não impediam que os conflitos sociais aumentassem na proporção em que se acentuava a crise política e econômica. Essa realidade fazia fortalecer a ligação dos comunistas com maiores massas da população, inquietando os detentores do poder do Estado (KOVAL, 1982: 282).

A recomposição das oligarquias rurais no poder dos grandes estados da Federação restabelecia a hegemonia do grupo exportador, agora aliado à burguesia industrial, em grande parte originária daquela. As instituições políticas desse sistema, “formalmente liberal”, transformavam-se em simples instrumentos das oligarquias para a manutenção do poder, através do recurso da centralização, numa clara visão autoritária do Estado. Aqui, não havia espaço para propostas reformistas de caráter capitalistas, como observa Werneck Sodré:

A luta entre a componente oligárquica e a componente reformista, que se havia aliado para o movimento de 1930, ocupa esse período e lhe marca o contorno. Na incapacidade para forjar forças políticas e partidárias aptas a representar com clareza as tendências de opinião, e entre a ameaça do caos, propositadamente aumentada pela propaganda, a burguesia, conciliada com o latifúndio, optaria pela saída simplista e imediata, que o quadro internacional acalentava e sugeria: a busca da solução de força, que permitiria conter as insatisfações e divergências (1986: 27-28).

A situação política no Brasil de 1935 fervilhava, pois, apesar da repressão, a relativa liberdade fazia com que as reivindicações crescessem, permitindo a radicalização na perspectiva de mudanças estruturais propostas por alguns liberais, pelos socialistas e pelos comunistas e, por outro lado, pelo pedido de endurecimento do regime de forças integralistas ou conservadoras. O processo político radicalizava-se cada vez mais, devido à ausência de soluções para os problemas, tais como aumento da corrupção e maior volume de ações repressivas nos quartéis contra a baixa oficialidade e praças ou mesmo da polícia política. (OLIVEIRA FILHO, 1985: XIII).

É nesse contexto, que a luta entre esquerda e direita vai assumir aspectos violentos (SODRÉ, 1987: 327). O “caldo” de politização cada vez mais crescente e numa conjuntura de grandes incertezas é que, aos poucos, vai criando condições para a formação de uma frente para fazer oposição à Ação Integralista Brasileira (AIB), existente desde 1932 e ao Governo Vargas: a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

2.2 - Aliança Nacional Libertadora: Ascensão, Legalidade, Fechamento e Rebelião Armada

Não existem causas perdidas na história e o que parece secundário, numa dada conjuntura pode revelar-se decisivo em outras (Edward Thompson).

A esquerda, antes de 1935, encontrava-se organizada em vários partidos e instituições da sociedade civil, tais como o Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialista. Contudo, mesmo na ilegalidade, vários fatores impediam seu crescimento. O estreito posicionamento dos dirigentes, a repressão estatal e policial, além da cooptação de diversas lideranças pelo aparelho de Estado, impediam que se transformassem em grandes instrumentos de massa para a ação política. Além disso, seus programas impossibilitavam a atuação de amplos setores da sociedade e que eles se integrassem como setores liberais. Impunha-se então, a necessidade da criação de uma grande frente que pudesse integrar comunistas, socialistas, liberais e democratas a fim de lutarem contra o fascismo e o Governo Vargas. Tal frente não tardaria a aparecer, ou seja, nasce a Aliança Nacional Libertadora.

2.2.1 - O surgimento da Aliança Nacional Libertadora

Uma das primeiras notícias que se têm da Aliança Nacional Libertadora é de 17 de janeiro de 1935, quando a organização foi citada por Gilberto Gabeira, num discurso na Câmara dos Deputados. Na ocasião, afirmou que a opressão e o arrocho estimulam a luta por maiores liberdades e que, assim sendo, “a Aliança Nacional Libertadora coordenará este vasto movimento, eco de todo o passado revolucionário do Brasil, na conquista de direitos democráticos”(FONSECA, Victor, apud VIANNA, 1992: 108).

Dessa forma, não nascia mais um partido político, mas um amplo movimento popular, cujo objetivo inicial era emancipar o Brasil da dominação imperialista e impedir a decretação da “Lei Monstro”, que naquele momento, tramitava no Congresso.

Entretanto, as articulações para o surgimento da Aliança Nacional Libertadora haviam iniciado antes do seu aparecimento oficial como demonstra Hélio Silva:

Em outubro de 1934, aproximadamente, começa a estruturar-se o movimento de que se originará a Aliança Nacional Libertadora. Foi ela lançada, depois de amplas consultas entre partidos, associações e individualidades. Aparecem, primeiro, Roberto Sisson, Aparício Torelli e, através deste, Campos da Paz, Francisco Mangabeira, Carlos Lacerda, Francisco Chicovate, Benjamim Soares Cabello. As reuniões se sucedem no apartamento de Amoretti Osório, no escritório de Moésias Rolim, na redação de **A Manhã** de Aparício Torelli. O grupo organizador compõe-se de Carlos Amoretti Osório, Neno Canabarro Lucas, Luís Marques Barreto Viana, Trompowski Tolois, Valter Pompeu, Moésias Rolim, Antônio Rolemberg, Trifino Correia. Nos últimos meses, antes do seu aparecimento, ingressam Herculino Cascardo e Carlos da Costa Leite. Aderiram, formalmente, em igualdade de condições o PCB, o PSB e o PSD, numerosos sindicatos de trabalhadores, organizações femininas e de juventude (1969: 196).

Assim, o movimento pretende significar uma expressão do anseio de mudança da população devido à incapacidade do Governo Getúlio Vargas em resolver os problemas mais candentes do povo brasileiro, após o Governo Provisório e a reconstitucionalização do País. Esse passo significa uma “necessidade política” daquele momento, como enfatiza Nelson Werneck Sodré(1986:31). Logo a Aliança Nacional Libertadora tornar-se-ia a “frente única mais ampla que até então existia em toda a América Latina” (PRESTES, Luiz C. In.; SILVA 1991: 85). Como argumentava Leôncio Basbaum, “sobre os escombros do Clube 3 de Outubro” em cuja sede do movimento se instalou, com a utilização dos móveis e do material de escritório do antigo clube, organiza-se a Aliança Nacional Libertadora, a fim de levar adiante uma nova proposta para o Brasil, a partir de discussões anteriormente levantadas pelo grupo (BASBAUM, 1985: 70).

Porém, mesmo nascendo num prédio em que grande parte da militância tenentista se instalou e que, num bom período, sustentou o Governo Getúlio Vargas, logo se sentiu a oposição contra o movimento. Tal fato oposicionista ocorreu logo após a sua criação, em outubro de 1934, e não em março de 1934, como afirma José Campos do Aragão, em “A Intentona comunista de 1935” (1973, 31) e Fernando de Carvalho, em “Lembraí-vos de 35” (1981: 29).

Esta seria, através da Aliança Nacional Libertadora, a forma encontrada no Brasil para aglutinar os setores que se opunham ao avanço do fascismo a nível mundial. Não tardaria, então, que contra esse movimento se concentrasse “a composição política que eliminaria o Tenentismo, marchando decididamente para um regime de força”(SODRÉ, 1968: 254).

Alzira Vargas do Amaral Peixoto opina que, naquela época, “a organização partidária era absolutamente livre” (PEIXOTO, 1960: 152). No entanto, se assim fosse, o PCB não estaria na ilegalidade juntamente com outros partidos. A filha de Getúlio Vargas engana-se também quando alega

que a agremiação sob o nome inocente de Aliança Nacional Libertadora “apresentava um programa socialista”. Na verdade, seu programa de reformas estruturais situa-se nos limites do capitalismo. Entretanto, argumenta, com sensatez, que “vários revolucionários históricos sentiram-se atraídos” pela Aliança Nacional Libertadora. Realmente isso aconteceu. Aos poucos, a Aliança Nacional Libertadora foi concentrando as mais variadas personalidades progressistas descontentes com o rumo que tomara o Governo Vargas, sendo que, como escreve Alzira, muitos deles nada tinham de comunistas.

Luiz Carlos Prestes, em entrevista de 1985, quando se comemorava os 50 anos do movimento de novembro, opinou que a Aliança Nacional Libertadora “surgiu quase que espontaneamente no Brasil”, em consequência da “própria luta pela paz”(PRESTES, 1985: 06). No entanto, apesar da luta contra o fascismo ou da luta pela paz serem componentes fundamentais para o surgimento da Aliança Nacional Libertadora, é difícil aceitar a tese do surgimento quase espontâneo. Na verdade, seu aparecimento tornou-se uma necessidade imperiosa, diante da falta de uma frente popular que congregasse os mais amplos setores antifascistas e antiimperialistas da sociedade brasileira daqueles momentos.

Pode-se afirmar, também, que a Aliança Nacional Libertadora é decorrente das decisões do I Congresso Nacional Contra a Guerra Imperialista, a Revolução e o Fascismo, ocorrido em 23 de agosto de 1934, de onde se articularia o Comitê Jurídico Popular de Investigação para averiguar a forte reação tanto do governo, como dos integralistas. Do Comitê, segundo Marly Vianna, é que nascerá o núcleo da Aliança Nacional Libertadora. Este é lançado em 22 de setembro, com a presença de inúmeros participantes que tinham em comum o antifascismo (VIANNA, Idem: 109). No momento, também, uniam-se os sindicatos, a Liga Comunista Internacional (trotskista) e o Partido Socialista. O PCB só iniciará sua participação mais tarde. Numa posição ainda estreita, o partido recusa-se a entrar nessa “Coligação das Esquerdas”, publicando um manifesto, em **A Platéia**, ainda em 28 de agosto de 1934 (IBIDEM: 109). O PCB só faz parte da ação em outubro, no momento em que o seu núcleo dirigente central encontrava-se em Moscou. Porém, a participação é ainda informal, através de elementos da Oposição Parlamentar ligados ao Partido.

2.2.2 - Lançamento da Aliança Nacional Libertadora:

Manifestos - programa e crescimento

Mesmo sem ter sido lançada, a Aliança Nacional Libertadora já começa a reunir várias camadas sociais, apresentando um crescimento vertiginoso, não tardando, então, o lançamento oficial. O mesmo acontece, em 30 de março de 1935, através de um comício efetivado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, cedido pela prefeitura do Distrito Federal. Na ocasião, forma-se o diretório do movimento. O estudante Carlos Lacerda propõe o nome de Luiz Carlos Prestes como Presidente de Honra do movimento, que é aceito por aclamação; Hercolino Cascardo é o presidente; Amoretti Osório é o vice-presidente e, como secretário-geral, Francisco Mangabeira.

Em relação ao lançamento do nome de Prestes, Abguar Bastos sugere que tal atitude significou “colocar logo a Aliança Nacional Libertadora a reboque do Partido Comunista”, num momento em que várias pessoas não seguiam ideologicamente os comunistas. Para o então deputado, porém, esse ato só não foi totalmente negativo porque “existia um ‘prestismo’ arraigado na pequena-burguesia nacional”, que separava Prestes do aparelho do PCB (BASTOS, 1973: 54). Todavia, não foi este o fator principal para que amplos setores se afastassem, posteriormente, da ANL, como pretende-se demonstrar ao longo do trabalho.

A opinião, sem qualquer comprovação factual, do tesoureiro da ANL Affonso Henriques, é que o movimento foi criado por Getúlio Vargas, devido ao fato de que o Presidente da República havia ficado “desolado com a falta de combatividade dos partidários” integralistas. Segundo Henriques, o objetivo de Vargas era criar “uma organização política que não só incendiasse a imaginação das massas, como também servisse para estimular os integralistas à luta”. Esta “maquiavélica” articulação seria justificada para criar motivos para o futuro Golpe de Estado em 1937 (HENRIQUES, [s/d.]: 331).

O lançamento oficial da ANL logo sente a reação da oposição à sua organização, ainda na mesma noite da cerimônia inaugural, no Teatro João Caetano, como explica o próprio Affonso Henriques:

Já passava da meia-noite quando foi encerrada essa cerimônia. Quando todos se retiravam, um dos oradores sugere que se faça uma passeata pelas ruas centrais da cidade. Era uma provocação nítida e clara (...) seria positivamente uma perturbação do sossego público(...). Surge violenta alteração entre os policiais e os líderes da ANL(...)e, dentro em pouco, generalizou-se violento tiroteio(...) Feridos e mortos, estendidos nos passeios laterais e no meio da praça, confundem-se com os ilesos ([s,d,]: 349).

Em fevereiro de 1935, antes do lançamento oficial, publica-se pela Comissão Provisória da organização, o Manifesto-Programa da ANL. Na ocasião, são aprovados os estatutos e eleito o Diretório Nacional Provisório (DNP). Tal evento é conhecido como Primeira Sessão Preparatória, ocorrido a 12 de março de 1935. Assim, legaliza-se a organização como entidade da sociedade civil. De acordo com os seus estatutos, a Aliança é “uma associação constituída por simpatizantes individuais e coletivos com o fim de defender a Liberdade e a Emancipação Nacional e Social do Brasil” (In.: VIANNA, 1992: 123). Participam partidos políticos (PCB e PSB), sindicatos, organizações feministas, culturais e estudantis, além de profissionais liberais e militares. Interessante notar que, dos dezessete nomes escolhidos para o DNP, oito deles eram militares (Hercolino Cascardo, Roberto Sisson, Carlos Amoretti Osorio, André Trifino Corrêa, Antônio Rolemberg, José Augusto de Medeiros, Carlos da Costa Leite e Antônio Rodrigues Gouveia). Os civis eram Francisco Mangabeira (estudante de direito e da União da Juventude Comunista), Abgvar Bastos (Deputado do Oposição Parlamentar), Armando Leydner (deputado), Manuel Venâncio Campos (médico e militante de PCB), Benjamin Soares Cabello e Horácio Valladares (jornalistas) e Fernando Muniz Freire, Marcelo Curvelo de Mendonça e Walfrido Caldas.

O programa da ANL coloca cinco exigências básicas: 1ª) anulação de todas as dívidas com as nações imperialistas; 2ª) nacionalização das empresas estrangeiras; 3ª) liberdades públicas; 4ª) direito ao governo popular e 5ª) distribuição das propriedades feudais entre os camponeses e proteção ao pequeno e médio proprietário (PINHEIRO, 1991: 273). Além disso, solicita-se a jornada de oito horas de trabalho, seguro social, aposentadoria e garantia de salário mínimo para o proletariado dentre outras indicações. Tal programa é sintetizado pelo seu conteúdo político por Francisco Viana:

Movimento de massa? Sim. Radical? Também. Contra o latifúndio, a reforma agrária. contra a dívida externa, a moratória. Contra a mais-valia, a jornada de 8 horas de trabalho, seguro social, aposentadoria e garantia de salário mínimo para o proletariado. Contra o imperialismo, a denúncia dos tratados etiquetados como anticomerciais, mais a nacionalização dos serviços públicos e das multinacionais que não se curvassem à futura ordem. Em suma, contra o clássico capitalismo liberal, com todo o seu cortejo de tradições espoliativas, um governo popular que não seria nem capitalista, nem socialista, mas a fusão dos dois sistemas com forte preponderância popular. A plataforma era o ponto forte e o ponto frágil do programa da Aliança . Se exercia magnetismo pelo vigor das suas promessas, provocava também onda de temores entre a burguesia, que considerava a ameaça de soviete um mal imensuravelmente maior que os desacertos de Vargas (In.: TAVARES, 1985: 26-7).

Edgard Carone entende que os manifestos da ANL servem de teor ideológico ao movimento. De fevereiro a julho, quando são lançados os manifestos, alarga-se o sentido programático, bem como, a tática do programa. O que permanece é a ênfase antiimperialista e antifascista. O programa de união nacional para conquistar o maior número possível de forças, dirige-se na busca da gênese de reivindicações nas revoltas tenentistas, iniciadas em 1922. Nesse sentido, a ANL tem um caráter inovador e passadista (1976: 266). Por sua vez, o PCB, através do programa da ANL, passa de uma atuação em círculos restritos, pela ilegalidade, para uma ampla possibilidade de propaganda junto às massas (CARONE, 1978: 425).

Para disseminar o programa e organizar-se, a ANL utiliza datas cívicas através de comícios em recintos fechados ou praças públicas (como foram os de 21 de abril em homenagem a Tiradentes, os de primeiro de maio em comemoração ao dia do trabalhador e os de 13 de maio, em memória da abolição dos escravos). Tal atuação rompe com as “concepções estreitas que marcavam a atuação da esquerda brasileira durante os anos anteriores”, mas não rompe com incompreensões anteriores sobre a realidade do país, como explica Ricardo Antunes:

É necessário frisar que a formulação aliancista não rompia com alguns equívocos significativos na sua interpretação da realidade brasileira: insistia, por exemplo, em caracterizar a estrutura agrária brasileira como feudal e a evolução política brasileira como tendente a fascistização. Reconhecia, porém, contrariamente às resoluções anteriores, a inviabilidade naquele momento de um governo à base dos soviets de operários e camponeses (1988: 164).

A passagem acima expõe claramente equívocos e acertos da interpretação da ANL sobre o Brasil. Contudo, entende-se que a idéia da ANL sobre a tendência de fascistização da sociedade brasileira, colocada por Antunes, como um equívoco, na verdade, é um fato concreto, não só pela existência da AIB, mas pela conjuntura mundial e pela existência de vários simpatizantes integralistas no Governo Vargas. Entretanto, cabe salientar que é pelas tendências acima, tanto dos erros, como dos acertos de interpretação, que o programa da ANL nada tem de socialista, como pensam alguns historiadores. Como opina Boris Koval, a “plataforma de transformações sócio-econômicas e políticas radicais” faz parte de um “programa da revolução popular democrática” (KOVAL, 1982: 292).

No entanto, isso já significa, pela primeira vez, uma concepção integral de transformação da realidade brasileira. Prestes também reafirma que o movimento não tem conteúdo de revolução socialista: “... o objetivo da ANL não era o comunismo, não era um governo comunista, como se diz freqüentemente. Tratava-se de conquistar um governo popular nacional-revolucionário. Era portanto, uma revolução ainda do tipo burguês...”(PRESTES, 1991: 89).

Entretanto, o discurso oficial, antiimperialista e antifascista, o “mais vasto possível em teoria”, não arregimenta todos os setores da classe média e das camadas operárias, devido à sistemática utilização pelas forças conservadoras, do argumento de que a frente seria um instrumento do PCB e da esquerda radical (CHACON, 1985: 126). O anticomunismo vai ser o mais forte argumento para afastar as massas da ANL, sendo que, após novembro, tal acusação se aprofunda. Contudo, Agildo Barata, depois de sua prisão, também nega que a ANL fosse de orientação comunista. Vejamos:

O programa da ANL não surgiu por acaso. Nada tem de comunista. Não foi importado da Rússia, o fato do PC apoiar a ANL não caracteriza essa organização como comunista. (...) Não há, porque não poderia haver ... em toda a propaganda aliancista, um único documento ou fato capaz de tornar aceitável a maior acusação que pesa sobre a ANL ... ser aquela uma organização comunista (Citado nas Notas por SODRÉ, 1968: 256).

Interessa ressaltar, porém, que a ANL, devido a sua parca vida legal, não consegue produzir análises profundas sobre a realidade do Brasil, nem documentos políticos de grande penetração em todos os setores da população. Por sua vez, o programa de revolução nacional-libertadora, apesar de alcançar amplos setores da população, sequer leva em conta a real força do PCB, seu principal divulgador, depois que aliou-se totalmente à frente, nem a justeza de suas análises. Ao contrário, como considera Anita Leocádia Prestes, “as graves deficiências de sua estratégia” eram deslocadas da realidade brasileira (PRESTES, 1993: 16). Contudo, os manifestos e o programa fogem menos da realidade do que as considerações feitas por Honório Vergolino na “Denúncia dos cabeças da revolução de 27 de novembro de 1935 apresentada ao Tribunal de Segurança Nacional”. Veja-se:

Esses manifestos e boletins nenhuma originalidade tinham, e a sua linguagem subversiva e violenta era a mesma usada pelos agitadores europeus, notadamente os russos, batia sempre a tecla sedição da fome,

frio, miséria e desempregados, problemas que, felizmente, não existem entre nós... Esses boletins e manifestos aludiam também ao problema latifundiário, que não existe, absolutamente no Brasil, por isso que, sendo este um país imenso, formado de brenhas e desertos, relativamente despovoado, não tendo aqui as terras atingido os preços altos que atingira em outros países, as grandes glebas, as grandes fazendas, as grandes estâncias, as grandes herdades são naturais, são decorrentes do despovoamento, mas nunca de um pseudo-feudalismo agrário que os referidos manifestos e boletins fazem crer existir em nós(VERGOLINO, 1938: 08-09).

Na verdade, com exceção de ser o Brasil um País de predominância feudal, os outros pontos apresentados pela Aliança, e negados por Vergolino, fazem parte da contraditória estrutura sócio-econômica do Brasil, caracterizada pela dependência externa, pela falta de democracia e pela alta exploração da força de trabalho, frutos do tipo de revolução burguesa porque passou o país.

Há que se considerar, também, a ambigüidade do programa de governo da ANL, o qual não enfrenta a questão do poder. Como demonstra Marly Vianna, tal posição era reflexo de sua composição heterogênea e da proposta ideológica dos tenentes: nacionalista e democrática, julgava-a poder transformar o país econômica e socialmente sem modificar o regime (1992: 124). Tal fato representa o reflexo da incoerência dos setores pequeno-burgueses que compõem a ANL, mas que também são repetidos, na época, pelo PCB.

A ANL inspira amplos setores da população brasileira. De abril a junho de 1935, os brasileiros dividem-se entre optar pelo aliancismo ou integralismo. Assim, as preferências nacionais radicalizam-se. Até o final de junho, a ANL atua na ofensiva. Seus núcleos mobilizam-se a fim de denunciar um possível golpe e para a convocação de uma grande greve. Os folhetos mais agressivos são aqueles que circulam nas Forças Armadas, inflamando os militares contra a expulsão de aliancistas em seu meio (VIANNA, 1992: 131).

O momento é o entusiasmo. Hercolino Cascardo, em matéria do jornal **A Terceira República**, de 05 de julho de 1935, exclamava: “a aliança é, na verdade, o maior inimigo que o imperialismo já enfrentou no Brasil(...) Ou os imperialistas conseguem exterminar a ANL ou será exterminado pela Aliança e libertado o Brasil” (VIANNA, 1992: 143-144).

Expressão de uma luta de classes ainda difusa, mas existente, o movimento cresce tanto nos quartéis como fora deles. Devido a condições externas favoráveis a mudanças, a ANL alastra-se com certa facilidade pelo território nacional, contando com “expressivo apoio no movimento sindical tradicional e emergente, nos setores mais dinâmicos e nos principais núcleos urbanos”(TAVARES, 1985: 67). Este será o “momento máximo da política de massas da Segunda República e exemplo de capacidade organizatória e reivindicatória”, como explica Edgard Carone:

Nunca, até então, um movimento tomara tal amplitude e força. Não porque os comunistas e as esquerdas em geral dele participem, mas porque segmentos de classes médias, da burguesia e do próprio operariado lutam por programas mais amplos, numa afirmação de nacionalismo e luta contra as forças imperialistas (1976: 256).

De abril a início de julho, abrem-se sedes em todo o País. Já em maio, existem 1600 núcleos da ANL, sendo que só no Distrito Federal existiam 50 mil inscritos. Amplas massas e importantes lideranças como Miguel Costa, João Mangabeira, Pedro Ernesto, Trifino Corrêa e vários outros líderes “tenentistas”, socialistas, liberais e comunistas aderem ao movimento. No mês de maio, as inscrições chegam a ser de 3 mil elementos pagantes por dia, quando a ANL passa a dirigir greves, organizar manifestações públicas, criar uniões reivindicatórias de direito das mulheres e de trabalhadores agrícolas e, por fim, enviar caravanas ao Norte e ao Nordeste (CARONE, 1977: 116).

Assim, a ANL chega a atuar em 17 estados, 300 cidades e pontos populacionais, reunindo mais de um milhão e 500 mil ativistas (KOVAL, Idem: 292). O crescimento ameaça de fato as oligarquias, a burguesia ascendente e o capital estrangeiro. Por isso, a reação do governo conta com “apoio quase total do Parlamento”, apesar das defesas de Abel Chermont no Senado e de Abguar Bastos e Otávio da Silveira na Câmara e, também dos integralistas (ALENCAR et al, 1985: 243).

Para se ter uma idéia do crescimento da ANL, note-se a seguinte passagem de Affonso Henriques; quanto à dimensão do movimento:

O número de inscrições na capital da República era tão grande que tínhamos de ficar até altas horas da madrugada trabalhando na Tesouraria, abrindo fichas, apurando dinheiro, escriturando livros, organizando cálculos estatísticos e planos de ação com os dados que recebíamos de todo o País (Idem: 345).

2.2.3 - Organização e composição social e política da ANL

A ANL organiza-se a partir de um Diretório Nacional, diretórios estaduais e municipais com diversos núcleos ligados a eles: distritais, profissionais, associativos, escolares ou rurais. Porém, as atividades em todo o Brasil diferenciam-se, como mostra Paulo Sérgio Pinheiro; “as células paulistas denunciavam as condições dos trabalhadores e defendiam salário mínimo para os trabalhadores manuais; já no Rio de Janeiro, dava-se ênfase às liberdades civis, Pinheiro mostra que, apesar de se ter conseguido recrutar trabalhadores nas bases (mais trabalhadores manuais do que operários), a liderança do movimento sempre coube a setores da classe média” (1991: 274). As principais instruções para a organização dos núcleos da ANL são apresentadas por Edgard Carone. Percebe-se que a citação é longa, porém necessária ao entendimento da estrutura da ANL:

a) Todo grupo de 10 ou mais aderentes da ANL, ligados por identidade de interesses, quer sejam residenciais, quer profissionais, associativos, escolares, etc., poderão arregimentar-se em núcleo da ANL
b) Assim o núcleo deve ser constituído por aderentes da ANL, moradores de um mesmo distrito urbano ou rural (núcleos distritais) ou por pessoas de uma mesma profissão, repartição, quartel, navio, fábrica, empresa, escritório comercial (núcleos profissionais), de uma mesma associação de classe, desportiva, religiosa ou beneficente (núcleos associativos), de uma mesma academia, colégio ou escola (núcleos escolares), de uma mesma fazenda ou exploração rural, (núcleos rurais) etc. c) Os núcleos podem ter, casos especiais, o caráter estadual ou nacional quando compreendeu associações de caráter nacional ou estadual como é o caso das empresas de transporte [...] d) Reunidos os aderentes nessas condições em uma assembléia ordinária, elegerão um secretariado de 3 a 5 membros, a saber: um presidente, um secretário e um tesoureiro e, sendo conveniente, acrescido de dois delegados para a propaganda e organização [...] f) Os diretórios municipais terão o cuidado de não exigir obrigações rígidas e invariáveis aos núcleos. Assim, somente serão exigidos livros de atas, de inscrição, de presença e Caixa, em determinados casos de capacidade do núcleo. g) Ao presidente do núcleo incumbe, especialmente, a ligação com o respectivo Diretório e a presidência das Assembléias do Núcleo, as quais devem se reunir, no mínimo, mensalmente. h) Ao secretário do Núcleo, auxiliado pelos delegados de propaganda (distribuição de literatura, folhetos, impressos e transcrição de explicações doutrinárias ou instruções aos membros do núcleo) e de organização (inscrição de aderentes, organização dos subnúcleos, no caso desse se tratar de núcleo de caráter estadual ou nacional, cuidados com a sede, preparo de material de reuniões, conferências e assembléias do núcleo), compete, especialmente, a agitação dos princípios por que se bate a ANL, a anotação das aspirações e, reivindicações populares dos seus membros e fazer o respectivo relatório verbal ou escrito (atas) das assembléias do núcleo. i) Ao tesoureiro compete o recebimento das mensalidades, auxílios ou coletas dos membros do núcleo [...] Nesse trabalho o tesoureiro será fiscalizado pelo Presidente e pelo Secretário do núcleo. j) Os núcleos assim constituídos são a base de organização da ANL e todos os problemas conseqüentes do manifesto-programa da ANL

[...] deverão ser discutidos e estudados ampla e popularmente, com o maior espírito de solidariedade, em suas respectivas assembléias (1982: 181-2).

Cabe aqui ressaltar, que tal sentido organizacional foi proposto pelos militantes do PCB que já vinham com experiência organizativa. Tal procedimento, de certa forma, deu estrutura inicial ao movimento de massa. Por sua vez, a capacidade de se organizar nacionalmente, “é instrumento fundamental para a consolidação do movimento” através da criação de ampla rede de comunicação, cujos elementos principais são o jornal e a literatura impressa. No caso dos jornais ter-se-á, no Rio de Janeiro, periódicos como **Jornal do Povo**, dirigido por Aparício Torelli, o Barão de Itararé, **A Manhã** e **Jornal da Manhã** e a revistas **Marcha** e **Movimento**, órgão do Clube de Cultura Moderna, dirigido por J. Andrade e José Lins do Rego; em São Paulo, **A Platéia**, de Pedro Cunha, arrendado por Caio Prado Jr. e **Liberdade**, órgão dos presos do Mária Zélia (CARONE, 1991: 190-1).

A composição social básica da ANL é resumida pela seguinte passagem, em documento de 1939:

Desiludido e traído o tenentismo em 1933, sua ala mais radicalizada, que poderia ser chamado de socializante, aproximou-se das classes dos trabalhadores nacionais, fato que corrigiu a grande debilidade da ação anterior do Clube 3 de outubro, que era a sua falta de ligação com o proletariado. No ambiente já flutuavam inúmeras propostas aliancistas. Nada mais natural que essas duas correntes sociais (...) se ocupassem da pesada tarefa de promover uma aliança nacional revolucionária, da qual participariam principalmente as 3 classes nacionais mais ativas: a burguesia nacional progressista, a pequena burguesia revolucionária e proletariado (apud VIANNA, 1992: 123).

Assim, a ANL representa um ponto de convergência do movimento operário autônomo, de organizações antifascistas de imigrantes, da intelectualidade democrática, da oposição parlamentar, de jovens oficiais descontentes com o Governo Vargas e com a corporação militar, de frações da burguesia reticente aos corporativismos e de camadas médias urbanas com ideário liberal-democrático, principal base social aliancista (DEL ROIO, 1990: 291).

Robert Levine demonstra que no Distrito Federal os quadros da ANL constituem-se de homens de negócios, profissionais liberais e funcionários públicos (37%), operários e soldados (52%) e, não classificados (11%), incluindo 2% de elementos “rurais” (Apud CHILCOTE, 1982: 78). Já para Leôncio Basbaum, 70% dos aliancistas são originários da classe média, pois, para o autor, o operariado e os trabalhadores não tem participação na Aliança (apud FERNANDEZ, 1985: 55). Outros autores situam a ANL como um movimento de características tenentistas, inclusive pela grande participação dos mesmos e de outros elementos militares. Porém, para José Augusto Drummond, a ANL é uma “frente ampla” oposicionista civil na qual os tenentes se dissolveram e perderam sua identidade estritamente militar (1986: 264).

Os aliancistas também contam com a participação de camponeses e assalariados rurais. Porém, no campo, os núcleos da ANL são bem menores. Mesmo assim, em vários estados (São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e outros) criam-se comitês camponeses, como noticia o **Jornal do Brasil**, em matéria de 07 de janeiro de 1936 (KOVAL, 1982: 301).

Também os intelectuais fazem-se presentes na Aliança, tais como Francisco Mangabeira, Rubem Braga, Caio Prado Jr., Di Calvacanti, Newton Freitas, Carlos Lacerda, Brasil Gerson, Anísio Viana, Genolino Amado, Benjamim Soares Cabello, Maria Werneck de Castro, Aníbal Machado, Milton da Costa, Cândido Portinari, Dyonélio Machado, Ílvaro Machado, Hermes Lima, Nelson Tabajara, Apparício Torelli, Mário Martino, Maurício de Lacerda Filho, Murilo Miranda, Virgínio Santa Rosa, Elói Pontes, Jorge Amado, Valério Konder, Moacir Werneck de Castro, Nicanor Nascimento e Carneiro de Melo, dentre outros. Em 16 de abril, é fundada a Liga de Defesa da Cultura Popular que, ao lado do Clube de Cultura Moderna, tornam-se locais de aglutinação da intelectualidade aliancista e antifascista.

A juventude também se faz representar. Além da UJC, pertencente ao PCB, os jovens, através do Primeiro Congresso da Juventude do Brasil, com a distribuição de volantes contra a LSN e contra o fascismo, engajam-se tendo Ivan Pedro de Martins à frente. Por outro lado, organiza-se a União Feminina do Brasil (UFB), lutando por igualdade social e de direito entre os sexos, tendo como principais dirigentes Maria Werneck de Castro, Catharina Lindeberg, Nise Silveira, Priscila Motta Lima e Amanda Alberto Abreu.

Quanto aos partidos políticos, a ANL incorpora parcelas do PTB, setores do PSD do Rio Grande do Norte e do Paraná, o PSB de São Paulo e a quase totalidade dos militantes do PCB, além de outros representantes dos partidos estaduais ainda existentes em 1935. Conta também com o apoio de trotskistas, mesmo que estes critiquem os “prestistas” da Aliança e os “stalinistas” do PCB, ou lancem manifestos, questionando o tipo de estrutura orgânica da ANL, como demonstra a carta de João Barreto Leite Filho a Luiz Carlos Prestes (TAVARES, 1985: 155-156). Mesmo assim, a Liga Comunista - oposição bolchevista-leninista - adere à Aliança. Por sua vez, os anarquistas que ainda estavam organizados, posicionam-se ao lado da ANL, “enquanto a mesma lutasse contra o fascismo, o latifúndio e a tirania governamental” (SILVA, [s/d.]: 64).

Quanto ao movimento sindical, desde 1934, várias categorias já se encontram em coligações para a organização de uma frente nacional antifascista. Na primeira quinzena de janeiro de 1935, o PCB que se mantém, até então, numa posição estreita, orienta suas lideranças sindicais para unirem-se à frente em formação (VIANNA, 1992: 111).

Depois de organizada a ANL, os sindicatos levam à Aliança um programa de reivindicações econômicas e sociais. As constantes greves dos operários têxteis, dos ferroviários, bancários e, também a prisão de centenas de pessoas, bem como a solidariedade da ANL alimentam a simpatia dos sindicalistas pelo movimento quando, ao mesmo tempo, repudiam a possibilidade de implantação da LSN. Os comícios da ANL, na hora do “rush”, atraem a simpatia, ao mesmo tempo que o governo não consegue impedi-los devido à tática “relâmpago”. Mesmo com a prática do governo em determinar o local dos comícios, não impede-se a sua irradiação. Um fator importante do crescimento aliancista, no movimento sindical, é a abertura do Congresso da Unidade Sindical, a 28 de abril de 1935. Já em primeiro de maio, numa manifestação na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, diante de 20 mil pessoas, anuncia-se a criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), com representação no Congresso de 11 estados e 400 sindicatos. O Congresso encerra-se, a 12 de maio, em um ato no Teatro João Caetano, quando a Confederação adere oficialmente à ANL (DEL ROIO, 1990: 287). Dessa forma, fica improcedente a opinião de Leôncio Basbaum, já mencionada de que o operariado inexistia na ANL.

2.2.4 - Oposição à ANL

A oposição ao movimento aliancista ocorre através de diversas frentes (oligarquias, Governo Vargas, polícias, setores das Forças Armadas e, principalmente, pelos integralistas) em vários locais. Marly Vianna mostra que, no Distrito Federal, a polícia chega a “controlar acintosamente à Casa de Saúde Pedro Ernesto”, local onde se reúne a direção aliancista e, de onde se faz a ligação com os militares e a Minoria Parlamentar (VIANNA, 1992: 21).

O jornal **O Globo** faz provocações quase que diárias à ANL, e ataques ao prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, que é acusado de ter transformado a polícia municipal em brigada de choque da ANL. Em 26 de julho de 1935, em duas edições, o jornal anuncia falsamente a descoberta de um plano subversivo para implantação imediata de um regime soviético no Brasil, enviado de Moscou (VIANNA, 1992: 132).

As provocações são feitas em todo o País, com prisões e divulgações de panfletos contra a ANL, cujo conteúdo fala de “planos assassinos dos comunistas”. **O Globo** continua a afirmar que a ANL é obra “maquiavélica da Internacional Comunista”, levando Hercolino Cascardo a desafiar o diretor do

Jornal, Roberto Marinho para um duelo (Ibidem: 133). A grande imprensa é a principal responsável pelos ataques, como mostra a seguinte passagem de Boris Koval:

A imprensa burguesa, com o objetivo de desacreditar a Aliança e diminuir suas forças, afirmava caluniosamente que a Aliança não defendia os interesses nacionais e que “seu programa é uma cópia do regime soviético. Ela não respeita a religião nem assegura a ordem social. A ANL é composta de extremistas perigosos”. Com o objetivo de desmascarar semelhantes invencionices, a organização da Aliança começou a preparação e publicação de uma série de panfletos especiais, em que explicavam a verdadeira essência da Frente Popular, seus objetivos e finalidades (KOVAL, 1992: 299-300).

O Governo Vargas joga com diversos fatores para conter a ANL e incentiva os oficiais conservadores do Exército a se precaverem contra a “agitação”, colocando seus efetivos em prontidão, estimulando a fórmula do “perigo do comunismo” ao Congresso Nacional e denunciando o “ouro de Moscou” através de autoridades e de setores liberais (CARONE, 1977: 200-201). Getúlio Vargas mobiliza-se rapidamente, tentando mostrar o perigo que a ANL representa.

Vargas estava atento e procurava alertar os governadores já eleitos, e os interventores ainda esperando as respectivas eleições, sobre as verdadeiras intenções da ANL. Não satisfeito, solicitou do jornalista Assis Chateaubriand (...) que promovesse uma reunião de tubarões, à qual ele, Vargas compareceria. Foi na casa de Guilherme Guinle e, durante o almoço, que os enfrentou; fez uma longa exposição sobre os perigos que representavam as atividades da ANL, a qual, sob o pretexto de fazer política, estava preparando uma revolução com auxílio do exterior;... No automóvel, de volta, após um longo e penoso silêncio, mastigando as palavras, disse ao ajudante-de-ordens que o acompanhava, o capitão-tenente Ōrnani do Amaral Peixoto: “estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam” (PEIXOTO, 1960: 40).

Inicialmente, porém, a posição do Governo Vargas é de cautela, não assumindo imediatamente uma posição hostil, “preferindo agir através da exploração policial dos conflitos” que a ANL passa a ter com os integralistas, “especialmente em São Paulo e Belo Horizonte” (ALBUQUERQUE, 1986: 583).

Contudo, a maior oposição, por ser a mais feroz e violenta, origina-se dos integralistas da AIB, comandada por Plínio Salgado e Gustavo Barroso, além de outras entidades menores de caráter fascista. Aqui, não se estenderá sobre a atuação do referido movimento, porém, mais adiante tal assunto será levantado, em especial a atitude dos integralistas diante da ANL. No momento, entretanto, algumas questões mais gerais são importantes.

Os choques entre a esquerda e os integralistas acontecem desde 1932. Com a criação da ANL, os conflitos tornam-se mais freqüentes e logo se espalham por todo o País. As notícias da ANL contra um golpe fascista são reiteradas seguidamente, como em **A Manhã**, de 9 de julho de 1935, com o título “Alerta! Prepara-se um golpe fascista!” Ali diz-se: “agentes imperialistas (...) chefes integralistas conspiram para o assalto ao poder! Se for declarado um golpe fascista, que se declare imediatamente a greve geral!” (VIANNA, 1992: 130).

Em abril de 1935, 3 mil integralistas promovem o II Congresso Nacional, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Ali os conflitos são enormes. As saudações de “Anauê!”, além da indumentária e dos rituais integralistas, ofendem os aliancistas. Os integralistas, além da propaganda, têm “planos concretos de influir no processo de decisão política” brasileira (PINHEIRO, 1991: 272). Os choques tornam-se inevitáveis. Essa conjuntura violenta é resumida por José Nilo Tavares:

(...) os aliancistas chocavam-se freqüentemente com os integralistas, esses paramilitarizados e com uma organização madura e eficiente. Os incidentes de Petrópolis, por ocasião do comício de 9 de junho... ocasiona, ferimentos de certa gravidade em dezenas de pessoas e a morte de Leonardo Candú, operário tecelão. Tais acontecimentos repetem-se entre março e julho em Minas Gerais (Juiz de Fora), São Paulo,

Espírito Santo (Vitória), Estado do Rio (Campos, Niterói e Barra do Pirá), Rio Grande do Sul (capital e cidades do interior), Pernambuco (Recife). (1973: 93).

2.2.5 - O Manifesto de 5 de Julho

O Manifesto de 5 de julho significa um marco representativo na história política do Brasil, pois assinala o movimento do Tenentismo, bem como as revoltas de 1922 e 1924. Com isso, a ANL aproveita a ocasião (5 julho), respaldada nas Forças Armadas, para comemorar e, cada vez mais divulgar o seu programa junto a população.

Desta forma, organizam-se comícios em vários locais do Brasil. Luiz Carlos Prestes, Presidente de Honra da entidade, aproveita a situação para lançar outro manifesto em nome da Aliança. Era o início da ofensiva contra o governo constitucional de Getúlio. O referido manifesto pede, então, “Todo o poder à ANL!”. Era o começo do fim da legalidade da Aliança.

Robert Levine afirma que Harry Berger (ou Arthur Ernst Ewert) teria sido o responsável pelo conteúdo sectário do manifesto assinado por Prestes (LEVINE, Robert, apud TAVARES, 1985: 76). Em interpretação mais recente, agosto de 1993, William Waack, repórter de O Estado de São Paulo, afirma que Moscou ditava o ritmo que deveriam ser lançadas as palavras de ordem e as etapas da revolução “no Brasil e que a “mais famosa dessas palavras de ordem ... foi exigida por Moscou em diversos telegramas quando Prestes, nem sequer havia chegado ao Brasil”. Ela pedia “Todo o poder à ANL!”. Para o repórter, porém, Prestes e Berger teriam obedecido à ordem a “contragosto” (WAACK, William, em Caderno Especial do jornal **O Estado de São Paulo**, 29 de agosto de 1993: 05). Contudo, entende-se que a autoria da palavra de ordem, ainda não totalmente esclarecida, é menos importante que o efeito real do Manifesto de 5 de julho.

No documento de 5 de julho, declara-se que a ANL é a continuadora dos movimentos tenentistas dos anos 20. Ao mesmo tempo pede-se a instalação de um governo nacional popular revolucionário e incita a derrubada do Governo Getúlio Vargas. Para Dario Canalle, o manifesto fornece o “casus belli” para o governo desencadear a repressão e posteriormente, fechar a ANL (CANALLE, In: TAVARES, 1985: 128).

A Lei de Segurança Nacional (LSN), estabelece crimes contra a ordem social como, por exemplo, no art.1, “os crimes contra a ordem política”; no art. 14, “incitar diretamente o ódio contra as classes sociais” e, no art. 15, “instigar as classes sociais à luta pela violência. Por outro lado, a mudança da Constituição da República e a forma de governo também é proposta pela ANL, de forma que fomenta a violência.

Assim, o Manifesto de 5 de julho infringe a “Lei Monstro”, criada justamente para impedir que movimentos radicais de transformações fossem adiante. O texto da LSN é votado com emendas, a 4 de abril de 1935, logo após a instalação solene da ANL.

A LSN, também conhecida como “Lei nº 38”, tem a sua imediata aplicação quando apreende o jornal **A Pátria**, a 21 de abril, justificando-se no art. 21 que estabelece “os crimes praticados por meio da imprensa”, sem prejuízo da ação penal competente. Além disso, ainda no artigo 20, consta a proibição de partidos políticos, centros, agremiações ou juntas visando a subversão da ordem política e social. O resultado de tais medidas é que o Governo Vargas, pressionado pelas forças conservadoras e reacionárias, tem em mãos os amparos legais para responder de forma mais enérgica ao Manifesto de 5 de julho. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, basta observar alguns tópicos do manifesto, lido por Carlos Lacerda, em nome de Prestes:

Os dois campos se definem (...) a luta não é, pois entre dos “extremismos” como querem fazer constar os hipócritas defensores de uma “liberal democracia” que nunca existiu e que o povo só conhece através

das ditaduras sangüinárias de Epitácio, Bernardes, Washington Luiz e Getúlio Vargas. A luta está travada entre os libertadores do Brasil, de um lado, e os traidores, a serviço do imperialismo, do outro... Soldado do Rio Grande do Sul, heróico herdeiro das melhores tradições revolucionárias de terra gaúcha! Prepara-te! Organiza-te! Por que só assim poderás voltar contra os tiranos que te oprimem as armas com que eles querem eternizar a vergonha dos dias de hoje! (...) todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário. Todo o poder à ANL! (CARONE, 1978: 430 a 440).

Na verdade, o Manifesto não atinge só a LSN, mas afronta a própria Constituição de 1934 e o Governo Vargas. Como opina Marcos del Roio, “Prestes e o PCB não perceberam que naquela conjuntura a formação da ANL tinha um caráter tático-defensivo. O objetivo era deter o processo desencadeado para a instauração de uma ditadura com aspectos fascistas” (DEL ROIO, 1990: 293). O momento de ofensiva ainda não estava maduro e muito ainda se tinha a percorrer. Del Roio esclarece ainda qual deveria ser o norte da tática e que foi desrespeitado pelo Manifesto de julho de 1935:

(...) se deveria lutar pela revogação da LSN, pelo desmantelamento do integralismo, pela laicização do Estado, contra os aspectos corporativos da constituição e pela desmoralização do Estado e da vida política dentro dos marcos institucionais definidos em 1934, como era propósito declarado de grande parte da direção da ANL. Para se conseguir tais objetivos, era necessário um período relativamente longo de acumulação de forças e de fortalecimento da sociedade civil, que permitisse a entrada das massas agrárias na política, ampliando o estatuto da cidadania e que enriquecesse a criação cultural. A partir daí, o projeto revolucionário embutido no programa da ANL poderia se tornar uma estratégia ofensiva de ruptura com a ordem social existente, que levasse ao desenvolvimento das forças de produção capitalistas sob a direção de um Estado democrático, configurando uma alternativa nacional-popular (DEL ROIO, 1990: 293-294).

O comício, no Estádio Brasil, às 20h, é proibido pelo Governo. Assim, a segunda edição do jornal “**A Manhã**, a 5 de julho, noticia novamente o evento, porém, desta vez na sede central da ANL situada na avenida Almirante Barroso, no mesmo dia e horário estipulados anteriormente (SILVA, 1969: 185).

Luiz Carlos Prestes não comparece ao comício, por medida de segurança, permanecendo ao lado de Olga Benário, na rua Barão da Torre. De lá, Prestes e Olga acompanham o evento pelo rádio e informes de militantes do PCB. Ainda, no meio da tarde, do dia 5, o Manifesto é lido também na Câmara dos Deputados por Octávio da Silveira, “o mesmo que enunciara no Congresso Nacional a Fundação da Aliança” (MORAIS, 1986: 85). O clima de tensão explode com a reação do Governo Vargas e dos setores conservadores. A má avaliação da realidade brasileira esta na verdade, por trás do conteúdo aparentemente revolucionário do Manifesto, como explica Segatto:

O manifesto de Luiz Carlos Prestes foi, na verdade, fruto de uma avaliação equivocada, subjetivista e idealista da realidade histórica nacional através 106 da qual acreditava-se que havia no Brasil, uma situação pré-revolucionária (1989: 48).

Hercolino Cascardo também desaprova o Manifesto lido pouco antes do documento vir a público. Hélio Silva relata que, à noite “nem ele nem a maioria dos dirigentes da ANL comparecem à sede na Rua Almirante Barroso”, na sessão aberta pelo capitão Henrique Oest, num ato com um grande número de participantes, lotando a sede, as escadas de acesso e a praça do Largo da Carioca. Na ocasião descerra-se a bandeira nacional que cobre um retrato de Prestes e se canta o Hino da Aliança (SILVA, 1975: 125).

2.2.6 - O fechamento e a ilegalidade da ANL: o caminho para novembro

A própria ANL dá o pretexto final para que se coloque a organização na ilegalidade, por ocasião do Manifesto de 5 de julho. O clima é preparado pelos integralistas e pelos grandes jornais do País, em particular **O Globo**. O Manifesto apenas poupa trabalho ao Governo Vargas. O entusiasmo anterior não corresponde com a realidade, a ponto do escritor Ivaro Moreira, na edição de 6 de julho de 1935, de **A Manhã**, solicitar a Filinto Müller a adesão à ANL. Nesse dia o jornal sai com um editorial comemorando a vitória definitiva da Aliança (VIANNA, 1992: 146).

No mesmo dia, o Ministro da Justiça, Vicente Ráo, pede a prisão dos dirigentes da ANL. **O Globo** noticia que, além da prisão dos líderes, também seriam presos parlamentares da oposição, oficiais das Forças Armadas, líderes e militantes operários (Idem: 146).

O fechamento aproxima-se. Edgard Carone explica que ainda em junho, o Chefe da Polícia, Filinto Müller, termina um relatório sobre a ANL que é levado a Vicente Ráo, pedindo o fechamento da Aliança, com o argumento de estar sendo construído um “plano comunista de tomada do poder”. Logo após o 5 de julho, vários sindicatos são fechados, havendo prisão de lideranças (1976: 259-260).

No dia 11 de julho, a ANL ainda lança um manifesto contra o Congresso Integralista. Porém, o Governo Vargas, no mesmo dia, usa o decreto nº 229, fechando a Aliança, justamente no momento em que são organizadas sedes em todo o País. A publicação do decreto ocorre dois dias depois sob o pretexto de manutenção de sigilo. Nos artigos, o prazo de fechamento é estipulado em 6 meses, alegando “atividade subversiva da ordem política e social” (VIANNA, 1992: 260).

No dia 12, vários oficiais aliancistas são presos. A sede nacional é fechada (lacrada) no dia 13 e, pouco se faz para se deter o ato do Governo. Em São Paulo, ocorre uma passeata em protesto à decisão; no Rio de Janeiro, as greves não se realizam como se previam. A Minoria Parlamentar protesta e pede ao Governo que prove as acusações, referentes a ANL, de ligações com a III Internacional ou que “adota o credo comunista”, mas o pedido é indeferido. Em São Paulo, o jornal **A Platéia** é invadido e fechado, ocorrendo as prisões de Caio Prado Jr e outros jornalistas.

O fechamento da ANL é parte do que se prepara para a repressão, aliada aos discursos anticomunistas das oligarquias no Congresso e as advertências do governo feitas aos altos escalões do Exército e das polícias. William Waack afirma que nesse momento, a ANL “afunda” sem deixar vestígio (1993: 141). Porém, o que acontece, na verdade, é muito diferente do que pensa o autor: a ANL entra apenas em outra fase, ou seja, a da ilegalidade.

A Comissão Executiva Nacional da ANL lança um volante denunciando as razões do ato do Governo, ao mesmo tempo que conclama a necessidade da continuidade do movimento, solicitando o desencadeamento de greves de protesto contra a reação fascista, bem como exige a reabertura da Aliança como organização legal e de luta pela emancipação social do Brasil (CARONE, 1991: 201). A falta de mobilizações maiores contra o fechamento e seus motivos são explicados por Edgard Carone:

A reação apática, no entanto, surpreende a muitos, que comparam o dinamismo dos meses de março a julho 1935 com os resultados negativos após o fechamento da ANL... Na verdade, as razões são várias, entre elas a de que a ANL é composta de tendências as mais desiguais, do ponto de vista social, profissional e político. Em primeiro lugar, o tempo de duração do movimento é efêmero: os poucos meses de sua existência não são suficientes para consolidar estruturas organizativas, nem nos planos central e estadual, nem nos núcleos espalhados pelo interior. Ao mesmo tempo (...) socialmente falando, ela é composta de indivíduos da burguesia, da pequena- burguesia e da classe trabalhadora, todos eles engajados numa luta legal contra o integralismo, o fascismo internacional, o Governo Getúlio Vargas e o imperialismo. Esta frente única e dinâmica, porém, neste momento está em fase de elaboração e não em condições de maturidade e consolidação estrutural. Daí a fragilidade da ação combativa do organismo, ainda mais que os núcleos isolados teriam de entrar em choque com as forças repressivas, tanto das polícias estaduais como do próprio Exército. Por outro lado, ainda que o movimento operário

estivesse mobilizado em greves e agitação de caráter político, somente parte dele é favorável a medidas radicais ou revolucionárias (1977: 202).

No dia 13 de julho, ocorre o fechamento da União Feminina do Brasil (UFB). No entanto, alguns aliancistas não desistem em tomar iniciativas e fundam movimentos como a União Libertadora Brasileira ou a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade. É a tentativa da ANL em reorganizar-se do golpe de fechamento, tanto com outros movimentos como em seu próprio proveito. No dia 17 de julho, Hercolino Cascardo impetra mandado de segurança contra o fechamento da organização. O mesmo vai ser indeferido em 11 de agosto por unanimidade. Seu fechamento definitivo dar-se-á em 11 de dezembro de 1935, após os levantes de novembro.

As alas legalistas da ANL, ou se encaminham para o lado dos setores conservadores ou se posicionam de forma neutra. A continuidade da ANL cabe a uma pequena parte da classe operária, pelo PCB e um número reduzido de tenentistas. Em 27 de julho, o comandante Hercolino Cascardo é transferido para São Francisco, em Santa Catarina, e a presidência da ANL ilegal passa ao deputado Octávio Silveira. Grande parte das forças que participam da ANL, afastam-se, restando no movimento a parte mais combativa, porém, “esta ficou cega a alterações e insistiu nos propósitos anteriores” (SODRÉ, 1984: 100). Com o fechamento da sede nacional, o governo resguarda-se confiscando documentos que seriam usados, mais tarde, para forçar a prova de que o “movimento era financiado do exterior e controlado pelos comunistas” (SKIDMORE, 1982: 43). Termina assim a possibilidade do caminho legal para a tomada do poder.

Certos militares e comunistas preparam, na clandestinidade, um movimento armado, que surpreende vários participantes da ANL, em particular, e da população em geral, como se percebe na passagem de Abguar Bastos:

Com o fechamento da ANL (...) militares, comunistas, à revelia da ANL, passavam a organizar um golpe-de-mão, com a idéia de que se receberiam adesões nos Estados. Os civis aliancistas não tiveram acesso a esses conciliábulos, onde se planejava usar o elemento impacto (1973: 59).

Os esforços em manter núcleos da ANL durante a ilegalidade são enormes, devendo-se à persistência de seus principais dirigentes (DULLES, John W.F., apud MARANHÃO, 1982: 142). Contudo, a declaração feita por Luiz Carlos Prestes, argumentando que o número de núcleos continua crescendo após o fechamento, não condiz com a realidade (PRESTES, 1985: 10). Assim, os integrantes do PCB, depois do afastamento de liberais e moderados, organizam lutas clandestinas e passam a dominar politicamente toda a Aliança.

Aos poucos, a ala golpista, de origem tenentista, começa a preponderar. Como explica Boris Koval, “apesar da evidente queda do movimento democrático de massas, muitos membros da direção da Aliança e do PCB supunham que ocorrera agora ‘um pequeno recuo e que se aproximava a hora da ofensiva’” (Idem: 305). Assim, erroneamente, “pinta-se” uma situação irreal da situação política do Brasil e, apressadamente, proclama-se a necessidade de uma revolução nacional-libertadora. “A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas”, disse Prestes na época. Leandro Konder cita uma entrevista da revista **Isto É**, de 6 de setembro de 1978, onde Prestes tece uma autocrítica: “fazíamos apenas agitação nos quartéis, revelando a visão golpista que tínhamos” (apud, KONDER, 1980: 46).

Os documentos da ANL não colocam a luta armada como solução para os problemas do Brasil, mas Prestes e o PCB começam a sugerir a insurreição como única alternativa. Os pronunciamentos de Prestes, a partir do fechamento da ANL, são todos sintomáticos rumo ao caminho que se persegue (SODRÉ, 1986: 57). As notícias da insurreição, o clima de insegurança no País, os movimentos de protestos e as greves de caráter econômico e político e a falta de soluções para a crise econômica e social por parte do governo estimulam a que se passe a preparar um levante armado. A certeza do sucesso do

movimento ilude os aliancistas restantes durante o período da ilegalidade. contudo, faltam ainda condições objetivas e, mais ainda, subjetivas, para qualquer revolução armada no Brasil em 1935.

Entretanto, o momento emocional no Exército a favor dos golpes militares é cada vez mais freqüente, auxiliado por uma relativa agitação popular, apesar do refluxo, fazendo com que se pense que as massas atenderiam aos apelos da ANL ilegal. Como afirma Marly Vianna, “por mais absurdo que hoje possa parecer, a perspectiva de uma vitória insurrecional, em 1935, era real para os que viviam a época” (Idem: 149). Fala-se, claramente, num governo de coalizão popular nacional-revolucionário, sob à presidência de Luiz Carlos Prestes e com a participação da Aliança. No período de outubro a novembro, com nova onda grevista, os aliancistas, agora sob o comando total de Prestes e do PCB opinam que mais cedo ou mais tarde a revolução será colocada na ordem do dia. Contudo, os levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro surpreendem muitos, inclusive do PCB. A facilidade com que se debelam os movimentos, expressam a ilusão que leva os aliancistas aos atos de novembro.

Porém, a partir daí, justificam-se a repressão e o uso da LSN pelo Governo Vargas. Em 1985, cinquenta anos após os acontecimentos, Prestes responde a pergunta “em que medida Getúlio deixou espaço para o levante, para a partir dele justificar o golpe do Estado Novo?”:

Eu não creio que ele tenha tido esta intenção, absolutamente. Naquele momento ele ainda não tinha esta intenção. Não creio. Os erros foram mais nossos do que propriamente intencionais por parte de Getúlio, ou qualquer manobra dele (PRESTES, 1985: 11-12).

2.3 - Tenentismo e ANL

Os fatos se apresentam como a face superficial do que ocorre. Eles não são a essência, deixam apenas rastros de conteúdo (NELSON WERNECK SODRÉ).

Os “tenentes” ou a jovem oficialidade tenentista, estão no centro dos acontecimentos de 1935. Mesmo que o movimento de 1922 já tenha perdido fôlego, como o fechamento do Clube 3 de Outubro, em 1933, a linha tenentista influencia em parte, à ANL, a Luiz Carlos Prestes e ao PCB, que se agregam à luta por transformações mais radicais, porém mantendo práticas e concepções daquele movimento.

Antes de 1930, setores do Exército procuram moralizar os costumes políticos, ao mesmo tempo que pressionam reduções das diferenças sócio-econômicas. Os “tenentes” fardados, enquanto movimento político, no pós-Movimento de 30, uniam-se aos “tenentes civis” em alianças temporárias ou mais prolongadas. Sua ideologia pequeno-burguesa em essência atinge a vários setores da esquerda. Exemplo de grande influência tenentista da ANL e em Luiz Carlos Prestes é a carta de Prestes para Miguel Costa, a 10 de outubro de 1935, destinada ao ex-comandante da Coluna em São Paulo, a fim de que assumisse o governo paulista assim que a revolução triunfasse, para que não ficasse nas mãos do intelectual Caio Prado Jr, (VIANNA, 1992: 29).

Assim, o idealismo revolucionário e o desejo de transformações democráticas fazem com que os “tenentes” conquistem reconhecimento nacional, apesar do elitismo e de propostas de ditadura militar da busca por melhores condições sociais e de um País livre do imperialismo.

Em 1935, parte dos “tenentes” situam-se em campo político de esquerda, voltados para a proposta de “salvar a revolução traída”. Entende-se, a partir desses posicionamentos, que ANL terá um novo conteúdo nacional e libertador (VIANNA, 1992: 29).

Com a ANL, as antigas propostas tenentistas são melhor elaboradas, apesar de ainda ficarem vagas as estratégias para a tomada do poder. Na falta dessa hipótese, prepondera o golpismo, como ocorrera nos anos 20. Em 1935, a realidade é outra, principalmente porque as Forças Armadas

recompõem a hierarquia militar. Entretanto, a utilização do expediente armado permanece nos setores mais radicais dos “tenentes” e, por isso, “os golpes de novembro de 1935 (...) inserem-se integralmente na tradição de conspirações e quarteladas que caracterizam a mentalidade e a ação política da sociedade brasileira da época” (VIANNA, 1992: 31).

A insatisfação com o encaminhamento político dado ao Movimento de 1930 empolga setores da esquerda ligados às Forças Armadas. O rompimento com o Governo Vargas não tarda. Exemplo é o do presidente da ANL, Hercolino Cascardo, que chega a ser interventor do Rio Grande do Norte, em 1931 e 1932. Independente dos objetivos e da diferença que separa o programa da ANL do pré-30, os “tenentes” levam para a organização uma visão “paternalista, elitista, autoritária e eivada de voluntarismo golpista”, como opina Maria Cecília Forjaz (apud VIANNA, Idem: 101). Porém, mesmo aqueles que, mais tarde, uniram-se ao PCB, não rompem com as posições dos “tenentes”, ocasionando, no futuro, prejuízos à ANL.

Muito se discute ainda quanto à fundação da ANL. Há argumentos sobre o “Dedo de Moscou” ou da Internacional Comunista, através do PCB. Comprovadamente, a ANL surge por intermédio das lideranças tenentistas quando, ainda em 1934, já se reúnem oficiais do Exército e da Marinha, além de alguns civis sob o comando de Hercolino Cascardo, como aponta Abguar Bastos em História da política revolucionária no Brasil (apud VIANNA, 1992: 111-112).

Num período de conturbadas questões que envolvem os militares, quanto aos reajustes de seus vencimentos, desde 1934, a repressão nos quartéis e a política de dispensa de serviço (motivo que derruba o Ministro da Guerra, Goés Monteiro, em 1935), gera amplos protestos, possibilitando a mobilização das camadas subalternas das Forças Armadas, favorecendo, assim, a sua adesão à ANL, tendo em vista que grande parte de seu contingente vem dos círculos militares. Del Roio opina que a tentativa de organização da ANL nos quartéis é logo combatida com a desmobilização e dispensa de militares em 11 de maio, com base na recém-promulgada LSN. Desta forma, setores militares aliancistas são as forças mais combativas da chamada “Lei Monstro”. Tais atitudes, segundo o autor, estimula a prática conspiratória nas bases militares mesmo antes que a ANL fosse colocada na ilegalidade (DEL ROIO, 1990: 288).

Os tenentistas da ANL, com posição política pequeno-burguesa, aliados às camadas médias vacilantes, tornam-se militantes radicais da ANL, a ponto de Roberto Sisson ter se referido à pequena burguesia como “a força revolucionária da ANL” (apud MORAIS, 1986: 82-83).

José Augusto Drummond não considera a ANL uma organização política tenentista, mas que a Aliança contém a última manifestação ostensiva do movimento tenentista. A exemplo de tal posição, cita-se a participação de uma pequena parcela de tenentes mais antigos como Luiz Carlos Prestes, André Trifino Corrêa, Silo Meirelles, Carlos Amoretti Osório, Hercolino Cascardo, João Cabanas, Roberto Sisson, Agildo Barata, Francisco Moésias Rolim, Miguel Costa e outros que se aliam aos “tenentes” mais jovens identificados com as lideranças militares dos anos 20 (DRUMMOND, 1986: 263).

Marly Vianna considera que a ANL é, essencialmente, uma continuação do tenentismo (Idem: 305). Entende-se, no entanto, que seria uma análise restrita considerar a ANL como expressão tenentista ou não. Como já se comentou anteriormente, certos elementos tenentistas são incorporados à Aliança, mas outros novos só aparecem no pós-30.

Considera-se também, que é na ANL do período legal que, pela primeira vez, os “tenentes” vão ter uma preocupação em mobilizar o apoio das massas, como opina Drummond. Trata-se conforme o autor, de uma passagem de uma prática política militarista de corte arbitral com o objetivo de modificar

as instituições políticas formais para uma outra de natureza ideológica, objetivando produzir transformações sociais e econômicas de grande profundidade (DRUMMOND, 1986: 265).

A fonte dessa transformação não é oriunda do movimento tenentista, mas de fora dele. Contudo, contraditoriamente, os “tenentes” vão unir tais posições ao seu antigo desejo golpista. Isso se torna evidente após o fechamento da ANL, (quando na ilegalidade) cujas declarações e documentos dos “tenentes” de esquerda convergem para soluções de golpes armados, mesmo que o desejo sincero ainda continue o de se fazer amplas transformações econômicas, políticas e sociais. Resta, então, considerar que a ANL possibilita o renascimento político dos “tenentes” inconformados com o Movimento de 1930 e de onde foram afastados do poder que auxiliaram a conquistar e construir, com exceção, evidente, de Luiz Carlos Prestes. Com a ANL, os “tenentes” de esquerda reencontram parte de seus objetivos políticos, agora aliados aos setores populares (MALTA, 1969: 97).

A partir desse posicionamento, Saes argumenta que:

no processo aberto pela revolução de 30, os objetivos políticos do tenentismo nacionalista foram rapidamente esgotados; um novo impulso político só poderia nascer de seu afastamento do círculo do poder e da redescoberta da própria sociedade. A rigor, a “ala esquerda” do tenentismo (a de Luiz Carlos Prestes) foi a única facção a buscar esse caminho, tentando encontrar nas classes populares a fonte de uma nova política (1984 :116).

Esses “tenentes” se encontram e se identificam com a ANL. Eis a razão porque a organização conta com tantos militares. Nesse sentido, a colocação de Ferdinando de Carvalho de que uma pequena parcela das Forças Armadas (jovens oficiais), ainda não “conscientemente amadurecida”, é “aliciada com muita habilidade” pela cúpula do PCB diante de “mirabolantes promessas” (CARVALHO, 1981: 19-20), soa como picaresca. Se o autor acima fosse mais realista, mesmo que descartasse os motivos políticos, veria o descontentamento dos setores militares, devido à inferioridade salarial diante das polícias militares estaduais, a irregularidade do vencimento dos praças, as péssimas condições de alojamento nos quartéis e a dificuldade de moradia para os oficiais e suas famílias (PEIXOTO, Idem: 149). Era um primeiro passo político para a revolta. O programa da ANL traz argumentos em seu bojo, despertando a consciência para esse lado. O PCB apenas disputa a herança no momento em que apóia suas reivindicações e os “feitos heróicos” e “revolucionários” anteriores a 1930 (BORGES, 1992: 237).

2.4 - Luiz Carlos Prestes e a ANL

A antítese imaginária entre sociedade e indivíduo nada mais é do que uma pista falsa, atravessada no nosso caminho para confundir nosso pensamento (E. H. CARR).

Deve-se relativizar a atuação de Luiz Carlos Prestes na ANL, como devem ser contingenciadas todas as participações de qualquer liderança em determinado movimento ou processo histórico. Assim, pode-se afirmar que até o lançamento oficial da organização, quando se sugere o nome de Prestes para Presidente de Honra, a ANL quase inexistiu devido à sua parca atuação. A partir de maio, com a carta de adesão e sua presença no Brasil é que Prestes passa a ter uma influência maior sobre a Aliança, pois se coloca em pauta, pela primeira vez, a questão do governo, do poder, mesmo que difusa, e da revolução popular de forma mais clara, fundamentalmente devido às propostas de um Governo Popular Nacional-Revolucionário - GNPR (VIANNA, 1992: 126).

O mesmo processo aconteceu através de uma carta, datada de 25 de abril de 1935, identificada como procedente de Barcelona para despistar o Governo Vargas. A referida carta é lida no comício de 13 de maio, salientando que o governo pretendido nada terá de soviético, mas será um “governo surgido realmente do povo em armas”. Então, surge a “primeira referência à luta armada em documento da ANL” (VIANNA, 1992: 127).

Com a adesão, Prestes trabalha em busca de um fortalecimento da ANL e do PCB. O Presidente de Honra traz elementos da antiga concepção tenentista da época da Coluna e um marxismo inconsistente, mecânico e dogmático, devido ao pouco conhecimento obtido nos textos antes de 1930 ou de estudos na União Soviética. Diante disso, prevalece o desejo de realizar uma revolução no Brasil o mais breve possível.

No Manifesto de 5 de Julho, há uma avaliação equivocada e fora da realidade, sem atentar para a correlação de forças existente. Considera que o Governo Vargas está em “plena decomposição”, e que “o duelo está travado: fascistas versus libertação nacional”. Aquém da euforia, encontra-se a certeza de que as massas fariam a revolução e que seu chefe (Prestes) estaria pronto para dirigi-las. O idealismo pequeno-burguês leva-o a conclamar:

Organizai vosso ódio contra os dominadores, transformando-o na força irresistível da revolução brasileira! Vós, que nada tendes a perder a riqueza imensa do Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil das mãos do imperialismo e de seus lacaios! Todos à LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL DO BRASIL! Abaixo o fascismo!

Por um GOVERNO POPULAR NACIONAL-REVOLUCIONÁRIO!

Todo o poder à ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA!

(VIANNA, 1992: 145-146).

Para Nelson Werneck Sodré, o erro não está no lançamento do Manifesto em 5 de julho por Prestes: este seria consequência. O erro é anterior, desde os primeiros momentos da legalidade da ANL, quando o nome de Prestes é lançado para Presidente de Honra:

a verdade essencial estava no fato de que a escolha de um comunista notório para Presidente de Honra de uma organização ampla de frente, como a ANL, não correspondia à correlação de forças e continha inequívoco germe divisionista daquela frente (...) E não estava, absolutamente, em correspondência com a força que dispunha o PCB, na verdade, atravessando uma das suas piores fases de sua atribulada existência. A escolha de Prestes radicaliza a ANL, em contraposição à amplitude que a caracteriza até então. Essa escolha era um passe de teor esquerdista e ajudava a campanha dos conservadores e reacionários (...) para denunciar a ANL como criação do PCB e seu disfarce. Era um passo para o isolamento desta e, portanto para o seu fim (1986: 74-75).

Prestes reconhece o erro, ou seja, naquele momento a luta deveria ser só antifascista (1991: 85). Deve-se considerar também que as decisões apressadas é uma das características que Prestes trouxe de 1922, pois sempre “desejava” a revolução, exarcebando-se com os adiamentos. É nesse sentido que, em 1934, ele pressiona a Internacional Comunista para retornar ao Brasil e tomar o comando de uma revolução, baseado em informações errôneas da realidade brasileira, fornecidas por lideranças do PCB que foram a Moscou (VIANNA, Idem: 80). Tais informações dizem respeito a um País “semi-colonial” com conotações nitidamente feudais, conforme o VI Congresso da Internacional Comunista. A sugestão da palavra de ordem “governo popular nacional-revolucionário” é indicada, antes da partida, por Wan Min (ou Chen Shao-Yu), responsável pela América Latina em Moscou (VIANNA, 1992: 119).

Quando chega ao Brasil, Prestes é levado ao Comitê Central do PCB (por imposição da IC, ou seja, é estranho um militante fazer parte do Komintern, antes de pertencer ao Partido Comunista de seu país), bem como para ser a principal liderança comunista na condução da ANL (LINHARES, 1977: 74).

Por ocasião da ilegalidade, as ações giram em torno da conspiração que culmina em novembro de 1935. Prestes afirma que foi “surpreendido pelos acontecimentos” quando do levante em Natal, afirmando que aquele “não foi ordem nossa” (PRESTES, 1985: 88). No entanto, é importante considerar-se que os acontecimentos, em novembro, desenvolvem-se graças à euforia e à declarações dadas a partir de julho e que Prestes tem grande responsabilidade, reconhecidas pelo líder da Coluna em diversas auto-

críticas ao longo de sua vida. Assim, em 1935, Prestes permanece influenciado pelo radicalismo pequeno-burguês.

2.5 - O PCB e a ANL

A história não pode ser um simples retábulo de instituições, nem um simples relato dos acontecimentos (Pierre Vilar).

Ainda em 1934, começam as primeiras articulações para a formação de uma frente antifascista. O PCB e seus dirigentes, numa posição sectária e estreita, recusam-se a participar de qualquer bloco, pois seguem ainda a tática política do VI Congresso da IC de “classe contra classe”. A partir do surgimento da ANL, só aderem ao movimento com o firme propósito de transformá-lo em forma e instrumento para a realização da primeira etapa da revolução socialista no Brasil. Nessa etapa, a ANL defende que a revolução deveria ser antifeudal e antiimperialista. Desde já, então, fica descartada a idéia e as opiniões de que a ANL é criação do PCB. Se, mais tarde, torna-se instrumento do Partido Comunista do Brasil é outra questão. A prova concreta de que o Partido só apóia a ANL mais tarde está em A Classe Operária, de 24 de janeiro de 1935:

Um grupo de intelectuais, médicos, engenheiros, advogados, professores, oficiais do Exército e da Marinha, de representantes de organizações proletárias de soldados, marinheiros e camponeses, estudantes, acaba de lançar o manifesto da ANL.

O PCB, Partido da Revolução, sustentáculo e guia de todas as lutas do proletariado e das massas populares em geral, o único partido que sempre se mantém intransigente à frente de todos os movimentos reivindicatórios, apóia a ANL porque ela se propõe a realizar a aliança operária e camponesa contra a opressão latifundiária e imperialista (VIANNA, 1992: 112).

Desde início, os comunistas dividem com os “tenentes”, a opção da via armada na conquista do poder. Prestes é a ponte de convergência dessa tática. Antes da sua chegada ao Brasil, o PCB demonstra pouco entusiasmo pela ANL, apesar da coincidência de suas propostas. O que os diferencia, a princípio, é que a Aliança quer a derrubada do Governo Vargas; o PCB quer a organização de um “poder soviético de operários, marinheiros, soldados e camponeses”, conforme documento do Bureau Político do Comitê Central do PCB (Sessão Brasileira da Internacional Comunista-SBIC), de abril de 1935 (VIANNA, 1992: 134-135). O Comitê Central do Partido critica, na oportunidade, os elementos “pequeno-burgueses” e “conciliadores” que fazem parte da ANL, constantes em documentos e artigos, como o de Bangu, em A Classe Operária, de 1º de maio de 1935, referindo-se aos “perigos do nacional-reformismo da ANL” (VIANNA, 1992: 135).

Apenas com a carta de “Barcelona” e o lançamento da palavra de ordem por um Governo Popular Nacional-Revolucionário, é que o PCB começa a centralizar sua tática por meio da ANL. A partir daí, domina então a luta por uma primeira etapa antiimperialista e a ANL passa a ter reconhecida importância. A virada dar-se-á com o artigo na Classe Operária, de 20 de junho de 1935, sob o título de “Todas as nossas forças pela instalação de um governo popular nacional-revolucionário”, assinado por Antônio Maciel Bonfim, Miranda, na época, secretário-geral do CC do PCB (VIANNA, 1992: 135). Mesmo após o início da ação no interior da ANL, em 1935, os comunistas continuam a ver certos aliancistas com desconfiança. Por sua vez, os aliancistas também vão se tornar público seu distanciamento frente aos comunistas. A passagem de uma entrevista de Hercolino Cascardo, em 5 de julho de 1935, diz que:

Eles sabem que o comunismo da III Internacional é contra a nossa Constituição. Que o verdadeiro comunismo só pode ir ao governo por um golpe de força. Ora, se a imprensa venal e os chefes do imperialismo conseguem convencer o presidente Vargas de que a ANL é um agente do comunismo internacional a aliança seria, pela força das próprias leis, fechada. Mas a nossa sorte é que uma coisa é

ser e outra é não ser. Nós não somos comunistas. E os comunistas não aprovam o que estamos fazendo. Eles só aprovam aquilo que eles determinam e quem não obedece eles expulsam (VIANNA, 1992: 144).

Nos momentos finais da legalidade da Aliança, o PCB é o grande incentivador da frente, mesmo que continue cometendo erros fundamentais. Ao invés de se manter na luta antifascista, substitui qualquer tentativa de aprofundamento da discussão teórica sobre o caráter da ANL pela “radicalização do discurso”. Em vez da organização de massa, prepondera o “recrutamento nos quartéis”; a “análise concreta da realidade” é substituída pela “análise da realidade aparente” e, é lançado prematuramente, o objetivo de “luta pelo poder, em lugar de reforçar a frente antifascista, elo realmente forte da corrente de alianças” que se efetiva (VIANA In: TAVARES, 1985: 27).

Na verdade, na opinião de Sodré, a tentativa e busca da hegemonia do PCB, na ANL, é a causa que minou a frente, pois se objetivava estabelecê-la a priori (1986: 36). Assim, o PCB conduz seu trabalho de forma a estrangular a ampliação do movimento, a exemplo, no fracasso do lançamento da palavra de ordem: “Todo o poder à ANL”, no Manifesto de 5 de julho.

A perspectiva imediatista e o não aproveitamento das contradições entre os setores das classes dominantes não só impedem um maior crescimento da ANL, como une os setores conservadores contra o movimento (POMAR, Pedro, In: OLIVEIRA FILHO, 1985: 122). Em momento inoportuno e imaturo, devido à correlação de forças existentes, o PCB imprime, pela primeira vez, um confronto direto entre as classes antagônicas da sociedade, o proletariado e a burguesia, mesmo que ainda com posições de âmbito nacional-libertador, com estratégia de revolução democrática-burguesa (REIS, [s/d.] :42-43). No entanto, a avaliação apressada sobre uma possível correlação de forças, entendida aqui como capacidade de uma classe para impor seus interesses em uma conjuntura determinada (In: HARNECKER, 1989: 19-20), favorável aos aliancistas, leva o PCB a contribuir para que a ANL se coloque na ilegalidade. Na ocasião as condições internas do Brasil são “favoráveis, objetiva e subjetivamente à criação de um organismo de frente única, popular como a Aliança, mas totalmente desfavorável para qualquer tentativa de revolução que vise transformar as estruturas arcaicas, porém um pouco modificadas pelo Movimento de 1930 como queria o PCB (BASBAUM, 1985: 71).

O Partido Comunista do Brasil não consegue diferenciar o significado da ANL em termos táticos, frente à estratégia revolucionária. Assim, os setores mais liberais que fazem parte da Aliança, com o seu fechamento, logo se afastam. A partir daí, [e não desde o início como quer Antônio Murici: “A ANL ... seguia o programa que lhe era imposto pelo PC” (MURICI, 1966: 29)]. é que o PCB impõe sua preponderância e sua visão sobre a ANL. A partir de julho, o predomínio da estratégia comunista no interior da Aliança reforça, de certa forma, a inverdade colocada por Honorato Vergolino na Denúncia dos Cabeças da revolução de 27 de novembro de 1935, apresentada ao Tribunal de Segurança Nacional, alegando que “a ANL foi fundada, exclusivamente, para promover uma revolução comunista orientada pela Terceira Internacional e chefiada por Luiz Carlos Prestes” (VERGOLINO, 1938: 10).

“

“a um folheto chamando “Às Armas”. Na clandestinidade da Aliança, o PCB passa a comandar o que resta do movimento. Apesar do recuo das massas, muitos membros do Partido acham que ocorre apenas um pequeno recuo e que se aproxima a “hora da ofensiva”. Tal avaliação não encontra nenhum respaldo na situação política do Brasil pós-fechamento da ANL, como explica Boris Koval:

A direção do PCB de então partia de uma avaliação subjetiva da situação do país, qualquer agravamento das contradições era identificado como estado revolucionário. Em essência ela tinha uma posição blanquista, considerando um excesso desnecessário preparar as amplas massas para a luta armada (KOVAL, 1982: 321-322).

A falta de ligação do PCB com as grandes massas da população, cujo déficit maior é no campo, impede qualquer possibilidade de sucesso na luta armada. No entanto, em nome da ANL, o Partido prossegue contando apenas com reduzidas forças progressistas do Exército, filiadas ou não ao PCB. Na

verdade, a ilusão aprofunda-se com o golpe de fechamento da ANL, em julho, quando o partido se depara com a decisão do governo como uma declaração de guerra às forças populares, mesmo sem condições de enfrentamento. Ainda na segunda quinzena de julho, o CC do PCB realiza sessão plenária para apreciar os acontecimentos de maio e a ilegalidade da ANL. Os resultados são resumidos por Marcos Del Roio:

A resolução política saída desse pleno, encabeçada pelo apelo “concentremos todas as nossas forças na preparação e desencadeamento das greves, das lutas camponesas e populares”, carregava os erros de fundo que marcavam a linha de continuidade com a orientação política advinda ainda da concepção do “terceiro período” e apresentava paradoxos, em função da introdução de elementos de orientação de amplas alianças (Idem: 295).

A expectativa de revolução para breve, sem qualquer fundamento na realidade, se minimiza os resultados do próprio fechamento da ANL, sacrifica ainda mais a possibilidade de qualquer ampliação da frente. Como agravante, a exemplo do que o PCB fez em Moscou, em 1934, e repetia no VII Congresso da IC através das intervenções de Fernando de Lacerda e outros, alguns dirigentes estaduais do Partido favoráveis à insurreição armada de caráter golpista, remetem ao CC falsas informações sobre as condições reais das regiões em que militam, citando forças, organizações, apoios que só existem em suas imaginações (BASBAUM, 1985: 85).

Assim, toda a atividade partidária se volta para a preparação de um levante do que para um trabalho diante das massas trabalhadoras (urbanas e rurais). Os acontecimentos de novembro, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, apesar de suas especificidades, fazem com que derrotas sejam resultados imprescritíveis do que se criara pelo PCB e pelos “tenentes”, de julho a novembro de 1935. Do amplo movimento de massa, a ANL torna-se instrumento de mal-sucedidos levantes nos quartéis. Contudo, como afirma Hélio Silva, deve-se salientar que “a verdade histórica é que a chamada intentona comunista não foi um movimento exclusivamente comunista, visando implantar o comunismo no Brasil. Era a soma dos descontentamentos e das frustrações...” (1975: 39).

2.6 - A Internacional Comunista (Komintern) e a ANL

O passado não pode ser alterado por qualquer prática do presente. Seus eventos são sempre reinterpretados e suas épocas redescobertas por gerações posteriores (PERRY ANDERSON).

No VI Congresso da IC, em 1928, é que se esboça uma preocupação com os rumos da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular. Nesse momento, predomina a tática de “classe contra classe” e a oposição às forças social-democratas, denominadas de “social-fascistas”. Nesse período, os países da América Latina são vistos como “semi-coloniais”. Então, a estratégia de luta deve ser o da libertação nacional sob a direção da pequena-burguesia ou da burguesia nacional.

Com a ascensão do nazi-fascismo ao poder, na Europa, as posições no Komintern passam a mudar, devido à autoridade de Dimitrov e a posição política de alguns Partidos Comunistas, a exemplo da França. Nasce a tática da frente única contra os fascistas. A partir de 1933, começa a preponderar, em termos de tática para os PCs, a luta antiimperialista através de frentes nacionais como explica René Galissot:

a inserção das lutas nacionais na teoria do imperialismo, realizada por Lênin, modificou freqüentemente o internacionalismo proletário e a própria visão de revolução mundial. Com efeito, não se tratava mais de estender simplesmente a revolução operária, abatendo as fronteiras ou chegando a constituir uma federação mundial de Estados destinados a se fundir numa república socialista universal, mas de unir o movimento antiimperialista, reconhecido como parte integrada do movimento revolucionário, aos objetivos socialistas da vanguarda do proletariado (1989: 231).

Em 1934, intensifica-se a linha política de frentes populares contra o fascismo, fortalecendo-se a convocação para o VII Congresso da IC. Nesse ano os trabalhos das comissões que preparam o congresso avolumam-se. No Congresso, o antifascismo ganha proporções mundiais, cujas diretivas costumam ser falsamente atribuídas às ordens para o desencadeamento dos movimentos de novembro no Brasil (VIANNA, 1992: 47).

O VII Congresso, ocorre em Moscou, entre 25 de julho e 21 de agosto de 1935, consolidando aquela tática antifascista, além de se posicionar contra a guerra interimperialista. Os grandes líderes comunistas internacionais, participam, como Browder, Marcel Cachin, Maurice Thorez, Georges Dimitrov, Dolores Ibarruri (“la Pasionária”), Togliatti, Antônio Garcia, Kuusinen, Fernando de Lacerda, Manuilski, André Marty, W. Pieck, Stalin, E. Thielmann, Van Min, Piatriski, num total de 42, eleitos para formar o Presidium da IC (CARONE, 1991: 176).

O principal informe apresentado é o de Dimitrov, que conclama:

camaradas: milhões de operários e trabalhadores nos países capitalistas perguntam para si mesmos: Como se pode impedir que o fascismo chegue ao poder e como derrotá-lo onde já triunfou? A IC responde: o que é preciso fazer primeiro, por onde se há de começar, é criar a frente única, estabelecer a unidade de ação dos operários em cada empresa, em cada bairro, em cada região, em cada país, no mundo inteiro. A unidade de ação do proletariado sobre um plano nacional e internacional: eis aí a arma poderosa que capacita a classe operária não só para a defesa eficaz, como também para a contra-ofensiva eficaz contra o fascismo, contra o inimigo de classe... A defesa dos interesses econômicos e políticos imediatos das classes operárias, sua defesa contra o fascismo, há de ser o ponto de partida e o conteúdo principal da frente única em todos os países capitalistas... O êxito de toda a luta do proletariado com os camponeses trabalhadores e com as massas mais importantes da pequena-burguesia urbana, que formam a maioria da população... Não se deve perder de vista que a tática da frente única é um método para persuadir praticamente os operários social-democratas da justiça da política comunista e da falsidade da política reformista, e não uma reconciliação com a ideologia e a prática social-democrata (Vários, 1989: 103 a 120).

Conforme o texto, nota-se que a linha política para países como o Brasil ocupa a atenção do Congresso. Deve-se ressaltar também que uma das decisões fundamentais é a de que todos os PCs têm como tarefa manter a paz e a defesa da União Soviética (CLAUDIN, 1985: 169). Contudo, como afirma Marta Dassú, “não é satisfatória a tese que explica a ‘virada’ como uma simples adequação da Internacional às exigências imperativas da política externa soviética” pois o exemplo do PC da França e sua proposta de frente única ganha apoio na Executiva do Komintern, fundamentalmente em Dimitrov, que já havia elaborado o núcleo central da nova tática antifascista ainda em 1934 (DASSÚ, 1985: 300 e 302).

O PCB se faz representar no VII Congresso por Marques (ou Miranda cujo verdadeiro nome era Antônio Maciel Bonfim), Geraccio, Garcia e Fernando Lacerda (SOARES, 1985: 179). Ali, como afirma Dinarco Reis, a delegação brasileira “transmitiu informações absolutamente exageradas sobre o amadurecimento do processo revolucionário brasileiro”, a ponto de se afirmar que “o movimento insurrecional contava com o apoio da maioria da Forças Armadas” (REIS, 1984: 32-33). Porém, é dessa participação que muitos historiadores ou militares, no Brasil, afirmam que se tomou a decisão dos levantes de novembro, isto é, o VII Congresso da IC é o responsável pelo movimento libertador no Brasil em 1935.

Luiz Carlos Prestes, em diversas oportunidades, negou essa tese, afirmando que “não houve nenhuma orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. A responsabilidade é do nosso partido e do secretário-geral, Miranda” (depoimento de Prestes a Moraes e Viana, 1985: 59). Há

posições referentes ao movimento de libertação nacional e os levantes de novembro, alegando que tais decisões surgiram sob o mando de Moscou, como considera Soares, 1981, no prefácio de Lenildo Pessoa; Aragão, 1973; Carvalho, 1981; Vergolino, 1938 e, mais recentemente, no caderno especial do jornal O Estado de São Paulo, de 29 de agosto de 1993, pelo repórter Willian Waack. Este último afirma “que já em 1933, muito antes do que se pensava, Manuiski e Prestes discutiam os planos de uma insurreição no Brasil”(WAACK, 1993: 02).

Contudo, as posições mais fundamentadas, teórica e empiricamente, mostram claramente que as insurreições de novembro não resultam de decisões da IC, visto que prevalece no VII Congresso, a orientação tática de criação de frentes antifascistas e a defesa do socialismo na União Soviética. As posições contrárias a estas evidências são resultados de posturas políticas e ideológicas que sempre procuraram insinuar o “dedo de Moscou” nas tentativas de qualquer transformação da realidade brasileira. A partir dessas posições há outras considerações de vários brasilianistas como Robert Levine, John W. Dulles - ver 1985: 13, Chilcote, Stanley Hilton e mais recentemente, Willian Waack (1993 :48 a 79). As posições de não-interferência de Moscou estão em Vianna, 1992; em Sodré, 1986 e, em Chaves Neto (no prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro, 1977). No entanto, apesar das últimas posições se condizerem com os fatos, não se deve absolutizá-las, pois se a decisão não saiu do VII Congresso da IC, a presença da Franz Gruber (na verdade, Johann de Graaf), de Leon Valée (Pavel Stuchevski), Altobelli (Rodolfo Ghioldi, do íntegro Harry Berger Arthur Ernest Ewert - Joffily, 1987: 20-21). de Bruno (Amleto Locatelli) e de Olga Benário (WAACK, Idem: 06), além do retorno de Luiz Carlos Prestes demonstram que a IC tinha interesses no Brasil, devido à importância estratégica do País na América Latina. Porém, isso se deve mais ao internacionalismo proletário difundido pela IC do que por única e exclusiva decisão de Moscou. Além disso, é importante desfazer-se o mito de que o VII Congresso da IC determinara a criação de uma frente única - ANL - para realizar a insurreição no Brasil. Até porque, a criação da ANL é muito anterior à realização do VII Congresso da IC.

A ANL é citada como exemplo de frente antiimperialista e antifascista no VII Congresso, mesmo que não mais existisse legalmente desde 11 de julho. Contudo, as decisões políticas do congresso tem pouca importância para o Brasil, haja vista que comunistas e aliancistas, na ilegalidade, trabalhavam com a perspectiva de preparar uma insurreição militar para derrubar o Governo Vargas e instalar um governo nacional revolucionário, chefiado por Prestes (VIANNA, 1992: 47). Por sua vez, nenhuma decisão é tomada no Congresso que apontasse para movimentos armados como se queria no Brasil, prevalecendo a orientação de frentes únicas. No VII Congresso ressalta-se que a luta armada para a tomada do poder é necessária, mas deve ser uma luta de todo o povo e não uma quartelada (idem: 156). O fato é que a IC, naquele momento, mantém-se na expectativa, tendo apenas um papel de cúmplice em relação a qualquer movimento revolucionário no Brasil, pois esta situação é anunciada no VII Congresso como algo promissor.

Em 2 de agosto de 1935, Georges Dimitrov, nas escassas referências ao Brasil, dedica algumas palavras, ao se referir a ANL. A seguinte passagem demonstra o pensamento:

No Brasil, o PC, tendo lançado as bases corretas para o desenvolvimento de uma frente única antiimperialista através da constituição da ANL, tem feito todo o esforço para ampliar essa frente, atraindo em primeiro lugar e antes de mais nada os milhões de camponeses, levando diretamente à formação de unidade de um exército revolucionário popular completamente devotado à revolução e ao estabelecimento do governo da ANL (TAVARES, 1985: 133 e PINHEIRO, 1991: 292).

Através da passagem percebe-se a desinformação de Dimitrov, oriunda devido às informações dos integrantes do PCB que participavam do Congresso. Também Van Min fala no VII Congresso sobre o início da ANL, citando o Manifesto de Prestes de 5 de Julho (onde surgiu a palavra de ordem “Todo o poder à ANL!”), sem no entanto, tecer comentários maiores. Para Dario Canalle, suas observações, “deixam entender não ter chegado a hora da tomada do poder” (CANALLE, 1985: 132). Note-se:

O PCB está diante da tarefa de avançar no caminho iniciado - o de formar na frente única nacional - de ultrapassar as dúvidas e as resistências sectárias, de alguns comunistas contra a justa linha do Partido, de desdobrar sem temores o movimento de massas em nome e em defesa da ANL, de elevar esse movimento até as formas mais superiores da luta pelo poder(...) Um governo da ANL, que surgisse sobre a base da frente única antiimperialista, seria essencialmente um governo antiimperialista, mas não uma ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato. Ao lado dos representantes de outras classes que participam da luta pela libertação nacional do povo brasileiro (entre eles também representantes daquele setor da burguesia nacional que hoje temporariamente apóia a luta popular) (CANALLE, In: TAVARES, 1985: 133-134).

Fernando de Lacerda, um dos delegados brasileiros no VII Congresso, mostra que a ANL é o “Kuomintang da China de 1925”. Van Min traça um paralelo entre a Revolução burguesa na China e uma possível revolução no Brasil, afirmando porém, que em vez de ser como o Kuomintang (bloco de organizações antiimperialistas), a ANL tem vantagem de ser uma “organização democrática ampla, baseada em afiliação individual ou coletiva” (In: PINHEIRO, 1991: 314). A intervenção de Lacerda, em 9 de agosto de 1935, publicada em russo com o título *A frente popular antiimperialista no Brasil*, falseia a realidade, afirmando que a ANL fora criada pelo PCB:

No Brasil, hoje, a poderosa frente popular antiimperialista que se formou ocupa o lugar central. Caminha num ritmo acelerado, com ações de massas decisivas à conquista do poder, pela instauração de um governo nacional revolucionário. Desde agosto a setembro de 1934 demos os primeiros passos, ainda indecisos e pouco firmes, para a formação da frente popular única e antiimperialista. Enfim, após a Terceira Conferência dos PCs dos países da América Latina, em outubro último, operamos uma reviravolta resoluta tomando a iniciativa de organizar uma Aliança de Libertação Nacional, no Brasil é o que era o Kuomintang na China em 1925, isto é, uma coalizão de várias classes representadas pelas suas organizações respectivas e agrupadas em uma frente unida contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo (In: CARONE, 1982: 190 a 194).

Marques, na sua intervenção, enfatiza que no Brasil existe uma “situação de crise revolucionária” e que “o país marcha... para a luta decisiva pela derrubada do governo de traição nacional”, lutando pelo “surgimento de um poder popular nacional-revolucionário”. O autor alega que a palavra de ordem “Todo o poder à ANL!” transformou-se em “palavra de ordem que une as massas populares” (PINHEIRO, 1991: 314). Além disso, Marques fala que Prestes “goza de enorme autoridade pessoal entre as massas populares no exército” e até diante de “alguns governadores de estado”, o que é “fator de ampliação da frente popular e desagregação dos nossos inimigos”. Porém, o secretário-geral do PCB nada fala sobre a situação da ANL, agora na ilegalidade (CANALLE, In: TAVARES 1985: 131), no sentido de não diminuir o teor “revolucionário” de suas considerações, diante dos principais líderes do Komintern.

Dimitrov argumenta que só depois da adesão de milhões de camponeses à ANL, bem como a passagem da maior parte do Exército para o lado do povo é que se pode começar a luta armada para a transformação da luta em movimento armado com vistas ao poder da ANL. Contudo, a direção do PCB, tendo na frente Miranda e Prestes, ignoram esses conselhos (KOVAL, 1982: 305-306). Decorre daí que “muitos erros foram cometidos, Prestes na época, tinha uma visão puramente militar do movimento revolucionário... Isso levava a uma compreensão sectária e voluntarista...” (AMAZONAS, 1993: 12).

Apesar dos erros cometidos, o ano de 1935, representou o primeiro grande momento de tentativa revolucionária fora do círculo das elites pós-30.

3 - A QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA COMO CASO DE POLÍCIA: A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL

Pergunta sempre a cada idéia: a quem serves (BERTOLT BRECHT).

Sabe-se que não é novidade escrever sobre a ANL no Rio Grande do Sul: dissertar sim. O único trabalho sistemático sobre o tema intitula-se **Considerações sobre a ANL no RGS (1935). Uma Contribuição à história política do Brasil**. É de autoria de Ruy Alberto Duarte, sendo trabalho de conclusão de curso, necessário à obtenção de diploma de bacharelado. O trabalho é escrito nos finais dos anos 70, tornando-se importante devido ao pioneirismo. Porém, a preocupação do autor restringe-se, basicamente, a uma narrativa cronológica, cujo conteúdo crítico desaparece no interior de 180 páginas, girando entre a cronologia e anexos sobre o assunto.

Além da exposição, defendida pelo autor, a tarefa que se propõe requer algumas considerações iniciais, aquém das ponderações teóricas já realizadas no primeiro capítulo. A análise da ANL no Rio Grande do Sul requer uma compreensão que, ao mesmo tempo dentro da perspectiva proposta, também vale como ^{h1} # entendimento sobre uma forma de abordar a história regional de forma mais ampla. Apesar da ANL ser um movimento de caráter nacional, no Rio Grande do Sul ela apresenta certas especificidades, que, ora dificultam, ora facilitam a aceitação de seu projeto de transformação da realidade brasileira. Assim, enfocar-se-á, nesta parte, características regionais sem, no entanto, perder de vista seu objetivo nacional.

O materialismo histórico também sugere um caminho ao tema, analisando-se as características específicas regionais e a sua relação com o contexto nacional e mundial. Lênin, em **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, no início do século, entende a concepção da região em determinado contexto histórico:

Uma região só será plenamente configurada se for analisada no seu complexo de imbricações e relações: na relação com a formação social, de que é um corte espacial delimitado histórica, portanto, dinamicamente, o aspecto básico a ser vislumbrado é o nível de articulação das atividades produtivas da região ao modelo de acumulação dominante ...” (LÖNIN, apud PESAVENTO, In: SILVA, 1990: 68).

Quer dizer, só se pode compreender plenamente as características regionais se estiverem relacionadas com a formação social dominante, isto é, não se pode analisar o Rio Grande do Sul, de 1935, sem a necessária integração com a sociedade brasileira da época, o modo de produção dominante e a conjuntura pela qual passava o Brasil. Neste aspecto, o Rio Grande do Sul apresenta uma dinâmica própria, mas dependente das relações capitalistas nacionais, com implicações internacionais.

O Rio Grande do Sul apresenta então, uma “singularidade espacial dentro de um sistema mais amplo”, diferenciações de classes e da dinâmica social do resto do País. Necessita-se de uma abordagem “econômica-social e político-ideológica” para se entender como o processo aliancista, sob o ponto de vista de avanço ou retrocesso eclode no estado (PESAVENTO In: SILVA, 1990: 68).

Concretamente, é no espaço do Rio Grande do Sul, que se vai definir a construção da ANL e, posteriormente, nesta pesquisa a oposição ao movimento, como um dos momentos de enfrentamento político das classes sociais, tendo atrás de si projetos diferenciados de sociedade. Cabe, por sua vez, à classe dominante local, através do controle do Estado, a manutenção do poder a partir de um projeto global.

Dessa forma, pretende-se estudar mais objetivamente as “condições concretas locais”, a fim de se analisar a singularidade da ANL no Rio Grande do Sul dentro de uma totalidade. Além da especificidade do Rio Grande do Sul dos anos 30, faz-se necessário, entender as relações entre a economia, a política e a sociedade locais para que se resgate uma totalidade menor, submetida a uma

totalidade maior dentro dos diferentes níveis em que se processa a história. O Rio Grande do Sul, na década de 30 e, em particular em 1935, apresenta características infra e superestruturais próprias, realizando a reprodução das relações de produção dominantes a nível nacional.

Por isso, justifica-se entender também a conjuntura econômica, social e política gaúcha, para que não se descontextualize a atuação da ANL no estado.

3.1 - Fatores Econômico, Social e Político no Rio Grande do Sul: Década de 1930

A conjuntura é o conjunto das condições articuladas entre si que caracterizam um momento no movimento global da matéria histórica (PIERRE VILAR).

As considerações a seguir não se restringem exclusivamente ao ano de 1935, mas abrangem a década de 30, pois abordam uma determinada conjuntura. Esta conjuntura é impossível de ser delimitada por datas. Assim, algumas das questões levantadas a seguir poderão ser vistas inclusive, antes do Movimento de 1930, ao passo que outras no período do Estado Novo ou mesmo após. Em 1935, os acontecimentos relacionados à ANL não se encontram fora dessa conjuntura. Contraditoriamente, os aspectos já existentes interferem no movimento aliancista.

3.1.1 - Os aspectos econômicos

Se no Brasil o desenvolvimento capitalista baseia-se na exportação de produtos agropecuários, esgotando e reordenando parcela significativa do sistema produtivo rumo à industrialização, no Rio Grande do Sul, dos anos 30, a crise, apesar de afetar a economia, não muda radicalmente a estrutura agro-exportadora.

A crise se faz sentir de várias maneiras, atingindo sobretudo o sistema financeiro. Mesmo que o Governo de Flores da Cunha houvesse tomado medidas para evitar a falência do Banco Pelotense do Rio Grande do Sul, o prejuízo de 53 mil contos prejudica centenas de depositantes, sendo boa parte deles pequenos sitiantes, levando o banco à falência (CARONE, 1976: 63-64).

Para a economia gaúcha, o socorro do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, prioriza investimentos para enfrentar a crise da pecuária, favorecendo os grandes proprietários. Nesse sentido, a encampação dos ativos do Banco Pelotense, pelo Governo de Flores da Cunha, passa ao controle do Governo Estadual, devido ao grande patrimônio, possibilitando, de certa forma, o enfrentamento dos problemas financeiros do Rio Grande do Sul (FLORES, 1990: 126).

O Rio Grande do Sul dos anos 30 exerce uma posição periférica importante, mas, fundamentalmente, dependente do centro hegemônico do País, em especial de São Paulo. O desenvolvimento básico concentra-se na agricultura e na pecuária, destinando-se a ser um complemento da economia central com o papel de fornecer gêneros de subsistência ao mercado nacional. Ao Governo Federal interessa manter esta estrutura agropecuária. Por isso, consolida-se uma relação de dependência e complementaridade. Mesmo sem a clara percepção das elites locais, o Rio Grande do Sul serve aos interesses do Governo de Vargas que, por sua vez, alimenta a reprodução de dominação da periferia ao centro do País. Esta relação de dependência e os objetivos do Governo Central são resumidos por Sandra Pesavento:

O governo Central (...) procurava de todas as maneiras resolver os problemas das regiões econômicas periféricas, desde que os interesses destas não entrassem em contradição com os “objetivos mais” gerais do país como um todo. Estes objetivos eram fundamentalmente dois: a integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação. Ambos, em

última instância, se resumiam em um único: garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista no país (1984: 106).

Sendo um estado essencialmente exportador - o charque ainda é o principal produto - O Rio Grande do Sul depende, de forma geral, da política econômica do Governo Central. Mesmo quando as charqueadas perdem espaço para a frigorificação de carnes, a diretiva do Governo Federal se sobressai, mesmo passando por cima dos frigoríficos multinacionais que procuram se instalar no estado. Por sua vez, a matéria-prima existente facilita a implantação de frigoríficos nacionais. A consequência disso é a criação do Instituto Sul-Riograndense de Carnes, em 1934.

Com a crise da pecuária, o incentivo à agricultura acelera-se com subsídios maiores à produção de arroz, trigo, cebola e milho.

Também a indústria, nos setores de vinho, banha, têxteis, óleos vegetais, recebe auxílio do Governo de Flores da Cunha, pois, no fundo, representavam uma extensão da agropecuária, devido ao fato de serem indústrias cuja matéria-prima fundamental vem da produção agrícola e da criação de animais. Se no centro do País passa-se a uma industrialização crescente e integrada, aqui no sul a economia regional não muda substancialmente, mesmo que tenha aderido a novas técnicas de produção, aumentando a capitalização do estado. Na verdade, o que se modifica é o conteúdo da integração desse modelo de desenvolvimento do centro do País ou, mesmo no interior do estado, devido à expansão do mercado rio-grandense. Geraldo Müller resume esse processo dos anos 30:

A economia política gaúcha caracteriza-se pelo fato de atingir o apogeu de seu modelo histórico de desenvolvimento constituído no transcurso de um século. A zona rural da pecuária e seus produtos históricos, o comércio, as cidades e as charqueadas e os frigoríficos: a zona rural marcada pela pequena produção agropecuária e seus produtos históricos, seu comércio, cidades, artesanatos e manufaturas, e a zona rural marcada pela exportação relativamente grande do arroz, trigo e gado e seus produtos históricos, fusionam-se por inteiro nesses anos, compondo a estrutura produtiva e de intermediação denominada de mercado sul-riograndense (In: DACANAL e GONZAGA, 1979: 363).

Porém, o crescimento econômico do estado, mesmo num período de crise, se dá mais em função da exportação do que da demanda do mercado interno. Prevalecem os interesses da economia central sob um maior fortalecimento do mercado estadual, possibilitando uma maior expansão da industrialização e fugindo da base agropecuária. Tal fato faz com que os investimentos oriundos do capital mercantil e financeiro para a indústria e a exploração agropecuária dependam, por conseguinte, das relações com o resto da economia brasileira. Isto é “que caracteriza a economia gaúcha como dependente. Seu caráter periférico advém da dependência, acentuando-se pelo fato de insistir na exploração desse modelo histórico”, centrando-se na remessa de produtos para outras regiões do País, na dependência do crescimento dos mercados urbanos e de um restrito crescimento, devido à organização agrária da economia gaúcha. (MÜLLER, 1979: 365).

Toda essa realidade faz com que, nos principais momentos de dificuldades, sejam problemas de transporte ou outros relacionados à exportação, “os interesses da burguesia mercantil gaúcha, da embrionária burguesia industrial e da oligarquia pecuária”, como dos segmentos concentrados no poder de Estado, afetam a classe dominante local como um todo (MÜLLER, 1979: 367-368).

O Estado, por sua vez, além de contribuir com a prestação de serviços, estimula a produção. Isso é uma necessidade, pois o crescimento interno que se objetiva, não pode acontecer sem a intensa participação do Governo Gaúcho. Não é sem motivos que as prestações de contas e os relatórios no período de Flores da Cunha, quando se referem à economia, procuram demonstrar os incentivos do Estado ao desenvolvimento dos diversos setores rio-grandenses, tais como: comercial, agrícola, financeiro e industrial.

Todas essas características fazem com que a economia regional, fundamentada no setor primário, contribua para a redução dos custos das atividades econômicas do centro do País (CARRION Jr. In: DACANAL e GONZAGA, 1979: 410). Tal modelo econômico, numa nova fase de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que traz crescimento, reproduz a própria crise em que se situa, devido à predominância das características anteriores, como a manutenção do latifúndio, de uma indústria baseada no setor primário e na exportação de produtos agropecuários, fazendo com que o Rio Grande do Sul passe a ser considerado o “celeiro do País”.

No caso da pecuária, a criação permanece fundamentalmente extensiva, com a criação do gado em largas extensões de terra, não tendo uma maior utilização de novas tecnologias para “incrementar a produtividade” (PESAVENTO, 1980: 84). Na produção agrícola, também, os problemas são grandes, impossibilitando um maior estímulo ao setor. Esse quadro é mostrado por Pesavento:

Desde o ponto de vista do proprietário da terra e gado, a baixa capitalização limita as chances alternativas do uso do potencial produtivo da terra; o arroz, o trigo e, recentemente a soja são as opções surgidas dentro do próprio setor primário. Mas o elevado custo das máquinas, fertilizantes e defensivos agrícolas, sobre o controle das empresas estrangeiras, aliada à concorrência do mercado nacional e internacional de outros produtos, dificulta o êxito da lavoura capitalista gaúcha de exportação. A lavoura colonial, por seu turno, enfrenta problemas do esgotamento do solo, endividamento dos pequenos, proprietários, fracionamento repetido do minifúndio e mercado altamente competitivo para os produtos oferecidos (In: DACANAL, 1980: 85).

A crise agropecuária só pode ser revertida por um grande desenvolvimento industrial que surja do setor primário. Como isso não acontece, o Rio Grande do Sul mantém a sua estrutura tradicional, pois a agricultura como a pecuária, não servem de fator gerador da “acumulação de capital para a indústria, tal como se deu com o café no contexto paulista”(Idem: 85). Por sua vez, também, essa crise descapitaliza os setores da criação e das charqueadas, impossibilitando que a classe dominante local renove a estrutura produtiva para acelerar o desenvolvimento capitalista pleno no campo. Assim, a atividade produtiva centrada no setor agropecuário, frente ao baixo índice de acumulação primitiva do capital “não impõe ao Rio Grande do Sul as características capitalistas plenamente configuradas” (KOCH, 1981: 123).

Dessa forma, a baixa capitalização do estado impede que se transfiram grandes recursos para a indústria, mantendo a dependência desta ao setor primário. Por sua vez, o fato gera uma economia voltada para a exportação, resultando 89,86% do total que são de produtos agropecuários e só 10,14% de produtos manufaturados. Por outro lado, o Rio Grande do Sul importa 61,39% de seus artigos manufaturados e 38,61% de produtos agropastoris (Idem: 129). Percebe-se que esse é um dos principais fatores de manutenção da estrutura tradicional do Rio Grande do Sul dos anos 30. Além da indústria baseada na agricultura e na pecuária, apenas a indústria têxtil e a indústria alimentar têm relativo destaque, pois, no geral, suas características de produção artesanal ainda permanecem elevadas.

Tal industrialização ainda restrita, concentra-se em várias cidades, além da capital, como Pelotas, São Leopoldo, Caxias, Rio Grande e Novo Hamburgo. Dessa forma, a pequena indústria é a predominante, não exercendo mudanças revolucionárias no desenvolvimento de forças produtivas que impliquem o predomínio da atividade secundária sobre a primária. Assim, “o desenvolvimento industrial do estado não foi capaz de compensar a estagnação do setor agropecuário”, fazendo com que a fase ficasse conhecida como “crise da economia gaúcha” (PESAVENTO, 1981: 137).

Contraditoriamente, o parco capital, frente à crise gerada na agricultura e na pecuária não é investido na indústria, mas, ao contrário, o capital oriundo de atividades comerciais e industriais é

aplicado para a solução dos problemas agropecuários. É nesse momento, que ter-se-á uma certa renovação e modernização do setor (Idem: 138), continuando a industrialização em segundo plano e permanecendo esta como uma atividade apenas emergente e dependente, como explica Pesavento:

Com suas “indústrias naturais”, o Rio Grande do Sul reconfirmou, no período pós-30, a sua posição de “celeiro do país”, mas com a conotação de não ser apenas exportador de gêneros alimentícios para o mercado interno brasileiro, mas também de produtos de origem agropecuários já beneficiados. Neste sentido, legitimava-se a posição do setor primário no estado, e o Rio Grande do Sul preenchia o espaço possível de ser ocupado dentro da reorientação global do capitalismo no Brasil, que se voltava para uma nova forma de acumulação, centrada na indústria (1985: 78).

No entanto, mesmo que a economia continue centrada na atividade agropecuária, a crise desta última estimula a expectativa de desenvolvimento do parque industrial do Rio Grande do Sul. Tal atividade não significa que a industrialização, em qualquer momento, ultrapasse em todos os índices, o setor primário, como setor principal da economia rio-grandense. Nos momentos de maior incentivo à indústria, o que se vê é a complementariedade desta para reproduzir a economia tradicional. A dinâmica é enfatizada na passagem:

A rigor, a diversificada economia gaúcha representava nesta época uma integração entre seus setores, na medida em que, a agropecuária fornecia tanto alimentos para abastecimento do mercado regional e nacional, quanto matéria-prima para uma indústria de transformação de tipo tradicional. Por outro lado, o ramo metal-mecânico produzia máquinas e implementos dirigidos para as necessidades do setor primário (PESAVENTO, 1985: 91).

Se, no geral, a grande propriedade não sofre modificações, permanecendo inalterada, as relações produtivas impedem a introdução de novos meios de produção, fazendo com que, nos anos 30, os pequenos agricultores da região colonial, face ao tipo de desenvolvimento capitalista do Brasil e do Rio Grande do Sul, apresentem certas mudanças. A forma de enfrentar a subordinação dos interesses ligados aos grandes proprietários e mesmo dos industriais ou intermediários e dos preços reduzidos dos produtos é a iniciativa dos colonos optarem pelo sistemas de cooperativas. A cooperativização é a única forma de resistir “ a contínua espoliação a que estavam submetidos pelo modelo de desenvolvimento agrário”, naquela conjuntura. Isto faz com que se viabilize a pequena propriedade, a fim de os colonos terem o “poder de barganha no momento de comercializar seus produtos” (TAMBARA, 1985: 56).

A mandioca, o trigo, o fumo e outros são estimulados para a produção através das cooperativas, pois o pequeno agricultor, frente a baixa capitalização, não tem condições de concorrer com os grandes proprietários. O sistema de cooperativas facilita também às técnicas de produtividade da terra, gerando um processo lento, mas contínuo de capitalização na agricultura, que se inicia nesse momento. Por outro lado, é através da região colonial que as atividades industriais e comerciais são incrementadas, diversificando a economia gaúcha (MACIEL, 1975: 29).

A partir desse processo tem-se a integração da pequena propriedade, com a urbanização e a industrialização, estimulando também o desenvolvimento das relações capitalistas. Como o Governo de Flores da Cunha subsidia e favorece os grandes proprietários ligados à pecuária e à agricultura, os pequenos agricultores se unem. Aqueles que não o fazem, acabam perdendo suas propriedades em vista da falta de estímulo aos produtos agrícolas que tem seu preço mínimo reduzido. Isso faz com que se busque o caminho das cidades, criando um mercado de trabalho na indústria manufatureira e artesanal.

Dessa forma cabe ressaltar a atuação do Estado frente aos problemas econômicos. Em tais questões, o Governo Flores da Cunha, seguindo orientação básica do programa do Partido Republicano Liberal (PRL), procura dar auxílio aos diferentes setores produtivos (em especial à pecuária), através da

intervenção do Estado, estimulando a formação de sindicatos, institutos e cooperativas, conduta esta que se enquadra na “perspectiva do Governo Provisório de proporcionar uma nova mediação entre as oligarquias e o poder do Estado, através de corporações de classe”. (PESAVENTO, 1980: 143).

Por outro lado, a entrada de capitais estrangeiros integrados ao capital nacional, deve produzir fontes de novos investimentos. A seguinte passagem do órgão central do Governo - do PRL - demonstra isso, ao mesmo tempo que combate os opositores da idéia.

Não temos capitais e precisamos ir buscá-los onde se encontram pela transformação em riqueza exportável da nossa riqueza imóvel ... Essa pretensa campanha contra o imperialismo econômico que as correntes extremistas da direita e da esquerda estão fazendo de modo tão absurdo e tão antipático, pode-se refletir-se de maneira perniciosa sobre o nosso intercâmbio comercial, pois não podemos esperar que se encontre boa vontade com relação a um país onde se prega a perseguição a uma cooperação que nos tenha auxiliado a tornarmo-nos o que somos e que continua a impulsionar o nosso progresso. Precisamos apresentar um ambiente de confiança e boa vontade e é precisamente o que as correntes extremistas estão procurando destruir, ameaçando, deste modo, os vitais interesses da nação (**A Federação**, 10 de julho de 1935: 03).

Tal estímulo, não termina com a crise que passa a economia gaúcha nos anos 30, porém faz com que o Governo incentive a produção. Isso resulta com que reflexos da crise mundial do início dos anos 30, aliado aos custos do Movimento de 1930, estimulem, em 1935, que o Rio Grande do Sul equilibre suas finanças como demonstra o “Relatório apresentado a Getúlio Vargas” e lido na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, por Flores da Cunha (**A Federação**, 15 de abril de 1935: 01).

Tem-se assim um momento de crise generalizada, mas, paradoxalmente, apresenta-se uma situação de expectativa do crescimento econômico. O Rio Grande do Sul, de 1935, dependente do centro do País, reproduz estas relações, gerando contradições extra e intra-classes, ao mesmo tempo que apresenta um quadro econômico interno unificando os anseios das classes dominantes e originando, uma certa unidade política, no momento em que o poder é questionado.

3.1.2 - Aspectos Políticos

No Rio Grande do Sul dos anos 30, apesar de Flores da Cunha representar os “tenentes” que chegam ao poder com o Movimento de 1930, as oligarquias estaduais, mesmo divididas, continuam fazendo parte das decisões essenciais do poder de Estado.

Com a criação do PRL em 1932, por Flores da Cunha, vários dissidentes do antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) aderem ao novo Partido que dá sustentação política ao Interventor, depois Governador. Flores da Cunha é eleito de forma indireta, em 1935 e governa até 1937. Na “oposição consentida” permanecem os setores mais conservadores representados pelo Partido Libertador (PL) e pelo PRR. Porém, estes que formam a Frente Única (F.U.), não deixam de unirem-se ao Governo contra o inimigo maior, frente aos acontecimentos da ANL e de novembro de 1935 no Nordeste e no Rio de Janeiro. Assim, no Rio Grande do Sul, forma-se uma união entre a parcela majoritária do tenentismo e os grupos oligárquicos, ideológicos e politicamente instalados.

Por outro lado, as oposições aceitam a eleição constitucional de Flores da Cunha e chegam a fazer parte, mais tarde, do secretariado do Governo. Nos anos 35 e 36, a F.U. rompe e volta a aproximar-se várias vezes do Governo do PRL. Esse processo repete-se na elaboração e promulgação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, chegando-se a um consenso quanto ao texto elaborado por deputados dos três partidos tradicionais do estado, sob o argumento de que a nova Carta baseia-se na Constituição Federal de 1934, trazendo no seu bojo as “grandes aspirações do povo rio-grandense” (**A Federação**, 28 de junho de 1935: 01).

Com o argumento da necessidade de “pacificação política no Rio Grande do Sul”, os grupos dominantes gaúchos passam o ano de 1935 fazendo articulações no sentido de manter a estrutura de poder vigente. Dessas articulações é que resultam os entendimentos entre Raul Pilla e Flores da Cunha, como momento de colaboração entre a F.U. com o PRL, a fim de buscarem a solução dos problemas financeiros do estado e para reprimir a “agitação extremista”, quando se negocia e depois se implanta a utilização de representantes da oposição no secretariado do Governo Estadual (**DN**, 30 de junho de 1935: 01). Tal mudança de estratégia da Frente Única Gaúcha (FUG), tem ainda outras implicações que são resumidas por Helgio Trindade na passagem:

Esta mudança de estratégia, deve-se, em parte, ao surgimento de novos grupos, não só através da formação de outras correntes política, mas também pelo aparecimento de alas mais radicais dentro dos partidos Republicano e Libertador; mas é provocada, também, pela falência da estratégia golpista articulada durante todo o exílio pelas lideranças da FUG. Abandonados pelos antigos aliados paulistas ... e desiludidos com o grupo militar ao qual se uniram contra a ditadura, a oposição gaúcha retorna ao estádio para entrar nas regras legais do jogo (TRINDADE, 1980: 221).

A “pacificação rio-grandense” cria a possibilidade de maior entrosamento entre as fações dominantes da elite gaúcha para tomarem posições diante do crescimento dos movimentos de oposição radicalizada dos aliancistas e dos integralistas. Com o final do período da interventoria, numa relação mais indireta e independente frente ao Governo de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, a fim de fixar o poder regional sob novas bases, procura aliar-se à oposição oligárquica para permanecer à frente do Governo Gaúcho e eliminar a possibilidade de mudanças substanciais na estrutura do poder. Entretanto, as negociações intra-oligárquicas não acontecem sem problemas devido a “componentes desagregadores dentro de cada partido, tanto do PRL, como da FUG” (TRINDADE, 1980: 224-225).

A coalisão entre as frações da burguesia gaúcha e as oligarquias agropastoris possibilita a formação de uma elite dirigente que tem apoio dos setores representativos das camadas médias urbanas. Os momentos de discórdia, quando a oposição questiona o poder central e seu representante no estado, através do Governo de Flores da Cunha, são capitaneados pelos pecuaristas que, em um momento de crise do setor, identificam o Governo de Vargas como o responsável pelos problemas.

Já os industriais, com menor poder político, objetivam um maior crescimento industrial quanto a harmonizar as relações entre patrões e operários, além de entrosarem mais a classe empresarial com os poderes públicos, ampliando sua participação no Governo. Para tanto, eles criam o Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, em 1934 (PESAVENTO, 1984: 108). Esse setor da burguesia industrial apóia o programa do PRL a fim de receber os incentivos do Governo Estadual para o crescimento do setor. Os grupos, na verdade, objetivam menos o “controle dos mecanismos decisivos do poder” e mais a “prevenção de um regime estável, que assegurasse a ordem social e o progresso econômico” (KOCH, 1981: 141).

No geral, o período da República Nova no Rio Grande do Sul representa a permanência de um poder com orientação política e ideológica positivista visando à manutenção da ordem e a defesa desta como pressuposto básico ao progresso. Em outras palavras, uma concepção autoritária do Governo que

não tem conteúdo radicalmente diferente tanto na FU, ou mesmo sobre o entendimento que ambos têm em relação à democracia. O exemplo do fato encontra-se no discurso pronunciado por Raul Pilla na Assembléia Legislativa, a 19 de junho de 1935:

A democracia não é o governo de masse como se acredita geralmente, e não é também o governo do arbítrio de um ou mais homens. É o governo de uma reduzida minoria, de uma escola, que permanece preso aos desejos, aos sentimentos, às necessidades da massa por liame de natureza moral e, sobretudo, de natureza legal. Esta escola que governa não tem senão uma liberdade restrita (In: TRINDADE, 1980: 338).

O Programa do PRR é nitidamente direcionado à defesa dos interesses das oligarquias regionais (OSpRIO, 1992: 184 e 190). O Partido Libertador mostra-se progressista apenas quando se refere à implantação de novas tecnologias que objetivam criar uma agricultura capitalista no Rio Grande do Sul. Já o PRL, seguindo as diretrizes do Governo Vargas, numa posição um pouco mais avançada, mas representando os interesses de uma fração das oligarquias e da burguesia ascendente, procura implantar uma política de diversificação da produção agrícola ou industrial, visando aumentar as exportações e integrando o mercado gaúcho ao mercado nacional. Desta forma, fortalece a hegemonia agropecuarista. Seu programa é assumido pelo Governo de Flores da Cunha, com o apoio majoritário da Assembléia, até 1935. A atual situação representa a alternativa de manutenção de um “status” agropastoril, único meio que apresenta condições para promover aquilo que seus representantes chama de “prosperidade gaúcha” (PESAVENTO, 1980: 143).

A criação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, em junho de 1935, engloba numa mesma pasta os setores comandados tanto pela oligarquia como pelo empresariado, sintetizando um projeto político de amparo aos setores produtivos agrícola e industrial, bem como o comércio. As dissidências políticas culminam por questões menores, nos momentos em que o Governo de Flores da Cunha incentiva mais um ou outro setor. No geral, os representantes da FU defendem a liberdade da atividade econômica contra a intervenção do Estado proposto pelo PRL. Porém, quando a intervenção beneficia o setor agropecuarista, a conciliação da oposição com o Governo ultrapassa as dissidências.

A unidade entre os setores dominantes da oligarquia gaúcha, num momento de crise econômica, gera crise política, buscando o enfrentamento das questões sociais e políticas reivindicadas pela oposição situada fora dos partidos tradicionais (PRL, PRR e PL). Em momentos necessários, esses setores aliam-se para reprimir aqueles que chamam de “extremista”. Assim, mesmo que a Constituição Estadual de 1935 tenha introduzido em seu texto, no artigo 126, direitos e garantias individuais referentes à liberdade de pensamento político e reunião pacífica, os movimentos ascendem e começam a ameaçar o poder vigente. A união das oligarquias e da burguesia é imediata (**Constituições do Estado do Rio Grande do Sul** Vol. 1, 1990: 119-120).

Ainda, cabe abordar a relação entre o Governo Gaúcho e o Governo Vargas. Inicialmente, as oligarquias estaduais entendem que com o Movimento de 1930, teriam maior poder de mando a nível nacional. Como isto não acontece, parte delas, representadas pelo PL e pelo PRR, apóiam os paulistas em 1932. Entretanto, aos poucos vão reorganizando suas posições para, a partir de 1934, conciliar em vários momentos com o Governo Estadual. Por sua vez, o Governo mantém seu apoio incontestado ao Governo Central até 1935, fortalecido com a criação e a atuação do PRL, a partir de 1932.

Em meados de 1935, Flores da Cunha leva a bancada gaúcha do PRL no Congresso Nacional à oposição, tornando tensas as relações entre o Governo Central e o poder republicano-liberal no estado. Flores da Cunha reforça o poder, momentaneamente, com o aumento dos quadros do Corpo dos Provisórios e da Brigada Militar chegando a propor, em novembro de 1935, uma total reformulação do ministério varguista, ameaçando, caso não fosse atendido, a aliar-se às demais oposições (VIANNA,

1992: 152 e 180). Na ocasião, o Governo Estadual nega o apoio ao fechamento político do País, com visíveis pretensões de candidatura à Presidência da República (VIANA, In: TAVARES, 1985: 27). Porém, com os levantes de novembro de 1935, no Nordeste e no Rio de Janeiro, percebendo o inimigo maior, Flores da Cunha volta a dar novo apoio a Vargas. Isso se dá, principalmente, após receber o relatório de Filinto Müller sobre as atividades subversivas no Brasil (CARONE, 1976: 90).

Percebe-se que as dissidências constantes na relação do Governo Estadual com a oposição oligárquica e com o Governo Central representam quebra de articulações e conciliações eventuais que ora se desfazem, ora retornam, sobretudo nos momentos em que os movimentos sociais, de greves, por exemplo, e políticos, como o avanço aliancista ou integralista, questionam a estrutura de poder.

3.1.3 - Aspectos sociais

Com o final dos confrontos armados entre os setores das oligarquias rio-grandenses, o término do cercamento dos campos e a introdução de novas tecnologias na atividades agropecuária aceleram-se, no Rio Grande do Sul dos anos 30, processos de expulsão de mão-de-obra das estâncias para os centros urbanos, aumentando o contingente do proletariado sem especialização, gerando problemas sociais nas cidades, resultantes do desemprego, devido “a crise econômica vigente e à falta de uma maior industrialização” (PESAVENTO, 1980: 85).

Além disso, com a crise da pecuária, não se vê um maior desenvolvimento capitalista necessário no setor agrícola, muito menos de um crescimento industrial, que torne a burguesia industrial gaúcha a classe dominante absoluta. Assim sendo, o Rio Grande do Sul passa por uma verdadeira encruzilhada, pois ao mesmo tempo em que busca resolver os problemas econômicos, as contradições sociais se avolumam sem que tenham soluções.

Tais contradições fazem com que, ainda no início de 1935, estourem greves no estado. A prometida legislação social que não é cumprida em razão das manobras das classes dominantes, que não respeitam as poucas leis trabalhistas existentes, fazendo com que a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) rompa relações com o Ministério do Trabalho, retomando o princípio da luta de classes em aliança com o PCB. O movimento grevista e operário em ascensão e em direção à esquerda tem uma forte oposição de setores da Igreja Católica, dos Círculos Operários, do Governo Estadual e do Governo Federal, representado no estado, com o papel de diminuir a conscientização decorrente das contradições capital X trabalho, pela Inspetoria Regional do Trabalho. Porém, as greves não deixam de acontecer, atingindo, principalmente, os setores têxtil, metalúrgico, marítimo e ceramista (PETERSEN e LUCAS, 1992: 415).

A repressão ao movimento grevista é forte, acompanhado por ameaças de demissão pelos industriais, os quais invocam a legislação social e trabalhista para pôr fim aos movimentos (CP, 13 de janeiro de 1935, 14). Por seu turno, a fim de negar a exploração que os industriais fazem das greves, procuram identificar os movimentos, responsabilizando “elementos extremistas” de fora das categorias. Os representantes dos trabalhadores ressaltam a luta por seus direitos, mas o Governo Estadual, através da polícia, aliado ao Ministério do Trabalho e aos industriais unem-se na repressão ao movimento, prendendo lideranças e mantendo aqui no estado a política da República Velha ou seja a “questão social era um caso de polícia”. Pelo lado dos trabalhadores, a solução pacífica de seus problemas podem passar pela ação do Ministério do Trabalho. Como este é aliado dos industriais e do Governo Estadual, a Inspetoria Regional do Trabalho passa a ser questionada pelos trabalhadores como no “Manifesto aos trabalhadores do Rio Grande do Sul” assinado por vários sindicatos de Porto Alegre (CP, 30 de junho de 1935: 07).

A chamada questão social torna-se uma grande preocupação para as elites gaúchas, como demonstra o discurso de Coelho de Souza, na Assembléia Legislativa do Estado, em 11 de maio de 1935. O deputado alerta que “essa situação de miséria” fizera com que os operários se revoltassem, gerando

uma “inquietação profunda” que agravava a questão social, fazendo com que isto se constituísse fator de “grande agitação de nossos dias” (In: TRINDADE, 1980: 322).

Tal realidade faz com que o proletariado urbano comece a se organizar política, sindical e partidariamente, a fim de se enfrentar os problemas cada vez mais agravados devido à crise econômica. No entanto, tal organização restringe-se às cidades, pois, no campo os peões e o reduzido proletariado rural ainda vive em dependência econômica, social e política dos grandes proprietários, não possuindo organização própria, impossibilitando uma maior expansão das reivindicações dos setores urbanos para as zonas agrícolas do Rio Grande do Sul.

A burguesia industrial emergente e as facções oligárquicas apelam para a legislação social, no sentido de se manter uma relação harmônica entre patrões e empregados. Através de leis trabalhistas, visando a uma política de tutela do movimento sindical, objetiva-se terminar com qualquer movimento operário independente e “garantir o processo de acumulação de capital” que se necessita naquele momento (LUCAS, 1981: 151). Isso faz com que, no geral, os conflitos entre capital e trabalho, apesar da especificidade, não se diferenciem no conteúdo, do centro do País. Esta identificação é resumida por Maria Elizabeth Lucas:

Embora na década de 30 o Rio Grande do Sul seja um estado basicamente agropecuário e de incipiente industrialização isto não significa que o movimento operário gaúcho nas suas lutas e reivindicações, se distancie do operário do centro do país, onde o setor industrial estava mais desenvolvido. Ele acompanha as mesmas tendências do operariado do resto do país ao nível de organização e interesse de classe. Apesar disso, o Rio Grande do Sul não deixa de apresentar suas particularidades neste aspecto, já que ocupa uma posição peculiar no país, neste momento, como área complementar política e economicamente do centro. O que se quer salientar é que, no plano das idéias que circulavam entre o operariado da época não há distâncias significativas. A própria centralização do estado, acabando com o regime federativo vigente na República Velha e tornando a “questão social” um assunto de competência exclusiva da esfera federal, contribui para unificar, em certa medida, o comportamento da classe operária (1981: 151-152).

Assim, os industriais, com o auxílio do poder de Estado, regulam a força de trabalho, transformando em “caso de polícia” qualquer reação ou oposição à política de “cima para baixo”, através do Ministério do Trabalho. Mesmo com a abertura iniciada no período constitucional e mantida até os levantes de novembro de 1935, em nenhum momento o operariado consegue dar continuidade a um movimento autônomo em defesa de seus interesses de classe, pois a repressão faz-se sentir a todo momento. Por outro lado, o não cumprimento da legislação social por setores empresariais faz aumentar a tensão e as reivindicações do proletariado emergente. Aliado a isso, a crise de alimentos que não chega à mesa do trabalhador, somado ao problema da moradia, fortalece o surgimento de novas contradições que geram questionamentos por parte dos trabalhadores (BAKOS, PAIVA e MEIRELLES, 1981: 218). Fruto da situação é o telegrama que a FORGS remete ao Ministério do Trabalho protestando contra a não aplicação das leis sociais no Rio Grande do Sul (DN, 20 de junho de 1935: 05).

Por outro lado, a oligarquia agrária passa por um processo de aburguesamento ou em “trânsito para o primado burguês” (PESAVENTO, 1981:05) que a relaciona com a burguesia industrial ascendente. Ambas vêm no poder de Estado a via para a manutenção da ordem vigente. Para que isso se consolide é necessário o combate aos “ideais extremistas”, já que não pode ser tolerado pelo Governo. Esta preocupação é expressada por Flores da Cunha, no relatório lido na Assembléia Constituinte em 15 de Abril de 1935:

Felizmente, a população ordeira e inteligente da nossa terra bem conhece os propósitos inconfessáveis desses pregoeiros das novas seitas sociais. Convém, no entanto, que os bons cidadãos auxiliem eficazmente a autoridade na defesa da ordem e das instituições, afim de que a persuasão e o patriotismo

tornem dispensável o emprego da força material contra o inimigo comum (**A Federação**, 15 de abril e 1935: 01).

Para desviar a atenção dos problemas locais, as elites dirigentes procuram identificar as origens dos movimentos sociais (greves, agitações políticas, etc.) à atividade dos “extremistas” infiltrados entre os operários. Assim sendo, consideram que tais segmentos são de orientação estrangeira não podendo “transplantar os problemas do proletariado” de outros países, pois o Brasil e o Rio Grande do Sul não têm os problemas iguais de outras nações devido ao fato de ter um “território vastíssimo” e uma “população rala”. Sendo assim, os movimentos paredistas não se justificam, pois os “extremistas” iludem os operários de “boa fé”. Dentro dessa perspectiva, as classes dominantes bradam aos operários rio-grandenses que se previnam dos “falsos idealistas” cuja única pátria é “o pedaço de terra onde a desordem se estabelece”. Nesse sentido, alertam que se “a greve é usada para a desordem, para a anarquia, para o desrespeito à autoridade e para o prejuízo da indústria” deve ser vista como um crime. Sendo assim, o direito de greve deve terminar “quando se inicia o distúrbio e a anarquia” (**A Federação**, 12 de janeiro de 1935: 01).

O editorial do órgão central do Governo Estadual demonstra a preocupação com o controle do movimento social ao buscar, nas reivindicações operárias, um álibi para esconder a crise gerada pelas próprias classes dirigentes. Quando se afirma que “a culpa é dos extremistas”, procura-se negar às origens dos problemas sociais que se aprofundam no decorrer da República Nova. Assim, a exigência para que o poder público aja na defesa da ordem e do bom senso, utilizando, se necessário, o “peso inflexível da Lei”, torna-se a alternativa e o argumento final para justificar a repressão aos movimentos sociais (**A Federação**, 14 e 18 de janeiro de 1935: 01).

A violência e a repressão não se fazem tão necessárias devido à sindicalização atrelada e incentivada pelo governo, afim de intermediar as relações entre as classes sociais e o Estado. Além disso, procura-se “anular o potencial político, mantendo-as submissas e controladas pelo governo”(PESAVENTO, 1984: 110). A sindicalização atrelada estimula tanto aos trabalhadores como aos empresários, conjugada à implantação da legislação social, mesmo que de forma deficiente, sendo parte do processo de implementação e desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. De forma coercitiva, a fim de garantir o controle do governo, aplica-se uma forte política tuteladora sobre o movimento social.

O constante aumento do custo de vida e os índices crescentes de desemprego afetam o operariado e os setores intermediários, tensionando a “questão social” e gerando um processo de conscientização e questionamento do poder oligárquico-burguês no Rio Grande do Sul, estimulado pela ação majoritária do PCB. A ANL surge no Rio Grande do Sul como resultado dessas contradições, entre outros aspectos. Tal assunto será abordado posteriormente neste trabalho.

3.2 - A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul

Humana é a injustiça; porém mais humana ainda é o combate contra a injustiça (BERTOLT BRECHT).

A especificidade das características do Rio Grande do Sul dos anos 30, no geral, e de 1935, em particular, influenciam no aparecimento da ANL no estado e no tipo de movimento que aqui se sucede. Porém, por ser um movimento de caráter nacional, as questões ideológicas e programáticas levantadas e defendidas pelo Diretório Nacional da Aliança fazem parte do discurso aliancista no Rio Grande do Sul.

A ANL surge no estado em face do combate ao fascismo, como uma frente ampla, e apesar do curto espaço de tempo em que existe (bem menor que a nível nacional), acaba se tornando o mais importante movimento popular e de massa que o estado já tivera até então. Reúne no seu meio, posições comunistas, socialistas, sindicalistas, estudantis e liberais, inclusive ex-membros do Partido Libertador (TRINDADE, 1980: 219).

Em franca oposição ao integralismo que se fortalece nas zonas coloniais e na capital, Carone afirma que, no Rio Grande do Sul o objetivo maior da ANL é o de luta contra o integralismo (1991: 190) e ao Governo de Flores da Cunha. A ANL, no Rio Grande do Sul tem um forte crescimento nos setores médios, urbanos e no proletariado emergente, principalmente àqueles organizados na FORGS e na Liga Eleitoral Proletária - LEP (PETERSEN e LUCAS, 1992: 416).

As condições de fortalecimento de um movimento de esquerda como o da ANL, dá-se quando a FORGS passa de uma fase de lutas econômicas para uma fase de conscientização dos trabalhadores, posicionando-se contrária à conciliação de classe e denunciando a legislação trabalhista. Apesar de não ter a repercussão e o crescimento dos núcleos do Sudeste e do Nordeste do País, devido ao surgimento posterior, a ANL não é tão débil como faz crer Robert Levine (1980: 119), pois chega a entusiasmar e organizar-se nas principais cidades do Rio Grande do Sul, transformando-se num “movimento popular que consegue envolver várias camadas da população” (MARTINS, 1989: 55), caracterizando-se em especial, às “proporções que chegou a atingir naquele pequeno espaço de tempo” (DUARTE, 1978: 09).

Como explica Eloy Martins, participante do movimento, do ponto de vista de massa, é a grande experiência de frente-única acontecida no Rio Grande do Sul, servindo de exemplo a combates futuros (MARTINS, Entrevista de 13 de janeiro de 1993, Folha 01). Significa um verdadeiro aprendizado dos segmentos populares do Rio Grande do Sul na luta por mudanças estruturais. Em torno da Aliança, lideranças de destaque que questionam os partidos tradicionais, e não compactuam com o domínio oligárquico, ou que são impedidos de militância legal pelo PCB, vêem no movimento um momento privilegiado a um novo tipo de militância política. Tais lideranças conseguem, por outro lado, devido à sua influência individual e a exemplo de Prestes, trazerem para a ANL pessoas que não atuam em organizações mais radicais, como a dos comunistas, por exemplo.

3.2.1 - Origem, organização e crescimento da ANL no Rio Grande do Sul

Ruy Duarte afirma que a existência de um vazio ideológico à esquerda permite que a ANL ocupe um espaço político à espera de aderentes (1978: 20). Acredita-se, porém, que não é este o motivo principal para o surgimento da Aliança no Rio Grande do Sul. Os problemas econômicos nacionais que atingem também o estado, além do sucesso da organização nacional do movimento, são fatores decisivos para a implantação aliancista no Rio Grande do Sul. Na verdade, os setores mais à esquerda já estão integrados na luta clandestina do PCB. Portanto, não existe um vazio político à esquerda. Há sim, por parte dos comunistas, um incentivo muito grande à construção da ANL, haja vista que a nível nacional a frente existe legalmente. Então, o PCB do Rio Grande do Sul vê, através da Aliança, uma oportunidade de trabalho legal diante das massas.

Seguindo o raciocínio acima, Duarte acredita que ANL é, desde o início, obra do PCB, sendo um segmento legal e tático deste Partido no estado (Idem: 10 e 13).

O PCB tem participação decisiva na organização, porém, não se pode absolutizar a tese, visto que a frente insere-se numa participação mais ampla do que a reduzida atividade dos comunistas. Exemplo disso, é que no momento do surgimento da Aliança no Rio Grande do Sul, dois, de seus três principais dirigentes não tinham filiação no PCB, apenas Agildo Barata já integrava o Partido. Na verdade, o PCB conta com quadros ainda débeis na organização. Assim, se dominasse totalmente a ANL, estreitando-a, a frente não teria o crescimento suficiente na época.

O autor afirma que Moésias Rolim, ao ser transferido do Rio de Janeiro para Pelotas, por motivo das lutas contra a Lei de Segurança Nacional, é que introduziu a ANL no estado (Ibidem: 69). Se isso é verdade, incorreto é acreditar que a organização do movimento é obra exclusiva de uma única pessoa ou de apenas um Partido, no caso o PCB, visto que o Rio Grande do Sul apresenta contradições econômicas e sociais que refletem na oposição às oligarquias tradicionais. Assim sendo, as condições objetivas (desemprego e inflação) e subjetivas (luta contra o fascismo, maior conscientização dos setores médios e do proletariado), como no resto do País, possibilitam a criação de uma frente ampla. No interior dessa frente é que os comunistas gaúchos vão ter um papel de destaque, mas não exclusivo. A pequena-burguesia descontente com os rumos tomados pelo Movimento de 1930, busca um espaço que não fosse integralista. Com o surgimento da ANL, vê a possibilidade de uma atuação mais à esquerda, sem ser ainda comunista.

A primeira notícia que se tem da ANL no Rio Grande do Sul é a do lançamento da organização em Santa Maria. O jornal **A Razão**, em 24 de maio de 1935, cita a organização do núcleo local e o **Correio do Povo**, informa a possível visita de uma caravana aliancista à cidade (CP, 28 de maio de 1935: 07). A partir daí, o movimento cresce, surgindo nas principais cidades onde existia uma razoável participação política e de oposição pequeno-burguesa e proletária como em Pelotas, Passo Fundo, Livramento, São Leopoldo, Rio Grande, Cruz Alta, dentre outras. Das cidades mais desenvolvidas com industrialização crescente, Caxias e Novo Hamburgo não contam com a organização da Aliança, devido ao predomínio integralista, destacando-se a atuação de imigrantes de origem alemã ou italiana.

Após a criação da ANL, centenas de pessoas começam a aderir ao movimento, em vista de seu programa identificado aos anseios dos grupos descontentes com a política econômica e social da República Nova.

O prestígio aliancista aos poucos se torna tão significativo que, a exemplo no núcleo da Capital Federal, em Porto Alegre, o jornal **Diário de Notícias** publica, em 20 de junho de 1935, anúncio esclarecendo que o Diretório Estadual Provisório (DEP) abre diariamente suas portas das 9 h às 12 h e

das 14 h às 22 h (13 horas por dia), a fim de esclarecer seu programa, seus propósitos, sua organização e sua ideologia (KOVAL, 1982: 297).

A organização da ANL, em âmbito estadual, começa a ser lançada a 8 de junho, quando já se fala em nome do DEP, que tem a autorização do DNP (Diretório Nacional Provisório) para funcionar no Rio Grande do Sul. A comunicação de Apparício Córa de Almeida, enviada à imprensa, caracteriza um dos aspectos do surgimento e da organização da ANL gaúcha, subordinada ao Diretório Nacional. Segue-se, dessa forma, os moldes hierárquicos da organização através do DNP, dos DEPs, dos Diretórios Municipais Provisórios (DMPs) e dos diversos núcleos. Na oportunidade, Córa de Almeida ressalta que “a ANL não é um partido político, mas uma frente única... com o fim de colimar vários objetivos da mais palpitante atualidade brasileira”. Explica que a Aliança visa combater ao imperialismo, ao latifúndio e aos partidos políticos anti-democráticos (integralistas). Para isso está legalmente constituída, inclusive com os estatutos registrados. Assim sendo, a organização pode fazer qualquer tipo de propaganda e expansão através da imprensa, de boletins, de reuniões e de comícios. Finaliza defendendo seu crescimento e seu programa com as seguintes palavras:

Em virtude dessa forma de organização tem sido possível verificar pelo número impressionante de adesões que a ANL tem recebido em todo o Brasil, a excelência de suas idéias condensadas no seu programa e, que, realmente, elas vêm ao encontro das mais intensas e legítimas aspirações de nosso povo (DN, 11 de junho de 1935: 16).

Esse tipo de manifestação demonstra o nível de compreensão dos integrantes da ANL no Rio Grande do Sul. Agildo Barata, que atribui a sua pessoa a organização da ANL no estado, afirma que ao chegar no sul vê a urgente necessidade de organizar a Aliança, porém o preocupa que o movimento não “disponha de quadros capazes de assumir a direção do movimento, no grande estado sulino” (1978: 237). Assim, em suas memórias, Barata exagera ao classificar como obra sua o surgimento da ANL no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que procura diminuir a importância na organização de outros aliancistas gaúchos, reforçando a tese de inaugurador do movimento. Nesse sentido, tanto Agildo Barata como Moésias Rolim não podem ser identificados, apesar dos seus papéis importantes, como únicos criadores da ANL gaúcha. Além disso, o fato dos primeiros núcleos surgirem no interior (Santa Maria e Pelotas) não significa que isso se deve a atuação única dos dois capitães do Exército, até porque, é na capital que o movimento conta com maior número de aderentes e a maior quantidade de núcleos, sejam profissionais, escolares ou por bairros.

Um dos fatores que também influenciaram a ANL no Rio Grande do Sul, além dos já citados, é o combate que se faz à Lei de Segurança Nacional (LSN), principalmente pelos setores militares. A defesa da não aplicação da Lei nº 38 pelo Governo getulista, acirra os ânimos da oposição. Por sua vez, o Governo de Flores argumenta em defesa do regime, como demonstra o editorial do órgão governista estadual:

Quando foi promulgada a LSN alguns cavalheiros levantaram uma celeuma tal, que parecia ser a nova lei, draconiana demais para a liberdade do nosso povo. Protestos de toda ordem foram levantados e as ameaças mais violentas caíram sobre a cabeça dos criadores da nova lei. E tudo isso porquê? Simplesmente por isso: os cavalheiros que cerraram os punhos para protestar, haviam copiado, por conveniência ou por diletantismo as “idéias avançadas” dos países estrangeiros. Como todos sabem, a nova lei, promulgada entre nós, tem por finalidade assegurar a estabilidade do regime. Por conseguinte não poderia agradar aos propagandistas da URSS, nem aos discípulos de Hitler. Mas existe uma particularidade muito curiosa em tudo isso. Os “reformistas avançados” acham draconiana a LSN, quando ao mesmo tempo julgam suavíssimas as suas explosões extremistas ... Não se justificam, portanto, os seus protestos contra a LSN. A celeuma levantada vem apenas ressaltar o excesso de liberdade que vive nosso povo (A Federação, 03 de junho de 1935: 01).

Tal posição ameaça as liberdades democráticas conquistadas pela Carta de 1934 e gera protestos, fortalecendo à adesão na Aliança daqueles que discordam da posição das elites dirigentes do Rio Grande do Sul que, desde o início de 1935, já defendem a implantação da LSN (Ver o editorial de **A Federação** de 25 de janeiro: 01 e o artigo de Alberto de Britto, “O despotismo da liberdade”, de 26 de janeiro, na primeira página, chamando o projeto de “Lei de Salvação Nacional”; o editorial “Lei necessária”, de 28 de março em **A Federação**, e a publicação dos artigos da LSN como “advertência aos que querem subverter a ordem política e social”, no **Jornal da Manhã**, de 19 de julho: 06; e a publicação da LSN, no **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, em 11 e 12 de julho). Esta reação dava-se em função de que, no Rio Grande do Sul, a organização da ANL deixa os conservadores temerosos, ameaçando o poder vigente mesmo que não tivesse um programa revolucionário comunista.

Aproveitando uma conjuntura de ascensão do movimento popular, a ANL organiza-se e obtém um rápido crescimento. Com a organização do DEP, os aliancistas da capital dirigem-se a várias cidades do interior (Rio Grande, Passo Fundo, São Gabriel, São Leopoldo dentre outras) para organizar os DMPs. O DEP tem em sua direção: Dyonélio Machado, médico e presidente; Agildo Barata, oficial do Exército e vice-presidente; Apparício Córa de Almeida, advogado e secretário-geral; José Júlio Parise, acadêmico e 1º secretário; Raul Francisco Ryff, comerciante e 2º secretário; João Antônio Mesplé, advogado e Japi Salgado Freire, delegados de publicidade; Severino Ronchi, acadêmico e Marciano Belchior Filho, gráfico, ambos delegados de propaganda e Camilo C. Brandão, tesoureiro. Não fazem parte dessa comissão o operário Pedro e o tenente Cícero como afirma Agildo Barata (1978: 238-239). O órgão central da ANL no Rio Grande do Sul coordena todas as atividades aliancistas no estado, além de ficar responsável pela publicação de manifestos onde aparecem as finalidades e as aspirações da ANL. Na direção do DEP, cuja sede localiza-se na rua Vigário José Inácio, antiga rua de Rosário, nº 308, centralizam-se os trabalhos e partem as instruções necessárias à formação dos núcleos e a realização de diversas atividades, além da inscrição dos novos adeptos e o fornecimento de material de propaganda (**CP**, 09 de junho de 1935: 14 e **DN**, 09 de junho de 1935: 03).

Em Santa Maria, apesar de ser a primeira cidade a organizar um núcleo aliancista no Rio Grande do Sul, o DMP só se instala oficialmente em 7 de julho com a presença de Paulo de Paula, representando o DEP (**CP**, 04 de julho de 1935: 09). A direção é composta de comerciante, professor, advogado, bancário, alfaiate, jornalista, sapateiro, comerciante e engenheiro. Os convidados para o lançamento oficial são membros do DEP: Dyonélio Machado, Apparício Córa de Almeida, João Antônio Mesplé e Moésias Rolim (**DN**, 20 de junho de 1935: 05) mas não comparecem ao evento. Percebe-se que devido as características sócio-econômicas de Santa Maria, uma cidade terciária, seu diretório reflete essa realidade, trazendo para o movimento aqueles que se encontram “à margem dos partidos políticos existentes”, segundo publicação no jornal local **A Razão**, 24 de maio (DUARTE, 1978: 10). Além disso, Santa Maria é uma cidade onde os confrontos entre integralistas e comunistas se dão de forma mais violenta, tendo assim um clima propício para o surgimento da ANL.

Em Pelotas, em 31 de maio de 1935, na sede do sindicato dos Marítimos, anunciada como atividade da LEP, Moésias Rolim expõe o programa da ANL aos simpatizantes locais, ocasionado discussões pelos oradores e aprovação pelos presentes. Na reunião, a LEP deliberou com total apoio à ANL. Assim, o núcleo local, é integrado numa parcela do movimento sindical da cidade, nascendo em Pelotas a Aliança que no período de legalidade, funciona na sede da LEP. Em outra reunião, a 25 de junho, Moésias Rolim, dirige outra atividade com grande número de participantes, discutindo as finalidades da ANL (**DN**, 26 de junho de 1935: 08). Dessa forma, o setor operário organizado à esquerda participa do movimento, discutindo o conteúdo programático e buscando novos adeptos. É por esse tipo de atividade que, mesmo na ilegalidade da Aliança, um grupo de bancários constitui um núcleo profissional na cidade (**DN**, 16 de julho de 1935: 18). Em Pelotas, o DMP tem em sua direção oficial do Exército, bancário, contabilistas, comerciante, acadêmico, gráfico, metalúrgico, alfaiate, estivador, empregado de hotel e advogado. Tal composição mostra a heterogeneidade da adesão à Aliança, mesclando setores médios com o proletariado.

Em Santana do Livramento, o DMP é fundado a 9 de junho, (DUARTE, 1978: 34), quando Pompílio Chiapini lê a carta de Luiz Carlos Prestes a Hercolino Cascardo, numa reunião presidida pelo ex-líder do Partido Libertador e fazendeiro Regulo Padilha (CP, 16 de junho de 1935: 14). Além disso, no ato de lançamento, com regular presença de assistentes, Túlio Chaves lê o manifesto de fundação da Aliança, e defende o programa como sendo de caráter nacional-libertador. Assim, em um município de predomínio do latifúndio e de tradicional dominação oligárquica, é necessário uma dissidência de um dos partidos tradicionais para que a ANL tivesse seu principal dirigente, além de outros no Conselho Deliberativo, que se aliaram aos “tenentes” do Exército e representantes de setores médios.

Em Uruguaiana, o DMP compõe-se de oficial do Exército, fazendeiro, corretor, operários, farmacêutico, comerciário, advogado e alfaiate, mostrando também uma boa diversidade profissional. Ressalta-se a participação de Osvaldo Palma, um fazendeiro do município, demonstrando que as oligarquias rio-grandenses não têm unidade absoluta em seus quadros. A instalação do Diretório acontece no dia 05 de julho, no Teatro Variedades, porque a chefia da polícia proíbe um comício de rua (CP, 4 de julho de 1935: 09 e DN, 6 de julho de 1935: 12).

Apesar da repressão policial, as atividades de instalação não apresentam conflitos, visto que, antes disso, em 7 de junho, o núcleo já se organizava, possibilitando que a cidade convivesse com a agitação aliancista. Logo após a organização a direção remete um telegrama a Hercolino Cascardo, comunicando a fundação e solicitando material de propaganda, pois ainda inexistia oficialmente o DEP no Rio Grande do Sul. Nesse momento, os dirigentes de Uruguaiana referiam-se a ANL como um partido político. No lançamento, em junho, Tirteu da Rocha Vianna discursa, opinando sobre a “nova corrente partidária” ao mesmo tempo em que Osvaldo Palma lê a carta de Prestes (CP, 15 de junho de 1935: 08).

Em Passo Fundo, ainda no dia 8 de junho, advogados, intelectuais, operários e outros segmentos da população fundam um centro da ANL. A sede situa-se frente à prefeitura municipal, onde anteriormente funcionava o Sindicato dos Contabilistas de Passo Fundo (DN, 11 de Junho de 1935: 08). Mas o DMP só é lançado no dia 27 do mesmo mês, no Salão da Sociedade Operária Beneficente (CP, 3 de julho de 1935: 08), e não no dia 3 de julho como afirma Ruy Duarte (1978: 49 e 75).

Em São Leopoldo, o DMP, conta com Agildo Barata, vice-presidente do DEP quando é constituído na terceira semana de junho. Em seu diretório há militares, advogados, comerciantes, operários, bancários e estudantes. A instalação oficial dá-se no dia 30 de junho, no Teatro Independência, no centro da cidade. Ruy Duarte afirma que é interessante destacar que, apesar da descrição feita por Barata, os jornais da capital não noticiam nada sobre o acontecimento (1978: 75). Entretanto o **Diário de Notícias**, de 21 de e 28 de junho de 1935, e o **Correio do Povo**, de 28 de junho, noticiam a instalação do DMP de São Leopoldo. Apenas não apresentam o conteúdo dos acontecimentos, da forma como Barata relata em suas memórias:

Em São Leopoldo ajudado por alguns companheiros mais entusiastas, rapidamente organizamos a ANL no município. Em poucos dias, o número de pessoas que, voluntariamente, ocorreu à sede da ANL pedindo filiação à nova organização transformou a ANL na mais poderosa força política do município. Apesar do apoio que os colonos alemães davam aos integralistas, estes ficaram em minoria (1978: 248).

A ANL organiza-se também em outros importantes centros regionais do Rio Grande do Sul. Em Rio Grande, a Aliança realiza um comício no dia 5 de julho (DN, 7 de julho de 1935: 07); em Cruz Alta, os aliancistas organizam o DMP em 18 de junho (DN, 25 de junho de 1935: 08), porém, a organização oficial toma lugar em 7 de julho, tendo na presidência o tenente da reserva do Exército Almiro Ilgenfritz (CP, 18 de julho de 1935: 07). Esta instalação deveria ocorrer em 5 de julho, mas o coronel Carlos Batista Druck, delegado da polícia da cidade, utiliza a força policial, impedindo o ato, apesar de ter negado à imprensa tal atitude, afirmando que “nenhuma proibição houve”, sendo que apenas “tomara medidas para garantir a ordem”, colocando “praças da guarda municipal nas imediações do local” e “avisando investigadores para acompanhar os trabalhos”. Disse ainda que “a Constituição faculta livre

reunião de cidadãos brasileiros sem armas, para fins pacíficos” (**CP**, 12 de julho de 1935: 08). Em Bagé, o DMP constitui-se em julho, tendo como destaque o escritor de **Xarqueadas**, Pedro Wayne, secretário-geral (**CP**, 13 de julho de 1935: 05); em São Gabriel, o DMP que deveria ser instalado a 15 de julho, deixa de ser fundado devido ao decreto de fechamento nacional da ANL (**CP**, 21 de julho de 1935: 08). Além disso, em Novo Hamburgo, com o integralismo se fortalecendo não há criação do núcleo aliancista. Porém, a partir da circulação de exemplares de **A Pátria**, do Rio de Janeiro, um funcionário dos correios é injustamente transferido para Estrela, numa clara demonstração do que aconteceria em termos de repressão, caso um núcleo da ANL fosse fundado no município (**DN**, 28 de julho de 1935: 09).

Já em Porto Alegre, onde funciona o DEP, existe apenas uma coordenação municipal, mas com pouca atuação devido à hegemonia do Diretório Estadual. A coordenação municipal está nas mãos dos tenentes do Exército, Felipe Viana e Prudente de Castro Jobim, mas com atuação reduzida, pois a diversidade dos núcleos criados, deixa nula uma atuação municipal. Os núcleos já criados têm uma ligação maior com o DEP, sendo que alguns deles funcionam na sede da Vigário José Inácio.

A tardia tentativa de organização de um DMP, em Porto Alegre, é impedida pela decretação da ilegalidade. Em 9 de julho, a coordenação municipal lança nota em jornal, solicitando que cada núcleo já existente, remeta dois delegados para trabalhar em caráter provisório, a fim de que num prazo de um mês se organizasse o DMP da capital (**CP**, 9 de julho de 1935: 05). Mesmo assim, os aliancistas da coordenação porto-alegrense tentam organizar um comício em comemoração a data do 14 de julho (**DN**, 13 de julho de 1935: 05). No entanto, isto não acontece porque as sedes e os núcleos são fechados neste dia 13.

Dessa forma, a atuação de destaque ocorre através do DEP e dos diferentes núcleos: residenciais (por bairro), profissionais (por categoria de trabalhadores) e escolares (nas faculdades). O auge do movimento dá-se com a instalação do DEP, a 5 de julho, no Teatro São Pedro (TRINDADE, 1980: 219).

Os quatro núcleos residenciais de Porto Alegre até o fechamento da ANL foram Mont’ Serrat, 4º Distrito (São João e Navegantes), 3º Distrito (Bomfim e Cidade Baixa) e Azenha. Em Mont’ Serrat, o secretariado no núcleo, cuja sede provisória situa-se na Rua Maryland, nº 1230, é escolhido em 18 de junho, e composto por 14 membros que são empossados no dia 22 do mesmo mês (**CP**, 23 de junho de 1935: 19 e **DN**, 20 de junho de 1935: 05). O núcleo que continha desde operários até intelectuais realiza diversos comícios em sua sede. O primeiro ocorre em 28 de junho, num dia chuvoso, em Porto Alegre, quando, na ocasião, aclamam-se vivas a Luiz Carlos Prestes (**CP**, 02 de julho de 1935: 07). Na instalação do núcleo, no dia 22, a sessão é presidida por Apparício Córa de Almeida, escolhido como Presidente de Honra do núcleo. Ali, os discursos demonstram o ânimo dos primeiros momentos da ANL no Rio Grande do Sul quando se fala na “redenção do Brasil”.

O núcleo de 4º Distrito, São João e Navegantes, é instalado no dia 27 de junho no Salão Brasil, na avenida Brasil nº 498, constituindo-se a sua comissão organizadora. Na reunião, comparecem mais de 200 aliancistas, com destaque para Dyonélio Machado (**DN**, 28 de junho de 1935: 05 e **CP**, 28 de junho de 1935: 11). Na ocasião, os oradores discursam sobre o programa da ANL e, no final, os participantes contribuem para as finanças do núcleo, depositando o dinheiro sobre uma bandeira nacional. O núcleo do 3º Distrito, Bom Fim e Cidade Baixa, é instalado no dia 26 de junho, na sede do Sindicato dos Alfaiates, situado na Rua Fernandes Vieira nº 309, com a presença do DEP (**DN**, 27 de junho de 1935: 05 e **CP**, 27 de junho de 1935: 09). Já o núcleo Azenha, organiza-se apenas a 8 de julho. A instalação oficializa-se a 13 do mesmo mês (o convite aparece no “**CP**” de 12 de julho de 1935: 05), exatamente no mesmo dia em que são fechados todos os núcleos de Porto Alegre. Portanto, este núcleo, na Lomba do Cemitério, sequer teve tempo de uma atuação mais destacada.

Os núcleos profissionais de Porto Alegre são vários: dos gráficos, dos madeireiros, dos comerciários, dos metalúrgicos, da imprensa (jornalistas), dos bancários e dos alfaiates. Esses núcleos realizam reuniões, com poucas exceções na sede do DEP. Os gráficos com representação no Diretório

Estadual, organizam-se no dia 30 de junho, constituindo o secretariado do núcleo composto por presidente, secretário, tesoureiro e comissário de propaganda (CP, 02 de julho de 1935: 07). O núcleo conta com profissionais que trabalham no **Diário de Notícias**, no **Correio do Povo** e na Livraria do Globo, na época uma das maiores do País. No dia 7 de julho, o núcleo toma a decisão de editar um pequeno jornal, destinado à propaganda aliancista, mas que acaba não agindo devido a decretação da ilegalidade da Aliança. Também o núcleo escolhe os dois representantes para participarem da organização do DMP de Porto Alegre: Francisco Otomar Gomes Ferreira e Assis Barbosa (CP, 23 de julho de 1935: 05). O núcleo dos madeireiros é instalado no dia 23 de junho, na sede do Central Futebol Clube, na rua Pereira Franco nº 293; o núcleo dos comerciários se estabelece na sede do DEP, no dia 26 de junho (CP, 27 de junho de 1935: 09 e DN, 27 de junho: 05), quando se erguem vivas à Luiz Carlos Prestes, além de se retirarem os delegados Vítor Trein, Pedro Dicena e Eliseu Cauduro para o 2º Congresso Operário que realizar-se-ia em Porto Alegre.

Além disso, no dia primeiro de julho, este núcleo decide lançar um manifesto à categoria, chamando à adesão à ANL (CP, 02 de julho de 1935: 07); o núcleo dos metalúrgicos instala-se a 23 de junho no bairro Partenon; na rua Luiz de Camões nº 411, sendo Dyonélio Machado quem abre a sessão (CP, 25 de junho de 1935: 09 e DN, 25 de junho de 1935: 05). Esse núcleo é um dos mais ativos de Porto Alegre integrando-se as outras categorias proletárias ou aos intelectuais, realizando comícios relâmpago, além de atividades em frente a fábricas. Eloy Martins, um dos integrantes e presidente do núcleo, torna-se orador por força das circunstâncias, conforme relata em **Um depoimento político: 55 anos de PCB** (1989: 55). Afirma que os metalúrgicos ligam-se à ANL por intermédio do comitê profissional, num entrosamento que possibilita um trabalho unitário ora na organização da categoria, ora na luta aliancista, além de manter estreita ligação com os estudantes e as organizações populares (Idem: 58). O núcleo da imprensa é organizado no dia 28 de junho, na sede do DEP, com a participação de profissionais dos jornais diários de Porto Alegre. Na ocasião elege-se o seu secretariado (DN, 29 de junho de 1935: 05). Os barbeiros inauguraram seu núcleo e elegem o seu secretariado a 2 de julho, na sede da ANL estadual (CP, 2 de julho de 1935: 07). O núcleo dos bancários começa a se constituir no final de junho (DN, 29 de junho de 1935: 05) e, os alfaiates porto-alegrenses organizam o seu núcleo em torno do núcleo do 3º Distrito (CP, 27 de junho de 1935: 09).

Os núcleos estudantis de destaque organizam-se nas faculdades de Direito e Medicina da Universidade de Porto Alegre. Não se tem notícia da criação de núcleo da engenharia como considera Ruy Duarte (Idem: 82). No dia 17 de junho, com a coordenação de José Júlio Parise Iglesias, 1º secretário do DEP, os acadêmicos de nível superior realizam reunião preparatória para a organização de núcleos universitários da ANL. O estudante Sadi Fortunato lê o manifesto do programa da Aliança e a instrução para a formação do núcleo. Além disso, discorre sobre o latifúndio no Rio Grande do Sul. Na reunião tiram-se comissões especiais para a criação de núcleos na Universidade (DN, 18 de junho de 1935: 05). O núcleo dos alunos da Faculdade de Direito de Porto Alegre instala-se a 25 de junho, na sede da ANL gaúcha (DN, 26 de junho de 1935: 05).

Entretanto, a maior polêmica ocorre em momento paralelo, numa reunião preparatória dos estudantes para o I Congresso da Juventude Brasileira. À 3 de julho, o acadêmico Catulino Barreiros discursa contra a nomeação de professores na Faculdade de Direito. No final da sessão, quando se dirige para casa, é preso por investigadores da polícia, gerando grande mobilização entre os seus colegas (DN, 4 de julho de 1935: 05). Catulino, aluno do segundo ano de Direito e membro do Grêmio dos Estudantes do Direito, só é solto na madrugada do dia 4 (CP, 5 de julho de 1935: 07).

O núcleo dos estudantes de medicina da Universidade de Porto Alegre é formado no DEP, a 19 de junho, escolhendo-se o seu secretariado (DN, 20 de junho de 1935: 05).

Como se percebe, depois desse extenso relato, porém necessário, é grande o número de núcleos e diretórios municipais da ANL. No momento de fechamento, o movimento aliancista, apesar do curto período de legalidade no RS, encontra-se em um grande momento de expansão.

Com o crescimento dos núcleos, o fortalecimento da ANL começa a ameaçar em quantidade o número de núcleos integralistas que se organizam em moldes parecidos aos da ANL, alarmando setores da Igreja Católica, da imprensa, dos partidos políticos da oligarquias, além do Governo Estadual.

3.2.2 - Programa e ideologia: questões nacionais e relação com o quadro político gaúcho

Por ser uma organização criada para atuar em todo o Brasil, a ANL quebra com o ciclo de atuação política regional, ao mesmo tempo que dá outra dimensão à prática dos partidos tradicionais que atuam em âmbito estadual, mesmo com representação no Congresso Nacional. Porém, no caso do Rio Grande do Sul, o movimento aliancista trata das questões nacionais e as relacionam à especificidade regional.

A primeira manifestação da ANL gaúcha surge a 10 de junho, em ofício assinado por Apparácio Córca de Almeida, em nome do DEP. Além de apresentar a direção provisória, procura-se esclarecer sobre alguns pontos de orientação política e de organização (CP, 11 de junho de 1935: 16). O documento afirma, inicialmente, que a “ANL não é um partido político, mas uma frente de todos os brasileiros”. Esse esclarecimento é necessário em função da interpretação errônea de alguns políticos e até por integrantes de núcleos da ANL. Parte dessa incompreensão é estimulada pelo tipo de organização que a ANL apresenta, idêntica ao PCB, através de um Diretório Nacional, Diretórios Estaduais, Diretórios Municipais e núcleos aliancistas. O PCB se estrutura tendo à frente o Comitê Central, o Comitê Regional, os Diretório Municipais e as bases do Partido.

Para ser uma frente única dos brasileiros, a nota esclarece que a ANL tem como inimigos comuns “o imperialismo, o latifúndio e os partidos anti-democráticos, tal como o Integralismo, que é a forma brasileira do fascismo” (Idem: 16). Procura-se seguir as diretrizes nacionais da Aliança, demonstrando à população rio-grandense o centro do combate aliancista, que deve ser também seguido no estado. Além disso, o documento esclarece a legalidade da ANL enquanto instituição e movimento, afirmando a existência de estatutos registrados em cartório do Rio de Janeiro, podendo, assim, desenvolver as suas atividades. Mostra também, o tipo de organização, tendo como base os núcleos de profissionais, estudantes e por locais de moradia, devendo ter, no mínimo, 9 membros cada centro. A nota conclui indicando que a Aliança vem ao encontro dos interesses do povo brasileiro:

Em virtude dessa forma de organização tem sido possível verificar, pelo número impressionante de adesões que a ANL tem recebido em todo o Brasil, a excelência de suas idéias condensadas no seu programa e, que, realmente, elas vêm ao encontro das mais intensas e legítimas aspirações do nosso povo (CP, Idem: 16).

Em 16 de junho, como resultado de uma reunião do DEP, dois dias antes, surge um “a pedidos” aprofundando as intenções programáticas da ANL, ao mesmo tempo que procura esclarecer sobre a fundação e aspirações do movimento (DN, 16 de junho de 1935: 15). Ainda, prepondera as linhas gerais do movimento a nível nacional, visto que o documento é quase uma cópia do Manifesto-Programa lançado em todo o Brasil.

Por outro lado, o manifesto aborda os problemas da realidade brasileira que deveriam ter soluções práticas, porém não são resolvidos por homens, partidos e governos, seja por incapacidade, ou por impossibilidade de ação decisória. Tal posição é resultado ainda da incompreensão dos aliancistas sobre a realidade brasileira. Eles não conseguem discernir, claramente, a verdadeira causa dos problemas do Brasil, mas identificam o imperialismo e o latifúndio, não compreendendo que existem classes sociais que reproduzem as relações controladas por aqueles. Então, incapacidade e impossibilidade de realizar transformações são resultados da prática de domínio oligárquico. O que ocorre, na verdade, é a falta de vontade política para a realização de mudanças mais profundas no enfrentamento do latifúndio, do imperialismo e do integralismo. Mais adiante, a nota denuncia que a

maioria da população nunca teve suas aspirações efetivadas e nem podia participar das opiniões. Assim, a ANL surge para sintetizar o anseio popular, como demonstra a passagem:

Hoje já ninguém confia nas organizações políticas existentes, nem espera do poder público (uns e outros meros agentes do capitalismo internacional) as soluções há tanto sentidas e reclamadas. E o povo, percebendo a esterilidade das lutas em que contendem esses partidos e que se resumem numa disputa convulsiva do poder, como que se retirou, desiludido, do cenário onde se realiza essa farsa criminoso, retraindo-se numa atitude de ansiada expectativa por uma organização a que pudesse dar, sem a certeza de um novo malogro, o apoio das suas energias e de seus entusiasmos. Foi nesse momento característico da vida da nação que surgiu a ANL, como um resumo e síntese dessas aspirações populares (CP, 16 de junho de 1935: 15).

Na citação, percebe-se que os aliancistas gaúchos não conheciam bem o caráter do poder a que procuram enfrentar, avaliando que os partidos tradicionais entram em choque por uma “disputa convulsiva do poder”. Em outras palavras, entendem que as disputas intra-oligárquicas são resultados de uma luta do poder pelo poder, desvinculada da manutenção das relações de dominação vigentes. Na seqüência, o manifesto recorre aos movimentos populares já ocorridos no Brasil, invocando a luta pela liberdade do povo brasileiro contra a tirania estrangeira e a escravidão imposta pelo imperialismo, retirando quantias permanentes e impiedosas de 40 milhões de brasileiros, canalizando-as diretamente para os cofres do banqueirismo internacional. O documento afirma que o movimento não é “de brasileiros contra brasileiros”, mas contra os interesses dos capitais internacionais, e não contra os trabalhadores de outro país que aqui vivem:

Nós não reconhecemos, ao contrário do fascismo indígena a “utilidade” dos capitais estrangeiros pseudamente invertidos no Brasil, por isto que o elemento imperialista invasor não aporta com o desejo de minorar a miséria, a fome, a ignorância e a pauperização crescente das nossas populações dos campos e das cidades. Confraternizamos, entretanto, com o estrangeiro trabalhador que se aproxima de nós em busca do pão que lhe é negado pela ganância dos capitalistas - seus “compatriotas” (CP, Idem: 15).

Diferentemente do nacionalismo integralista que defende a inversão de capitais externos, o nacionalismo da ANL apresenta-se como opositor à exploração imperialista. Por isso, solicita a suspensão do pagamento da dívida externa e dos juros e amortizações.

Ao se referir aos latifúndios, a ANL repete o errado entendimento que se faz a nível nacional sobre o regime feudal preponderante no território brasileiro. Faz-se, porém, de forma subjetiva, ou seja, a primeira referência à realidade gaúcha diz respeito ao latifúndio como sendo o único responsável pelo caudilhismo político do “coronel”. Porém, contraditoriamente, devido a forma de pensamento da época, defende a necessidade de criação extensiva à pecuária. Por outro lado, solicita, também, melhoria de vida aos trabalhadores do campo, visto que é imprescindível a extensão territorial para criações pecuárias, bem como, não pode, nem deve afastar a necessidade e urgência da educação, de melhores condições de vida e de trabalho a que as massas reclamam. Em seguida, cita explicitamente os prejuízos que o latifúndio causa ao pequeno produtor:

Mesmo em zonas de pequena propriedade, como acontece em algumas regiões deste estado, a exploração feudal latifundiária muda de nome, mas conserva a plenitude de suas características extensivas através dos grandes comerciantes atacadistas e os sindicatos monopolistas - como os da banha, arroz, erva, vinho, etc. - onde o pequeno produtor se vê forçado a levar os seus produtos, vendendo-os por preço vil (CP, Idem: 15).

O manifesto se dirige aos jovens operários, camponeses, estudantes pobres, aos pequenos e médios comerciantes, aos pequenos e médios proprietários, soldados e marinheiros (oficiais ou praças) e intelectuais progressistas. Justifica-se afirmando que não segue nem obedece a “nenhum partido político regional, nacional ou internacional”, numa tácita referência ao PCB, pois tem “vida própria”. Apenas, invoca o nome de Luiz Carlos Prestes “como penhor de garantia” ao movimento, “o espírito culto e reto do mais intransigente e ladino revolucionário do Brasil”, mostrando ao povo rio-grandense o líder da Aliança “como a encarnação dos vossos anseios de liberdade e de justiça”, ao mesmo tempo que evoca passagens de uma das cartas de Prestes sobre a ANL.

Em 22 de junho, a ANL volta a apresentar seu “Programa de Realizações Concretas” onde, novamente, reafirma pedidos como “cancelamento das dívidas imperialistas”, a “nacionalização das empresas imperialistas”; a “liberdade em toda a sua plenitude”, a “entrega do latifúndio ao povo brasileiro que os cultiva”, a “libertação dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra” e a “anulação total das dívidas agrícolas” (DN, 23 de junho de 1935: 06 e CP, 22 de junho de 1935: 13). Além disso, o DEP mais uma vez apresenta seu manifesto, notificando:

Queremos que a formidável quantia evadida do Brasil para os cofres dos magnatas estrangeiros seja empregada em benefício do próprio povo brasileiro: Explorando as nossas riquezas e desenvolvendo as nossas forças produtivas: Diminuindo todos os impostos que pesam sobre a nossa população laboriosa e com isto, abaixando o custo de vida e desafogando o comércio: Aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários: Efetivando e ampliando todas as medidas de amparo e assistência social aos trabalhadores, e desenvolvendo em enorme escala a instrução e protegendo realmente a saúde pública. Queremos uma Pátria livre! Queremos o Brasil emancipado da escravidão imperialista! Queremos a libertação social e nacional do povo Brasileiro! (idem).

No dia seguinte, no **Correio do Povo**, na “Secção Livre”, surge outro manifesto, agora do DNP, assinado por Roberto Sisson, com o chamado “A ANL expõe ao povo, mais uma vez, os pontos de seu programa” (23 de junho de 1935: 19). Sem aprofundar ou debater qualquer ponto do programa, o documento ataca os integralistas e apresenta os cinco itens básicos do programa da ANL a nível nacional: suspensão do pagamento da dívida externa; nacionalização das empresas estrangeiras; reforma agrária e proteção a pequenos e médios proprietários e lavradores; liberdade democrática para o povo brasileiro e os trabalhadores e constituição de um governo popular. Assevera que combater a ANL é “vender-se aos interesses do capitalismo internacional que explora, vende e oprime o povo brasileiro” declarando que o movimento congrega pessoas independentemente” de credos religiosos, políticos ou filosóficos, para a mais rápida execução de seu programa básico”. Este documento é colocado pela ANL do Rio Grande do Sul para responder aos ataques integralistas e de setores da imprensa que, naquele momento, investem contra o rápido crescimento dos núcleos aliancistas.

Uma das maiores acusações da oposição ao movimento aliancista é de que a ANL apresenta um programa comunista. No Rio Grande do Sul, os integralistas e outros segmentos conservadores reforçam tal idéia. A atitude faz com que os aliancistas, cada vez mais ativos, procurem negar que a organização seja comunista. Em 27 de junho, na primeira página do **Diário de Notícias**, surge a nota da ANL respondendo que não é comunista. A nota é distribuída à imprensa de todo o País (27 de junho de 1935: 01). No entanto, este é um fator de dificuldade para o crescimento maior da Aliança, pois a oposição ao movimento também se radicaliza sobretudo, quando os integralistas lançam contundentes manifestos, repetindo a idéia de que a ANL é um braço do PCB e um segmento do comunismo de Moscou. Assim, identifica-se, sem nenhuma razão de ser, o programa reformista dentro dos moldes capitalistas, como um programa para transformar o Brasil em um país comunista.

Em 1935, o Rio Grande do Sul é um estado essencialmente católico cujos aspectos religiosos são invocados em quase todas as manifestações públicas. Os integralistas invocam a Deus na defesa de seu ideal programático; recorrem a Ele enfaticamente quando atacam a ANL como organização anti-

religiosa. É nesse sentido que a Aliança publica um “a pedidos”, a 30 de junho, sob o título “A ANL e a religião” (CP, 30 de junho de 1935: 20). O manifesto denuncia a exploração dos “sentimentos religiosos populares”, e procura identificar a Aliança como movimento contrário à liberdade de religião, afirmando que tais atitudes “são processos estranhos aos verdadeiros sentimentos da liberdade religiosa” a que a ANL se propõe. Argumenta que não se pode crer que “um brasileiro adote uma crença qualquer, política, religiosa ou filosófica que favoreça a perpetuação da escravidão do Brasil ao capitalismo internacional”. Ainda, na nota, chama os católicos, os espíritas e os protestantes a serem nacionais-libertadores sem que isso interfira em suas crenças religiosas. Por fim, conclama ao “pequeno clero brasileiro” (em oposição ao alto clero gaúcho, especialmente D. João Becker, bispo de Porto Alegre, anticomunista convicto e que vê, na ANL, uma extensão do comunismo internacional) a exemplo do Frei Caneca, padre Roma e padre Miguelinho, que não se deixem levar pela propaganda antipatriótica. O manifesto mostra a nítida preocupação da ANL em não perder adeptos num momento em que o movimento ascende no Estado.

No mesmo dia, a secretaria-geral da ANL lança no **Diário de Notícias** outro “a pedido”, chamando a participação dos camponeses, ao mesmo tempo em que esclarece sobre a questão religiosa, pois o DEP sabe do componente religioso na formação ideológica do trabalhador do campo (DN, 30 de junho de 1935: 08). O manifesto alega que “os trabalhadores do campo e das fazendas são os verdadeiros donos das terras que cultivam”, pois são eles que trabalham como “escravos ou mal pagos” e também são eles que “valorizam estas mesmas terras, tornando-as produtivas e rentosas”. Na seqüência, expõe a defesa de um dos pontos de seu programa, resumindo a proposta em relação aos trabalhadores do campo e às grandes propriedades:

Conservando os pequenos e médios proprietários, sitiantes ou lavradores, e protegendo-os contra a agiotagem e os impostos, a “ANL” declara que todos os trabalhadores do campo e das fazendas, podem e devem também ser proprietários de terras. Assim, a “ANL” quer a imediata entrega das grandes propriedades territoriais aos trabalhadores que as fertilizam com o suor de seu rosto. E os trabalhadores do campo podem e devem, desde já, considerar-se proprietários definitivos dos lotes que cultivam nas grandes propriedades; quer como meeiros, quer como colonos, camaradas, etc., e o Estado deve garanti-los “de qualquer modo”, nesta posse (DN, Idem: 08).

Para um estado predominantemente voltado às grandes propriedades, tal manifesto representa uma afronta ao poder do latifúndio. No final do documento, a ANL refere-se à religião dizendo que “não quer se intrometer nas crenças religiosas dos trabalhadores do campo e das fazendas”, por isso respeita todas as religiões. Apela, então, ao pequeno clero “pobre e honesto”, como no manifesto anterior, que, segundo os aliancistas, é “preterido em geral pelo clero estrangeiro”, para que não se alie aos interesses do capitalismo internacional no combate à ANL. Esse manifesto, busca, com clareza, conquistar a maior parcela dos trabalhadores gaúchos, no momento em que a maioria da população rio-grandense vive no campo e nutre um sentimento religioso profundo, sobretudo nas zonas coloniais. Ruy Duarte considera que a ANL do Rio Grande do Sul não tem a característica de ser um amplo movimento de massas, pois não conta com “os trabalhadores rurais, segmento de maior número e o mais representativo do estado da época” (Idem: 93). Ora, o autor usa a armadilha do critério de quantidade para tal constatação. Se, no entanto, levar-se em conta a questão qualitativa, ou seja, a rapidez com que a ANL cresce perante as massas e a diversidade de sua composição contando com diferentes setores populares agregados ao movimento, a ANL é, sem dúvida, um movimento importante também no Rio Grande do Sul, mesmo sendo abortado em 13 de julho. Embora tudo isso, não impede que a ANL realize um trabalho embrionário também no campo, justificado pelo manifesto acima.

No Rio Grande do Sul, a ANL volta a lançar nova declaração no momento em que é ameaçada de ser fechada. Em 12 de julho, o DEP reproduz o manifesto nacional, lançado pela imprensa do Rio de Janeiro no dia anterior (DN, 12 de julho de 1935: 01 e 14 e CP, 12 de julho de 1935: 14). O documento inicia abordando o sucesso da comemoração do 5 de julho como “a mais viva expressão do despertar da consciência nacional”, quando a ANL dá um “demonstração gigantesca de luta pela liberdade, contra o imperialismo e contra o fascismo”. A nota esclarece que a ANL não é “uma associação para ‘putches’ e

quarteladas”, mas sim um movimento a fim de conduzir a luta “por uma Pátria liberta da exploração imperialista, contra as ditaduras fascistas” e em defesa da democracia. Assim, alerta para a investidura dos “magnatas imperialistas”, repetindo um dos pontos principais de seu programa:

As crescentes dificuldades econômicas e financeiras exigem cada vez mais a imediata suspensão dessas “dívidas” externas, já muitas vezes pagas, a nacionalização das empresas imperialistas, a emancipação econômica do Brasil. A exportação, até maio, era mais de dois milhões de libras inferior a de igual período do ano passado. A moeda se desvaloriza diminuindo a sua capacidade aquisitiva. O custo de vida se eleva e a miséria aumenta. A situação do Tesouro é verdadeiramente aflitiva, não havendo, talvez dentro de dois ou três meses, mais recursos para pagar o funcionalismo público. A situação dos interesses imperialistas, exige, nestas condições, uma pauperização ainda maior do nosso povo, uma escravização ainda mais vergonhosa da nossa Pátria (CP, Idem: 14).

O último manifesto da ANL do Rio Grande do Sul, em forma de “a pedido”, sai em 14 de julho, um dia após o fechamento dos núcleos e da sede estadual. Intitulado “Aos aliancistas do Rio Grande do Sul”, conclama aos libertadores rio-grandenses “sob a bandeira da ANL e a chefia de Luiz Carlos Prestes para a luta em prol da libertação social e política do povo brasileiro”, chamando o povo, em face do fechamento da organização, “às mais amplas manifestações de protesto”. Invoca um dos pontos básicos do programa: a defesa das mais amplas liberdades democráticas, denunciando a “morte do regime constitucional” e a alienação de todas as garantias democráticas”. Solicita, ainda, a reabertura de todas as sedes aliancistas.

Após a declaração pública, o DEP, não pode mais manifestar-se em defesa do conteúdo programático da ANL ou de sua linha ideológica, pois a ilegalidade força as lideranças a uma atuação completamente clandestina, cuja repressão é marcante, preponderando a máxima da República Velha de que a “questão social é um caso de polícia”, repetida no Rio Grande do Sul pelo Governo de Flores da Cunha e pela Chefia da Polícia Estadual, encabeçada por Poty Medeiros.

O programa da ANL chama a atenção daqueles segmentos descontentes com o rumo tomado pelo Movimento de 1930 também no Rio Grande do Sul, pois aquele identifica parte das verdadeiras causas da situação de crise econômica e social que atravessa o Brasil e que se faz sentir no estado. Por ser uma frente ampla, questiona os partidos políticos das oligarquias num programa objetivo, mesmo que não tenha sido possível aprofundá-lo, devido à ilegalidade, permanecendo assim, nos pontos genéricos, conquistando aqueles setores que mais sentem os problemas estruturais brasileiros: o proletariado e os setores médios. Ruy Duarte afirma que a ANL apresenta um aspecto ideológico que se caracteriza “mais por saber o que não queria, do que pelo que desejava obter”, visto que em todos os momentos e “em todas as suas formas, a Aliança sempre foi muito mais contra o que existia, do que a favor de algo novo”, sendo uma atitude que mascara a real ideologia (DUARTE, 1978: 93-94).

Tal visão unilateral e simplista apenas disfarça uma conclusão devaneadora ao “analisar” a ANL no Rio Grande do Sul como um movimento diferente de todos aqueles existentes anteriormente. As limitações programáticas e ideológicas existentes não impedem que a ANL conquiste um significativo número de adeptos e obtenha um rápido crescimento antes de sua ilegalidade. Isso se dá sem dúvida, não frente aos pontos contraditórios apresentados em seus manifestos, mas às transformações que se propunha realizar com a instalação de um governo popular disposto a fazer mudanças esperadas pelos operários e setores médios do Rio Grande do Sul.

3.2.3 - 5 de julho: instalação oficial no Rio Grande do Sul

No Brasil, o 5 de julho é a data escolhida para os grandes comícios em comemoração a um dos momentos mais significativos do tenentismo, além de ser o dia em que Luiz Carlos Prestes lança o manifesto chamado “Todo poder à ANL”. No Rio Grande do Sul, afora a comemoração do 5 de julho, ocorre o lançamento oficial da ANL e a posse pública do DEP que já atua desde o início de junho.

A partir do dia 23 de junho, o Diretório Estadual anuncia a realização de um “comício monstro” em comemoração “à epopéia de Copacabana” (CP, 23 de junho de 1935: 19). As primeiras discussões ocorrem em torno do local do comício, chegando-se a propor que se realize em praça pública, mas o DEP decide-se pelo Teatro São Pedro. Agildo Barata relata em suas memórias o pedido de cedência do teatro ao Governo Estadual:

Redigimos o manifesto de lançamento do movimento e passemos-nos a preparar a sessão solene de instalação da ANL no Rio Grande do Sul... Resolvemos pedir o Teatro São Pedro (teatro do governo estadual) para o ato de instalação, embora soubéssemos das dificuldades que iríamos encontrar por parte do general Flores da Cunha, em determinar a cessão do Teatro. Decidiram meus companheiros que eu devia, pessoalmente, fazer o pedido ao governador (1978: 239).

Barata cita ainda que Flores da Cunha costuma lanchar na Confeitaria Central no centro de Porto Alegre. Ao chegar no local, encontra com o Ex-interventor e então Governador acompanhado do Secretário do Interior Darcy Azambuja e do chefe de polícia Poty Medeiros. As solicitar a cedência do teatro, Flores da Cunha argumenta que não pode fazê-lo à ANL porque o movimento não existe, pois há apenas “uma meia dúzia de gatos-pingados” e que a organização nunca pediu tal coisa, porém, se tivesse pedido, mandaria ceder o teatro como fizera com os integralistas. Como o requerimento estava pronto, o capitão Barata o entrega, mas Flores da Cunha solicita um prazo até o dia seguinte. Como Barata insiste, Flores da Cunha pede ao Chefe de Polícia que autorize a cessão do teatro no mesmo momento (BARATA, 1978: 239 a 242).

O relato é verídico, pois é confirmado pelo **Correio do Povo** do dia 3 de junho, portanto um pouco antes do dia do lançamento. No momento, Flores da Cunha ainda declara que a ANL é responsável pelo que houver, ou seja, em todo e qualquer distúrbio, os poderes competentes interviriam para manter a ordem se necessário(CP, 4 de julho de 1935: 03). Entretanto, o **DN**, na mesma data, informa erroneamente, noticiando que Agildo Barata teria ido ao Palácio do Governo (4 de julho de 1935: 03).

Com a cedência à ANL, o DEP, passa a convidar todos os aliancistas já inscritos, além de contatar pessoas do interior, enviando convites especiais aos sindicatos (BARATA, 1978: 242).

A Federação, na chamada de primeira página, alerta para que a população trabalhadora não compareça ao Teatro S. Pedro, com o seguinte comunicado do Governo Estadual:

A ANL realizará esta noite no Teatro São Pedro, um comício popular. A Chefatura de Polícia tomou as medidas necessárias para agir com a máxima energia, caso os manifestantes procurarem por meio de provocações ou propagandas sediciosas alterar a ordem pública. Por esse motivo será destacada uma força armada para as imediações daquele local, que a população laboriosa e ordeira desta capital se abster de comparecer às imediações do local assinalado, a fim de evitar futuros dissabores (5 de julho de 1935: 01).

O **Jornal da Manhã** também alerta a população porto-alegrense:

O Jornal da Manhã sente de seu dever avisar a população pacata e ordeira de Porto Alegre que evite, hoje, sua presença nas proximidades do Teatro S. Pedro, onde se realizará um comício da ANL, visto como a força armada para ali destacada tem ordem de carregar à menor provocação ou grito sedicioso dos comunistas (5 de julho de 1935: 01).

No mesmo dia, o **Correio do Povo** publica o convite para o lançamento no Teatro S. Pedro:

Aliança Nacional Libertadora

Convite

Convida-se toda a população de Porto Alegre, e muito particularmente a todos que desejam a libertação nacional e social do Brasil, para assistirem à SESSÃO Cívica comemorativa da data de 5 de julho, que a A.N.L. realizará hoje, às 20 horas, no Theatro São Pedro. Nessa reunião será instalada publicamente a Aliança Nacional Libertadora e empossados os membros do Diretório Estadual Provisório. Estão inscritos vários oradores que falarão sobre a data, as finalidades e o programa da A.N.L. **NOTA IMPORTANTE:** Pede-se aos companheiros que compareçam desarmados, à sessão cívica. A COMISSÃO (5 de julho de 1935: 01)

À noite, o teatro superlota e uma grande multidão comparece à Praça da Matriz. Hélio Silva considera que a instalação da ANL, no Rio Grande do Sul, “é uma das maiores manifestações populares já ocorridas na capital gaúcha” (1975: 124-5). Agildo Barata também considera que o ato de instalação da ANL no RS é uma das maiores manifestações de massa ocorridas, até então, em Porto Alegre (1978: 242-3). A sessão inicia tendo à mesa personalidades como Dyonélio Machado, Apparício Córa de Almeida, Mariano Belchior, Severino Ronque, João Antonio Mesplé, Lucio Soares Neto, J. Parise Iglesias, Carlos Brenner, Raul Ryff e Maura de Sena Pereira (**DN**, 6 de julho de 1935: 12).

Após a abertura da sessão pelo presidente do DEP, afirmando que a data marca “o início da luta antiimperialista”, ocorrem vários discursos, mas apenas dos oradores previamente inscritos e com os temas já decididos anteriormente. Antes disso, Raul Ryff lê telegramas de Uruguiana, Santa Maria e Passo Fundo. O estudante Lúcio Soares Neto fala sobre a data de 5 de julho e termina afirmando “que é possível a vitória antiimperialista”. O advogado João Antonio Mesplé aborda o programa da ANL, falando sobre a pequena burguesia, os pequenos e médios proprietários em face dos grandes latifúndios, e criticando os integralistas devido ao combate que fazem do “capitalismo judaico”, chamando-os de demagogos, pois existem “capitalistas de todas as nacionalidades e de todos os credos religiosos ... ingleses, americanos, etc”. Fala também “dos expoentes da agiotagem internacional”, além de criticar o uso de “Deus, Pátria e Liberdade”.

Em seguida, dando prosseguimento a sessão, o estudante J. Iglesias discursa analisando a situação dos trabalhadores rurais e defendendo o fim do latifúndio, pois este causa a fuga do campo. O operário Marciano Belchior aborda o programa da ANL em relação ao proletariado, ao mesmo tempo que aproveita para protestar a morte de Leonardo Candú, assassinado pelos integralistas, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Após, o jovem Rafael Sarga fala em solidariedade à Aliança. A representante da UFB do Rio Grande do Sul, Maura Pereira fala sobre a situação e emancipação da mulher. Em seguida, o secretário-geral da ANL no Rio Grande do Sul, Apparício Córa de Almeida, analisa também o programa aliancista, contestando a acusação de que a organização é comunista e anti-religiosa.

Por fim, novamente Dyonélio Machado fala e empossa o DEP, agradecendo o comparecimento de todos. Aproveita ainda para apelar aos presentes que se dispersassem logo da frente do Teatro, solicitando também contribuição para a caixa da Aliança, a fim de cobrir gastos com a propaganda do movimento (**DN**, 6 de julho de 1935: 12 e **CP**, 6 de julho de 1935: 05).

Dyonélio Machado, em suas memórias, organizadas por Maria Grawunder, relata os preparatórios e a instalação do 5 de julho:

Aqui não era janeiro de 1933, mas julho de 1935, inverno também e mais ou menos numa hora que bem poderia ter tido seu início às 8 da noite como lá. A apreensão ... a expectativa ansiosa era obra dum aparato policial que prenunciava o massacre. De resto o massacre havia sido anunciado na tarde desse dia pela imprensa do governo: a polícia tem ordem de abrir fogo ao menor grito sedicioso dos comunistas. Os comunistas éramos nós, os da ANL, que iríamos instalar solene e pacificamente os nossos trabalhos partidários, num teatro, aberto ao público, na capital do estado. Aqui o ar achava-se cheio de ameaças. A resolução de instalar publicamente a ANL naquele 5 de julho não se estabeleceu com facilidade. O perigo que daí advinha, marcando com um traço de tragédia um labor político que

deveria se processar em toda a paz, aconselhava pelo menos um adiamento. ... O ato - num e noutro impregnado de heroísmo - valia por todo um programa. Na reunião prévia, destinada ao lançamento dessa coalizão que devia reunir os elementos mais avançados de nosso meio, eu me defrontei com os temores dos companheiros. Eram justos, do ponto de vista individual, mas negativos em matéria política, de luta portanto; aventou-se a idéia de adiar a cerimônia, diante dos riscos a que nos expúnhamos. Mas adiar não era conjurar. Um dia teríamos que enfrentar o perigo. Ou desistir de nossa tarefa (In: GRAWUNDER, 1990: 101-2).

Agildo Barata considera que apesar das ameaças visando à intimidar o povo, o grande número de presentes à sessão deve ter desapontado Flores da Cunha e seus auxiliares. Com isso, os componentes da ANL passam a estruturar novos núcleos e diretórios municipais no interior do estado e nos bairros de Porto Alegre (1978: 243). O sucesso do 5 de julho faz com que os aliancistas fiquem estimulados a ampliar o movimento sem perceberem os reflexos a nível nacional, ocasionado pelo Manifesto de Prestes sob o título “Todo Poder ã ANL”. Se a correlação de forças é desfavorável ainda para a Aliança, conforme já se fala no capítulo anterior, muito mais para o Rio Grande do Sul cujo domínio oligárquico e o atraso econômico ainda predominam. No entanto, para os componentes da ANL, a euforia é maior que a possibilidade do fechamento da entidade.

Se a instalação da Aliança é um dos momentos de maior manifestação popular já vistos em Porto Alegre, até aquele momento, a presença do aparato policial, proporcionalmente, não é menor, demonstrando a preocupação do Governo Estadual com o crescimento do movimento aliancista. Além do enorme contingente militar, guarda civil e um piquete da Brigada Militar, com a polícia dentro e fora do Teatro São Pedro, o Chefe da Polícia do Rio Grande do Sul comparece pessoalmente ao local, além de vários delegados de Porto Alegre, responsáveis pela ordem social e política, tais como Argemiro Cidade, Amantino Fagundes, Josino Brasil, Carlos Machado e Plínio Milano, além do capitão Armando Ferreira e o comandante da Guarda Civil Walfrido Gomes. Afora todo esse controle, proibiu-se qualquer circulação de veículos nas imediações do Teatro São Pedro.

Diferentemente do **Correio do Povo** e do **Diário de Notícias**, o jornal oficial do Governo do Estado, na edição do dia seguinte, comenta mais a ação da polícia do que o evento político e a completa lotação do teatro na noite anterior. A nota destaca a manutenção da ordem e da tranquilidade pública comandada pela Chefia de Polícia que teria tomado “enérgicas e completas medidas que se faziam necessárias no sentido de evitar possíveis distúrbios provocadores ... em face dos boatos alarmantes e boletins sediciosos distribuídos na cidade” (**A Federação**, 6 de julho de 1935: 02).

As medidas tomadas pela polícia, em Porto Alegre, também ocorrem no interior do estado, ou seja, o Governo proíbe qualquer manifestação, comício em praças ou passeatas pelas ruas. A mesma ordem estende-se a lugares fechados.

Raul Ryff lê telegramas, na sessão em Porto Alegre, relatando toda a ação proibitiva do Governo no interior do Estado. Em Uruguaiana, o delegado de polícia proíbe o comício da ANL, na data em questão, porém aponta outro local; em Santa Maria, os membros do grupo são chamados à delegacia para prestarem esclarecimentos, mas são fichados como “criminosos relapsos”; em Passo Fundo, o delegado de polícia e o comandante da Brigada Militar proíbem o comício anteriormente autorizado (**Correio do Povo**, 6 de julho de 1935: 05).

Além disso, em Pelotas, o comício de lançamento não ocorreu na Praça de Desportos do Esporte Clube Pelotas, mas na Federação Operária, sob determinação da polícia e com a presença de um pelotão de cavalaria com soldados armados de fuzis e metralhadoras (**Diário de Notícias**, 7 de julho de 1935: 12).

Em Cruz Alta, o comício é proibido pelo delegado de polícia Carlos Batista Druck, apesar do mesmo ter negado o fato, afirmando que apenas “tomara medidas para garantir a ordem, designando praças da guarda municipal nas imediações do local”. Segundo o coronel, “a Constituição faculta a livre reunião de cidadãos brasileiros, sem armas, para fins pacíficos” (DN, 12 de julho de 1935: 08). Por esse motivo, o DMP de Cruz Alta anuncia que se marcará outra data para novas instalações. Em São Leopoldo, o 5 de julho é comemorado com a instalação oficial da ANL na sede do DMP (DN, 12 de julho de 1935: 08).

A apreensão que a instalação da ANL causa à “população ordeira do estado”, é o motivo, segundo Poty Medeiros, para o forte policiamento, e esta ação o motivo para que não ocorresse a “perturbação da ordem”. Esta conclusão relatada pelo Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul:

A polícia do Rio Grande, como a de todo o país ... viu-se forçada a tomar medidas excepcionais anteontem. As comemorações do “5 de julho” aliás, oferecem, todos os anos, desde o episódio do Forte de Copacabana, o mesmo aspecto policial: boletins subversivos são distribuídos clandestinamente à população, contendo não só ameaças de desordem, como incitamento às práticas violentas, ataques virulentos ao poder público e ao regime, cercando, enfim, as comemorações que sempre se realizam de um aspecto, senão perigoso, pelo menos inquietante, impondo, portanto, à autoridade a adoção de medidas excepcionais de policiamento e repressão, a fim de que a ordem seja plenamente assegurada. Foi, precisamente essa que a polícia rio-grandense tomou. Já nos primeiros dias do mês, foram distribuídos profusamente pela cidade boletins subversivos, enquanto circulavam boatos de que o “5 de julho” seria perturbado por desordens ... Como providência preliminar determinamos o reforço de todo o policiamento e uma vigilância ativa de todos os núcleos suspeitos. Depois a providência complementar: só permitiríamos a realização de comícios em recintos fechados e mediante prévia autorização da chefia de polícia ... Que as providências tomadas pela polícia surtiram o esperado efeito, di-lo o não termos registrado, em todo o estado, a menor perturbação da ordem: ... Em suma, a atividade desenvolvida pelas autoridades policiais no dia de anteontem nada mais foi do que um imperativo de seus próprios deveres. Em face dos motivos alarmantes que circulavam, a polícia não podia ficar sem iniciativa, sob pena de falhar à missão que lhe incumbe (DN, 07 de julho de 1935: 07).

Porém, a versão oficial é contestada por Dyonélio Machado em suas memórias, relatando que, na prisão, ouviu a confissão de um dos oficiais que estava presente no Teatro São Pedro, em 5 de julho, afirmando que a ordem antecipada seria “ao menor pretexto abrir fogo” e que “as instruções recebidas pela tropa eram das mais rigorosas”. Segundo Dyonélio, a provocação já se percebia no interior do Teatro quando um fascista comparece fazendo apartes provocativos aos oradores, porém com a cobertura da polícia que sabia que os aliancistas estavam desarmados (In: GRAWUNDER, 1990: 102-3).

O presidente da ANL questiona sobre a ação da polícia logo após o 5 de julho. Em Carta ao **Correio do Povo**, de 8 de julho, destinada a Alexandre Alcaraz, diretor do jornal, Dyonélio afirma que as medidas “enérgicas”, na verdade são medidas de exceção, devido a um suposto boletim “que a população não leu e que só a polícia viu”, cujo conteúdo chama às comemorações do 5 de julho para tornar o dia em “jornada sangrenta”. A carta diz ainda que o boletim deve ser de melhor conhecimento da polícia do que pelos próprios aliancistas (CP, 9 de julho de 1935: 05). O boletim, que para os aliancistas teria sido inventado, tem o seguinte conteúdo:

Camaradas: Façamos um “5 de julho” sangrento. Que o sangue dos burgueses e dos falsos defensores dos oprimidos, vingue o sofrimento que vai pelos nossos lares. A própria ANL há dias pediu a assistência policial para um comício que deveria se realizar na rua Mariland, visto ser possível que elementos perturbadores alterassem a ordem, comprometendo como diziam, a legalidade da Aliança (DN, 07 de julho de 1935: 07).

A carta de Dyonélio Machado questiona ainda a ação da polícia, afirmando que “o inútil aparato bélico e as ameaças aparecidas nos jornais oficiais do governo, só eram de molde a intranquilizar a população, nunca a aquietá-la”, como dizem as declarações de Poty Medeiros (**CP**, Idem: 05). Por isso, para Dyonélio, a “boa ordem” do comício no Teatro São Pedro deu-se não pela ação da polícia, mas pelas atitudes da própria Aliança que apelou à população que comparecesse desarmada. A exemplo disso é que a “revista operada pela polícia” não encontra nenhuma arma numa assistência que conta com 2 mil pessoas aproximadamente. O presidente do DEP da ANL também questiona a ação da polícia no interior do estado, referindo-se a Passo Fundo, tendo em vista a proibição dos comícios da Aliança, pois aquele era um direito que a Constituição garantia.

Assim, percebe-se que o dia 5 de julho, criticado também pelos setores conservadores do Rio Grande do Sul, na verdade, tinha um outro significado: o temor pelo crescimento aliancista no Rio Grande do Sul, que se transformava, a exemplo do centro do país, em forte movimento popular. A forte ação policial é reflexo dessa preocupação.

3.2.4 - O fechamento e a ilegalidade da ANL no Rio Grande do Sul

No Rio de Janeiro, o Manifesto de 5 de julho estimula as classes dominantes a pressionarem ainda mais o Governo Vargas no fechamento da ANL. Além desse fator determinante, o crescimento do movimento aliancista faz com que se fale num imediato fechamento da Aliança, mesmo antes de sair o decreto nacional.

Mesmo que o DEP continue, após o lançamento oficial, na organização dos núcleos, chegando, a preparar e anunciar um novo comício para comemorar o 14 de julho (**DN**, 13 de julho de 1935: 05 e **CP**, 13 de julho de 1935: 05), o ambiente político mostra que as elites fazem de tudo para impedir o avanço da ANL também no Rio Grande do Sul, colocando a organização como “subversiva” ou “extremista”. No capítulo posterior, mostra-se a oposição a ANL, incentivada por vários setores das elites gaúchas. Dessa forma, emana-se a justificativa para o fechamento da Aliança, justificada em artigos da LSN.

No estado, as ordens de fechamento foram recebidas Por Flores da Cunha, através de um telegrama circular do Ministro da Justiça, Vicente Ráo (**A Federação**, 13 de julho de 1935: 02; **JM**, 13 de julho de 1935: 01; **DN**, 14 de julho de 1935: 01 e **CP**, 14 de julho de 1935: 12). O decreto nº 229 é encaminhado, então, para Poty Medeiros por meio de telegrama. Após, o Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, determina o fechamento dos DMPs e dos núcleos existentes em Porto Alegre, além do DEP, pelo prazo de seis meses. O decreto é recebido pelo Governador Flores da Cunha quando se encontra em Livramento:

Tenho honra transmitir vosnecia o inteiro teor do Decreto nº 229, de 11 deste mês, a fim de que tenha imediata execução neste estado, em vista respectivo artigo 3º:

“Decreto nº 229, de 11 de julho de 1935.

Ordena o fechamento, em todo o Território Nacional dos núcleos da ANL’

O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, na Capital da República e nos estados constituída sob a forma de sociedade civil, organização denominada “ANL” vem desenvolvendo atividade subversiva da Ordem Política e Social, considerando que semelhante atividade está suficientemente provada mediante documentação colhida pelo Sr. Chefe de Polícia desta capital, que, fundado nessa prova, sugere a conveniência de serem fechados todos os núcleos da mencionada organização.

DECRETA

Art. I- Serão fechados por seis meses, nos termos do art. 29 da lei nº 38, de 4 de abril do corrente ano, todos os núcleos, existentes nesta capital e nos estados, da organização denominada “ANL”.

Art. II - O Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores baixará instruções no sentido de ser promovido sem demora, por via judicial, o cancelamento do registro civil da mesma organização.

Art. III- O Presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação e seu texto será transmitido aos Governadores ou Interventores nos estados, por via Telegráfica.

Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1935...” (**A Federação**, 15 de julho de 1935: 02 e **DN**, 14 de julho de 1935: 01).

Com o decreto de fechamento, a Constituição Federal é rasgada no que se refere a garantia das liberdades de organização popular. A Constituição do Rio Grande do Sul, com menos de um mês de vigência, também é ignorada pelo Governo Estadual. Fecham-se as sedes e os núcleos com intensa participação policial, mas com pouca reação popular. Isso se dá em função de que o nível de conscientização dos aliancistas em relação a importância da organização, apenas está iniciando. Portanto, não há suficiente esclarecimento e, mesmo fortalecimento numérico para a defesa dos núcleos já criados.

Em Porto Alegre, o delegado Argemiro Cidade, responsável pela Ordem Social e Política, após o recebimento do ofício de Poty Medeiros, através de uma caravana policial composta de automóveis e caminhões, comanda o fechamento do DEP e dos núcleos de Mont’ Serrat, 3º e 4º Distritos e Azenha, auxiliado pelo Comandante da Guarda Civil Walfrido Gomes, além de investigadores e dezenas de guardas (**A Federação**, 15 de julho de 1935: 02). Porém antes de iniciar o fechamento, Argemiro Cidade remete um ofício a Dyonélio Machado, notificando a decisão da ordem do Governo Estadual, com o seguinte comunicado:

Sr. Dr. Dyonélio Machado, Capital. Comunico-vos que, de ordem do Exmo. Sr. Governador do estado ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia cumprindo determinações do Sr. Dr. Ministro da Justiça foi ordenado o fechamento de todos os núcleos da ANL nesta capital, por (6) seis meses.

Saúde e Fraternidade. (a). Argemiro Cidade, 3º delegado auxiliar.

(**JM**, 14 de julho de 1935: 10).

Após o ato arbitrário, fecham-se as sedes da ANL, chamadas por alguns de “sedes do partido comunista” (**JM**, 14 de julho de 1935: 10), as quais ficam guardadas por forças policiais. A surpresa do ato e a ação policial fazem com que não ocorra violência em qualquer um dos núcleos fechados, não acarretando nenhuma prisão imediata, a não ser de uma bandeira do PCB no 4º Distrito, e balas de fuzis no centro de Porto Alegre. Além disso, na capital, os quartéis ficam de prontidão.

No interior, o fechamento ocorre sem maiores incidentes, pois o fator surpresa determina a ação policial. A repressão da polícia também é intensa, ficando “de prontidão para qualquer emergência e aparelhada para sufocar qualquer tentativa de desordem” como anuncia Poty Medeiros (**DN**, 14 de julho de 1935: 01).

Em Livramento, os setores conservadores da cidade manifestam-se entusiasmados com o fechamento, como mostra o telegrama:

Livramento, 22 -O decreto do governo federal, ordenando o fechamento de todas as sedes e núcleos da ANL causou aqui em toda a população, que vive neste momento profundamente empenhada em promover o progresso cada vez maior e seguro de Rio Grande do Sul, a mais viva e indisfarçável satisfação e grande júbilo cívico. As classes laboriosas daqui, representando parte bastante ponderável da economia rio-grandense, não poderiam ficar alheias ao movimento de repulsa integral que se vinha operando nas altas camadas produtoras do nosso estado e do próprio país, porém a medida necessária tomada pelo presidente da República contra a ANL, partido esse que é um verdadeiro prolongamento no nosso país da III Internacional Comunista, veio trazer a tranquilidade e a confiança ao seio daquelas

classes para prosseguir na grande obra política, social e econômica que se está realizando no Brasil... O núcleo alianciasta recentemente fundado nesta cidade, no qual notavam elementos que comungavam doutrina extremista, foi fechado, como em toda parte (**A Federação**, 23 de julho: 04).

Em Santa Maria, o delegado de polícia, Cap. Adelardo Soares de Freitas, manda fechar a sede da Liga Sindical Santamariense onde funcionava a sede provisória da Aliança.

Em Pelotas, o delegado de polícia, major Demócrito Sattami, remete circular à Liga Operária e aos Sindicatos, comunicando o fechamento da sede da ANL nos seguintes termos: Dando cumprimento às ordens do governo do estado, incumbe a esta delegacia de polícia ordenar o fechamento da sede da ANL. Afim de prevenir possíveis mal-entendidos futuros, científico que não podereis sem comunicação prévia, no mínimo de 24 horas, ceder a sede da Liga Operária (e desse sindicato), sob vossa presidência, para reuniões de elementos estranhos ao mesmo, pois só poderá, em seu recinto, apenas tratar de assuntos de interesses de seus associados, sob pena de ser esta delegacia constrangida a intervir e a aplicar as penalidades impostas pela lei. (**DN**, 21 de julho de 1935: 14 e **CP**, 23 de julho de 1935: 08).

Da mesma forma que nessas cidades, em outras, através das delegacias de polícia, as sedes da ANL são fechadas como em Passo Fundo e Uruguaiana. Como a questão social, a questão política também torna-se um caso de polícia.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, realizam-se protestos e greves contra o fechamento da ANL. No Rio Grande do Sul, antes de uma reação maior, a iniciativa demonstra surpresa e indignação com o fechamento. Dyonélio Machado, em entrevista no **CP**, de 16 de julho, fala sobre o ato do Governo, no momento em que Porto Alegre mantém-se calma e sem agitação ou protesto violento. Antes de qualquer movimento maior, os dirigentes da ANL optam pelo caminho legal, buscando no Poder Judiciário “apoio para suas pretensões de continuar livremente exercendo as atividades” (**CP**, 16 de julho de 1935: 09). Dyonélio pronuncia-se falando da surpresa pelo fechamento da ANL e na expectativa de reabertura das sedes. Note-se:

O fechamento das sedes da ANL me surpreendeu, a despeito dos boatos e da descrença de todo o país em nossa pseudo-democracia. Surpreendeu-me porque não tinha fundamento em lei a medida propalada. Os motivos invocados pelo governo no decreto de fechamento não resistem a uma análise, por mais liberal que seja. Todos vêm na entrevista do capitão Felinto Müller uma manobra policial, que não é nova, porque foi usada e abusado no quadriênio do Senhor Arthur Bernardes. O fato do governo procurar apoiar o seu ato nas “informações” do chefe de polícia do Distrito Federal, para com elas justificar o fechamento da Aliança, prova que o poder público brasileiro não dispõe de motivo real, verdadeiro, legal, em suma, para agir da forma como agiu. É isso, exatamente, o que pretendemos demonstrar perante o poder judiciário do país... A ANL tem um programa amplamente divulgado em todo o país e as suas atividades são processadas à luz meridiana, não ocultando nenhuma intenção que possa enquadrar-se nos dispositivos citados pelo decreto em questão... Recebida com a maior serenidade a execução do decreto, não se verificou dentro das fileiras aliancistas, o mínimo sinal de desfalecimento, estando todos coesos em torno de seus ideais, a espera de que possa novamente reunir-se em suas sedes, para prosseguir na marcha de seus trabalhos (**CP**, 16 de julho de 1935: 09).

Mesmo apelando inutilmente ao Judiciário, espera-se uma posição mais radical no Rio Grande do Sul. O Manifesto nacional de 11 de julho, publicado em Porto Alegre no dia seguinte, já manifesta atitudes mais radicais a fim de impedir o fechamento da Aliança, anunciando um greve geral além de vários protestos. No entanto, as poucas manifestações que ocorrem não impedem que a ANL permaneça fechada.

Em Porto Alegre, a única reação é a tentativa de greve dos gráficos, comandada pelos aliancistas, com a participação de Bernardino Garcia e Dyonélio Machado, em sinal de protesto pelo ocorrido. Em 17 de julho, a polícia surpreende Bernardino Garcia na Livraria do Globo, distribuindo panfletos e chamando os trabalhadores gráficos à greve. Preso em flagrante, Bernardino intitula-se membro da ANL justificando a ação sob ordem de Dyonélio Machado. Após a prisão, o Presidente da ANL do Rio Grande do Sul confirma a declaração de Garcia, alegando que o mesmo fora convidado para tal ato. Assim, os dois aliancistas são presos na delegacia da Ordem Social e Política e encaminhados à Justiça Federal, com pedido de prisão preventiva, sendo enquadrados no artigo 19 da LSN (**A Federação**, 18 de julho de 1935: 08).

Apesar do mandato de segurança nacional impetrado por Hercolino Cascardo, a ação mais radical de grande massas não acontece, ficando restrito a tentativa de greve em Porto Alegre. Assim, o “fechamento da ANL, no Rio Grande do Sul, concretiza-se, acrescido da prisão de seu Presidente Dyonélio Machado e sua posterior condenação a 10 meses e 15 dias de detenção” (TRINDADE, 1980: 220). Dyonélio Machado relata a greve e a prisão em suas memórias:

Por um ato de puro arbítrio ditatorial, a ANL foi fechada e a seguir teve seu registro cassado. Com isso não nos conformamos. E um dos núcleos - o que assim se chamavam os nossos organismos de base - o Núcleo dos Gráficos resolveu ir a uma greve de protesto por 24 horas. Fui incumbido pela organização para articulá-la... A despeito a greve programada incluir no seu plano reivindicações matéria específica da classe operária, ela era eminentemente política, numa grande proporção alheia às “condições de trabalho”. O que configurava infração à então flamante “LSN” da época. Num dos seus artigos fui enquadrado (IN: GRAWUNDER, 1990: 60-61).

Após a prisão do principal líder da ANL, no Rio Grande do Sul, somada ao assassinato de Aparício Córa de Almeida, em outubro de 1935, a atuação aliancista na ilegalidade é totalmente restrita e de conteúdo bastante diferenciado do centro e do Nordeste do País, que culminando com os “putsches” de novembro em Natal, Recife e Rio de Janeiro, os acontecimentos que não atingem diretamente o Rio Grande do Sul, apenas seus reflexos quando aprofunda-se a repressão anti-aliancista e anti-comunista, representando o derradeiro fim da ANL.

Como no resto do Brasil, a maior parte da pequena-burguesia aliancista se desliga da Aliança após a decretação de sua ilegalidade, restando só aqueles setores identificados com o PCB ou algum “tenente” mais radical. Essa característica nacional é identificada por Luthero Vargas:

Já então a ANL desaparecera como entidade política. Era agora o próprio PCB que agia através dela. Os próprios núcleos da ANL se haviam transformado em agrupamentos comunistas, dos quais não-comunistas se afastavam. Assim a ANL, que fora criada para que através dela o Partido Comunista se pudesse unir às mais amplas massas, estava sendo pouco a pouco abandonada por essas mesmas massas, deixando os comunistas sozinhos (1988: 76-77).

Dyonélio Machado considera que na ilegalidade ou na prisão, conta-se com uma elite operária no movimento, mas isso não basta, pois os integrantes da ANL são, na maioria, elementos da pequena-burguesia, que apesar de ativos, apenas fazem demonstração de força, mas não de força de massa, “sem a qual nada se faz em matéria revolucionária” (In: GRAWUNDER, 1990: 79).

Diante disso, no Rio Grande do Sul, um movimento mais radical não tem consequência, mesmo que em forma de “putsch”, sendo condenado por muitos, apesar de ser apenas uma hipótese, como se pode ver na passagem de Eloy Martins:

O governo apavorado... põe a ANL na ilegalidade. A seguir implanta um sistema de intensa perseguição aos comunistas e aliancistas. Ante tal situação o partido orienta seu trabalho para a insurreição armada

sob a bandeira da ANL. O grande erro inicial não foi ter apelado ao povo, dando um caráter de massas para a insurreição (1989: 67).

Mesmo com a ilegalidade, resta aos aliancistas o incentivo e a propaganda para que o movimento continue. O incentivo é o que mantém Dyonélio Machado ativo mesmo na prisão. Porém, a continuidade acontece nos setores mais conscientes, mas desligados das massas.

A organização de massa dá lugar à organização ilegal, sectarizada e com a repressão, não se tem condições de reerguer o movimento.

Uma dessas tentativas é o apoio que Dyonélio Machado oferece em nome da ANL, aos candidatos da LEP nas eleições municipais de novembro de 1935, sendo um dos candidatos o advogado João Antônio Mesplé, dirigente do DEP da Aliança. Em carta do 3º Batalhão da Brigada Militar, local da prisão, Dyonélio faz uma declaração na esperança do retorno da ANL à legalidade e chamando votos aos candidatos da LEP:

A ANL, movimento de opinião essencialmente, não cuidou do aspecto eleitoral, tanto que se limitou apenas a se registrar como entidade civil. Isso não quer dizer que isso entrasse no seu programa disputar eleições. Oferece-se-lhe hoje a oportunidade dum pleito. Embora fechada nas suas sedes, em caráter provisório, até cancelamento “judicial” definitivo da sua inscrição, a ANL vive em todos nós, como expressão dum anseio geral de liberdade. Mesmo sem preparação eleitoral propriamente dita, estou certo que a um simples chamado aos seus aderentes, que são a enorme massa da população, concorrerão com o coeficiente respeitável duma força eleitoral livre e consciente. É necessário não malbaratar essa força. Antes, é preciso utilizá-la sabiamente, na construção das liberdades populares e dum regime melhor (CP, 14 de novembro de 1935: 09).

Dyonélio Machado é considerado erroneamente, um militar aliancista por Marly Vianna (1992: 167). Ele recebe uma carta de Roberto Sisson, referindo-se a questão de uma revolta popular. Sisson chega a citar Luiz Carlos Prestes a fim de estimular um movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, como mostra a passagem, num momento em que se busca ainda uma ampliação da organização da ANL:

Devemos trazer para a aliança muitos elementos sinceros que não são comunistas e não querem ser, devemos pensar que a revolução é de todos os brasileiros e que todos aqueles que a ela aderirem sinceramente a qualquer momento serão bem-vindos. (...) É preciso levar o espírito da revolta em todos os cantos e facilmente essas lutas degenerarão em lutas armadas que indicarão a maturidade da revolução. (...) A todos os companheiros do Rio Grande envio um apertado e fraternal abraço. Que todos se mostrem dignos de seu grande conterrâneo, o nosso general, que empossaremos à frente do governo popular nacional- revolucionário, dando exemplo a todos os povos oprimidos. Saudações antiimperialistas do Roberto Sisson (VIANNA, 1992: 167)

Entretanto, em vez de aumentar, os quadros aliancistas, na ilegalidade eles diminuem. Apesar de se falar em rebelião, o que se esperava em novembro de 35, no Rio Grande do Sul, não acontece. Exemplo disso é o despacho de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. O Governador Gaúcho responde com outro telegrama ao Governo Federal sobre o fim da “intentona extremista”, comunicando que “neste estado reina completa calma”(SOARES, 1985: 31). Pode-se dizer que houve uma tentativa de iniciar a quartelada no Rio Grande do Sul, no momento em que Eurico Assis Brasil compra uma passagem de avião, no Rio de Janeiro, a fim de partir para o Rio Grande do Sul, em 27 de novembro, porém não consegue embarcar devido à vigilância da polícia (SILVA, 1969: 439-440).

Assim, novembro de 1935 não acontece no Rio Grande do Sul, tendo apenas grande repercussões na imprensa (ver telegrama de Getúlio Vargas a Blesmann, presidente da Assembléia Legislativa sobre

o movimento subversivo, IN: “**Diário Oficial**”, de 30 de novembro de 1935: 01 a 03) e no Legislativo com manifestações de protesto contra os levantes do Nordeste e do Rio de Janeiro. Apenas tomam-se medidas preventivas oriundas de Flores da Cunha, Gal. Parga Rodrigues, comandante da 3ª Região Militar e Poty Medeiros (CP, 29 de novembro de 1935: 12). É neste momento que Flores da Cunha volta a dar apoio a Getúlio Vargas (Cortés, 1974: 69), num claro exemplo que as elites, também do Rio Grande do Sul, unem-se, esquecendo questões políticas menores, quando surge um “inimigo maior”.

Pelo lado aliancista, os acontecimentos de novembro representam uma surpresa, como demonstra Eloy Martins, ao ser questionado se no Rio Grande do Sul sabia-se da organização dos levantes e da atuação dos comunistas dentro da ANL gaúcha. Eloy responde:

- Não, ninguém sabia de nada... Aqui do partido, ninguém sabia de nada. Nosso partido ficou... completamente alheio... só se soube pelos jornais, pelas notícias. Não se tomou nenhuma atitude... só se tomou medidas depois do fato consumado. De solidariedade (Entrevista de 13 de janeiro de 1993).

3.2.5 - PCB e Tenentismo na ANL do Rio Grande do Sul

A ANL do Rio Grande do Sul, como no resto do Brasil, não é obra exclusiva de comunistas ou de oficiais ou praças com origem no movimento tenentista. A esquerda do Rio Grande do Sul, apesar da organização do PCB no estado não se restringe a ele, como demonstra reunião realizada pelos socialistas, em Porto Alegre e que organiza o Partido Socialista Rio-grandense através da Ação Nacional Socialista Brasileira, uma agremiação partidária com programa socialista brasileiro, sem seguir as “idéias importadas” de outros partidos, sem “raízes nas necessidades reais da nossa população” (CP, 1 de junho de 1935: 05). Outro exemplo é a publicação do Manifesto da Frente Popular pela Liberdade, criada no Rio de Janeiro, mas que procura substituir a ilegalidade da ANL (CP, 21 setembro de 1935: 13).

Essas organizações pequeno-burguesas, tem em seu interior pessoas que temem a radicalidade do PCB, mas que participam com entusiasmo da proposta reformista da ANL. Além disso, filiados à FORGS e a LEP, não pertencem ao PCB. Eles têm atuações na ANL, juntando-se aos “tenentes” que não pertencem aos quadros comunistas. As ligações da ANL com a LEP, ficam claras com a carta de apoio de Dyonélio Machado, lançada como “A pedido”(CP, 14 de novembro de 1935: 09). A relação da FORGS com a ANL, buscando novamente sua organização, apesar da perseguição policial, também é considerável. A primeira reunião preparatória da FORGS para organizar o 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul esclarece a relação. A sessão realiza-se na sede do DEP da ANL do Rio Grande do Sul (CP, 22 de junho de 1935: 07). No entanto, a ANL gaúcha tem sua forte base de apoio no PCB e no movimento tenentista.

3.2.5.1 - O PCB do Rio Grande do Sul e a ANL

Em 1935, o PCB ainda é um partido pequeno no Rio Grande do Sul, mas com uma atuação considerável no estado. O seu desempenho é demonstrado no relatório enviado ao Comitê Central, datado de 21 de maio, oriundo do Comitê Regional, justificando a baixa produtividade do trabalho no estado (TRINDADE, 1980: 219).

Na época, o PCB demonstra uma atividade maior no movimento sindical, porque participa também da FORGS, porém a maturidade política dos militantes e dirigentes ainda é restrita. No Rio Grande do Sul, permanece a diretriz obreirista nacional, porém o estigma contra os intelectuais é menor. A exemplo do centro do País, o conhecimento das condições sócio-econômicas locais é muito baixo. Assim, há mais agitação e propaganda, do que ativismo popular e sindical. O trabalho político e o desenvolvimento teórico, em geral é bastante débil. As condições concretas, no Rio Grande do Sul,

fazem com que o PCB busque aliados nas fábricas ou no campo, mesmo com a participação de setores da classe média ou que se aproximam devido ao descontentamento com o Governo Vargas e Governo Flores da Cunha.

Se a nível nacional o PCB vê a formação da ANL como uma forma de ampliar sua atuação política, no Rio Grande do Sul, frente ao atraso de organização do movimento, o PCB participa conjuntamente na criação da Aliança.

O Informe ao Comitê Central, escrito por Veloso, dá uma idéia da pequena estrutura do PCB no Rio Grande do Sul de 1935:

No Rio Grande do Sul, o Partido, não chegava a ter 100 militantes, acrescidos de uns 20 membros da JC, quase todos estudantes. A Federação Operária do Rio Grande (FORG), democrática, contava com o apoio de apenas 3 sindicatos da capital. Os outros estão desligados, são ‘ministerialistas’. O trabalho “anti-mil” apesar de precário, ia um pouco melhor. Em Porto Alegre, o PC tinha elementos “em vários batalhões do exército”, contava com alguns oficiais e praças da Brigada Militar e com uma célula da Juventude no colégio militar. Mantinha também ligações com o 8º BC de São Leopoldo, onde havia “um comitê no batalhão”, ligado a todas as campanhas e ao deslocamento da brigada, mantendo contatos em Santa Maria, Livramento, Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande. (VIANNA, 1992: 169).

A partir da direção de Roberto Morena, no início de 1935, o PCB se fortalece, integrando-se ao movimento sindical. Com a vinda de Agildo Barata para o Rio Grande do Sul, após contato com o major Carlos da Costa Leite, atuante no grupo “Anti-Mil” do Partido, a ANL conta basicamente com militância comunista, possibilitando, assim, uma melhor formação no estado (ROIO, 1990: 290). Agildo Barata relata esses primeiros momentos:

Ansiava por lançar-me pessoalmente no movimento, mas as ordens que recebia do Partido, ao embarcar, eram terminantes e eu não queria incidir em nenhuma indisciplina no começo da minha vida partidária... A ANL anunciara grandes demonstrações públicas em todo o Brasil para o dia 5 de julho de 1935, e, se as cousas continuassem como estavam no Rio Grande do Sul, certamente este estado não levaria sua contribuição às anunciadas demonstrações de julho. Foi nessa conjuntura que recebi uma ordem direta do Comitê Central do PCB para, se necessário, participar ostensivamente do movimento aliancista... Através de uma série de entendimentos preparatórios, já se havia composto uma comissão estadual provisória para convocar através de um manifesto, o povo gaúcho a cerrar fileiras em torno da ANL (1978: 237-238).

Nos primeiros momentos, o PCB é decisivo devido a sua organização em várias cidades do interior do estado. Ruy Duarte declara que, no período anterior ao lançamento oficial no Rio Grande do Sul, a primeira característica que avulta é a de ter sido a ANL do Rio Grande do Sul, desde às suas origens, obra do PCB através de dois de seus representantes ostensivos; Moésias Rolim e Agildo Barata, que são transferidos pelo Exército para o Sul” trazendo ordens do PCB para a fundação e organização de núcleos da ANL” (1978: 10).

O autor afirma ainda que para completar o vácuo existente no espaço político, surgiu então na extrema esquerda a ANL, aqui introduzida por membros do PCB, além de, mais tarde, aderirem “aqueles descontentes que se encontravam nos partidos tradicionais ou à sua margem” (Idem: 68). Afirma ainda que “o movimento aliancista foi estruturado desde as suas origens, por ordem do PCB, o que dá ao aliancismo gaúcho origens espúrias”(Idem:72), pelo fato de que não se tratou de um movimento político autêntico, surgido através de lideranças e motivações locais, mas ao contrário, foi aqui organizado devido à orientação explícita do Comitê Central do PCB” (Ibidem: 53). Ora, o que o autor afirma, não pode ser absolutizado ou visto de forma estreita, sob o perigo de concluir-se a partir de meia-verdade.

Se é certo que o PCB participa diretamente da organização da ANL, é falso concluir-se que é só por essa orientação que surge a Aliança no Rio Grande do Sul. Setores majoritários que se integram a Aliança não pertencem aos quadros do PCB ou consideram-se comunistas.

Com o surgimento da ANL, aumenta a possibilidade da conquista de seus anseios políticos. Dessa forma, a ANL no Rio Grande do Sul não tem um caráter espúrio, mas de um movimento legítimo, contendo amplos setores sociais onde os comunistas apenas direcionam melhor a política, devido ao seu maior nível de organização.

Se a ANL fosse apenas um desaguadouro de posições de extrema esquerda, a existência do PCB preencheria essa lacuna. Isso não acontece. A ANL tem participação do PCB na sua organização, mas é um movimento autêntico. Exemplo disso é que Dyonélio Machado só adere ao PCB após a sua prisão em julho de 1935, depois de estar a frente da ANL. Já, Apparicio Córa de Almeida, secretário-geral da ANL, sai da mocidade da Frente Única para aderir ao aliancismo, e não do interior do PCB, como Agildo Barata. A heterogeneidade política e social da ANL no Rio Grande do Sul, a exemplo de Brasil, é a característica principal do movimento no estado. O PCB adere e participa da criação da ANL para levar a Aliança à mobilização de massa com a intenção de dirigir o movimento, essa é a maior característica do PCB na sua relação com a Aliança, extrapolando os limites do Partido.

Com Exceção, de Moésias Rolim, que é gaúcho, mas acabara de retornar do Rio de Janeiro e de Agildo Barata, todas as outras lideranças são do Rio Grande do Sul. Portanto, eram lideranças autênticas. Os erros de Duarte acontecem quando procura deduzir generalizações das exceções. A ANL no Rio Grande do Sul não é obra exclusiva do PCB. No entanto, várias lideranças pertenceram ao Partido, além das lideranças nacionais como Luiz Carlos Prestes e Trifino Correa (nascidos em Porto Alegre e Rio Grande, respectivamente), de Ivan Pedro de Martins, mineiro, mas que vem morar no Rio Grande do Sul, e Benjamim Soares Cabelo, ex-líder do Partido Libertador em Livramento, todos são lideranças nacionais da ANL. Outros comunistas gaúchos destacam-se na Aliança: Isaac Akcelrud, Apparicio Córa de Almeida (entrou no PCB pouco antes da sua morte), João Augusto Mesplé, Abílio Fernandes (Pelotas), Japy Salgado Freire, Dyonélio Machado, Lucas Fortes dos Santos (Santa Maria), Santos Soares (Livramento), Deburgo de Deus Vieira (estudante de Direito) e Eloy Martins (Presidente do Núcleo dos Metalúrgicos) dentre outros.

Um capítulo a parte da história do PCB, nesse período, é a sua atuação após o fechamento da ANL. Se em outros estados do País o PCB hegenonizou a ANL para realizar os levantes de novembro, no RS, “os líderes do partido deram um soco na mesa e ignoraram as ordens para o levante”. O secretário-geral do PCB e sindicalista Roberto Morena “preferiu amargar durante toda a vida o estigma de covarde, mas, lucidamente, impediu que os comunistas se sublevassem contra Flores da Cunha” (VIANA In: TAVARES, 1985: 28). Segue-se o pensamento de Harry Berger que era contrário ao movimento “putchista”. A debilidade orgânica do PCB não consegue manter atuante os núcleos aliancistas na ilegalidade; não se mantém um movimento nos quartéis sem base popular.

3.2.5.2 - O tenentismo rio-grandense e a ANL

A luta de setores do Exército contra a LSN repercute direta ou indiretamente na ligação do movimento tenentista com a ANL no Rio Grande do Sul.

Tal fato pode ser ocasionado por dois motivos, ou seja, ou pela integração dos componentes do Exército que questionam a “Lei Monstro”, porém aderem ao movimento ou pelas transferências de Moésias Rolim do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul e de Agildo Barata, comandante da companhia do 8º BC, em São Leopoldo.

As proibições a que os militares sofrem para não participar de comícios e a conseqüente prisão de alguns deles, estimulam as reivindicações políticas que a ANL também efetua. A preocupação dos governos com essa questão que delimita os campos, desperta o elogio oficial às medidas coercitivas de Eurico G. Dutra quando se proíbem participações (**A Federação**, 4 de julho de 1935: 01). A oposição às medidas termina com o preceito constitucional de liberdade de participação política. (Ver também o telegrama de 12 de março de 1935 de Getúlio Vargas a Flores da Cunha. SC-AGV, 12 de março de 1935). Além disso, os vencimentos dos militares e a discussão em torno deles geram inúmeros protestos no Rio Grande do Sul.

O Ministro da Guerra determina que os oficiais e praças estão proibidos de pertencerem a instituições cujo ingresso necessite de juramento e obediência a credos ou indivíduos, além da “proibição aos militares de tomarem parte em manifestações públicas de caráter político” (**A Federação**, 25 de junho de 1935: 01). Impunha, também uma disciplina mais rigorosa nos quartéis, fazendo com que setores mais conscientes das Forças Armadas, oriundos do tenentismo e seguidores do prestígio de Prestes, quebrem a imposição da ordem, da lei e da disciplina.

Moésias Rolim é criticado por um editorial de **A Federação** quando ainda se encontra no Rio de Janeiro, ao censurar o projeto da LSN, no Clube Militar (8 de março de 1935: 01). Os críticos da LSN, assim, aproximam-se da ANL, participando de sua organização e de seus comícios, mesmo sob a iminência de demissão. Como no resto do Brasil, aqui no Rio Grande do Sul não é diferente. Vários oficiais participam dos DMPs da ANL, em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Além da transferência de Agildo Barata e Moésias Rolim, também vêm para o estado, o major Osvaldo Costa Leite e o oficial aliancista Renato Tavares da Cunha Mello (**DN**, 30 de julho de 1935: 01), estimulando à atuação da ANL na ilegalidade.

O comandante de 3ª Região Militar, instalada em Porto Alegre, general Parga Rodrigues, retorna à capital do estado em 26 de julho, após um período de férias no Rio de Janeiro. Ao chegar, faz várias declarações contra a ANL, considerando-a igual ao comunismo e declarando que “o direito político dos militares consiste, apenas, em votar e ser votado”(**DN**, 27 de junho de 1935: 14 e **CP**, 27 de junho de 1935: 06).

Em resposta, a secretaria do DEP da ANL lança um “a pedidos” sob o título “A ANL e as entrevistas do general Parga Rodrigues à imprensa de Porto Alegre”. A nota inicia afirmando que a Aliança “não é um partido político, é uma associação civil, cujos fins são insofismavelmente lícitos” e que “não é comunismo, nem mantém ligações de qualquer espécie com o Partido Comunista, ou outro qualquer partido nacional ou internacional”. A nota declara ainda, que o comunismo tem um caráter internacionalista, enquanto a ANL é “eminentemente nacionalista”. Por fim, baseia-se na Constituição para defender a participação de militares em seu movimento:

Isto posto, esta Secretaria, tendo em vista o que estatue o artigo 113, nº 12, da Constituição Federal, que garante a liberdade de associação para fins lícitos, protesta, por antecipação, contra qualquer coação que se venha exercer sobre os seus membros, quer militares oficiais e praças, quer civis, comutando todos os brasileiros dignos que se encontrem exercendo qualquer função pública a que, pelo respeito que devem a si próprios, respeitem os direitos dos demais (**DN**, 28 de junho de 1935: 05).

Os “tenentes” auxiliam a organização da ANL tanto a nível estadual (participando no DEP), como nas diversas cidades: Porto Alegre, São Leopoldo, Livramento, São Gabriel, Cruz Alta, Bagé, Uruguaiana, Pelotas e Santa Maria. Além de Agildo Barata, destacam-se Sylvio Porto Dias (Livramento), Hugo de Souza Silveira (Uruguaiana), Moésias Rolim (Pelotas), Almiro Ilgenfritz (Cruz Alta) e Felipe Viana e Prudente de Castro Jobim (Porto Alegre), os quais são presidentes da ANL nas cidades. Mesmo após a ilegalidade, o contato da Aliança com os militares continua, como mostra a Carta de Luiz Carlos Prestes ao major Osvaldo Costa Leite, em 23 de novembro, quando o líder nacional da Aliança alerta que “a ANL (...) está tomando todas as medidas práticas para orientar e realmente dirigir

a grande vontade de luta de todo o nosso povo”. Prestes pede o auxílio de Costa Leite para a insurreição programada, a fim de que ela se realize no Rio Grande do Sul também, afirmando: “creio que o senhor compreende suficientemente a nossa perspectiva e a importância de seu auxílio e que, portanto, colocará à nossa disposição os recursos de que dispõe” (SC-AGV, 35.11.25 :XX-32).

As ligações da ANL com os “tenentes” devem-se também pelo PCB, ocasionadas, em parte pelas vindas do Capitão Agliberto Vieira e do Tenente Benedito de Carvalho, do Rio de Janeiro, em setembro de 1935, momento em que se comemorava o Centenário da Revolução Farroupilha. Tanto o Capitão quanto o Tenente trazem materiais do PCB para o Major Costa Leite, posteriormente preso em Bagé (VIANNA, 1992: 165).

No entanto, a maioria dos “tenentes” aliancistas do Rio Grande do Sul, como no Brasil, não pertencem ao PCB. Assim, vê-se que boa parte dos cargos principais da direção da ANL no estado, como no resto do país, pertencem a oficiais oriundos do movimento tenentista.

3.2.6 - Composição social e principais lideranças da ANL no Rio Grande do Sul

No geral, a participação classista na ANL é da pequena-burguesia e do proletariado no Rio Grande do Sul. Porém, há exceções como a participação de comerciantes (pequenos e médios) e de fazendeiros em Uruguiana e Livramento.

No caso do Rio Grande do Sul, a ANL se organiza tendo alguns braços fortes, tais como os comunistas e militares, os estudantes, os sindicalistas e todo um conjunto de componentes dos setores médios (professores, advogados, jornalistas, engenheiros, corretores, farmacêuticos, contabilistas, médicos, escritores, além de organizações de mulheres e jovens). Essa ampla relação faz com que os comunistas também se integrem nos movimentos aliancistas.

A ANL rio-grandense participa, através de seus membros, da Comissão estadual Pró-Congresso Nacional da Juventude, cujas reuniões realizam-se na Sociedade Espanhola, na rua Andrade Neves, preparando o Congresso Nacional da Juventude a ser realizado no Rio de Janeiro. Numa dessas reuniões, a juventude gaúcha homenageia Mário Couto, advogado e membro do PCB, assassinado pelo governo Flores da Cunha, no início de 1935, durante as greves de janeiro. O mesmo questiona o poder oligárquico e a ordem imposta no governo de Getúlio Vargas e de Flores da Cunha. Isso faz com que, no final de uma das sessões, o estudante João Catulino Barreiro seja preso, devido ao teor do discurso que havia proferido bem como ao questionar a nomeação de alguns professores para a Faculdade de Direito (**A Federação**, 4 de julho de 1935: 02)

Alguns estudantes aliancistas, como Luiz Maluf, organizam-se na soltura de Catulino. As bandeiras levantadas identificam-se com o desdobramento do programa da Aliança, rumo a “uma melhoria de vida para a massa juvenil nacional e medidas assecuratórias de independência e liberdade no tocante à sua posição ante os problemas vitais da nacionalidade”. A Comissão Organizadora do Rio Grande do Sul é composta por Luiz Rosemberg, comerciante; Nelson Boeira Faedrich, desenhista; Evaldo de Alaron, jornalista; Ivo Reischmann, operário; Rosa da Costa, datilógrafa; Joaquim Emílio de Nascimento, guarda-livros; Dirceu Camargo, estudante de direito; Acélio Daut, preparatoriano; Antônio Merlo, estudante de medicina; Willybaldo Fetter, estudante de direito; Helmuth Eckat, estudante de engenharia e Luiz maluf, estudante de medicina (**CP**, 9 de junho de 1935: 14).

As mulheres ligam-se a ANL através da União Feminina do Brasil (UBF). A participação de Maura de Sena Ferreira no lançamento oficial da Aliança no Rio de Grande do Sul, é importante, pois ela apela às mulheres gaúchas a entrarem na ANL. Quando a Aliança torna-se ilegal, logo em seguida, a 19 de julho, também a UFB é fechada em todo Brasil, através do decreto nº 246. Flores da Cunha recebe um telegrama a 22 do mesmo mês, do Ministro da Justiça Vicente Ráo, por meio da circular 452.

O documento alega que a organização atinge o artigo 29, da LSN, pois atenta contra a Ordem Política e Social (**A Federação**, 23 de julho de 1935: 01); **DN**, 24 de julho de 1935: 02; **CP**, 24 de julho de 1935: 01). No entanto, a participação das mulheres na Aliança, pelo menos nas direções de núcleos ou DMPs inexistem. O predomínio masculino é quase absoluto no movimento aliancista e justificado pela cultura gaúcha dos anos 30, cujo conservadorismo prevalece e o machismo impede a participação das mulheres, visto que a “política é assunto de homem”.

Com os intelectuais, a atuação da ANL dá-se através do Clube de Cultura Moderna, no Rio de Janeiro, desde a legalidade da ANL, onde se concentrava a ação de escritores e poetas, na luta contra o fascismo. Porém, no Rio Grande do Sul, os aliancistas integram-se no denominado Centro de Cultura Moderna, organizando após o decreto de fechamento dos núcleos aliancistas, tendo à frente, antes de sua morte, o advogado Apparício Córa de Almeida. Com a ilegalidade da ANL, o Centro de Cultura Moderna torna-se esquadro dos intelectuais gaúchos que lutam contra o fascismo. Uma das principais adesões aliancistas é a de Dyonélio Machado, autor de **Os Ratos**, que logo propôs a mudança do nome para Centro de Cultura Moderna Apparício Córa de Almeida, em memória. Em carta endereçada ao Centro, Dyonélio mostra a importância da organização na luta contra o fascismo:

Conquanto, pelo obscurantismo, eu esteja muito longe de realizar um valor nos nossos meios culturais, mesmo assim, um esforço continuado e pertinaz em prol do desenvolvimento literário e científico do Rio Grande do Sul me habilita a aspirar um lugar no movimento renovador que agora se inicia. Daí o pedido que faço... de inscrever o meu nome entre os aderentes do Centro de Cultura Moderna em organização. Não podia ser mais oportuno o aparecimento de um movimento nesse sentido. Assistimos, no instante mesmo que a cultura atinge ao seu apogeu e realiza todos os milagres na esfera cada vez mais ampla das ciências de aplicação, a um encarnizado movimento retrógrado, estimulado e amparado pela cegueira da força bruta, levada a um paradoxismo ... Em toda parte forma-se uma brigada de choque contra a inteligência não contente com subverter a ordem jurídica e destruir as poucas conquistas democráticas alcançadas pelos povos através de uma luta que vem durando vários séculos, a onda fascista envolve no seu terrorismo armado os próprios interesses da cultura, exilando-a pela força (**CP**, 29 de outubro de 1935: 09).

Por ter um caráter de organização de massa, a ANL apresenta dificuldades em penetrar nos setores camponeses e assalariados rurais. Porém, como o Rio Grande do Sul é um estado predominantemente agrícola, esta realidade, aliada ao fechamento em fase organizativa da Aliança, impede que a ANL chegue a milhares de gaúchos moradores do campo. Mesmo assim, a característica nacional de heterogeneidade social na composição da Aliança, reproduz-se no Rio Grande do Sul.

Dos 141 nomes conhecidos das direções da ANL em 76 deles sabe-se a profissão (Ver anexo). É bastante diversa a composição aliancista no Rio Grande do Sul. Incluindo os setores militares, os pequenos e médios comerciantes, os estudantes, os profissionais liberais e a pequena-burguesia, há 60,5% de componentes, enquanto que o proletariado, comerciários, bancários, alfaiates, sapateiros, operários, gráficos e estivadores compõem 38,7%, restando apenas 0,8% para os grandes proprietários. Percebe-se então que o predomínio é dos setores médios que perfazem quase 2/3 da ANL gaúcha. Mesmo que não se identifique a categoria profissional de quase 50% dos dirigentes aliancistas conhecidos, pode-se constatar que a média nacional de predomínio pequeno-burguês na Aliança repete-se no Rio Grande do Sul.

Mesmo que indivíduos não façam a história como desejam, algumas lideranças auxiliam e contribuem para o enriquecimento do processo histórico. No Brasil, centenas de lideranças surgem com o movimento aliancista. No Rio Grande do Sul, não é diferente, pois várias dessas lideranças destacam-se, sendo possível ser resgatada parte de suas trajetórias de lutas na Aliança.

Dyonélio Tubino Machado, presidente do DEP, é um dos integrantes mais destacados na direção aliancista do Rio Grande do Sul. Médico, escritor e político, sendo um dos intelectuais e militantes mais

conhecidos do estado nos anos 30, sempre em defesa dos direitos democráticos, de liberdade para as massas e na luta contra o fascismo. Antes mesmo de integrar a ANL, Dyonélio destaca-se com publicação de várias obras.

Devido a sua grande cultura, profere conferências, atraindo dezenas de pessoas, a exemplo da atividade organizada pela Comissão Cultural da Federação Acadêmica de Porto Alegre, em maio de 1935 (**DN**, 10 de maio de 1935: 05).

O escritor também se preocupa com o social, atuando, como médico do Hospital São Pedro, onde conhece de perto a miséria humana. Mais tarde, liga-se à ANL e ao PCB, mas não em 1934, como afirmam Martins, 1989:56 e Marçal, 1986:79. É preso no Governo de Flores da Cunha (GRAWUNDER, 1990: VII e MADRUGA, 1986: 43). Pelo seu espírito de luta pela liberdade, após o fechamento da ANL, Dyonélio continua na dianteira do movimento. A lembrança de Eloy Martins, ao se referir ao dirigente da Aliança, logo após o fechamento da ANL é que:

Com o fechamento da ANL, nos reunimos quando tudo era desfavorável, para programar um protesto, nesse momento ele me disse: “companheiro, eles têm mais força, sabemos que somos pequenos, se tentarmos dar um tapa, cairemos, porém, em defesa da grandiosidade da nossa causa, temos que dar esse tapa” (1989: 56-57).

Graças a esse tipo de atitude, Dyonélio Machado é respeitado pelo operariado, trazendo para a ANL novos adeptos, mesmo de outras tendências. Assim, participava da organização popular tanto nos bairros como nas fábricas. Alguns dos núcleos da ANL de Porto Alegre contam com seu auxílio para se organizarem.

Dessa forma, devido à perspectiva de luta, logo após o fechamento da ANL, Dyonélio assume, em 17 de julho, a autoria do texto de um boletim que Bernardino Garcia distribui na Livraria do Globo, conclamando para uma greve de protesto por 24 horas. Além de assumir a autoria, acrescenta que convidara Bernardino para fazer a distribuição (**A Federação**, 18 de julho de 1935: 08). A delegacia da Ordem Política e Social solicita à Justiça Federal o enquadramento de Dyonélio no artigo 19 da LSN, juntamente com seu companheiro. Dyonélio, por esse ato, recebe a prisão preventiva pelo juiz Nei Wiedemann, sob a alegação de ter ferido o artigo da LSN:

Art. 19 - Induzir empregadores e empregados à cessação ou suspensão do trabalho por motivos estranhos às condições do mesmo.

Pena - de 6 meses a 2 anos de prisão celular (**A Federação**, 19 de julho de 1935: 02).

A partir da LSN, Dyonélio poderia ter sido preso bem antes, tendo em vista o artigo 20 que incluem o crime de direção de sociedade de qualquer espécie, cujo conteúdo se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social. A atividade da ANL possibilita tal atitude, mesmo que os líderes aliancistas não concordem. As classes dominantes rio-grandenses entusiasmam-se com a prisão dos “dois elementos indesejáveis”, como se pode notar pelo conteúdo da passagem, ao se referir a atividade “danosa” da ANL:

A ANL desenvolvia abertamente a propaganda extremista, tendo chegado a publicar um manifesto vermelho no qual incitava os operários brasileiros, amigos da ordem e do progresso, à greve geral em sinal de protesto pela medida saneadora das altas autoridades federais (**JM**, 19 de julho de 1935: 06).

Sem concessão do “habeas corpus”, impetrado por Apparício Córa de Almeida, Dyonélio é preso no 3º batalhão da Brigada Militar (**DN**, 19 de julho de 1935: 14). Em relação a sua condenação, Dyonélio, em suas memórias, faz uma afirmação decorrente, da sua falta de conhecimento, quando se refere ao enquadramento:

E, olhem não por querer me gavar, como diz o gaúcho, mas periga que eu tenha inaugurado aquele “estatuto” Não averigüei, nem mesmo me interessa saber (In: GRAWUNDER, 1990: 61).

O mesmo erro é repetido por João Batista Marçal, em **Comunistas Gaúchos** (1986: 79). Dyonélio Machado morreu em 1985, sem saber que, diferentemente do que ele acreditava, o primeiro brasileiro processado pela LSN foi o engenheiro José Pimenta Filho, preso em Ribeirão Preto, quando também distribuía boletins considerados subversivos, sendo incurso, por isso, no artigos 17,18 e 19 (**DN**, 19 de junho de 1935: 01). Além disso, Dyonélio sequer foi o primeiro gaúcho preso devido à LSN. O **Diário de Notícias**, logo após a decretação da LSN no Brasil noticia a prisão de Demétrio Silva, em Herval. Interrogado em Pelotas e transferido para Porto Alegre, ele foi recolhido à Casa de Correção e enquadrado no artigo 13 da “Lei Monstro” (**DN**, 11 de maio de 1935: 12).

Por outro lado, a prisão de Dyonélio não foi apenas por discordar do partido de Borges ou “não ter feito nada”, como afirmam algumas biografias sentimentistas (MADRUGA, IDEM: 43). Ele tornou-se perigoso e contrário aos objetivos políticos do Governo Flores da Cunha. Isso está demonstrado no item 11 do documento oficial esclarecendo o motivo de sua prisão e os “crimes” que cometera:

DECLARAÇÕES - Ouvido pelos Drs. Argemiro Cidade, Josino Brasil e Hermes Hervé, respectivamente, o Dr. Dyonélio Machado confessou:

- a) as suas atividades na ANL e na LEP.
- b) as suas ligações com o tenente Cícero Neiva, capitães Agildo Barata e Moésias Rolim, major Carlos Costa Leite e comandante Roberto Sisson.
- c) a presidência honorária de Luiz Carlos Prestes na ANL, justificando o entendimento daquele chefe comunista com a Aliança.
- d) o incitamento a uma greve de ferroviários, marítimos, chauffers e garçons, bem como a uma de gráficos na Livraria do Globo.
- e) o derrame de boletins “Pelo povo, por pão, terra e liberdade”, atribuído a Marciano Belchior Filho.
- f) a autoria da entrevista concedida à “Razão” de Santa Maria, em 20 de novembro de 1935, e em que se declarava que desejava para o operariado brasileiro um movimento que tivesse como paradigma a revolução russa (GRAWUNDER, 1989: 63).

O Sindicato Médico Brasileiro, e o Centro de Cultura Moderna apelam ao Governo Vargas para que fosse concedido o “habeas corpus” a Dyonélio. O pedido é concedido e formalizado em 22 de novembro de 1935: 16 e 22 de outubro de 1935: 17), sendo posto em liberdade na tarde do dia 23 (**CP**, 24 de novembro de 1935: 10). Porém, não demora para que volte à prisão, sendo transferido para o Rio de Janeiro, onde foi companheiro de presídio de Graciliano Ramos, dentre outros.

Outra liderança de destaque da ANL é o advogado Apparício Córa de Almeida. Inicialmente ele foi presidente do Grêmio da Mocidade da F.U., porém desliga-se por ofício (**DN**, 11 de junho de 1935: 04), buscando uma posição mais à esquerda. Desta forma assume a secretaria-geral da ANL no Rio Grande do Sul, colocando-se a frente dos protestos contra a nomeação de professores na Faculdade de Direito. No Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, todos se posicionam contra o Governo Estadual, devido a nomeação de catedráticos sem concurso público para a Faculdade de Direito (**DN**, 2 de julho de 1935: 03).

No mesmo dia do desligamento da F.U., em 10 de junho, Apparício assina um ofício do DEP da ANL, falando, sobre a nova organização que inicia atividades no Rio Grande do Sul. Depois da instalação e decretação da ilegalidade da Aliança e da prisão de Dyonélio Machado, Córa de Almeida participa ainda da fundação da Associação Jurídica do Rio Grande do Sul em defesa das liberdades dos cidadãos, de acordo com as leis constitucionais vigentes, independentemente de credos políticos e religiosos (**CP**, 20 de julho de 1935: 09). Certamente, o líder aliancista sabia que a luta continuaria,

mesmo que por caminhos jurídicos, com o fechamento da ANL. Além de Apparício, fazem parte da Associação os advogados aliancistas João Antônio Mesplé e Carlos Alberto Brenner.

A continuidade da luta contra o fascismo e em defesa da ANL culmina, em 13 de outubro de 1935, quando Apparício Córa de Almeida é assassinado com um tiro na cabeça, mesmo que a versão policial tenha dito que foi acidente (CP, 27 de novembro de 1935: 09). A “farsa do suicídio”, como afirma João Batista Marçal, é tão bem montada que “os advogados Alberto Pasqualini, Augusto Moreira Lima, Luis Soares Neto e João Antônio Mesplé, contratados pela família nada conseguem provar” (MARÇAL, 1986: 14-15). A morte de Córa de Almeida junta-se ao assassinato de Mário Couto (A **Federação**, 18 de janeiro de 1935: 08), demonstrando que, para o Governo de Flores da Cunha, as questões sociais e políticas são tratadas como caso de polícia, como já havia sido com Waldemar Ripoll, morto de 1934. No enterro de Apparício, João Antônio Mesplé fala em nome da ANL:

Não choremos os mortos. Porque tu não morreste, Apparício. Tu caminhas conosco. Fronte sobranceira. Braços erguidos; punho fechados. Gloriosamente. (CP, 15 de outubro de 1935: 05).

Também o capitão Agildo Barata Ribeiro, tem atuação de destaque na organização da ANL. Transferido do Rio de Janeiro para São Leopoldo, já pertencendo ao PCB, e antes de chegar à cidade do Vale dos Sinos, encontra-se em Porto Alegre, com Moésias Rolim e o responsável do PCB no Rio Grande do Sul pelo trabalho nos meios militares (BARATA, 1978: 236). Assim, desde que chega ao Rio Grande do Sul, inicia os trabalhos em auxílio à construção da ANL no estado. Além de participar da organização do DEP, faz parte da criação e da direção do DMP de São Leopoldo. A cedência do Teatro São Pedro pelo Governo de Flores da Cunha, também é resultado de seu trabalho, quando Barata utiliza de uma sorradeira estratégia para convencer o líder do PRL. Entretanto, pela sua atuação destacada na ANL, mesmo depois da ilegalidade, em 22 de outubro, é denunciado por Alceu Barreto, Procurador da República em Porto Alegre, como incurso na LSN, por divulgar boletim aliancista (HENRIQUES, [s.d.]: 369). Por esse ato, é preso e remetido novamente ao Rio de Janeiro. Lá torna-se um dos líderes dos levantes de novembro.

Além das três principais lideranças, vários outros nomes destacam-se no movimento aliancista no Rio Grande do Sul: Moésias Rolim, Presidente do DMP de Pelotas e membro do PCB, transferido do Rio de Janeiro pela oposição à ANL, sendo um dos mais ativos integrantes da Aliança e contribuindo, inclusive, pela organização do DMP de Santa Maria; Isaac Akcelrud, preso em 1935, quando era aluno da Brigada Militar (MARÇAL, 1986:13); Abílio Fernandes, tesoureiro da ANL de Pelotas, desde a organização do DMP; Japy Salgado Freire, secretário de DEP, após a ilegalidade da ANL vive na clandestinidade até 1936 (Idem: 51); Ivan Pedro de Martins, um dos fundadores nacionais da Aliança, autor da **Fronteira Agreste**, livro apreendido na ditadura do Estado Novo no Rio Grande do Sul, que passou a viver no estado após o decreto da ilegalidade da ANL (Ibidem: 83); Lucas Fortes dos Santos, um dos responsáveis pela instalação do primeiro núcleo da ANL, em Santa Maria; Santos Soares, líder aliancista em Livramento, onde organizou o movimento nacional-libertador nos bairros, sendo também, um dos responsáveis pela atuação da LEP, após a ilegalidade da Aliança, na cidade (Ibidem: 123); Pedro Wayne, autor de **Xarqueadas**, atuou na organização do DMP de Bagé; dentre vários outros anônimos que construíram o maior movimento de caráter popular na tentativa de transformar a estrutura latifundiária e o predomínio político das oligarquias no Rio Grande do Sul.

Esse movimento causa uma reação tão intensa nos setores tradicionais das elites rio-grandenses que a oposição à ANL no Rio Grande do Sul surge desde o Governo Estadual até organizações da sociedade civil dirigidas pela Igreja Católica ou pelos integralistas, como veremos a seguir.

4 - A OPOSIÇÃO À ANL NO RIO GRANDE DO SUL

Tenha fé no nosso povo que ele acorda
Tenha fé em nosso povo que ele assusta
(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Na medida em que a ANL vai se estruturando e se organizando em todo o Brasil, o temor dos setores conservadores também aumenta. A adesão de milhares de pessoas a um movimento que, além do caráter popular, propõe transformações nunca antes realizadas, fazendo com que as elites brasileiras se movimentem em todos os sentidos.

A discussão sobre a ANL passa a tomar conta do governo de Getúlio Vargas, da Câmara Federal, das Assembléias Legislativas Estaduais, das polícias, dos movimentos que disputam o mesmo espaço aliancista, tais como os integralistas, e a imprensa.

A repressão ao movimento da Aliança inicia com a entrada em vigor da LSN, cujo decreto menciona em seus artigos a possibilidade legal de perseguição e prisão aos “infratores”. No .h1

#

final de junho, no Rio de Janeiro, já se fala em instalação do estado de sítio com o argumento de avanço da propaganda “extremista” no País. O crescimento da ANL, por um lado, e da AIB, por outro tornam-se tão fortes, que o capitão Filinto Müller chega a confessar-se impotente para combater os aliancistas e os integralistas (CP, 25 de junho de 1935: 01) Porém, essa manifestação de fraqueza é rara. Na maior parte das manifestações oficiais, o Governo mostra-se sempre pronto a combater uma possível perturbação da ordem. Para isso é que conta com o apoio dos principais jornais do País e dos grandes partidos, bem como de suas representações nos legislativos.

No Rio Grande do Sul, as manifestações contrárias à ANL apresentam-se com o mesmo conteúdo do resto do Brasil. As oligarquias gaúchas passam de uma fase inicial de preocupação com o crescimento aliancista para um período de ataque frontal ao movimento, principalmente nos momentos anteriores e posteriores ao fechamento da organização.

Essa conjuntura de combates intensivos à ANL é o que se propõe abordar posteriormente, dando-se ênfase à posição do Governo Estadual, às discussões que ocorrem na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, à contrariedade por parte dos Círculos Operários e da Ação Social Brasileira (ASB), à oposição integralista e, por fim, ao tratamento que a imprensa gaúcha dispensa aos aliancistas.

4.1 - A ANL e as Elites Gaúchas na Câmara Federal

Toda luta de classes é uma luta política
(Karl Marx e Friedrich Engels)

Na Câmara Federal, A ANL passa a ser o tema dos debates entre os deputados que fazem parte da bancada gaúcha. Os governistas atacam o movimento e os integrantes da oposição colocam-se em sua defesa, mas apenas no momento de fechamento da Aliança.

Desde o início de 1935, a Câmara Federal, entre outras questões, discute o crescimento dos movimentos sociais e políticos no Brasil. A maioria dos deputados pedem constantemente ao Governo Vargas, maior combate ao “extremismo”, enquanto que a “Minoria Parlamentar” se posiciona em defesa das “liberdades democráticas” conquistadas pela Constituição de 1934. Não interessa aqui estudar essa

discussão, mas se deter nos momentos de fechamento da ANL e a participação de parlamentares do Rio Grande do Sul no debate.

No início de julho, o deputado do Partido Republicano Liberal, João Carlos Machado, pronuncia um forte discurso atacando à oposição e denunciando à “exploração “ que se faz em torno das comemorações do 5 de julho. No Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, o deputado gaúcho condena os “perigos do extremismo” e o crescimento dos movimentos:

Estamos a assistir aos mesmos fenômenos que se passam em países da velha civilização: estamos a assistir fenômenos de ordem social que não teriam motivo de se manifestar em nossa pátria, porque aqui não há miséria, porque o regime de liberdade em que vivemos, porque o desdobramento de nossas atividades podem dar margem a que todos os homens de boa vontade encontrem trabalho (...) neste instante, existem tendências subversivas que já não estão mais em estado latente, porque saíram do terreno da pregação das idéias para o da ação (...) (**A Federação**, 13 de julho de 1935: 03).

O deputado republicano liberal, no discurso, tenta demonstrar que o Brasil, frente à sua situação social, não tem razão de ter movimentos idênticos aos países “civilizados”, mas ao mesmo tempo, alerta que tais movimentos estão passando do terreno das idéias para o da prática. O pronunciamento gera um debate intenso entre Batista Luzardo, Barros Cassal e outros deputados, Veja-se:

- O Sr. Batista Luzardo - o meu nobre colega permita que o diga (...) V. Ex^a acaba de afirmar que o regime constitucional em que vive o Brasil está ameaçado.
- O Sr. Vespúcio de Abreu - tanto está que foi lido em tribuna manifesto comunista de Luiz Carlos Prestes.
- O Sr. Barros Cassal - Isso não ameaça regime algum, pois os adeptos de Luiz Carlos Prestes ainda estão no terreno das idéias.
- O Sr. Batista Luzardo - Daí as medidas e providências tomadas pelo governo: que são do domínio público, a fim de impedir essas manifestações. Pergunto agora: de onde partem essas ameaças?
- O Sr. Adalberto Correa - V. Ex^a sabe tanto quanto nós, e pensa que não temos a coragem de dizer de onde partem a ameaça? Partem dos extremistas que visam apenas conduzir o Brasil ao caos. Temos a coragem de afirmar, neste momento: as ameaças partem da “Aliança Nacional Libertadora” (**A Federação**, 13 de julho de 1935: 03).

Percebe-se que para os deputados governistas a ameaça parte exclusivamente da ANL. Apesar dos discursos referirem-se aos “extremistas”, os integralistas são poupados diretamente da acusação, mas os aliancistas são vistos como ameaça ao Governo Brasileiro. Os deputados varguistas condenam a participação de integrantes do Exército e da Marinha na Aliança Libertadora, por ser uma organização subvencionada pelo “ouro de Moscou”, e que atua no Brasil apenas para explorar as massas trabalhadoras. Dizem que a ANL é uma entidade comunista que se alastra pelo país, ameaçando as instituições republicanas.

Com o fechamento da ANL, a “Minoria Parlamentar” põe-se em defesa da Aliança. Porém, com exceção de poucos parlamentares que pertenciam realmente à ANL, os outros deputados da “Minoria” como João Neves da Fontoura e Batista Luzardo defendem a Aliança com o objetivo de atacar o Governo Vargas e o ato por ele praticado, mas não como uma adesão política ou ideológica ao movimento. A “Minoria Parlamentar” encaminha um requerimento à Câmara questionando o fechamento da organização aliancista e solicitando a presença do Ministro da Justiça, Vicente Ráo, para explicar a atitude do Governo.

Em 17 de julho, o deputado da Aliança Abguar Bastos pronuncia-se em protesto ao fechamento da entidade; João Carlos Machado faz um incisivo aparte afirmando que os deputados não devem se

deter em debate sobre o ato do Governo haja vista que o mesmo será examinado pela Corte de Apelação, que é o poder competente para falar sobre a legalidade da ANL. Além disso, alega que o fechamento da ANL ocorre pela propaganda subversiva (**A Federação**, 18 de julho de 1935: 01 e **DN**, 18 de julho de 1935: 01). No dia seguintes, outro deputado gaúcho, João Neves da Fontoura, fala sobre o fechamento da ANL, dizendo que a “Minoria” exige o comparecimento do Ministro da Justiça para que se comprove, com documentos, o envolvimento da ANL com Moscou, denunciado pela Chefia de Polícia do Distrito Federal. João Neves da Fontoura que não aderira à campanha de formação de uma frente única nacional contra os “extremistas”, no começo de julho, agora se posiciona em defesa momentânea da ANL:

O governo decretou o fechamento da ANL, sob o fundamento de que era um foco de programa subversivo, preparando, através de um plano organizado pela 3ª Internacional, a implantação do comunismo no Brasil. (...) Como delegado das oposições brasileiras que reclamamos do governo? Apenas isso: a presença do Ministro da Justiça ao Plenário da Câmara, para que se traga novas provas da afirmação oficial. (...) Dir-se-á que o assunto escapa momentaneamente ao nosso pronunciamento. A evasiva não pode ser mais pueril, pois trata-se de matéria essencialmente política. Diria, até, que é mais política do que qualquer outra, por se entender com o conjunto de garantias asseguradas à livre manifestação dos homens e das opiniões de cujo jogo depende a perfeição ou a negação do regime criado pela carta de 16 de julho. Para nós, como para a opinião Pública, a premissa oficial atenta com o programa da aliança. Este não é comunista (...) (**DN**, 19 de julho de 1935: 01).

Ao salientar a ANL, João Neves da Fontoura não defende idéias aliancistas, mas a liberdade de opinião da oposição, pois sabe que um possível retorno ao regime discricionário pode deixar sem voz tanto os “extremistas” como os contrários ao Governo Vargas. O discurso de João Neves da Fontoura faz com que ele seja acusado pelo deputado Raul Fernandes, alegando que aquele é a favor do extremismo, contra o governo e contra a opinião pública. Em consequência, João Neves da Fontoura é destituído da liderança da oposição na Câmara, sendo substituído por Otávio Mangabeira. A atitude mostra que a maioria da oposição começa a vacilar e, aos poucos, retiram a anterior e veemente defesa à ANL.

A partir desses argumentos, os deputados oposicionistas reúnem-se em sessão secreta, elaborando uma nota para esclarecer o “verdadeiro sentido” do discurso de João Neves da Fontoura. A “Minoria Parlamentar” declara então que não é compactua com as atividades políticas da Aliança, mas solidariza-se com ela no transe em que o Governo a colocou (**A Federação**, 24 de julho de 1935: 01). Os deputados da oposição recuam, sentindo a reação aos discursos que defendem, colocando-se apenas contra o fechamento da ANL, mas contrários ao movimento em si. Tal recuo se dá em função de negar perante a opinião pública qualquer vinculação dos deputados, seja com a Aliança, seja com o comunismo. A “Minoria Parlamentar” volta a se manifestar, desta vez através da palavra de Batista Luzardo, atacando o Governo Vargas, defendendo a livre organização da ANL e afirmando que a “Minoria” não tem ligação de qualquer ordem com a Aliança.

Na sessão do dia 24, João Carlos Machado profere outro discurso em defesa do Governo da República, questionando a inexistência de ligação da “Minoria” com os aliancistas e interrogando o tipo de democracia que defendem aqueles que querem a continuidade da ANL.

É preciso, Srs., pôr as coisas em seus verdadeiros termos: é preciso encarar os assuntos sem levá-los ao extremo. Parece que os nobres deputados da minoria, em virtude de um certo contato com o extremismo, contato que não sei até que profundidade vai, levam ao extremo as conclusões a que chegam. A verdade é que o sr. Getúlio Vargas entendeu necessárias as medidas tomadas. Isto não significa que s. ex. esteja vendo o país às portas do clássico abismo (...) noto divergências entre às declarações feitas pelo Sr. Batista Luzardo, de que a minoria não tinha ligações de qualquer ordem com a ANL (...) E é ainda com a verdade que quero deixar a tribuna sr. presidente, lembrando que o nobre deputado Batista Luzardo

falou em democracia. Reduto da democracia é aquele onde se respeitam os direitos, que aqui estamos para salvaguardar. Reduto da democracia é aquele onde a educação política é praticada pelo modo com que timbramos em olhar os nossos adversários. Reduto da democracia é aquele onde se permite que todos os interesses nacionais se desenvolvam, sem perigo de suas doutrinas subversivas que aí, estão, ameaçando solapar a nacionalidade, submeter-lhe os fundamentos (**A Federação**, 30 de julho de 1935: 03).

O objetivo do líder governista é claro: tentar uma ligação concreta entre a “Minoria Parlamentar” e a ANL, a fim de isolar a oposição e justificar ainda mais a atitude do Governo Vargas. No entanto, essa ligação não existe. Tanto que os caudilhos como Batista Luzardo e João Neves da Fontoura nunca pertenceram ou tiveram ligação com a ANL. Apenas permanecem em defesa da Aliança para terem motivos contra Vargas. Não defendiam os interesses libertadores, mas sim, os interesses de uma facção oligárquica gaúcha contrária ao Governo Federal. O mesmo acontece com Borges de Medeiros.

A partir desse contexto, o líder do PRR, que assumira uma cadeira na Câmara nos finais de junho, tem seu nome citado em ligações com a ANL. Os jornais do Rio de Janeiro, noticiam, em julho, que Borges de Medeiros e Arthur Bernardes estão envolvidos com a ANL, formando complôs contra o Governo Vargas, visando a derrubá-lo através de um golpe de força. Ao mesmo tempo, os periódicos cariocas alegam que a opinião pública está impressionada com a tentativa dos líderes da oposição em perturbar a tranquilidade do país, unindo-se aos “extremistas ligados ao comunismo” (**A Federação**, 23 de julho de 1935: 04).

O fato apresenta-se como mais uma tentativa de isolar a oposição oligárquica. Borges de Medeiros não tem e nunca teve nenhum vínculo ou simpatia pela ANL, pelo comunismo ou sequer pela esquerda. Antes de assumir a cadeira na Câmara, ainda em Porto Alegre, Borges de Medeiros responde, ao ser questionado sobre a intervenção do Estado na economia:

Na Rússia, o Estado é o único proprietário e o único capitalista, monopolizando a agricultura, o comércio e a indústria. Se não são esses exotismos o que se quer importar, então é forçoso que se deixe o campo livre às atividades individuais e que o Estado se limite a incentivar e fomentar a expansão econômica, acompanhando-a com a sua assistência técnica e financeira e, sobretudo, com a benignidade da tributação. Essa é a única intervenção oficial, compatível com o Estado democrático, em que a economia a si própria se dirige realizando a sua auto-organização segundo sábia fórmula socialista cristã: “à profissão organizada na livre associação” (**DN**, 28 de junho de 1935: 14).

Essa típica visão liberal afasta Borges de Medeiros de qualquer vinculação com a ANL. Ao chegar no Rio de Janeiro, declara à imprensa que o “extremismo no Rio Grande do Sul é uma balela”. Tal declaração obtém resposta imediata de Hercolino Cascardo: “o Sr. Borges de Medeiros está desambientado. Ainda bem que s.s. veio agora para o Rio” (**DN**, 05 de julho de 1935: 12).

Com exceção dos deputados aliancistas, em cuja bancada não há nenhum gaúcho, as defesas da ANL ocorrem na Câmara dos Deputados, representando momentos de disputas entre as frações das oligarquias. As manifestações dos deputados do Rio Grande do Sul são expressões desses embates, sendo que a defesa da ANL pela oposição, representa apenas a aparência da defesa da democracia que, extinguindo-se, pode atingir também a oposição oligárquica a Vargas. Os aliancistas não podem contar com esses setores na sua defesa, tanto que, com os acontecimentos de novembro, governo e oposição irão se unir para combater o “extremismo” da ANL.

4.2 - A ANL e a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Glória a todas as lutas inglórias, que através da
nossa história não esquecemos jamais
(João Bosco e Aldir Blanc)

Após a instalação da Assembléia Constituinte e a promulgação da Constituição Estadual, o Legislativo do Rio Grande do Sul retorna a ser uma Assembléia Ordinária. Passa-se, então, dos longos debates anteriores sobre questões teóricas referentes à nova Carta Estadual a um novo período. O momento se caracteriza pela discussão ideológica com ataques ao comunismo tanto pelos componentes da Frente Única Gaúcha (FUG), como pelos governistas do Partido Republicano Liberal. Assim, reflete-se também no Legislativo estadual o crescimento significativo da ANL e a política que começa a ser adotada pelo Governo Federal em combate ao movimento identificado como de esquerda e comunista. O “combate ao extremismo” faz com que ocorra uma certa aproximação entre os grupos opositores das oligarquias rio-grandenses, fazendo com que se caminhe para aquilo que se convencionou chamar, à época, de “pacificação do Rio Grande” (TRINDADE, 1980: 306-7). Com o temor do comunismo por um lado, e do integralismo, em menor grau, por outro, o governo de Flores da Cunha e a FUG começam a realizar várias negociações no Rio Grande do Sul (CORTÉS, apud PESAVENTO, 1980: 164).

Até o decreto de fechamento da ANL, as manifestações na Assembléia Legislativa são quase inexistentes contra o movimento. Os pronunciamentos feitos ficam mais generalizados contra o “extremismo”. Porém, após o 11 de julho, apoiados na decisão do Governo Vargas, os parlamentares gaúchos manifestam-se em diversas oportunidades contra a Aliança.

Por alguns momentos, repetindo atitudes da Câmara Federal, a FUG ameaça criticar, na Assembléia, as medidas adotadas pelo Governo que resultam no fechamento da ANL. Ainda, no dia 13 de julho, há rumores nos corredores da Assembléia referentes à fala do deputado Fay de Azevedo. Este recua e não realiza o pronunciamento, justificando que como o ato é uma medida do Governo Federal, o assunto deve ser debatido pelos representantes da minoria gaúcha na Câmara dos Deputados. Ao ser questionado a respeito da repressão do governo, Azevedo responde:

Como democrata e, portanto, anti-ditatorialista, só poderei aplaudir e apoiar em todos os terrenos qualquer repressão que encontre assento na lei e no direito. Combaterei, todavia, toda exorbitância legal, porque o desrespeito à lei é, precisamente, a maior e mais impressionante das propagandas extremistas (...) Sou, absolutamente, pela ordem política e social, contra ela da extrema-esquerda comunista ou da extrema-direita fascista. Penso, entretanto, e creio que assim devem pensar as classes conservadoras, que a melhor política contra os extremistas consistiria, justamente, em se ir de encontro das reivindicações legítimas e exequíveis dos trabalhadores, substituindo-se uma legislação social de fachada por uma legislação social eficiente e verdadeira. Fora dessa política, a reação policial, pura e simples, será inútil, quando não contraproducente (CP, 16 de julho de 1935: 18).

A posição do deputado do Partido Libertador é significativa para se entender o posicionamento da oposição rio-grandense. Ou seja, Fay de Azevedo deixa claro que qualquer proposta mais radical é subversão da ordem constituída, deve ser reprimida. Implicitamente a ANL está incluída na relação do deputado, mas, prudentemente, ele se omite, passando a responsabilidade do questionamento para os representantes da Frente Única na Câmara Federal. A posição dúbia é reflexo da vacilação entre ser oposição ao governo Vargas, conseqüentemente a Flores da Cunha, no estado, e o combate ao “extremismo” da ANL.

Se os representantes da FUG se omitem, os republicanos liberais se manifestam combatendo à ANL. Na sessão seguinte, os mesmos pronunciam-se sobre o fechamento da Aliança e defendem a atitude do Governo Federal. O discurso ocorre no dia 20 de julho, quando Alberto de Britto ataca veementemente a ANL, identificando-a como instrumento do comunismo, sendo com isso, justificada as medidas tomadas pelo Governo Vargas (DO, 22 de julho de 1935: 04-7).

Um dia antes a bancada da FUG reúne-se para se posicionar em função ao fechamento da ANL. Da reunião, decide-se apenas que os deputados frente-unistas intercederiam através de apartes. Dali em diante, a Assembléia apenas se manifestaria em defesa da Ação Social Brasileira (ASB), entidade que se destina a combater a ANL e o comunismo.

Alberto de Britto volta a se pronunciar em tribuna, dia 29 de novembro, logo após os levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro. O deputado da situação continua com o mesmo discurso anti-comunista e anti-aliancista, porém em defesa do Governo Estadual:

Sr. Presidente, srs. deputados, o povo brasileiro recebeu por entre manifestações do mais intenso júbilo cívico e patriótico a notícia de haver sido debelado o movimento sedicioso, a intentona criminosa que procurava fazer a ruína, a desgraça da pátria brasileira. Para alguns, se afigurava que nesse movimento iria alastrar-se pelo país inteiro (...) Esses que assim pensavam, sr. Presidente, manifestaram o mais completo erro de visão, desconhecendo os sentimentos do operariado brasileiro e as tradições do Exército Nacional (...) o povo brasileiro, absolutamente, não pode estar de acordo com os movimentos extremistas. Diante do seu fracasso, saibam uma vez por todas os adeptos da doutrina de Moscou que o Povo do Brasil, pelas suas tradições, pelos seus sentimentos, pelos seus pendores, pela sua história e pelo seu passado, não pode, absolutamente, estar ao lado daqueles que combatem o que temos de mais sagrado: Deus, Pátria e Família (In: TRINDADE, 1980: 344 a 347).

Como se percebe, mesmo não ocorrendo o Movimento de Libertação Nacional no Rio Grande do Sul, os acontecimentos do Norte e da Capital da República desdobram-se no estado. Em função disso, as articulações para aproximação do PRL com o PL e o PRR se aprofundam. Em dezembro, Raul Pilla propõe, então, “a união de todas as forças democráticas contra o extremismo” (PESAVENTO, 1980: 164). As elites do Rio Grande do Sul sabem que da união intra-oligárquica depende o sucesso para o enfrentamento do “inimigo maior”.

Na ausência de deputados aliancistas o Rio Grande do Sul não conta com discursos ou pronunciamentos na Assembléia Legislativa em defesa da ANL, como ocorre na Câmara dos Deputados. A composição conservadora do Legislativo gaúcho, com representantes exclusivamente dos partidos tradicionais, é um dos fatores de como a Aliança tem muito a crescer e se organizar para uma ação mais radical em relação ao governo e ao poder. É por isso que, ao menos no Rio Grande do Sul, os militantes da ANL e do PCB só ficam sabendo dos acontecimentos de novembro através da imprensa.

4.3 - A ANL e as Posições do Governo Estadual

Mas se você achar que eu estou derrotado, saiba que ainda estão rolando os dados porque o tempo não pára

(Arnaldo Brandão e Cazuza)

Durante a legalidade da ANL, o Governo de Flores da Cunha posiciona-se sempre de forma cautelosa diante do movimento aliancista, seguindo as diretrizes do Governo Federal. Como se expôs anteriormente, o Governo Rio-Grandense chega à ceder o Teatro São Pedro para a instalação oficial da Aliança.

A atitude do Governo Estadual frente aos movimentos operários e grevistas, ocorridos em 1935, é de intensa repressão. Em diversos momentos apela para dispositivos legais, como a LSN, a fim de conter as manifestações “extremistas”. Assim, o governo gaúcho atua no sentido de integrar a frente anti-comunista (PETERSEN e LUCAS, 1992: 415).

A reação da administração estadual acontece com a justificativa desta ser uma ação legal. O argumento da lei justifica a repressão e o uso dela serve para a “manutenção da ordem”. No relatório apresentado a Getúlio Vargas, em abril de 1935, Flores da Cunha demonstra a preocupação com o avanço do “extremismo” no Rio Grande do Sul:

No período conturbado e incerto que o mundo atravessa, a autoridade dos governos é a única segurança de liberdade dos cidadãos. Onde o poder público se enfraquece e periclita, a liberdade dos homens bons é a primeira vítima da violência dos demagogos e dos extremistas. A atividade destes últimos se tem feito sentir com mais frequência de algum tempo a esta parte, em nosso país. Organizações inimigas da ordem social e política vigentes, geralmente estipendiadas por estrangeiros, têm feito demonstração pública dos primeiros ensaios de sua tática de violência e intimidação. (...) O poder público, que não tem ciência oficial, deve permitir a propaganda de todas as idéias e convicções, quando feita pacificamente e desde que não aconselhe a violência como processo de reforma das instituições. Mas não pode permitir que a imensa maioria dos cidadãos tenha o seu trabalho e a sua segurança ameaçados por grupos extremistas de qualquer espécie, contra eles agirá, dentro da Lei, com o máximo de energia, reprimindo inflexivelmente todas as propagandas e tentativas subversivas (**A Federação**, 15 de abril de 1935: 01).

Num primeiro momento, o discurso ainda é contra os integralistas e aliancistas, porém, a preocupação maior dar-se-á evidentemente contra a ANL, devido ao crescimento do movimento.

Com o fechamento da ANL é que o Governo de Flores da Cunha manifesta-se publicamente com o respaldo do Governo Central contra os aliancistas. Em 20 de julho, Flores da Cunha concede entrevista coletiva à imprensa, antecipando que o governo lançará uma nota com precauções sobre as atividades extremistas no estado. Com relação à prisão de Dyonélio Machado, na oportunidade, responde que era uma exploração mesquinha daqueles que afirmavam que o Presidente da ANL no Rio Grande do Sul aderira à idéias extremistas devido à sua atividade, como médico, no Hospital São Pedro. Afirma que “todos aqueles que dentro do Rio Grande agirem como Dyonélio Machado, sofrerão guerra sem tréguas do governo, e para os mesmos não haverá possibilidades de acordo ou entendimentos” (**JM**, 20 de julho de 1935: 12 e **DN**, 20 de julho de 1935: 14).

No dia 22 de julho, o Governo de Flores da Cunha toma medidas em relação às atitudes extremistas, proibindo reuniões em praças públicas e alertando que, no caso de choques entre aliancistas e integralistas, não aguardará ordens do Governo Federal para a imediata repressão (**CP**, 23 de julho de 1935: 12).

Em seguida, o general Flores da Cunha manifesta sua opinião sobre os movimentos extremistas. Em 24 de julho, os “Diários Associados” remetem telegrama a Flores pedindo sua opinião sobre o integralismo diante da liberal democracia. Imediatamente o Governador do Estado responde com outro telegrama:

Tenho opinião conhecida sobre o extremismo da direita e da esquerda. Sou pela democracia e dentro da qual se pode encontrar solução adequada para a questão social. Ainda quando tenha lido nos jornais ameaças integralistas de se apossar com violência do poder, não vejo possibilidade de que isso venha a acontecer. Muito mais grave é, porém, a ação da ANL, que não consegue esconder propósitos nitidamente subversivos. Dentro deste estado, todas essas tendências exóticas, por não encontrarem condições apropriadas, estão destinadas ao mais fragoroso malogro. Quanto a mim, para ser sincero, declaro que, se me visse forçado a optar por uma dessas correntes de pensamento social e político, me inclinaria em favor do integralismo, por isso que ele prega e defende as idéias culminantes de Família, Pátria e Religião (**DN**, 25 de julho de 1935: 01).

A resposta de Flores da Cunha é um demonstrativo de como o Governo vê a ANL e a AIB. As simpatias pelos integralistas são evidentes. É nesse sentido que o Governo Estadual avança sobre a Aliança.

As disposições ofensivas de Flores da Cunha são uma amostra do que poderia acontecer caso o movimento aliancista prosseguisse, mesmo na ilegalidade no Rio Grande do Sul. A repressão é uma das armas que o governo conta, além da Polícia Estadual, através das delegacias da Ordem Política e Social, tendo à frente Poty Medeiros, que se torna o braço direito de Flores da Cunha no “combate ao extremismo”.

Desde que assume a Chefia da Polícia no Rio Grande do Sul, em 16 de abril de 1935, Poty Medeiros torna-se o principal responsável pela repressão aos movimentos populares no Rio Grande do Sul, depois de Flores da Cunha. O Governo Estadual mantém uma orientação que, na prática, resulta em tratar os casos sociais e políticos como caso de polícia. Poty Medeiros é uma companhia constante nos passeios de Flores da Cunha no centro da capital. Mas enquanto os principais chefes passeiam, a repressão não pára, garantindo a “ordem social”. Na posse como Chefe de Polícia, Poty Medeiros mostra como conduzirá o seu trabalho:

Num momento, como o presente, de apreensões e de incertezas, em que o mundo se contorce, sacudido por extremistas de toda sorte, por ideologias avançadas e antagônicas, cabe à polícia missão demarcada e notória, prevenindo os delitos e assegurando a estabilidade social, dentro da qual seja possível o convívio sereno e tranqüilo da grei humana na expansão sadia de toda atividade honesta (**A Federação**, 17 de abril de 1935: 02).

Dez dias após a posse, Poty Medeiros visita a Chefia da Guarda Civil de Porto Alegre, numa atitude que demonstra as diretrizes do Governo Estadual, num momento de precaução. Em 27 de junho, Medeiros retorna ao quartel da Guarda Civil, onde se realizam experiências com gás lacrimogênio e demonstrações de armas adquiridas nos EUA, visando ao preparo para a defesa da ordem. Polícia Estadual e Guarda Civil de Porto Alegre, em seguida, são os principais agentes da ação no fechamento dos núcleos aliancistas na capital do estado.

As medidas preventivas do Governo Estadual se aprofundam quando, em 2 de julho, a Chefatura de Polícia do Rio Grande do Sul, baseada no artigo 113, nº 11, da Constituição Federal e art. 126, nº 11, da Constituição Estadual, determinam que os promotores de comícios ou reuniões políticas em lugares públicos, devem dar aviso à autoridade policial, com antecedência de 24 horas (**DO**, 02 de julho de 1935: 15).

As ordens e medidas do Governo Estadual são efetuadas através da polícia, e sentidas pelos aliancistas não só com o fechamento da ANL no estado ou com a prisão de Dyonélio Machado, mas também com a constante vigilância a qualquer ocorrência. Segue-se, no Rio Grande do Sul, a orientação federal:

As polícias, tanto do Distrito Federal como dos estados, estão aparelhadas com meios de repressão moderníssimos, a fim de empreender qualquer ação contra os extremistas, tendo elaborado um plano de ação em conjunto, depois de consultados os técnicos no assunto e os governos dos estados. O plano estabelece que a polícia não fique em atitude pacífica, mas passe a uma ofensiva violenta contra os extremistas (**A Federação**, 22 de julho de 1935: 03).

A partir daí, a polícia do Rio Grande do Sul torna-se cada vez mais repressiva e vigilante. A exemplo disso, é a prisão de várias pessoas pertencentes a Sociedade de Brancos, Russos e Ucrânianos Luz, acusados de propagarem idéias comunistas. O fato ocorre em Porto Alegre, em 02 de agosto, sob o comando da Delegacia de Ordem Política e Social, com a apreensão também de jornais e correspondências, que por serem escritos em russo e procedentes de Moscou, são vistos como fortes sinais de que se tratam de comunistas (**A Federação**, 03 de agosto de 1935: 08).

Contudo, o Governo Estadual não age só pela repressão para conter o movimento aliancista, age, também, através da ação da Inspetoria Regional do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho que organiza o sindicalismo atrelado ao governo e que colabora na repressão do “extremismo”. Por outro lado, o Governo Estadual conta com o apoio do funcionalismo público na oposição à ANL.

O Estado gaúcho é composto por técnicos e burocratas oriundos dos setores médios da população e de outros que ascendem socialmente, tornando-se autoritários e corporativos. As posições mais à esquerda da Aliança incomodam tais setores que chegam ao aparelho de Estado, fazendo com que se encontre, na ANL, uma ameaça àqueles privilégios. Com o fechamento da Aliança dá-se uma reunião realizada na sede do Comissariado que organizava a Exposição Farroupilha, em 23 de julho. Na ocasião, o Clube dos Funcionários Públicos Liberais do Rio Grande do Sul lança um manifesto aos funcionários públicos da capital e do interior a fim de tomarem medidas de combate ao extremismo. O manifesto é assinado por Gaspar Uchoa, Dorval Lanotte, Oscar Martins da Silva, Januário Prates, João M. dos Santos, Napoleão Baltan, Francisco Ortiz Caminha, Cândido Porto, Antônio B. de Araújo, Rufino C. Lenhardt e Ernani Pamplona Corte Real, tendo o seguinte conteúdo:

Funcionários Públicos de todos os quadrantes do RS! (...) Ergue-se a voz autorizada da nossa maior associação política conclamando a reunir-vos em defesa de nossa causa. Sob a bandeira simbólica das tradições democráticas de nossa terra, em torno do poder constituído e da lei vigente, cerremos fileiras para o combate sem quartel ao extremismo corruptor. Não podemos assistir impassíveis, sem reagir na altura do nosso patriotismo e das nossas tradições, a esse movimento polimorfo e policromo de atividades deletérias que ameaçam nossas mais nobres conquistas de cultura e de progresso (...) o que o extremismo deseja e vãmente porfia por alcançar é o poder temporal para escravizar-nos a uma política infame em que o homem é simples instrumento de produção, sob um regime em que os fundamentos da economia cristã estão inteiramente invertidos e as instituições democráticas abolidas (...) Correligionários e colegas, formemos um bloco unido e inquebrantável sob o pátio de nosso clube

Republicano Liberal em defesa da ordem e da família rio-grandense. Pela paz e pela lei, unidos, invencíveis! Viva o Brasil - Viva o Rio Grande do Sul (CP, 24 de julho de 1935: 09 e DN, 24 de julho de 1935: 12).

O manifesto demonstra que o Clube dos Funcionários Públicos cujo presidente, no momento é João Maria Soares Jr. não tem qualquer independência frente ao Governo Estadual, sendo apenas uma entidade atrelada à sua direção política. A atitude de Flores da Cunha é de agradecimento, fazendo com que o Governador do Estado remeta um telegrama ao Clube: “Tenho satisfação agradecer valiosa solidariedade me reiterastes, nomes funcionários públicos liberais em face da campanha contra o extremismo. Saudações cordiais” (A Federação, 27 de julho de 1935: 02).

4.4 - A ANL e a Igreja Católica

Não há jamais movimento político que, ao mesmo tempo, não seja social (Karl Marx)

Nos anos 30, as idéias marxistas começam a se enraizar no operariado brasileiro que cresce e começa a adquirir consciência de classe. A urbanização faz com que se gere um processo de industrialização, refletindo numa maior utilização da mão-de-obra proletária. É nesse contexto que a Igreja Católica disputa os mesmos espaços com o PCB, ainda mais, com o surgimento e fortalecimento da ANL.

Tanto os comunistas como os aliancistas e os católicos, pela preocupação com a questão “social”, procuram o operariado para sua atuação. Os primeiros por serem expressão política do operariado; os segundos por terem acesso aos trabalhadores assalariados em sua base social.

A Igreja Católica, que no caso do Brasil, com o advento da República, perde a estrutura administrativa do Estado, procura nos anos 30, reconquistar sua hegemonia no pensamento intelectual da época e introjetar um projeto político e social junto ao operariado (DIEHL, 1990: 37). Quando surge a ANL, em 1935, os católicos vêem o movimento como uma expressão do comunismo. Com o crescimento e a adesão em massa ao movimento, no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica utiliza-se de duas frentes para combater os aliancistas e não perder seus adeptos: os círculos operários e a Ação Social Brasileira.

4.4.1 - Os círculos operários

Os Círculos Operários não são criados para combater o aliancismo no Rio Grande do Sul. Eles aparecem antes do surgimento da ANL, sendo que o primeiro se organiza em 15 de março de 1932, em Pelotas, sob à direção do Padre Leopoldo Brentano.

O objetivo dos círculos é combater o comunismo, além de congregar operários e sindicatos, prestando “assistência” aos trabalhadores (Idem: 58).

Com o aparecimento da Aliança, a Igreja Católica reaproxima-se do Estado. Este, por sua vez, incentiva a ação da Igreja com o intuito de neutralizar o crescimento da esquerda e o fortalecimento aliancista. O incentivo à organização circulista nos meios operários torna-se cada vez maior. O Círculo Operário Porto-Alegrense (COPA), criado em março de 1934, um ano depois já conta com dez núcleos na Capital e cinco mil sócios (LUCAS, 1981: 156). Como fortalecimento ideológico, os círculos operários editam o jornal **O Trabalho**, onde se expressam as opiniões mais aprofundadas da intelectualidade católica.

A partir do momento em que cresce a adesão dos trabalhadores e setores médios na ANL, os circulistas aprofundam seu trabalho de organização pelo interior do Rio Grande do Sul, aumentando o confronto ideológico dos círculos operários no combate ao comunismo.

Em 14 de julho, por ocasião da fundação do Círculo Operário, em Minas do Butiá, vários oradores falam dos perigos pelos quais passam os operários que aderem ao “extremismo”. O acadêmico de direito, João Abs de Cruz conclama os operários a se posicionarem contra as “falsas teorias que serão a sua ruína”. Rinaldo Tagliari, segundo secretário do COPA, pede aos trabalhadores presentes que jamais manchem suas mãos de sangue na conquista de seus direitos, pois há mecanismos legais a recorrer. Afirma ainda que o Governo Estadual está de olhos atentos para aqueles que “ganham o seu pão honesto” e que constituem “a força e o progresso do Rio Grande”. O acadêmico Augusto Cesar Leitão ataca o programa da ANL, relatando ao operariado de Minas o “plano” descoberto pela polícia carioca, onde a Terceira Internacional prepara a tomada da capital da República. Por fim, discursa Olinto Alves, dizendo que só o programa do Círculo é que pode salvar os operários que estão imbuídos de teorias comunistas (**JM**, 16 de julho de 1935: 10).

No mesmo dia, em Boa Vista do Erechim, funda-se o Círculo Operário da cidade. Na ocasião, o advogado Henrique Córdova faz uma exortação à classe operária do município, solicitando afastamento dos ideais extremistas e união em torno do Governo Municipal (**A Federação**, 30 de julho de 1935: 08 e **JM**, 18 de julho de 1935: 02). Ainda, em 14 de julho, organiza-se o Círculo Operário de Passo Fundo. Ali, o representante do COPA, João Latuada, considera que sem a colaboração dos círculos o Ministério do Trabalho não conseguirá implantar a legislação trabalhista de acordo com os ensinamentos das encíclicas “Rerum Novarum” e “Quadragesimi Anno”. Além disso, afiança que os círculos operários são um antídoto contra a concepção errônea do marxismo que infeliz e assustadoramente graçou nos meios trabalhistas (**DN**, 19 de julho de 1935: 03 e **JM**, 19 de julho de 1935: 08).

Em 19 de julho se instala o Círculo Operário Leopoldense que se torna um dos mais importantes do interior do estado, tendo como objetivo principal combater as idéias comunistas nos meios operários.

A medida em que os núcleos aliancistas são fechados, os núcleos circulistas se ampliam. A integração entre Igreja Católica, Governo do Estado e operariado passam pela ação do circulismo no combate ao comunismo e à ANL. As declarações de militantes dos círculos são expressões de que o inimigo do tripé é o comunismo, sintetizado no momento, pela ação da ANL. É nesse sentido que o seguinte editorial, sob o título “Organização eficaz”, de **A Federação**, elogia o trabalho dos círculos operários no Rio Grande do Sul:

Ao bom senso, nunca escapou a idéia de que a verdadeira, a possível, a humana felicidade social pode ser conseguida fora dos moldes do comunismo (...) Ao reino de Lenine, que concretiza a organização da miséria geral, pode-se opor o reino da economia organizada com o ato de prevenir a miséria das classes desfavorecidas. É uma das fórmulas mais eficazes até agora postas em prática para a obtenção desse objetivo, consiste na adoção dos círculos operários, como tivemos oportunidade de ver nos esquemas traçados pelo seu infatigável e benemérito autor, o padre C. Brentano (...) Sob a direção, nenhum homem assalariado passará privações, mas ao contrário, gozará do supérfluo sem ficar exposto às explorações do Estado, como procede atualmente na Rússia. O autor dessa política realista de felicidade e cooperação, bateu na tecla que era necessário despertar. Agora possuímos um instrumento capaz de resolver o problema econômico dos desprotegidos, sem que com ele seja posta abaixo a necessária hierarquia social, econômica, intelectual, sem cujo espírito nenhum povo poderá viver (13 de agosto de 1935: 01- 2).

Assim, o Estado retribui o apoio dado pelo circulismo no combate ao “bolchevismo” e incentiva a realização do 1º Congresso de Círculos Operários do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no Teatro São Pedro, em outubro de 1935. Na sessão de encerramento, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, D. João Becker, em discurso suntuoso, critica a Rússia e elogia a Itália numa demonstração de aproximação da ideologia católica com teses de caráter fascista:

Tive a sorte de apreciar vários discursos, repassados de sentimentos cristãos, proferidos por eloqüentes operários. Passaram aos meus ouvidos quais hinos magníficos ao trabalho e à Pátria. O mundo moderno, para solucionar os problemas mais empolgantes de sua vida, acha-se diante de um dilema: cristianismo ou bolchevismo. Outro caminho não há para escolher. O bolchevismo não somente quer dominar nas repúblicas soviéticas da Rússia, mas pretende estender seu domínio a todas as nações do mundo civilizado. O Estado, cuja finalidade deve consistir em procurar o bem comum da sociedade civil, transforma-se na prática comunista, em tirania e despotismo cruel, que priva os cidadãos de seus direitos naturais (...) Resta pois seguir o caminho tradicional que o cotidiano nos traça (...) Sirva-nos de exemplo, neste particular, a Itália Fascista. O grande duce Mussolini, numa circular dirigida, há pouco, a todos os diretores escolares, recomendou com as seguintes palavras a introdução do Novo Testamento nos estabelecimentos de ensino: todos os professores e mestres de escola devem explicar esse precioso livro às crianças e cuidar que elas decorem as passagens mais formosas. É o mais importante de todos os livros, o mais necessário de todos os livros, porque é divino (...) A chave do problema social, não somente quanto aos operários, mas também com referência aos que dão trabalho, achamos que está nos ensinamentos da Igreja (...) Sejam, portanto, defensores dos maiores bens da nação, os quais consistem na tranqüilidade social, na ordem pública, na fraternidade brasileira. Amparemos a legítima autoridade, concretizada no supremo magistrado da nação, da mesma maneira respeitemos o egrégio governador do nosso Estado. Ambos, não somente por serem ilustres filhos do nosso Estado, mas principalmente, por sua alta benemerência, merecem nosso devotamento e profunda consideração (In: PETERSEN e LUCAS, 1992: 443 a 446).

A longa e necessária citação mostra ainda que para D. João Becker a manutenção da ordem social passa pelo combate ao comunismo numa integração entre operários, patrões, Igreja e Estado. Os círculos operários devem ser os mediadores entre os católicos, os governos e o operariado. Por isso, o combate ideológico ao comunismo é essencial, como é a oposição à ANL, enquanto existente, haja vista que para a Igreja a Aliança é um desdobramento do comunismo.

4.4.2 - A Ação Social Brasileira (ASB)

A Igreja e os intelectuais católicos não se contentam apenas com a ação dos círculos operários. É preciso uma organização que aprofunde o confronto ideológico contra o comunismo e o aliancismo, sendo necessário deter a qualquer custo, o avanço da esquerda no Rio Grande do Sul.

Dois dias antes do lançamento oficial da ANL no Rio Grande do Sul, o **Correio do Povo** noticia, pela primeira vez, que pessoas de Porto Alegre se preparam para lançar um movimento contra as idéias extremistas. No dia seguinte, surge a nota:

Noticiamos ontem que elementos destacados de todas as organizações partidárias cogitam de fazer forte campanha contra a propaganda de idéias extremistas. Altas autoridades eclesiásticas tem se manifestado com simpatia a respeito do movimento prontificando-se a coordenar elementos que possam auxiliá-lo. Uma das providências que os organizadores tomarão, de início, será o lançamento de um manifesto (04 de julho de 1935: 03).

As altas autoridades eclesiásticas tem por trás a inspiração do arcebispo D. João Becker, o mentor intelectual do movimento. O **Diário de Notícias** fala, na edição de 12 de julho, que a campanha iniciada tem “o objetivo de neutralizar e combater a infiltração de doutrinas extremistas” e conta com a participação de “elementos destacados de nossos círculos culturais e políticos”. Esses elementos “destacados” intitulam-se como a intelectualidade católica de Porto Alegre, composta por advogados, professores e deputados.

D. João Becker utiliza o argumento da “pacificação política” do estado para convencer os integrantes dos partidos tradicionais (PRL, PRR e PL) a unirem-se contra o “inimigo comum”, ou seja,

o comunismo. O arcebispo, nos primeiros momentos, age na surdina, não deixando transparecer que está diretamente por trás do movimento. No entanto, em diversas oportunidades, os dirigentes do PRL e da FUG, nos primeiros dias de julho, visitam o chefe da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, mas as reuniões preparatórias se dão na casa de Armando Câmara, de onde surgem as primeiras confirmações de um movimento que “deve cerrar fileiras em defesa das bases cristãs da sociedade”. Na reunião do dia 11 de julho, fica decidido que o redator do manifesto é Armando Câmara e que o conteúdo do documento deve dar ênfase à oposição a idéias extremistas, opondo uma barreira à invasão de doutrinas materialistas extremadas que tendem a subverter o regime social, constituindo a base centenária da sociedade brasileira (**DN**, 12 de julho de 1935: 14).

Essa nova “frente única” começa a ter o apoio de liberais, libertadores e republicanos, tanto que D. João Becker, antes de “dar corpo à idéia” solicita e consegue o apoio de Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Raul Pilla (**JM**, 13 de julho de 1935: 01). Na mesma edição, o **Jornal da Manhã** lançou um artigo de Souza Gomes sob título “Em Frente-única contra o extremismo”:

As “demarches” que estão sendo realizadas por elementos sociais de real destaque entre nós, liderados pela figura austera e prestigiada da maior autoridade cristã do Rio Grande - o arcebispo D. João Becker - tendem em reunir em frente-única, formando uma barreira inexpugnável, todos aqueles que, independentemente de idéias políticas, desejam conservar intacta as suas tradições de respeito à ordem e de culto à integridade da família e da pátria (...). Já que não se pode medir a intensidade da destruição do veneno que o extremismo inocula nas veias do povo, tomar-se-ão preventivamente medidas drásticas capazes de anular no nascedouro os efeitos terríveis do tóxico social. E nenhum meio de ação mais eficiente para reduzir a endemia bolchevista às suas proporções de miséria moral do que esse que vem esboçando em nosso meio e que consiste em orientar todas as correntes partidárias no mesmo sentido de combate ao inimigo comum (...) A união de todos contra a invasão do micróbio bolchevista é uma necessidade que a higiene moral está a proclamar em altos brados. Combatemos a praga (**JM**, 13 de julho de 1935: 04).

No mesmo dia, o deputado liberal Decio Martins Costa afirma que a FUG combate toda e qualquer doutrina extremista, seja o comunismo de esquerda ou o integralismo de direita, mas dá ênfase no manifesto que vai ser lançado, pois o mesmo “combate energicamente o comunismo” (**DN**, 13 de julho de 1935: 12). Percebe-se assim, a partir das declarações iniciais sobre o movimento que se organiza que, apesar do discurso contra o “extremismo”, o alvo principal ainda é o comunismo. No entanto, nesse momento, o que alarma os setores conservadores do Rio Grande do Sul não é o fortalecimento do PCB, mas a grande adesão à ANL, identificada pelos católicos como porta-voz do comunismo soviético.

D. João Becker não se manifesta à imprensa, mas lança, em meados de julho, uma carta pastoral chamada “O futuro da nação brasileira”, expondo suas idéias sobre o momento político e social:

O que todos nós desejamos, em primeiro lugar, é certamente a tranquilidade e a paz em todo o território rio-grandense. (...) Quem salvará a humanidade? O comunismo russo que pretende demolir os ideais mais nobres e o qual, apesar de certo progresso material, deve proclamar a falência dos seus métodos e sistemas? Quem salvará o nosso povo? Quem salvará o Rio Grande do Sul? É Jesus Cristo, o pontífice máximo; o construtor das pontes internacionais que ligam os povos entre si, das pontes que devem unir todas as classes da nação brasileira (**CP**, 16 de julho de 1935: 18).

A pastoral mostra que a salvação não passa pelo comunismo, mas pela conciliação entre as classes. A carta do arcebispo coincide com o objetivo central do movimento que vem se concretizando e que, em 18 de julho, recebe seu primeiro nome: Ação Social Brasileira (ASB). Assim, consolida-se em Porto Alegre um movimento que visa a se expandir pelo interior do estado e pelo resto do País.

Edgard Carone afirma que a ASB, de D. João Becker, é o último movimento de origem fascista que surge durante o apogeu do integralismo, almejando iniciar uma ação violenta contra o comunismo (1976: 203). Hégio Trindade considera que a repressão desencadeada pelo Governo Nacional toma forma mais branda quando é realizada por setores da sociedade civil. Aqui se insere, na visão do autor, a criação da ASB, significando uma reação do grupo intelectual, católico e politizado do Rio Grande do Sul (1980: 221).

Entende-se que, apesar da tentativa de negar uma vinculação com o “extremismo” de direita (integralista), a ASB centra-se além do combate ao comunismo, na defesa de três pilares básicos da sociedade cristã: Pátria, Família e Religião. Essas bases são justamente as mesmas defendidas pelos integralistas. Sendo assim, seus ideais programáticos apresentam poucas diferenças. Nesse sentido, a ASB junta-se ao Estado no combate ao aliancismo, surgindo justamente quando a repressão à ANL é desencadeada com maior violência, culminando com o seu fechamento.

O manifesto da ASB é divulgado em 21 de julho nos principais jornais de Porto Alegre, apresentando entre outras questões:

Ao Rio Grande e ao Brasil - A questão social não é uma simples “questão de estômago”, como afirmaram Marx e Engels. Na sua gênese, na sua interpretação, nas doutrinas que procuram solucioná-la, sobreleva o fator espiritual, a causa ideológica. (...) Essencialmente, o problema social é a expressão aguda do conflito milenar de duas filosofias da vida: o espiritualismo e o materialismo. Encontra este a sua realização social, política e econômica mais coerente e lógica no comunismo; exprime-se aquele, socialmente, nos quadros da ordem cristã(...) A questão social pode e deve ser encarada à luz de uma mais profunda e humana interpretação doutrinal que lhe ofereça soluções mais equilibradas, razoáveis e justas. Essa interpretação dá a doutrina social cristã (...) Na crise nacional que atravessamos, a neutralidade, em face dos dois sistemas sociais acima apontados seria criminoso(...) Estamos com a doutrina social cristã(...) Para este combate pela civilização e pela prática, ameaçada pela barbárie comunista, apelamos para todas as forças vivas da nação, a fim de que integrados na Ação Social Brasileira, realizarem este programa de luta por uma mais perfeita justiça na ordem social do Brasil (CP, 21 de julho de 1935: 17; JM, 21 de julho de 1935: 05; A Federação, 22 de julho de 1935: 03 e DN, 21 de julho de 1935: 20).

No programa defende-se: a solução dos problemas sociais e econômicos de acordo com os “postulados da sociologia cristã”, através da defesa dos princípios fundamentais que estruturam a ordem coletiva e a Constituição Federal; o combate a toda atuação direta ou velada do comunismo, agindo, junto aos poderes públicos, na repressão enérgica e imediata da “infiltração do imperialismo soviético na vida nacional”; a luta pelo reparo das injustiças de ordem social e econômica; a concretização das “soluções razoáveis e oportunas” que a Constituição Federal e a legislação do trabalho oferecem à questão social e à remoção dos males criados pelo conflito entre capital e trabalho e explorado pela propaganda comunista”; o não envolvimento da ASB em pleitos eleitorais quando “estes não interessarem diretamente a defesa dos princípios fundamentais que a orientam” e, o último item versa sobre a exaltação do sentimento de brasilidade sem o prejuízo do culto da solidariedade cristã que imana dos povos.

No manifesto-programa da ASB fica claro o combate ao comunismo, mas fica implícito o ataque à ANL quando se refere a “atividade velada do comunismo”. O manifesto é assinado por Armando Câmara, José Luiz Martins Costa, Roque Degrazia, Adroaldo Mesquita da Costa, Felix Contreiras Rodrigues, Amadeu De Oliveira Freitas, Décio Martins Costa, José Pereira Coelho de Souza, Augusto Meyer, Armenio Marcario, Carlos de Britto Velho, Francisco Machado Carrion, Adalberto Câmara, Ivaro Magalhães, Ruy Cirne Lima, Luiz Abs da Cruz, Ernani Fiori, Ary de Abreu Lima, Victor de Britto Velho, Elias Cirne Lima, Ivo Waldemar Romero, Frederico Falk, Armando Dias de Azevedo e Dámaso Rocha. Mas, o principal organizador do movimento é D. João Becker que, por motivos políticos, não pode se expor e não assina o documento.

A criação da ASB terá resultados imediatos. Um dia depois do seu lançamento, o Governo Estadual, através de **A Federação**, publica um editorial em defesa da entidade:

As palavras contidas no brilhante manifesto são incisivas e claras e os pontos abordados no sucinto e fecundo programa de ação, constituem uma maravilhosa síntese da vitalidade social (...)A ASB é um movimento de reação e defesa. Combaterá as idéias extremistas em todos os seus redutos, para que o comunismo russo não estenda em nosso país as suas garras sangrentas e nefastas, para a dissolução da família e da sociedade, do patrimônio público e da propriedade privada. Oportuna foi a sua organização e imprescindível vinha se tornando um programa de ação articulado e eficiente para o combate ao extremismo de Moscou. O povo brasileiro vem assistindo inquieto, nos últimos tempos, os efeitos da propaganda das idéias de Lênin em nosso país, que estão se intensificando dia-a-dia em proporções assustadoras.(...) A ASB tem seus frutos banéficos no seio deste povo (...) A ela todos devem dar o seu apoio e emprestar sua colaboração, porque assim fazendo zelam pela unidade nacional, defendem a família e a sociedade, enaltecem as tradições e a história, exaltam o sentimento de brasilidade e resguardam a propriedade privada contra a sede de ambição dos que pretendem transformar o Brasil, num campo de concentração comunista, para a conquista e destruição da América (**A Federação**, 22 de julho de 1935: 01).

Se o Executivo apóia o movimento, o Legislativo mais ainda, até porque a ASB conta com deputados na sua composição. Por isso, na sessão do dia 23 de julho, os deputados Coelho de Souza, do PRL, e Adroaldo Mesquita da Costa, do PRR, discursam sobre o programa da ASB. O primeiro deles solicita a inserção do manifesto da Ação nos anais do Legislativo (**DO**, 24 de julho de 1935: 04 e 06). Situação e oposição unem-se no combate ao “comunismo” da ANL e votam unanimemente, aprovando a inserção nos Anais da Assembléia. No dia seguinte, **A Federação** elogia os discursos no Legislativo:

Os oradores que se fizeram ouvir na Assembléia dos Representantes, dirigiram as suas brilhantes e patrióticas palavras ao grande movimento social (...)Agora são representantes do povo na Assembléia do estado, traduzindo o pensamento das duas correntes políticas opostas do rio Grande, que se pronunciam à respeito, apelando para o Rio Grande e para o Brasil no sentido de ser criada uma frente social dentro das fileiras da ASB.(...) E o que mais nos enche de satisfação e de ufania é podermos presenciar este espetáculo soberano(...) dos homens público do Rio Grande. Colocando acima dos interesses partidários a causa comum da pátria, lançam-se numa luta santificadora, esquecendo rancores e malquerências, prevenções e desconfianças, banhados todos pelo mesmo ideal de brasilidade (...) (**A Federação**, 24 de julho de 1935: 01).

Contudo, os líderes católicos do Rio Grande do Sul desconhecem a existência de outra entidade com nome de Ação Social Brasileira, também chamada de Partido Nacional Fascista, fundada anteriormente no Rio de Janeiro.

Em 24 de julho, o presidente da entidade carioca solicita a D. João Becker que retire a questão da ordem jurídica, supondo que o arcebispo ignorasse a existência da ASB do Rio de Janeiro (**DN**, 25 de julho de 1935: 01). Quando se estruturava em sede própria, na rua Sete de Setembro, em Porto Alegre, surge a necessidade de mudança de nome. Nesse momento a ASB organiza os profissionais liberais e o proletariado, justamente nos setores que a ANL mais conta com adeptos nas suas bases.

No último dia de julho, ainda com o nome de ASB, a organização realiza a sua primeira reunião pública, apresentando as normas de ação ao operariado no “combate eficiente ao comunismo russo” (**A Federação**, 01 de agosto de 1935: 01 e 02).

Em 2 de agosto, o **Jornal da Manhã** divulga um editorial sob o título “Missão de saneamento”, elogiando a ASB e defendendo “governos fortes” a fim de impedir a “transusão do sangue comunista”.

Era a expressão de como a entidade recém-criada tinha um papel ideológico importante, segundo os setores conservadores do Rio Grande do Sul, no combate ao comunismo(p.04).

Na segunda semana de agosto, a ASB muda o nome para Ação Brasileira de Renovação Social (ABRS), mantendo como ponto essencial de seu programa: “o combate as idéias comunistas que a Rússia soviética pretendo inocular por todos os meios em nosso país”. A ABRS passa a se organizar em vários bairros da capital e pelo interior do Rio Grande do Sul, buscando atuar no mesmo campo em que se encontram os aliancistas. A desestruturação da ANL significa o ápice do movimento criado pelo arcebispo D. João Becker, mas ao mesmo tempo, o seu esgotamento, uma vez que se centra num anticomunismo que perdia, cada vez mais, a base social em decorrência da repressão à ANL. Por outro lado, a ABRS apresenta um limite, como se observa na passagem:

A luta anticomunista esposada pela ABRS sob a chancela de arcebispo não poderia ultrapassar os limites do paternalismo assistencial, do embate ideológico visando à neutralização das idéias anticatólicas e do recurso legal para a recuperação dos males sociais (ISAIA, 1992: 225-226).

Além disso, os Círculos Operários, já exerciam seu papel, pois são criados muito antes que a ASB cujo crescimento inicial não se sustenta. Isso leva a Ação a figurar num curto espaço de tempo. Por outro lado, os Círculos Operários mantém-se até os anos 60, quando surge o Serviço Social da Indústria (SESI) (DIEHL, 1990:115).

4.5 - A ANL e o Integralismo

Passagem desbotada da memória
Das nossas novas gerações
(Francis Hime e Chico Buarque)

Em 1935, a simpatia de integrantes do Governo Vargas pelo nazismo e pelo fascismo são evidentes. A Ação Integralista Brasileira, fundada em outubro de 1932, cresce cada vez mais, chegando em torno de duzentos mil inscritos. No entanto, o Ministro de Guerra, Goés Monteiro, afirma que o “esforço de expansão deve ser respeitado”. Marly Vianna considera que se deve muito ao integralismo a grotesca campanha anticomunista que ganha corpo de 1934 em diante, e que é encampada pelo governo (1992: 107-108). A partir do crescimento do fascismo no Brasil nasce seu oposto: a ANL.

Se o ano de 1935 é marcado pela ANL, não são menores os conflitos entre aliancistas e os integralistas. Se os primeiros pedem “Pão, terra e liberdade”; os outros evocam “Morte à democracia liberal “ (VIANA, In: TAVARES: 1985: 29).

No caso brasileiro, o fascismo local recebe o nome de integralismo e seu crescimento é facilitado perante à crise vivida pelo bloco de poder dominante e pela disponibilidade ideológica das camadas médias. Com o II Congresso Nacional da AIB, em Petrópolis, em março de 1935, os integralistas optam pela conquista do poder através da via institucional, estabelecendo uma maior aproximação com a burguesia e com os setores oligárquicos, mas também com o catolicismo conservador. Por sua vez, a dificuldade do proletariado que adere ao marxismo, em compreender a natureza do integralismo e a forma de enfrentá-lo, facilita a sua expansão no Brasil (DEL ROIO, 1990: 230 a 232).

No caso brasileiro, uma característica fundamental do fascismo integralista é o seu crescimento apoiado na Igreja, em especial a Igreja Católica. Porém, essa situação não se restringe exclusivamente ao Brasil:

É verdade que, na América Latina, a direita tradicional (especialmente onde se apoiava na Igreja) simpatizava facilmente com a direita européia, cada vez mais levada a aliar-se com o fascismo (...) Aqui

e ali nasceram também movimentos de extrema direita baseados no modelo fascista, como ... os integralistas de Plínio Salgado no Brasil (...) (HOBSBAWN, 1987: 267).

No entanto, no Brasil, se houve a defesa pelo integralismo da Família, de Deus, da Pátria e do corporativismo sindical, além do ataque ao semitismo, idêntico ao da Europa, o maior destaque dá-se ao anticomunismo e à luta ideológica contra o socialismo. Hégio Trindade aponta as três maneiras com isso se dava na situação brasileira:

O anti-socialismo manifesta-se de 3 maneiras na ideologia integralista. Na primeira mais comum entre os teóricos integralistas, socialismo e liberalismo são considerados expressões de uma mesma concepção filosófica: o materialismo. Na segunda, o socialismo e sua estrutura sócio- econômica são consideradas concepções ligadas às doutrinas “fragmentárias” do século passado e superadas pela experiência fascista “integral”. A terceira, enfim, pretende, através de um anticomunismo primário, provocar o medo ao comunismo entre os militantes integralistas (1979: 239).

O primeiro item, na citação, é bastante utilizado pelos doutrinários integralistas, tentando confundir o operariado e os setores médios ao colocar num mesmo plano tanto os comunistas como os liberais, tanto os capitalistas quanto os comunistas. Plínio Salgado diz que “o materialismo histórico é o código pacato da burguesia capitalistas” (1993: 12). Gustavo Barroso se refere ao liberalismo e ao comunismo como “doutrinas de traição nacional e de decomposição social, destinado a destruir a religião, o princípio de autoridade e a idéia de pátria” ([s./d.]: 41). No manifesto de Outubro de 1932, o documento afirma que o integralismo busca “livrar o operário e a pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão do comunismo”. Porém, no caso, a ênfase se dá no primeiro ponto apresentado por Hégio Trindade:

O comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com o agravante de reduzir todos os padrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia. O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem e a coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira (1982: 11).

No Rio Grande do Sul, a AIB surge mais tarde do que no centro do País. Mas, nas eleições de 1934, obtém votação expressiva em 44 dos 83 municípios que existem no Estado, tendo boa aceitação em Novo Hamburgo, Cachoeira, Boa Vista do Erechim, Caxias e Montenegro (TRINDADE, 1980: 217-218).

Com o surgimento dos aliancistas no estado, os conflitos existentes no Brasil passam a ocorrer também aqui. Com a estrutura da ANL, os integralistas entram em combate cerrado, através da imprensa, contra o aliancismo. A expansão do integralismo se dá na zona colonial, justamente onde a ANL não consegue penetrar, com exceção de São Leopoldo.

O Governo de Flores da Cunha trata os integralistas com transigência, tanto que, a exemplo do Governo Vargas, as sedes da AIB permanecem abertas e suas atividades acontecem normalmente. Porém, após o surgimento da ANL, cada passeata ou comício integralista é acompanhado dos protestos aliancistas, gerando por diversas vezes, conflitos e confrontos de armas de fogo.

As posições do governo do PRL mudam quanto acontece o atentado integralista em São Sebastião do Caí, em fevereiro de 1935. Um grupo da AIB ataca a polícia local durante a realização de um comício, matando dois policiais da guarda municipal. Para o Governo Estadual, a atitude integralista coloca-os “fora da lei” (**A Federação**, 28 de fevereiro de 1935: 01).

O Governo do Estado, que já havia questionado o integralismo através do editorial “A Inquietação do Sr. Plínio Salgado”, perguntando porque os integralistas eram contrários à aplicação da LSN, passa a uma atitude de maior ofensiva a AIB, a partir dos acontecimentos de Caí (**A Federação**, 05 de fevereiro de 1935). No editorial, “Pano de amostra”, a **Federação** demonstra a atitude do PRL frente aos acontecimentos:

Esse extremismo verdoengo que aí anda, cedo deu o fruto rubro do seu ódio esverdeado à sociedade que o tolerar na fase divertida e exibicionista das passeatas e da propaganda (...) O atentado de S.S. do Caí, preparado com armas de guerra e levado a campo sob a capa traiçoeira de uma simples e pacífica concentração, veio bem evidenciar a capacidade altamente criminosos desses elementos pretensamente regeneradores (...) Assim, no livro do Sr. Plínio Salgado, intitulado “- Que é integralismo?”, - poder-se-á responder no pé da letra, entre as vinhetas das armas de guerra, da fuzilaria e do sangue, como uma ilustração característica e simbólica: “- É o caso do Caí” (...) (28 de fevereiro de 1935: 01).

Apesar dos graves acontecimentos e dos discursos, o Governo Estadual nada faz contra os integralistas, pois estes são aliados no combate ao comunismo. Assim, os integralistas continuam com a liberdade de agir dentro da ordem, realizando passeatas, comícios e encontros, mesmo com as ameaças de Flores da Cunha, dizendo que “agora tudo mudou de figura”.

No início de março, Plínio Salgado remete um telegrama a Flores da Cunha, solicitando garantias para as manifestações das idéias integralistas. O Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Dario Crespo, responde, esclarecendo apenas que não serão mais permitidas aos “camisas verdes” as “atividades criminosas” que “os colocam fora da lei”. Para o Governo Estadual, desde que as manifestações sejam pacíficas, os integralistas podem continuar se organizando (**A Federação**, 4 de março de 1935: 01).

Alguns dias depois, os integralistas publicam na “Secção Livre”, do **Correio do Povo**, sob o título “Que é o integralismo”, o Manifesto de Outubro de 1932. A publicação é justificada como necessária para fazer frente à tentativa de desvirtuamento da doutrina integralista em face dos acontecimentos de São Sebastião do Caí (8 de março de 1935: 13).

No editorial de **A Federação**, de 8 de maio, o PRL afirma que Plínio Salgado é “um caso de polícia” em consequência das críticas que o líder integralista faz contra Getúlio Vargas pela decretação da LSN. No mesmo dia, no **Correio do Povo**, a Chefia Provincial do Integralismo, no Rio Grande do Sul, publica um comunicado mostrando a nova estrutura da AIB em face da LSN, a qual passa a funcionar como partido político e centro de estudos e de cultura. É a partir dessa nova estruturação que os integralistas gaúchos reforçam o movimento para o enfrentamento contra os aliancistas (**CP**: 07).

O confronto ganha maior dimensão, apesar da ANL estar apenas iniciando sua organização no Rio Grande do Sul, com o conflito ocorrido em Petrópolis, no Rio de Janeiro, a 9 de junho, por ocasião do 2º Congresso Nacional dos Integralistas, quando morre o operário aliancista Leonardo Candú. A nível nacional, a ANL declara guerra de morte ao integralismo. O DEP da ANL rio-grandense, recém-organizado, remete um telegrama de solidariedade ao DNP, manifestando-se contra o ato praticado pelos “sectários do imperialismo”, e questionando o destino do integralismo, caso chegue ao poder. O telegrama diz ainda que o ato serve de incentivo para o combate aliancista na defesa da libertação nacional (**DN**, 12 de junho de 1935: 03). A ANL, assim, nasce no Rio Grande do Sul, em meio a um conflito com o integralismo.

Dias depois, o chefe Provincial da AIB no estado, Dario Bitencourt, concede entrevista à imprensa, abordando os fatos ocorridos em Petrópolis e justificando a atitude integralista em face de supostas ameaças dos aliancistas que seus líderes teriam sofrido nos dias anteriores, a fim de que não fizessem propaganda nos meios operários (**DN**, 16 de junho de 1935: 05).

No dia 18 de junho, a AIB gaúcha lança o “A pedidos” contra a Aliança, intitulado “A ANL é uma máscara do comunismo”. No documento, os integralistas citam trechos da carta de Luiz Carlos Prestes a Herculino Cascardo, argumentando que o documento é uma prova de que a Aliança é comunista, portanto, “o integralismo é a única tábua de salvação que as famílias brasileira encontram para se livrarem do comunismo”. A declaração cita ainda a opinião de Tristão de Athayde, alegando que a ANL é “uma máscara do comunismo para agir à vontade”, por isso, os chefes de família, os que amam a Deus e à Pátria devem decidir-se pelo integralismo, enquanto ainda é possível (DN: 06).

No mesmo dia, no **Correio do Povo**, outro “A pedidos” da AIB é publicado, sob o título “Falsos Nacionalismos - a Internacional Comunista ordenou que em todas as pátrias o movimento comunista afivelasse a máscara do nacionalismo”. O manifesto é enfático contra ANL:

A Internacional Comunista determinou aos seus adeptos dos países chamados semi-coloniais que adotassem, por tática, a propaganda nacionalista e de combate ao “imperialismo”. Recomendou ainda que fomentassem o espírito da discórdia entre os pretos e os brancos. Recomendou ainda que aderissem a todas as correntes liberais (...) Eis porque, no momento presente o Nacionalismo que acaba de ser proclamado pelos comunistas, deve ser repellido, por todos aqueles que amam a Pátria (...) Brasileiros do Rio Grande do Sul: - Sejam Republicanos liberais ou frente-unistas; sejam católicos, protestantes, metodistas, batistas, espiritistas, teosofistas, etc.; sejam homens do campo ou das cidades; sejam comerciantes - pequenos ou grandes - e industriais, ou militares, marujos, estudantes, operários e soldados; sejam fazendeiros ou estancieiros; sejam jornaleiros ou pertencentes às profissões liberais; entre a Ação Integralista Brasileira e a ANL não pode haver neutralidade - ou se admite as idéias de Deus, Pátria e Família e deve-se ingressar no Integralismo; ou não se admite, quando, necessariamente, faz-se o jogo dos comunistas (09).

O sectarismo do documento procura dividir a sociedade gaúcha em defensores do comunismo ou aliados do integralismo, acusando a Aliança de ser uma máscara do comunismo. Apesar das críticas ao integralismo, quando se colocam em defesa do “liberalismo” e da “democracia”, as oligarquias rio-grandenses irão buscar justamente na AIB os mesmos argumentos para combater a ANL. Por outro lado, numa atitude de reciprocidade a AIB continua a publicar livremente seus manifestos contra a Aliança.

Em 23 de junho, mais um “A pedidos”, denominado “Pão, Terra e Liberdade” é publicado pela AIB do Rio Grande do Sul. Utilizando-se da palavra de ordem da ANL, os integralistas usam o anticomunismo para afirmar que na Rússia um operário precisa trabalhar 17 horas para obter o alimento que um operário norte-americano obtém em 4 horas; na Rússia, a terra é do camponês, mas a colheita pertence ao Governo e, que a liberdade não existe na Rússia porque acaba de ser decretada a pena de morte para crianças acima de 12 anos. Assim, conclama os operários a abrirem os olhos diante da ANL, que “fala com a mesma linguagem que os bolchevistas de 1917”, ou seja, ameaçando”: “Tereis de trabalhar 17 horas para comer mal. Podereis ter a terra mas nunca o fruto da terra. Vossos filhinhos serão condenados à morte”. Por fim, os integralistas bradam:

Operários! Vosso lugar é com os vossos companheiros que AOS MILHARES já estão no INTEGRALISMO. Só o INTEGRALISMO dará PÃO, TERRA e LIBERDADE.
Sem DEUS não há justiça, logo não há pão.
Sem PÁTRIA não há direitos para os nacionais, logo não há terra.
Sem FAMÍLIA não há dignidade humana, logo não há LIBERDADE.
SÓ O INTEGRALISMO DARÁ PÃO, TERRA E LIBERDADE, EM NOME DA JUSTIÇA DE DEUS, DA HONRA DA PÁTRIA E DOS DIREITOS DA FAMÍLIA! (CP: 10).

O anticomunismo dos integralistas é primário e mitificador, mas assusta diferentes segmentos sociais, pois trabalha em cima do atraso político e do sentimento religioso. Ao identificar a ANL com o

comunismo, prepara-se o caminho para justificar o futuro fechamento da entidade e a repressão aos aliancistas. Por isso, o Governo de Flores da Cunha tem no integralismo um aliado de primeira grandeza.

A sede da AIB do Rio Grande do Sul fica em Porto Alegre, na rua Sete de Setembro. Ali se organiza toda a ação na capital e a direção dos trabalhos para o interior. Quando mais a ANL se fortalece, mais os integralistas atacam a Aliança. No dia do lançamento oficial da ANL no estado, os integralistas lançam uma nota na imprensa, aconselhando aos “camisas verdes” a não comparecerem a reuniões públicas de outras organizações partidárias ou políticas, principalmente comunistas. O recado é para “prevenir futuras explorações”, mas o significado real é o receio de que a participação na atividade da ANL pudesse ser fator de abandono da militância política integralista, haja vista que ambas as organizações disputam o mesmo espaço político.

Em 9 de julho, um grupo de “camisas verdes” manda publicar um “A pedidos”, mostrando parte do “Plano Vermelho” de destruição do regime que **O Globo** publicara no término de junho. No final do documento, mais uma vez, após relacionar a ANL com o comunismo, solicita aos “brasileiros do Rio Grande do Sul” auxílio para “combater o comunismo”, enquanto há tempo (**CP**: 07). Em seguida, o chefe provincial, Dario de Bitencourt, é substituído provisoriamente por Anor Butler Maciel, porém nada muda no teor dos ataques ao aliancismo. Em 16 de julho, o **Correio do Povo** divulga o artigo de Plínio Salgado, “Nós e os escravos de Stalin”, mandado publicar pela AIB. No documento, faz-se uma comparação entre o integralismo e o comunismo: “o comunismo é uma cópia servil. O integralismo é uma doutrina original (...) comunismo precisa ocultar-se sob a máscara do ‘nacionalismo’. O integralismo não usa máscara: fala claramente o que quer” (07).

Após o fechamento da ANL, o governo de Flores da Cunha, através da Chefia de Polícia, ameaça o fechamento das sedes da AIB, independentemente das ordens do Governo Vargas, caso a medida seja necessária. Além disso, a polícia proíbe os comícios e os desfiles públicos integralistas, determinando, também que as reuniões na sede provincial ou nos núcleos devem ser comunicadas às autoridades policiais com antecedência de 24 horas para que seja providenciada segurança. Contudo, no Rio de Janeiro, chega a notícia de que Flores da Cunha fecha as sedes da AIB no Rio Grande do Sul (**DN**, 20 de julho de 1935: 01). Em seguida, na “Secção Livre” do **Correio do Povo**, os integralistas respondem, negando o fechamento e atacando mais uma vez a ANL:

A Ação Integralista vem sofrendo da parte dos seus inimigos, ocultos e manifestos, uma campanha de difamação dos seus intuitos, tendente a nivelá-la a coligação dos partidos comunistas, conhecida por Aliança Nacional Libertadora. Os comunistas, visam o poder pela força. Apesar da sua máscara de pacifismo eles pretendem, subverter a ordem social e o gesto do presidente da Aliança Nacional Libertadora, ateando a greve, é um desmentido às alegações dos comunistas de que no Brasil, querem agir dentro da ordem (23 de julho de 1935: 07).

Depois desse manifesto, em 3 de dezembro, os integralistas voltam a atacar a ANL, divulgando outro “A pedidos”, logo após os acontecimentos do Nordeste e do Rio de Janeiro. Ainda nesta edição, o **Correio do Povo** reedita o artigo “A atividade comunista no Brasil” de autoria do Monsenhor Nicolau Marx, quando se procura reiterar o caráter comunista da ANL. Esta é o último manifesto que os integralistas lançam em 1935, criticando os aliancistas. Repete-se a estratégia iniciada desde os primeiros momentos do nascimento da ANL, ou seja, identificar a Aliança como uma organização comunista a serviço de Moscou (09).

A habilidade com que a AIB consegue falsear o caráter da Aliança, auxilia na repressão do movimento e no afastamento das massas do quadro aliancista. Por outro lado, o combate integralista à ANL faz com que, no Rio Grande do Sul, a AIB se fortaleça. Por sua vez, enquanto a ANL declina na ilegalidade, o integralismo realiza o Primeiro Congresso Provincial do Rio Grande do Sul, no Teatro São Pedro, cedido pelo Governo do Estado, nos dias 20 e 21 de outubro de 1935, com ampla liberdade

de atuação. A partir deste ato, constata-se a retribuição de Flores da Cunha aos serviços prestados, desaparecendo a ameaça anterior de fechamento das sedes integralistas.

4.6 - A ANL e a Imprensa Gaúcha

O que é, exatamente por ser tal como é, não vai ficar como está (Bertolt Brecht)

Em 1935, Porto Alegre conta com quatro grandes jornais que circulam em todo o interior do Rio Grande do Sul: o **Correio do Povo**, de propriedade da família Caldas Júnior, **A Federação**, órgão central do Partido Republicano Liberal em que Flores da Cunha toma parte, o **Jornal da Manhã**, de propriedade de Yngelo Flores da Cunha e que segue a liderança de Assis Brasil e o **Diário de Notícias** que pertence aos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand. Todos esses periódicos apresentam, naquele ano, uma característica em comum: a defesa das oligarquias tradicionais ou “classes conservadoras” como se chama à época, o apoio às medidas do Governo Vargas e ao Governo Estadual e ao combate aos “extremismos”, principalmente dos comunistas, em geral, bem como dos aliancistas, em particular.

Fernando Jorge escreve **Cale a boca, jornalista!**, mostrando o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. Se fosse escrito um livro sobre a imprensa gaúcha, em 1935, o título poder ser **Abra a boca, jornalista!**, pois os “mandões” da política no Rio Grande do Sul através do Governo Flores da Cunha e dos partidos tradicionais, resguardavam na imprensa o seu principal ponto de apoio ideológico e de propaganda contra os aliancistas.

Ciro Marcondes Filho escreve, em **Imprensa e Capitalismo**, que a utilização da imprensa na sociedade de classes não pode ser separada de sua “função capitalista”. Assim, para o autor, a imprensa é a expressão real dos detentores do poder econômico no modo de produção capitalista (1984: 16). Ao resgatar esse raciocínio no Rio Grande do Sul de 1935, pode-se considerar que a imprensa de circulação estadual expressa, em todos os sentidos, as diretrizes dos detentores do poder econômico no estado. Por isso, pretende-se mostrar como se manifesta a imprensa diante do processo histórico visto até aqui.

Nesse sentido, cada movimento, cada atitude a favor dos aliancistas ou contra a ANL é expressa em um editorial, em um artigo ou em uma matéria de crítica ao movimento. A propaganda da Aliança é enfrentada com toda a veemência em todos os momentos.

No início de 1935, **A Federação**, no editorial “Combate aos extremismos”, defende medidas de força contra o avanço de “credos políticos e sociais” que existem no País:

Partidários da extrema esquerda, leitores de uma literatura que tem envenenado parte da nossa mocidade(...) esses exaltados fomentadores de greves e pregadores de ideologias irrealizáveis e dissolventes, bem precisavam de um corretivo que viesses pôr um freio aos seus desmandos (17 de janeiro de 1935: 01).

Essa é uma das primeiras manifestações contrárias aos movimentos sociais que ocorrem no estado, somadas às greves operárias de janeiro. Em maio, o mesmo periódico publica o artigo do espanhol Antônio Zozaya “Por que não sou comunista”. Depois de escrever sobre liberdade e igualdade, afirma que ambas não existem na Rússia:

Há alguma coisa mais que me faz repudiar o comunismo russo. É ter suprimido a esperança que é o consolo de todo o ser humano. Na Europa e na América, qualquer mendigo tem a esperança de ficar rico ou pelo menos, de melhorar de situação. No regime soviético se sabe que nunca se será de condição

melhor que o indolente e o bruto(...) Não podemos ser comunistas; preferimos ver a todos o homens ricos e sermos pobres, porém livres e esperançados (29 de maio de 1935: 03).

O discurso de senso comum adequa-se ao atraso político das massas, com fácil penetração no Rio Grande do Sul. O anti-comunismo se aprofunda e serve de base para o posterior ataque a idéias aliancistas. A vinculação entre a Aliança e a Rússia é a tônica para a oposição da imprensa à ANL.

Os conflitos entre aliancistas e integralistas aprofundam-se após o surgimento da ANL no Rio Grande do Sul. **A Federação** lança o editorial, “Atividades subversivas”, afirmando:

O integralismo, de um lado, e a ANL, de outro, vêm se batendo, há já algum tempo, pelos jornais, em conferências e comícios, e essas disputas, quase sempre de violência insólita, quando não sangrentas, carregam constantemente a atmosfera de ameaças e apreensões, criando para o espírito público uma situação verdadeiramente calamitosa. Além disso, dificultam a ação das classes produtoras e perturbam a harmonia necessária para que o Brasil possa retomar, definitivamente, o ritmo de trabalho imprescindível para seu equilíbrio e prosperidade (...) chegou o momento, no entanto, de cessarem definitivamente essas atividades subversivas que só podem concorrer para o desassossego e desprestígio do país (25 de junho de 1935: 01).

No mesmo sentido, mas com explicação dos porquês da formação de “correntes extremistas”, **A Federação** publica o artigo de João Bonumá, “Extremismos da esquerda e da direita”. O autor observa que a angústia e o desequilíbrio da situação econômica e as consequências da depressão são motivos para que os integralistas e os comunistas, através da violência, queiram tumultuar o recém criado regime constitucional. Nesse sentido, o documento alerta os governos e os governantes que têm diante de si “uma situação econômica catastrófica e o dever de solucioná-la”. O texto do articulista, um dos mais lúcidos de um representante do governo conservador, mostra que os setores oligárquicos do Rio Grande do Sul sabem as causas que fazem com que os movimentos sociais se intensifiquem. Porém, as medidas de solução, na visão positivista dominante, segundo o artigo, passam “pela ordem e pela disciplina” (28 de junho de 1935: 03).

Outro editorial de **A Federação**, no início de julho, “Essa questão do extremismo”, chama a atitude de alguns intelectuais de bovarismo, visto que estão espalhado no estado “as sementes melancólicas do comunismo”. O artigo ainda defende que se forme uma frente única contra o extremismo, a qual deveria “jurar bandeira” contra o comunismo “que é a igualdade na miséria” (3 de julho de 1935: 01). O órgão oficial do Governo Estadual prepara, aos poucos, o caminho para criticar diretamente ao aliancistas.

Após o lançamento oficial da ANL no Rio Grande do Sul surge outro editorial, “A exploração de datas e de heróis”, censurando a utilização do 5 de julho como motivo de comemoração para os aliancistas e enfatizando que a data “jamais servirá para Cavalo de Tróia dos que negam tudo, até a própria Pátria que lhes serviu de berço” (**A Federação**, 6 de julho de 1935: 03).

O Manifesto de Luiz Carlos Prestes, lido na Câmara Federal, é alvo de críticas profundas do **Jornal da Manhã**:

O seu último manifesto é um repertório de idéias dispersivas e portanto inadaptáveis ao nosso meio ambiente, contendo em seu bojo germes altamente nocivos à tranquilidade social e à estabilidade das instituições nacionais (...) Como quer o senhor Luiz Carlos Prestes que essas idéias medrem o proliferem entre nós, espíritos amantes da ordem e da construção, avessos aos extremismos desorganizadores e destruidores? (...) Desejaria o povo brasileiro que nos transformássemos, a acreditar nas promessas paradisíacas do senhor Luiz Carlos Prestes, numa sucursal da Rússia Soviética, com a sociedade em delinquência moral, com a família dispersa e desorganizada, com os direitos individuais violados e

espezinhados, sem a garantia que nos faculta a Lei e sem o profundo consolo espiritual que nos proporciona a idéia de Deus? (...) O comunismo é a inquietação e a desordem (7 de julho de 1935: 04).

Percebe-se nos artigos, apesar de apresentarem formas diferentes que os argumentos do Governo Estadual são de conteúdo idêntico aos dos integralistas. O manifesto de 5 de julho é alvo de críticas também de Assis Chateaubriand, em artigo publicado no **Diário de Notícias**, sob o título, “O Cavaleiro da Luz”. Note-se o teor preconceituoso do texto:

O manifesto do capitão Luiz Carlos Prestes é apenas lírio. Este bravo soldado leu, em traduções espanholas, alguns livros de revoltas hindus, de egípcios nativistas, de maometanos em férias, aprendeu todos os adjetivos retumbantes de “imperialismo”, “feudalismo”, “clans”, “semitismo”, “guerras imperialistas” e está agora despejando o saco e engazopando os operários que acreditam nessa literatura de pechibiques. Dificilmente se podem ler um par impresso com tantas infantilidades, tamanhos desacertos e sentenças tão desopilantes (...) Evidentemente este capitão Luiz Carlos Prestes é um espongiário, que sorveu toda a literatura dos povos inferiores colonizados pelas raças superiores da Europa, e que agora a está destilando. Pela inesgotável aptidão para delirar e repetir tolices, ele não é bem o cavaleiro da esperança, mas sim o cavaleiro da lua (10 de julho de 1935: 04).

Em seguida, é a vez de Dyonélio Machado receber as críticas da imprensa rio-grandense. No editorial de **A Federação**, há a resposta contra a carta do Presidente da ANL no Rio Grande do Sul, a qual questiona as declarações da Chefia da Polícia Estadual em relação ao comício do Teatro São Pedro. O periódico diz que Dyonélio Machado depois de “encaixotar” duas mil pessoas num teatro cuja lotação não atinge mil e quinhentos lugares, leva à cólera de seu extremismo a ponto de negar a ação necessária da polícia que comparece ao local para manter a ordem, evitando que acontecessem as ameaças de violência contidas nos boletins distribuídas no dia anterior ao comício (10 de julho de 1935: 03).

Na verdade, a cólera parte do periódico governista, pois, naquele momento, a preocupação toma conta do Governo Estadual devido ao crescimento da ANL. No mesmo dia, o **Jornal da Manhã** lança o editorial, “O remédio que ‘eles’ querem”, criticando o líder aliancista e acusando-o de ser comunista:

O senhor Dyonélio Machado é um indivíduo de maus bofes. Feito presidente de um partido comunista nesta capital requereu e obteve do governo rio-grandense permissão para realizar uma sessão solene no Teatro São Pedro com a qual se instalava o credo vermelho entre nós (...) Agora praticada a profanação o comunista Dyonélio Machado investe em carta a um dos matutinos locais contra as autoridades gaúchas tachando de inconstitucionais as acertadas medidas que houveram por bem pôr em prática para evitar os excessos muito do feitio dos propagandistas do vermelhismo da Rússia. Isso prova à sociedade que o agente Dyonélio Machado ignora embriagado que achaca com os “rublos” de Stálin a própria Constituição Brasileira que proíbe por criminosa a existência no território nacional de correntes políticas que pretendem a modificação do regime federativo (...) Inconstitucional é a existência dessa corrente que se apelidou de ANL para submeter o país ao regime universal que esmagou a consciência dos filhos da Rússia. Inconstitucional é a propaganda desse credo calamitoso que o senhor Dyonélio Machado promove à sombra de um nacionalismo de ficção (...) Cuide portanto o comunista Dyonélio Machado mais das suas ações do que das ações da polícia porque se não houvesse a Lei de Segurança para esfriar as suas posições bolchevistas ter-se-ia um remédio bastante constitucional para aplacar o seu impatriotismo - A CADEIA! (10 de julho de 1935: 04).

O fechamento da ANL serve de motivo para aumentar a ira das elites. Isso se reflete nos órgãos da imprensa. No dia 13 de julho, o editorial do **Jornal da Manhã**, sob o título “Cumpra-se a Lei”, defende que o governo não pode mais permanecer de “braços cruzados antes à sanha subversiva da famigerada ANL, ameaçando a integridade do País”. Repete-se, novamente, que a Aliança “nada mais é do que a expressão mais viva e mais feroz do comunismo nefasto”. Por fim, pede-se a aplicação da LSN contra os aliancistas (p. 04). No dia seguinte, outro editorial, “A trama descoberta”, denuncia que está desmascarada a tentativa dos “chefetes” da ANL que teimam em negar que a organização se

transformara em “agente subversivo dos desvairados de Moscou”. Assim, para o jornal, a agremiação antipatriótica, mascarada com sugestivo título de “libertadora”, age na sombra, em conchavos com “piratas estrangeiros”, tentando converter o Brasil numa “sucursal” humilde da ditadura vermelha de Stálin”. Na mesma edição, publica-se o artigo de Darcy de Calafiori, conclamando “Prendam-se os chefetes”:

A Chefatura de Polícia recebeu ontem, finalmente, instruções positivas no sentido de fechar, por seis meses, os núcleos comunistas disseminados no estado. (...) Não basta que se lhe tire as sedes (...) Não basta que se lhe proíbam as reuniões, em que mercadejam a dignidade da Pátria e a liberdade do povo. (...) Parece-nos que a solução do problema que a hidra moscovita veio trazer ao governo brasileiro não reside unicamente na repressão temporária (...) Ela está no fechamento dos núcleos, na prisão e deportação de seus chefetes. No Brasil não há lugar para comunistas. Que se os mandem para a Rússia. É preciso que se tenha em conta que, se um dia, para desgraça nossa, o Brasil fosse governado pelos Carlos Prestes e pelos Dyonélios Machados - todos os brasileiros com qualquer parcela de autoridade com o regime atual seriam submetidos aos tribunais de emergência, como aconteceu na velha Rússia, e isso quer dizer que seriam sumariamente fuzilados. Ora, se assim seriam porque ter-se ainda contemplação com essa gente?! (...) Não os fuzilem. Somos mais humanos. Prendam-nos e deportem-nos. Hoje, mais do que nunca, se faz necessário parodiar a frase que Antônio Carlos externou na Câmara Federal por ocasião da campanha da Aliança Liberal. “Façamos a revolução antes que os comunistas a façam!” (JM, 14 de julho de 1935: 04).

No dia 13 de julho, **A Federação** elogia o Governo Vargas pelo fechamento da ANL, através do editorial “Medida profilática”. Na mesma edição aparece outro artigo de João Bonumá questionando os programas comunistas e justificando que “a disparidade da fortuna existiu e existirá como condição inerente à própria sociedade humana e que a felicidade é um sonho enganador, apenas uma miragem”. Mais uma vez, o discurso positivista procura justificar a desigualdade social como sendo consequência de um fator natural de desenvolvimento das sociedades.

O Rio Grande do Sul de 1935 não rompe, assim, com a ideologia comteana dos republicanos castilhistas e borgistas. O progresso dentro da ordem é a única “locomotiva” aceita, pois dela depende a manutenção das tradições oligárquicas estaduais no poder. Porém, o atraso político não é uma característica só do Rio Grande do Sul. Em 16 de julho, o **Diário de Notícias** publica a dissolução de um comício no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro. O conteúdo da nota mostra, curiosa e tragicamente, o clima preconceituoso do momento. O jornal gaúcho busca, no **Diário Carioca**, a informação de que o delegado encarregado de fechar a sede da ANL naquele bairro discute com o chefe aliancista, que questiona tal ato, visto que é uma atitude que quebra as leis. O delegado responde que “as leis são como as mulheres. Foram feitas para ser violadas. Para manter a segurança, a polícia age, em 90% dos casos, fora da lei”. O **Diário Carioca** menciona ainda que o delegado, além de ser humorista é um grande conhecedor do ambiente brasileiro (p. 01). A divulgação dessa notícia, em primeira página, na verdade, tem o significado de quanto a sociedade brasileira da época é preconceituosa. Por outro lado, além do escárnio e do machismo demonstra como a polícia trata a questão social e política: a lei, ora a lei!

No editorial de 16 de julho, o **Jornal da Manhã** afirma: “É preciso mais vigor”, pedindo maiores providências contra os aliancistas que ainda evocam manifestações de protesto contra o fechamento dos núcleos da ANL. No mesmo número do periódico, outro editorial critica a “Minoria Parlamentar” pela interpelação do Ministro da Justiça, Vicente Rao, diante da decisão de fechamento da ANL em todo o País. No dia seguinte, o editorial de **A Federação**, “Lógica Tortuosa” faz crítica idêntica à “Minoria Parlamentar”, afirmando que os deputados da oposição apenas querem “responsabilizar o governo por tudo quando aconteça” (01).

A prisão de Bernardino Garcia e Dyonélio Machado serve para aumentar a fúria do **Jornal da Manhã** contra os aliancistas. No editorial “Medidas extremíssimas”, o matutino rio-grandense solicita decisões mais drásticas contra os integrantes da ANL:

Não basta, porém, essas duas prisões. Muitos outros indivíduos não menos comunistas ainda perambulam pelas ruas da capital na faina miserável de fazer prosélitos para o credo vermelho. Entre esses, alguns advogadelhos de porta de xadrez devem ser imediatamente trancafiados. Ensina a sabedoria popular que, para os grandes males são necessários os grandes remédios (...) Chegamos a um momento em que se faz necessário a prisão em massa desses filhos espúrios da terra de Bento Gonçalves (10 de julho de 1935: 04).

A referência implícita é contra o advogado Apparício Córa de Almeida, que se pôs em defesa dos presos. Se por um lado, a imprensa aprofunda a exigência de medidas mais repressivas aos aliancistas, por outro, estimula o anticomunismo. A oposição à Aliança e aos aliancistas é o meio para atingir a sensibilidade e ganhar, para os setores conservadores, a consciência da maioria dos trabalhadores e dos setores médios do Rio Grande do Sul. O anticomunismo é grosseiro de tal maneira, que um editorial de **A Federação**, assim se refere a “uma medida do governo soviético”:

Há poucos dias foram ouvidas pelas estações receptoras de rádio desta capital, os comunicados oficiais do governo russo. Entre eles destacou-se um, que pela sua baixeza e pela sua selvageria, constitui uma dolorosa e sombria perspectiva para os destinos daquele infeliz povo (...) O referido método consiste no seguinte. Descrevemo-lo como foi irradiado. Numa área vastíssima, cercada por arame eletrificado com forças municadas à roda, estão sendo colocadas centenas de virgens, das mais sadias, para serem fecundadas pelos homens mais vigorosos da Rússia (...) Depois disso poderá ainda existir entre nós cavalheiros que aplaudem um regime que usa de tais instrumentos para tornar forte um povo, nivelando-o aos potros dos campos? Em que moral repousa esse governo? A resposta fica aos nossos leitores, para melhor sentirem os efeitos nefastos do comunismo russo (19 de julho de 1935: 01).

De 20 a 27 de julho, os jornais da capital concentram as críticas nas posições da minoria na Câmara Federal e defendem as medidas adotadas pelo Governo Estadual contra os “extremismos”. Em vários editoriais, rotulam as atitudes e tomadas de posições de João Neves da Fontoura e Batista Luzardo de demagógicas, incoerentes, retóricas, perturbadoras da ordem, contrastantes, e também, de exemplo doloroso.

Dessa forma, a imprensa rio-grandense, como se percebe, traz em suas páginas, a síntese e o reflexo das outras formas de oposição à ANL tais como: pelo Governo Federal, pela Câmara dos Deputados, pela Assembléia Legislativa, pelo Governo Estadual, pela Igreja Católica e pelo integralismo. No entanto, o conteúdo raivoso excede aos dos outros movimentos e instituições. Por isso, os jornais da época têm papel decisivo na divulgação das idéias contrárias à Aliança, fazendo com que os opositores da ANL encontrem, na imprensa, o aliado mais poderoso para o combate, depois da repressão. Os aliancistas, então, sentem-se encurralados por todos os lados. Apesar do crescimento do movimento, o nível de consciência dos setores que a ANL procura seduzir ainda é bastante restrito no estado. A Aliança, com sua proposta avançada para a realidade do Rio Grande do Sul, perde para o catolicismo conservador, para o anti-comunismo e para a união das oligarquias tradicionais que aliam-se contra o inimigo comum que é a ANL.

CONCLUSÃO

A História é um carro alegre
cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue
(Pablo Milanez e Chico Buarque)

O estudo sobre a ANL no Rio Grande do Sul confirma questões já existentes na bibliografia, trazendo novas interpretações, ao mesmo tempo que deixa em aberto o tema para que seja aprofundado e explorado em novas pesquisas.

Por outro lado, o trabalho ressalta vários itens esclarecendo a íntima relação existente entre o assunto estudado, a análise efetuada e as considerações teóricas decorrentes da pesquisa, gerando uma complexidade entre as considerações empíricas e a real interpretação sobre o objeto.

Esse caminho faz com que as considerações não se estabeleçam a priori, gerando um processo de questionamento às obras já existentes sobre a ANL no Brasil e no Rio Grande do Sul, reforçando algumas teses ou negando outras. .h1 #.pn327

A síntese entre teoria e objeto históricos alia relato e interpretação, emergindo um novo conhecimento resultante da abstração. Em outras palavras, o método utilizado mostra o que se via ou não na época, ou seja, os limites internos e as contradições externas referentes à estruturação da ANL enquanto movimento de caráter político.

A relação intrínseca entre a conjuntura e a estrutura sócio-econômica dos anos 30 permite constatar as mudanças e a permanência de valores conservadores. Assim, apesar do Brasil estar integrado cada vez mais à economia internacional, gerando um processo de industrialização e crescimento econômico, os grupos dominantes (oligarquias e burguesia) permanecem exercendo um controle sobre a sociedade civil, as entidades e seus movimentos, fazendo com que restem poucas alternativas de independência do proletariado e dos setores médios. No entanto, isso não impede o nascimento de movimentos sociais que questionem os rumos tomados pelo Movimento de 1930. As poucas concessões, sob o ponto de vista da participação política dos grupos dominados e o aprofundamento de problemas econômicos e sociais aliados ao crescimento do integralismo, faz com que surja a ANL. A Aliança é uma reação contra a manutenção pelo Movimento de 30 do “status quo” social e político anterior (VIANNA, 1992: 303).

A priorização da análise de conjuntura constata que, apesar da diminuição do poder das oligarquias estaduais, estas ainda se mantêm no centro das decisões políticas dos anos 30, visto que a burguesia industrial não apresenta poder de barganha que determine os rumos do País. Por sua vez, a oposição capitaneada pela esquerda e dirigida pela ANL, em 1935, encontra uma acomodação dos setores dominantes que se unem para enfrentar o “inimigo comum”, ao mesmo tempo que procuram controlar a direção política da pequena burguesia e do proletariado, através da cooptação, fazendo com que suas expressões políticas e ideológicas se identifiquem com o Governo Vargas, estendendo-se a toda a nação. Desta forma, parte significativa dos setores populares que são alvo dos propósitos aliancistas são ganhos à posição de conciliação ao projeto ideológico varguista.

Mas se existe o domínio e a arregimentação, o surgimento da ANL expressa o anseio por mudanças expressivas por parte da população brasileira dos anos 30. Este é o significado político do movimento aliancista. Portanto, a criação da ANL tem um caráter de necessidade histórica. Se o fascismo apresenta-se como uma característica mundial dos anos 30, a luta anti-fascista é parte de outra

representação universal de setores proletários e da pequena burguesia, ou seja, a Aliança, no Brasil, pode ser encarada como expressão desse sentimento. Por outro lado, a ANL surge num momento crítico da revolução burguesa no País, cujas classes dominantes procuram reprimir ou cooptar para levar adiante o processo de crescimento econômico e industrialização. A Aliança não se encontra isolada desses condicionamentos.

No decorrer da pesquisa, possibilita-se entender os limites da ANL a partir dos mecanismos que relacionam a dinâmica das estruturas à sucessão dos acontecimentos. Assim, numa situação política de dominação oligarco-burguesa, a ANL questiona um poder que se havia restaurado, ou seja, os “tenentes” já não fazem mais parte do processo enquanto projeto político diferenciado na direção política do Estado brasileiro. Por outro lado, se a ANL questiona esse poder, seus limites de compreensão dos diferentes níveis da realidade em que atua, faz com que a estratégia de mudança ocorra através de um programa que não determina o real caráter do poder a que enfrenta e não esclarece ou vincula as forças aliadas do imperialismo no comando do Estado. Portanto, ela não aprofunda a compreensão sobre o novo período em que a luta de classes se insere no País. Dessa forma, a ANL não percebe o nível da correlação de forças existentes. Esse erro interno faz com que a ANL use mais a propaganda do que um trabalho de politização e conscientização dos setores que incorpora. Dessa forma o crescimento quantitativo do movimento aliancista não acompanha a real qualificação dos seus quadros, tornando-se fator decisivo à desmobilização e a falta de reação no momento de fechamento da ANL.

Essa dinâmica faz com que, aos poucos, fortaleça a visão militar oriunda do tenentismo. Tal orientação, incorporada também pelo PCB, resulta em dois erros fundamentais à existência da ANL: o manifesto de 5 de julho de Luiz Carlos Prestes que leva à ilegalidade e o fechamento das sedes aliancistas e às lutas armadas nos quartéis, em novembro, gerando um processo de repressão e perseguição que pôs fim à atividade dos libertadores.

A análise estrutural de 1930, no geral, e 1935, em particular, possibilita uma compreensão global do período, visto que a ANL se expressa dentro de um conjunto maior de fatores. Dessa forma, possibilita-se entender as condições determinantes da realidade empírica que levaram ao limite do movimento. Constata-se, assim, que a unidade dos setores dominantes aliada à cooptação e ao atraso político dos setores dominados, além da repressão constante são fatores condicionantes externos limitado o crescimento aliancista. O voluntarismo, a incompreensão teórica sobre a realidade sócio-econômico em que atua e o desejo de realizar as mudanças necessárias são fatores internos, impossibilitando que a ANL reverta o caminho da ilegalidade e o conseqüente fechamento de suas sedes, já que os setores despolitizados, com o decreto de fechamento da Aliança e submersos pela propaganda anti-comunista, afastam-se da ANL deixando o comando aliancista sob o controle do PCB e de militantes tenentistas.

Por sua vez, a análise estrutural, fundamento da opção pela história totalizante empreendida no trabalho, através de uma relação da estrutura política com as outras estruturas do todo social, mostra as múltiplas causalidades que determinaram tanto o surgimento da ANL como sua derrota. Assim, apesar da crise econômica-social, a unidade política das classes dominantes contra a ANL favorece a repressão policial. No entanto, a principal causa da derrota não se prende apenas às forças da reação, mas à debilidade do fator subjetivo do movimento revolucionário, ou seja, os aliancistas não se arregimentaram suficientemente para lutarem contra um poder amplamente estabelecido no País (KOVAL, 1982: 321). A palavra de ordem, “todo o poder à ANL” quando lançada não contava com base social de sustentação.

Em julho de 1935, pelas características sócio-econômicas do Brasil, o movimento deveria ser fortalecido e não levado à luta armada. A correlação de forças e a conjuntura política da época não permite esta ousadia. Os líderes da ANL, tendo Luiz Carlos Prestes à frente, também não percebem as particularidades e as especificidades do Brasil de 1935, ou sejam, a tese de um Brasil feudal e semi-colonial expressa a confusa visão aliancista sobre o País, não havendo condições para que um movimento revolucionário e popular que mudasse o caráter do poder pudesse triunfar (BASBAUM, 1985: 84).

As constatações factuais, aliadas ao questionamento teórico e conceitual da bibliografia estudada levam à constatação que a ANL, no Brasil, não é criação dos comunistas haja vista que o PCB participa do movimento posteriormente à sua criação. Outra constatação é que, apesar da luta anti-fascista a nível mundial e das discussões do Komintern sobre frentes populares contra o fascismo, a ANL não é criada por instrução da Internacional Comunista, mas, sim, como resultado de mobilizações nacionais contra o integralismo. Até porque quando o VII Congresso da Internacional Comunista, realizado entre julho e agosto de 1935, decide pelo apoio às frentes anti-fascistas, a ANL no Brasil, já se encontra na ilegalidade. O que acontece, porém, é que após o fechamento das sedes aliancistas e da reação ao movimento, os comunistas passam a controlar a direção política da ANL, culminando com os acontecimentos de novembro no Nordeste e no Rio de Janeiro.

Antes da ilegalidade do movimento, a perspectiva imediatista do PCB, não diferenciando a ANL da sua estratégia revolucionária, auxilia no enfraquecimento aliancista. Se a ANL, apesar do curto espaço de tempo em que atua legalmente, continua a ter adesões consideráveis em comparação ao movimento integralista, o mesmo não acontece com o PCB. Portanto, a falta de ligação com as massas da população, questão que não se admite pelo prestígio no interior do PCB, impedem qualquer possibilidade de sucesso da luta armada. Apesar de posições contrárias ao “putchismo” como a de Harry Berger, prevalece a visão golpista do radicalismo pequeno-burguês. Assim, o movimento aliancista encontra o seu esgotamento devido à incapacidade teórica e política a fim de dismantelar as oligarquias e manter a autonomia, articulando amplos setores sociais (DEL ROIO, 1990: 13).

Por outro lado, a falta de uma discussão mais ampla a respeito do caráter do programa da ANL em que se enfatize o conteúdo não-comunista em seus pontos básicos, faz com que a reação anti-comunista prevaleça. Os aliancistas não conseguem reverter as acusações de que eram comandados pela Internacional Comunista e por Moscou. Dessa forma, o anti-comunismo se torna o mais forte fator externo, afastando adeptos da ANL. Se o lançamento prematuro do Manifesto de 5 de julho apressa o fechamento da ANL, a propaganda anti-comunista, insere-se numa realidade atrasada de consciência política das massas, reforçando a justificativa repressiva à Aliança. E, nesta questão, os aliancistas tornam-se impotentes para reverter a situação.

Mesmo com limites não tão explícitos o enfrentamento da ANL com o poder dominante acarreta o aprofundamento das contradições sócio-econômicas em que o Brasil se encontra nos anos 30, resultando num novo patamar da luta de classes no País. A burguesia ascendente e temerosa apóia-se no latifúndio, no imperialismo e nos integralistas para combater a ANL. Justamente nos setores questionados pelos aliancistas em seu programa. No entanto, a ANL subestima o inimigo, ignorando o poder daqueles, o que a leva ao isolamento político principalmente após a ilegalidade (SODRÉ, 1984: 99).

Na análise, não se nega a atuação dos indivíduos na construção da ANL, constatando-se que a participação de Luiz Carlos Prestes apresenta contrastes que variam desde uma compreensão teórica inconsistente, passando pelo voluntarismo e o golpismo oriundos dos tempos da Coluna e trazidos para o PCB e para a Aliança. Mas, por outro lado, a liderança e a popularidade de Prestes tornam-se fatores significativos, visto que centenas de pessoas e vários “tenentes” vêm para o ANL, devido ao seu prestígio nas Forças Armadas, contribuindo para o crescimento e a organização do movimento. Esse mesmo tipo de influência estende-se aos líderes aliancistas, no Rio Grande do Sul, Dyonélio Machado, Apparício Córa da Almeida, Agildo Barata e Moésias Rolim, fazendo com que a ANL reúna em torno de si outras lideranças importantes, além de grande número de adeptos populares. Porém, não menos importante é o conteúdo programático da ANL que, apesar das restrições, sensibiliza a população, expressando os anseios dos segmentos descontentes com o Governo Vargas, no Brasil, e o Governo Flores da Cunha no Rio Grande do Sul.

A ANL tem adesões em segmentos mais organizados do proletariado e também da pequena burguesia, porém não consegue se estabelecer junto aos camponeses, parcela mais significativa da

população brasileira em 1935. Se isto acontecesse em muito ampliaria o movimento nas zonas rurais do País. Os valores paternalistas dos camponeses e a tática correta de combate ao mesmo são fortes razões de como os aliancistas deveriam agir no sentido de ampliar a adesão destas camadas para qualquer transformação mais radical. No VII Congresso da Internacional Comunista, tal questão é reforçada por Dimitrov, quando se refere ao Brasil. No entanto, os dirigentes da ANL e do PCB, já na ilegalidade, em vez de ampliarem o movimento de massa, optam pela ação reduzida de poucos quadros. Além disso, os aliancistas não estabelecem a relação entre a necessidade de reforma agrária e o processo de industrialização (FERNANDEZ, 1985: 74). Com isto o processo de dominação política dos setores conservadores é amplamente facilitado.

Como se ressalta no desenvolvimento do trabalho, a análise regional, sob o ponto de vista de uma história total, só pode ser desenvolvida levando-se em conta que o Rio Grande do Sul apresenta-se integrado ao modo de produção dominante em nível nacional. Ao se colocar tal idéia, constata-se que o estado sulino, na década de 1930, está ligado à economia nacional, ocupando uma posição periférica de dependência com o centro do País. Por sua vez, a ANL também expressa um programa e uma ação prática a nível nacional. Essas características determinam a relação com o tipo de formação econômico-social que o Rio Grande do Sul apresenta em 1935 bem como as características gerais da ANL. Porém, como se nota, tanto a especificidade rio-grandense quanto às particularidades da ANL no Rio Grande do Sul estabelecem questões novas no processo histórico de formação, consolidação e fechamento da ANL no estado.

A abordagem das relações econômico-sociais rio-grandenses, relaciona-se a uma conjuntura política própria. Assim, constata-se que a ANL surge tardiamente no Rio Grande do Sul em decorrência do domínio oligárquico no estado e da grande influência do catolicismo e do integralismo nos meios operários e dos setores médios. Por sua vez, a ANL nasce por iniciativa do PCB em decorrência de que, apesar da ação restrita, os comunistas já apresentam um trabalho de organização no interior dos movimentos sociais, sobretudo nos sindicatos.

No Brasil, mesmo que pareça paradoxal, a ANL é um grande movimento de massa, jamais visto até então, ocupando importante espaço no cenário político (SODRÉ, 1986: 33). No Rio Grande do Sul, por sua vez, a Aliança representa importante momento político do ponto de vista da organização popular, mobilizando e conquistando os setores de base do operariado e, fundamentalmente, da pequena burguesia, transformando-se numa organização que marca a história do movimento popular do Rio Grande do Sul. Este é o ponto fundamental desta conclusão e se fundamenta frente à forma como as elites reagem à organização e ao crescimento aliancista. Apesar das oligarquias estarem divididas entre o PRL e a FUG (PL e PRR), estas dominam a maior parcela da sociedade civil. No entanto, se divididas em partidos, politicamente unem-se na defesa da estrutura agro-exportadora rio-grandense. Com o crescimento da ANL, as elites dirigentes sentem-se ameaçadas, estabelecendo a “pacificação” política contra o “inimigo comum”.

No Rio Grande do Sul, os problemas sócio-econômicos também estimulam a conscientização de setores do proletariado e da pequena burguesia, fazendo com que estes encontrem na Aliança um “desaguadouro” político às suas reivindicações. Por outro lado, a permanência de uma visão autoritária do governo referentes a questões sociais faz com que se trate estas como caso de polícia, tornando a repressão aos movimentos um componente importante de desmobilização política. Aliada a isso, a propaganda anti-aliancista que identificava a ANL como partido comunista, auxilia na criação de um clima de tensão para justificar a perseguição e o fechamento das sedes aliancistas. As elites utilizam o combate à ANL e ao “extremismo” para desviar a atenção dos problemas estruturais do estado, lançando no movimento aliancista o ônus das dificuldades que o Rio Grande do Sul vive.

Apesar de prevalecer as características nacionais, a ANL, no Rio Grande do Sul, apresenta em seu programa uma preocupação com as questões do estado, procurando direcionar seus manifestos a problemas que fazem parte da realidade local. Assim, os aliancistas se referem aos problemas do campo

e à religiosidade existente no sentido de ganhar adeptos nos setores mais atrasados politicamente e que estão a mercê das diretrizes políticas oligárquicas. No entanto, ao se referir ao latifúndio, a ANL rio-grandense, além de reproduzir o equívoco, a nível nacional, sobre o caráter das relações de produção no campo, não compreende o próprio tipo de propriedade que questiona, defendendo a produção extensiva na pecuária. O mesmo limite de entendimento se dá quando se refere ao comando do Estado, não conseguindo captar o seu conteúdo de classe. Por isso, a ANL alude à luta do poder pelo poder, não dominando a compreensão sobre o caráter do poder que questiona e desconhecendo que o mesmo surge como expressão de dominação de classe no seio da formação social da época. Nesse aspecto, a ANL rio-grandense reproduz o nível de visão política e ideológica que os aliancistas apresentam no resto do País.

As teses que afirmam que a ANL é expressão do PCB, no Rio Grande do Sul, não condizem com a realidade constatada. Fatores subjetivos, tais como o combate ao integralismo e as ascensões dos movimentos populares no Rio Grande do Sul de 1935, fazem com que diversos setores descontentes com o rumo da República Nova, engajam-se ao aliancismo, impulsionando o movimento a um rápido crescimento nos principais centros urbanos do estado. Seu limite social é a falta de organização no campo, em parte pelo pouco tempo de atuação.

Em que pese a base proletária da composição aliancista no Rio Grande do Sul, o predomínio de adeptos é da participação de pessoas oriundas das camadas médias, destacando-se também os militantes tenentistas, como no resto do País, na organização da ANL. Quantitativamente, a ANL não consegue, em função do pouco tempo de existência e do restrito trabalho político, resistir à ilegalidade e ao fechamento das suas sedes. Salvo à exceção de raras manifestações, como a tentativa de greve dos gráficos que resulta na prisão de Dyonélio Machado e Bernardo Garcia, não acontecem maiores reações. A incipiente organização do PCB que dirige quase exclusivamente a ANL no estado durante a ilegalidade, é o fator fundamental para que não se realize os movimentos armados de novembro no Rio Grande do Sul. Não basta a ANL ter lotado o Teatro São Pedro, no ato de lançamento oficial no estado, em 5 de julho, pois o pouco tempo da legalidade, aliada aos limites internos de organização, domínio teórico e compreensão da realidade em que atuavam, impedem que haja uma melhor estruturação para se enfrentar a oposição e a repressão ao movimento.

O combate à ANL é intenso e dirigido veementemente pelos setores conservadores representados no Governo Estadual, na Assembléia Legislativa, na Igreja Católica e no Integralismo e sintetizada na imprensa do período. Apesar da proposta singular de reforma da estrutura econômica e social, a ANL não encontra força e organização de base suficientes para enfrentar a unidade das elites rio-grandenses sucumbindo em pouco tempo. Mesmo assim, representa um marco histórico que impulsiona a história política do Rio Grande do Sul de 1935. Seu limite, em nível nacional é estabelecer um programa cuja conjuntura política e correlação de forças não permite avançar, mesmo que reproduza o capitalismo. Sua importância fundamental representa o sentimento de luta anti-imperialista e de libertação nacional, tornando-se o primeiro movimento de orientação revolucionária que questionou o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em sua base latifundiária e dependente do capital estrangeiro.

Cabe salientar que o estudo realizado abre caminho para novas questões e abordagens que poderão complementar e aprofundar a análise sobre a ANL na ilegalidade, encontrando uma explicação mais contundente sobre os variados motivos pelo qual não aconteceram os movimentos de novembro no Rio Grande do Sul. Além disso, a análise pode ser ampliada frente a relação das classes sociais no estado e a composição dos membros da ANL, a ligação entre os movimentos sociais e o aliancismo ou os diversos conflitos entre os integralistas e os libertadores.

Salvador Allende disse que o caminho se faz caminhando. Acreditamos que a estrada para desvendar novos problemas sobre a ANL está longe de terminar.

ANEXOS

ANEXO 1

DIREÇÕES DOS NÚCLEOS ALIANCISTAS E PROFISSÕES DE SEUS MEMBROS

ANEXO 2

A PEDIDOS - A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL (CORREIO DO POVO, 16 DE JUNHO DE 1935: 15)

ANEXO 3

**A PEDIDOS - FALSOS NACIONALISMOS
(CORREIO DO POVO, 18 DE JUNHO DE 1935: 09)**

ANEXO 4

**SECÇÃO LIVRE - ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - PROGRAMMA DE
REALIZAÇÕES CONCRETAS (CORREIO DO POVO, 22 DE JUNHO DE
1935: 13)**

ANEXO 5

**A PEDIDOS - PÃO, TERRA E LIBERDADE!
(CORREIO DE POVO, 23 DE JUNHO DE 1935: 10)**

ANEXO 6

**SECÇÃO LIVRE - A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA EXP'E AO
POVO, MAIS UMA VEZ, OS PONTOS B°SICOS DE SEU PROGRAMMA
(CORREIO DO POVO, 23 DE JUNHO DE 1935: 19)**

ANEXO 7

**A PEDIDOS - A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA E A RELIGIÃO
(CORREIO DO POVO, 30 DE JUMHO DE 1935: 20)**

ANEXO 8

**ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - CONVITE
(CORREIO DO POVO, 05 DE JULHO DE 1935: 01)
ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - INSTALLAÇÃO PÚBLICA
(HÉLGIO TRINDADE, 1980: 230)**

ANEXO 09

**FOI INSTALLADA OFFICIALMENTE, NESTE ESTADO, A
ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA
(CORREIO DO POVO, 06 DE JULHO DE 1935:05)**

ANEXO 10

**ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - UMA CARTA DE DYONÉLIO MACHADO
(CORREIO DO POVO, 09 DE JULHO DE 1935: 05)**

**ANEXO 11
A PEDIDOS - SOVIETS NO BRASIL!
(CORREIO DO POVO, 09 DE JULHO DE 1935: 07)**

**ANEXO 12
A PEDIDOS - AOS ALLIANCISTAS DO RIO GRANDE DO SUL
(CORREIO DO POVO, 14 DE JULHO DE 1935: 09)**

**ANEXO 13
A POLÍCIA FECHOU A SEDE DA ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA
CORREIO DO POVO, 14 DE JULHO DE 1935: 12)**

**ANEXO 14
O FECHAMENTO DA ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA
(CORREIO DO POVO, 16 DE JULHO DE 1935: 09)**

**ANEXO 15
O FALLECIMENTO DO DR. APPARÍCIO CÓRA DE ALMEIDA
(CORREIO DO POVO, 15 DE OUTUBRO DE 1935: 05)**

**ANEXO 16
EM MEMÓRIA DO DR. APPARÍCIO CÓRA DE ALMEIDA
(CORREIO DO POVO, 17 DE OUTUBRO DE 1935: 11)**

**ANEXO 17
A PEDIDOS - OS ADHERENTES E SYMPATHIZANTES DA
ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA DEVEM VOTAR NA
LIGA ELEITORAL PROLETÁRIA, ASSIM ACONSELHA O
DR. DYONÉLIO MACHADO
(CORREIO DO POVO, 14 DE NOVEMBRO DE 1935: 05)**

**ANEXO 18
AO POVO DO RIO GRANDE DO SUL
(HÉLGIO TRINDADE, 1980: 231)**

ANEXO 1

DIREÇÕES DOS NÚCLEOS ALIANCISTAS E PROFISSÕES DE SEUS MEMBROS

DIRETÓRIO ESTADUAL PROVISÓRIO (DEP)

Presidente - Dyonélio Machado (médico e escritor).

Vice-presidente - Agildo Barata (Oficial do Exército).

Secretário-geral - Apparício Córa de Almeida (advogado).

1º Secretário - José Júlio Parise Iglesias (acadêmico).

2º Secretário - Raul Francisco Ryff (comerciário).

Delegados de publicidade - João Antônio Mesplé (advogado e jornalista).

Japy Salgado Freire (acadêmico).

Delegados de propaganda - Severino Ronchi (acadêmico).

Marciano Belchior Filho (gráfico).

PORTO ALEGRE

Coordenação de organização - Felipe Vianna (oficial do Exército)

Prudente de Castro Jobim (oficial do Exército).

Núcleo de Mont Serrat

Presidente - Pedro Machado dos Santos

Vice-Presidente - Juvencio Machado.

Secretários - Manoel Martins da Rosa.

Ary Fontes.

Tesoureiros - Florencio Lyra.

Anibal Silveira

Delegados de Propaganda - Francisco Fortes Filho.

Leopoldo Julio Winhler.

Luiz Gonçalves Cordeiro.

Delegados de Organização - Adolpho Oscar Hertzer.

Antonio Wardi.

Deodato Ramos.

Suplentes - Valdomiro Machado.

Antenor Schivitz.

Núcleo do 3º distrito

Presidente - Samuel Levenson.

Secretário - Pedro Wellausen.

Tesoureiro - José Osvaldo Martino.

Delegado de Propaganda - Celso Cunha.

Delegado de Organização - Rafael Saraga.

Núcleo do 4º Distrito

Presidente - Edgar Guilloux.

Secretário-geral - Osvaldo Araujo Lopes.

Tesoureiro - Walter Klein.

Comissão Organizadora - Herculano Rodrigues

Waldemar Araújo.

Pedro Marques.

Roberto Avila Rocha.

Maximo Ouriques.

Núcleo da Azenha

Presidente - Adolpho Martins Pereira.

Tesoureiro - Antonio Caldeira de Souza.

Secretário - Galeno Pranta.

Núcleo da Faculdade de Medicina

Presidente - Antonio Guilherme Merlo.

Secretário - Aldo CarusoMac Donald.

Tesoureiro - Luiz Maluf.

Núcleo da Faculdade de Direito

Presidente - Say Marques.

Secretário- Claudio T. Mercio.

Tesoureiros - Marcio P. Priva.

Deburgo de Deus Vieira.

Núcleo dos Gráficos

Presidente - Adalgiro Py - Diário de Notícias

Secretário - Joaquim Floro Pinto - Correio do Povo.

Tesoureiro - Cyro Porto - Livraria do Globo.

Comissão de Propaganda e de Organização -

Gervasio Silva - Diário de Notícias.

Bernardino Garcia - Livraria do Globo.

Núcleo dos Comerciários

Presidente - Luiz Pinto Cezar

Secretário - Paulo de Paula.

Tesoureiro - Dorval Ketzer.

Delegado de Propaganda - Otavio Dias.

Delegado de Organização - Luiz da Cunha Pinto.

Núcleo dos Metalúrgicos

Presidente - Eloy Brasil Martins.

Secretário - Carlos Metzeder.

Tesoureiro - Luiz Mendes da Silva.

PELOTAS

Presidente - Moésias Rolim (oficial do Exército).

1º Vice - Francisco Ramalho de Almeida (bancário).

2º Vice - Francisco Paulo Rosa Silveira (contabilista).

Secretário-geral - José dos Santos Duval (comerciário).

1º Secretário - Vicente Augusto Ripoll (acadêmico).

2º Secretário - Lucio Nunes Rodrigues (gráfico).

Tesoureiro Geral - Abílio Fernandes (metalúrgico).

1º Tesoureiro - Edmundo Valença Apel (contabilista).
2º Tesoureiro - Firmino Coutinho (alfaite).
Delegados de Propaganda - Manoel Teixeira Pinto (estivador).
Antonio Ferreira Primo (empregado em
hotéis e anexos).
Diretor de Publicidade - Ramon Torres Badia (advogado).

SANTA MARIA

Presidente - Candido Souza (comerciário).
Vice-Presidente - Dante Pogetti (professor).
Secretário-geral - Fernando de O. (advogado).
1º Secretário - Democrata Soares (bancário).
Tesoureiro - Luiz Pereira de Almeida (alfaiate).
Delegados de Publicidade - Henrique Batista (comerciante).
Oliverio Lopes Diniz (engenheiro).
Lucas Fortes dos Santos (operário).

URUGUAIANA

Presidente - Hugo de Souza Silveira (oficial do Exército).
Osvaldo Palma (fazendeiro).
Nelson Couto (corretor).
Santos Fonseca (operário).
Carlos Molinari Mascia (farmacêutico).
Rafael Candinamo (comerciante).
Francisco Jobim Filho (operário).
Cyro Caspami (alfaite).
Luiz Bonaparte (operário).
Tristão da Rocha Vianna (advogado).
Americo Dornelles.

SÃO LEOPOLDO

Presidente - Agildo da Gama Barata Ribeiro (oficial do Exército).
Secretário - Carlos de O. de Paula Jr. (advogado).
Delegado de Propaganda - José C. Andrade Leão (militar).
Delegado de Publicidade - Nelson Correia (comerciante).
Tesoureiro - Rodolfo Moeller (operário).
Comissão de organização - Emilio T. Feldmann (comerciante).
Avelino Cadeira (operário).
Marinho Kern (bancário).
Luiz Wild (comerciante).
Paulo L. Bech (bancário).
Carlos Leal (estudante).
Leopoldo Felipe Guimarães (operário)

LIVRAMENTO

Presidente - Sylvio Porto Dias (oficial do Exército).
Regulo Padilha (fazendeiro).
Atos Saldanha.
René Loncan.
Osvaldo Vivencio.
Francisco Cabedo.
Pompilio Chiappini Filho.
Leovegildo Cabeda.
Tulio Saboia Chaves.
Antonio Prado Lima.
Dario Farias.
Ary Kulmann.
Santos Soares.
Emilio de Prado Lima.

BAGÉ

Presidente - Hipólito Soares.
Vice-presidente - Elisário Rodrigues.
Secretário - Antonio Varela.
2º Secretário - Cecilio dos Santos.
Tesoureiro - Protásio Neves.
2º Tesoureiro - Alcides Almeida.
Secretário-geral - Pedro Wayne (escritor).

PASSO FUNDO

João Junqueira Rocha.
Verdi de Cezaro.

CRUZ ALTA

Presidente - Almiro Ilgenfritz (oficial do Exército).

GAÚCHOS MEMBROS DO PCB E DA ANL

Dyonélio Machado - aderiu ao PCB após a prisão.
Isaac Akcelrud - Cadete da Brigada Militar.
Apparício Córa de Almeida - Secretário-geral do DEP.
João Antônio Mesplé - advogado e jornalista.
Japy Salgado Freire - Diretor do DEP.
Lucas Fortes dos Santos - Operário de Santa Maria.
Santos Soares - Diretor do DMP de Livramento.
Deburgo de Deus Vieira - Acadêmica da Faculdade de Direito de Porto

Alegre.

Agildo Barata - Diretor do DEP.

Luiz Carlos Prestes - Presidente de Honra da ANL.

Trifino Corrêa - Oficial do Exército, natural de Rio Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ALENCAR, Francisco. CARPI, Lúcia e RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- AMAZONAS, João. 1935: Assim se conta a história (a verdade sobre 35). In: **Princípios**. São Paulo: Anita Garibaldi, dez. de 1993 a jan. de 1994. nº 15. p. 11 a 15.
- ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. **Novos Estudos Cebrap**, fevereiro de 1986. Nº 14.
- _____. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Coleção Primeiros Vãos.
- _____. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **O fim da história**. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da Revolução de 30 até a ANL. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- ARAGÃO, José Campos de . **A Intentona Comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.
- AROTZEGUI, Ema Julia. Estado e agricultura gaúcha na República Nova. IN.: **Estudos Íbero-Americanos. I Simpósio de História Íbero-Americana. O processo revolucionário de 1930**. Porto Alegre: PUC, 1981. Vol. VII nº 1-2. p. 159 a 169.
- BAKOS, Margaret Marchiori, PAIVA, Marielza Saraiva de e MEIRELLES, Marion Nunes de. Getúlio Vargas e as primeiras vilas operárias em Porto Alegre (1930-1954): In: **O processo revolucionário de 1930**. Porto Alegre: PUC, 1981. Vol. VII nº 1-2. p. 217 a 222.
- BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário** (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BARROSO, Gustavo. **O integralismo de Norte a Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s. d.].
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1930 a 1960. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- BASTOS, Abguar. **História da política revolucionária no Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. Vol. 2.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 4. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, [s/d.].
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Col. Tudo é História, nº 17).
- _____. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BORNHEIM, Gerd. O pensamento marxista e a exigência de uma renovação (Entrevista). In: **Encontros com a civilização brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. nº 04. p. 82-94.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- BOUDON, Raymond. **A sociedade**. Entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ótica, 1989. p. 25 a 33.
- BRAUDEL, Fernand. **La história y las ciencias sociales**. Madrid, Alianza Editorial, 1974.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da História** Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935) In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935. Meio Século depois**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 93 a 142.
- CANEVACCI, Massimo.(org.). **Dialética do indivíduo**. O indivíduo na natureza, história e cultura. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Ciro F. S. **Ensaaios racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. **Uma introdução à história**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- CARDOSO, Ciro F. S. e BRIGNOLI, Hector Pérez. **Os métodos da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARONE, Edgard. **A República Nova (1930- 1937)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.
- _____. **Revoluções do Brasil contemporâneo(1922-1938)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. **A segunda República (1930-1937)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.
- _____. **O PCB: 1922 a 1943**. São Paulo: Difel, 1982. Vol. 1.
- _____. **Movimento Operário no Brasil (1887-1944)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984.
- _____. **Brasil. Anos de Crise. 1930-1945**. São Paulo: Ótica, 1991.
- CARR, E. H. **O que é história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CARRION JR, Francisco M. A economia do RS. Evolução recente. In.: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. Série Documenta. nº 2. p. 403 a 424.
- CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35!** Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.
- CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. **História dos partidos brasileiros**. 2. ed. Brasília: UNB,1985. Coleção Temas Brasileiros. Vol. 5.
- CHAVES NETO, Elias. **Minha vida e as lutas do meu tempo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- CHILCOTE, Ronald H. **PCB: Conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Global, 1985. Vol. 1.
- COELHO, Teixeira. **Moderno - Pós-moderno**. Porto Alegre: L & PM, 1986.
- COLLINGWOOD, R.G. **A idéia da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- CONNOR,Steven. **Cultura pós-moderna: Introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1992.
- Constituições do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Procuradoria-Geral do Estado, Instituto de Informática Jurídica, 1990. Vol. 1.
- CORTÉS, Carlos E. **Gaúcho Politics in Brazil. The Politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964**. Cidade do México: University of New Mexico Press, 1974.
- DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: **História do Marxismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. Vol. 6. p. 203 a 336.
- DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DESCAMPS, Christian. Novas fronteiras da ciência. Novas Interrogações das Ciências Humanas. In: **Idéias Contemporâneas**. Entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ótica, 1989.
- DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Pmega, 1977.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIEHL, Astor. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- DIMITROV, G. Ao VII Congresso da Internacional Comunista. In: Vários. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989. p. 103 a 121.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. Dos Ananales à Nova História. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992.
- DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista. A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- DUARTE, Ruy Alberto. **Considerações sobre a ANL no Rio Grande do Sul (1935). Uma contribuição à História do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 1978. (Monografia de conclusão de Bacharelado em História, mimeo).
- DULLES, John W.F. **O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclisma mundial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. Vol.3
- EVANGELISTA, João. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno.** São Paulo: Cortez, 1992. Questões da Nossa Época, nº 7.
- FERNANDEZ, Leila M. G. **Aliança Nacional Libertadora. Ideologia e ação.** Porto Alegre. Mercado Aberto, 1985, Série Revisão, nº 16.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul.** 3. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.
- Flores da Cunha na opinião de seus contemporâneos.** Porto Alegre, Globo, [s/d].
- FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. In: **A experiência do século.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura/Palmarinca, 1992. P. 09-17.
- _____. O debate sobre 'será o fim da história'. In: **Diálogo.** Rio de Janeiro: consulado geral dos EUA, [s/d.]: 08-13.
- GALLISSOT, René, O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. In: Hobsbawn, Eric (org.). **História do Marxismo.** 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. P. 199 a 277. Vol.08.
- GAUSSEN, Frédéric. O campo da liberdade. In: **A sociedade.** Entrevistas do Le Monde. São Paulo. Ótica, 1989.
- GINGZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- GOMES, Angela de Castro. (coord.) **Velhos militantes.** Depoimentos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GRAWUNDER, Maria Zenilda. **Curso e discursos da obra de Dyonélio Machado: uma análise da legitimação.** Porto Alegre: PUC, 1989. (Dissertação de mestrado, mimeo).
- _____. Dyonélio Machado. **Memórias de um pobre homem.** Porto Alegre: IEL, 1990.
- HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico.** São Paulo: Global, 1982. Coleção Bases, nº 36.
- _____. **Estratégia e tática.** [s/c.]. CEPU, 1989.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HENRIQUES, Affonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas.** O maquiavélico. Rio de Janeiro, Record, [s/d.]. Vol. 1.
- HOBBSAWN, Eric. Os intelectuais e o antifascismo. In: Hobsbawn, Eric (org.). **História do Marxismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 09. p. 257 a 314.
- IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ISAIA, Artur Cesar. **O cajado da Ordem. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. (Tese de Doutorado mimeo).
- JOFFILY, José. **Harry Berger.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: Curitiba: UFPr, 1987.

- JORGE, Fernando. **Cala a boca, jornalista!** Petrópolis: Vozes, 1987.
- KOCH, Adelar. O processo gaúcho de industrialização na República Nova. In: **O processo revolucionário de 1930**. Porto Alegre: 1981. Vol.VII 1 e 2: P. 123-136.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Col. Primeiros Passos. nº 23.
- _____. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KOVAL, Boris. **História do proletariado Brasileiro**. 1857 a 1967. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX**. São Paulo: Ótica, 1988.
- LE GOFF, Jacques et al. **A nova história**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LÊNIN, V. I. **Materialismo e empiriocriticismo**. Moscou: Progresso, 1982.
- LEVINE, Robert. **O regime Vargas. Os anos críticos. 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- LÖWI, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LUCAS, Maria Elizabeth. Legislação social e independências ideológicas no movimento operário gaúcho (1930-1937). In: **O processo Revolucionário de 1930**. Porto Alegre: PUC, 1981. Estudos Ibero-Americanos. Vol VII, nº 1-2. P. 149-58.
- MACIEL, Laury Gonzaga. **O universo degradado de Nazianeno Barbosa**. Porto Alegre: PUC, 1975. (Dissertação de mestrado, mimeo).
- MADRUGA, Artur. **Dyonélio Machado**. Porto Alegre: Tchê, 1986. Coleção Esses Gaúchos. nº 36.
- MALTA, Octavio. **Os ‘tenentes’ na revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- MANIFESTO de Outubro de 1932**. AIB. São Paulo: Voz do Oeste, 1982.
- MARANHÃO, Ricardo e MENDES Jr. Antônio. **Brasil História. Texto e consulta. A era de Vargas**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Vol. 4.
- MARÇAL, João Batista. **Comunistas gaúchos. A vida de 31 militantes da classe operária**. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.) **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984.
- MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MARTINS, Eloy. **Um depoimento político. 55 anos de PCB**. Porto Alegre: [s.d.], 1989.
- MARX, Karl. As lutas de classe em França In: **Obras Escolhidas**, Moscou: Progresso, 1982. Vol. 1. P. 209-302.
- _____. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: **Obras Escolhidas**, Moscou: Progresso, 1982: Vol. 1. P. 413-512.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil. Origens da autocracia burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MEDVEDEV, Roi A. O socialismo num só país. In: **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Vol. 07. P. 45 a 81.
- MONTENEGRO, Antônio Torres, **História oral e memória. A cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

- MORAES, Dênis de e VIANNA, Francisco. **Prestes: Lutas e autocríticas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAIS, Fernando **Olga**. 11. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. Coleção Documenta nº 2. p. 352 a 402.
- MURICY, Antônio Carlos da Silva. **A guerra revolucionária no Brasil e o episódio de novembro de 1935. (saudação de Luis da Câmara Cascudo)**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1966.
- NEGT, Oscar. As condições para dizer-se marxista. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. nº 19. p.11 a 15.
- OLIVEIRA FILHO, Moaci. **Praxedes. Um operário no poder**. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas. Meu pai**. Porto Alegre, Globo: 1960.
- PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. Col. Primeiros Passos. nº 59.
- PERROT, Michele. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. **Rio Grande do Sul: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Coleção Documenta, nº 5.
- _____. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Coleção Documenta. nº 3. P. 60-88.
- _____. A burguesia industrial gaúcha na República Nova (1930-1937). In: **O processo revolucionário de 1930**. Porto Alegre: PUC, 1981. Vol. VII. nº 1-2. P. 137 a 148.
- _____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. Série Revisão, nº 1.
- _____. **História da indústria sul-riograndense**. Guaíba: Riocell, 1985.
- _____. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos A. da (org.). **República em migalhas - História Regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990. P. 67 a 79.
- PETERSEN, Silvia e LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: EDIUFGRS e Tchê, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil: dos anos 20 a 1930**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- _____. **Estratégias da ilusão. A revolução Mundial e o Brasil. 1922- 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINSKI, Jaime. Nação e ensino de história do Brasil. In: **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988. P. 11 a 22.
- PRESTES, Anita. **A coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. Getúlio Vargas: depoimento de Luiz Carlos Prestes. In: SILVA, José Luiz Werneck.(org.) **O feixe e o prisma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. P. 82 a 100.
- _____. Luiz Carlos Prestes e a revolução socialista no Brasil. In: **Vozes Cultura**, Petrópolis, Vozes, Mar/abr, 1993. nº 2. P. 11 a 17.
- PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista exclusiva sobre o levante de comunistas de 1935. In: **História - Ensino e Pesquisa**. Associação dos Professores de História RS. Porto Alegre: Sulina, 1985. nº 2. P. 5 a 23
- REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB**. São Paulo: Novos Rumos. [s/d]. Vol. 1.
- REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo, ica, 1986.

- RIBEIRO JR., João. **O que é positivismo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Coleção Primeiros Passos nº 72.
- RICOUER, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RÜDIGER, Francisco. **Paradigmas do estudo na história: os modelos de compreensão histórica e a prática dos historiadores**. Porto Alegre: IEL/ IGEL, 1991.
- _____. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: EDIUFGRS, 1993. Coleção Síntese Universitária, nº 14.
- RÜSEN, Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigmas na ciência histórica alemã-ocidental. In: Neves A.A.B. e Gertz, René. **A nova historiografia alemã**. Porto Alegre: UFRGS/ Goethe, 1987. P. 14 a 40.
- RUY, José Carlos. Alguns pressupostos filosóficos da pós- modernidade. In: **Princípios**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1988: nº 16. P. 46 a 63.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1984.
- SAMUEL, Raphel, História local e história oral. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set 1989/fev de 1990. Vol.9. nº 19.
- SALGADO, Plínio. **A psicologia da revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- SANTOS, Irineu Ribeiro dos. **Os fundamentos sociais da ciência**. São Paulo: Polis, 1979.
- SANTOS, Theotônio dos. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SILVA, Antônio Ozai da. **História das tendências no Brasil**. 2. ed. São Paulo. Dao. [s/d].
- SILVA, Hélio. **1935 - Û revolta vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. **A lei e a revolta. 1934-1936. História da República Brasileira**. São Paulo: Ed. Três, 1975, Vol. 9.
- _____. **O Estado Novo. 1937-1938. História da República Brasileira**. São Paulo: Ed. Três, 1975. Vol. 10.
- SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O feixe e o prisma. Uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.
- SILVEIRA, Paulo. **Do lado da história: Uma leitura crítica da obra de Althusser**. São Paulo: Polis, 1978.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, A.C. OTONI(org.) **Os 50 anos da 1ª Intentona Comunista**. São Paulo: A.C.O. Soares, 1985.
- SODRÉ, Nelson W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **História da Burguesia Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. **Contribuição à história do PCB**, São Paulo: Global, 1984.
- _____. **História e materialismo histórico no Brasil**. São Paulo: Global, 1985.
- _____. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. Série Revisão, nº 26.
- _____. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- SOUZA, Herbert de. **Como se faz análise de conjuntura**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- STEIN, Ernildo. A elaboração do luto das esquerdas. In: **A experiência do século**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura/Palmarinca, 1992. P. 51 a 58.
- TAMBARA, Elomar. **RS: modernização a crise na agricultura**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. Série Documento, nº 16.
- TAVARES, José Nilo. Radicalização política na década de 30: “AIB” e “ANL”. In: **Caderno do Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**. Rio de Janeiro: UFF, 1973. Mimeo.

- _____. 1935: reavaliação de análise. In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935. Meio século depois.** Petrópolis: Vozes, 1985. p. 37 a 91.
- TRINDADE, Héglio. **Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30.** 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. **Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul. 1891-1937.** Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. (org.). **Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937).** Porto Alegre: L&PM, 1980.
- VARGAS, Luthero, **Getúlio Vargas. A revolução inacabada.** Rio de Janeiro: [s/ed.]. 1988.
- VÁRIOS, **Estratégia e tática.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez, **Filosofia da práxis.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VERGOLINO, Honorato H. **Denúncia dos cabeças da revolução de 27 de novembro de 1935 apresentada ao Tribunal de Segurança Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Lisboa: Edições 70, 1971.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935. Sonho e realidade.** São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- VIANA, Francisco. O dia em que o trem da história atrasou ou a armadilha de 1935. In: TAVARES, José Nilo (org.) **Novembro de 1935. Meio século depois.** Petrópolis: Vozes, 1985. p. 11 a 36.
- VIEIRA, Maria do Pilar de A., PEIXOTO, Maria do Rosário de C. e KHOURY, Yara Maria A. **A pesquisa em história.** São Paulo: Ótica, 1989.
- “Virada histórica”. In: **Isto É.** São Paulo. 19-06-1985.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WAACK, Willian. Os segredos da revolução Comunista no Brasil. In: **O Estado de São Paulo.** Especial. 29/08/1993.
- _____. **Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da Revolução Brasileira de 1935.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- WHITE-HAYDEN. **Meta-história. A imaginação histórica do século XIX.** São Paulo: EDUSP, 1992.
- ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da razão histórica.** Campinas: Papirus, 1989.

REVISTAS

Revista do Globo - Janeiro a dezembro de 1935.

JORNAIS

A Federação - janeiro a dezembro de 1935. POA.

A Razão - junho e julho de 1935- Santa Maria

Correio do Povo - janeiro a dezembro de 1935. POA (CP).

Diário de Notícias - janeiro a dezembro de 1935. POA (DN).

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - junho e julho de 1935. Porto Alegre (DO).

Jornal da Manhã - janeiro a dezembro de 1935. POA (JN).

ENTREVISTAS

Eloy Martins - 13 de janeiro de 1993.

ARQUIVOS

Arquivo de Getúlio Vargas - Solar dos Câmara - ALERGS/RS - Porto Alegre

Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.

Museu de Comunicação Social “Hipólito da Costa” - Porto Alegre.

Arquivo Histórico - Porto Alegre.